

em consequencia de humes  
ndem que se e ao 'arregido' do Comor a das d a  
ora fore de Rendonca de Mato Moreira p ara y  
em esse as duas terras de q' unã e 'Coradores da  
na Comarca no curatuz de suas molestias com que  
experimentas' a d'vies efatos receti delle o Mapa ind  
e las d a sues e suas as guaes tenho a honra dele  
e or d' E. V. encher la esta "v entre as mla  
de Rendonca e Mato Moreira



Em phantasia se respicita el ayuntamiento de M...  
tanto a infirmeria que e q' isto fizeo em suas  
asas plantando as lanchas na praia de foyaga  
na estrada de S. Maria de S. Antonio de S. Antonio de  
as são foyagos macedos de S. Antonio de S. Antonio de  
afal hua as são macedos de S. Antonio de S. Antonio de  
de das as são macedos, e q' e S. Antonio de S. Antonio de



em nas fideisias extensas de seus quatr

# URBANIZAR A VEGETAÇÃO: O IDEÁRIO DOS AGENTES CONSTRUTORES DE MACEIÓ - AL NO SÉCULO XIX

THARCILA MARIA SOARES LEÃO  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josemary Omena Passos Ferrare  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Veronica Robalinho Cavalcanti



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

THARCILA MARIA SOARES LEÃO

**“URBANIZAR” A VEGETAÇÃO:  
O ideário dos agentes construtores de Maceió-AL no século XIX**

MACEIÓ  
2018

THARCILA MARIA SOARES LEÃO

**“URBANIZAR” A VEGETAÇÃO:  
O ideário dos agentes construtores de Maceió-AL no século XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josemary Omena Passos Ferrare.

**Coorientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veronica Robalinho Cavalcanti.

MACEIÓ

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

- L437u Leão, Tharcila Maria Soares.  
“Urbanizar” a vegetação: O ideário dos agentes construtores de Maceió- AL no século XIX / Tharcila Maria Soares Leão. – 2019.  
323.: il.
- Orientadora: Josemary Omena Passos Ferrare.  
Coorientadora; Veronica Robalinho Cavalcanti.  
Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2018.
- Bibliografia: f. 296-311.  
Anexos: f. 312-323.
1. Vegetação urbana. 2. Arborização e ajardinamento – Maceió (AL) – Séc. XIX.  
3. Urbanização. I. Título

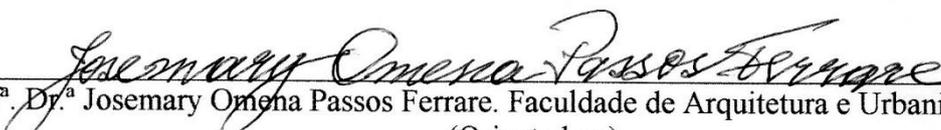
CDU: 712(813.5)1801/1900

**Folha de aprovação**

AUTOR: THARCILA MARIA SOARES LEÃO

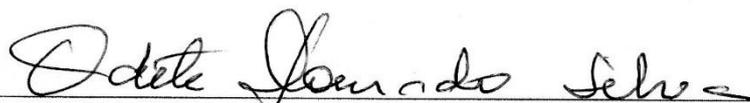
Urbanizar a natureza: o ideário dos agentes construtores de Maceió – AL no século XIX.

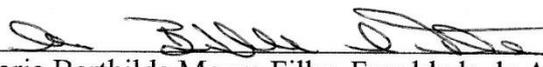
Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação Dinâmica do Espaço Habitado, Doutorado Cidades da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 03 de 12 de 2018.

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josemary Omena Passos Ferrare. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL.  
(Orientadora)

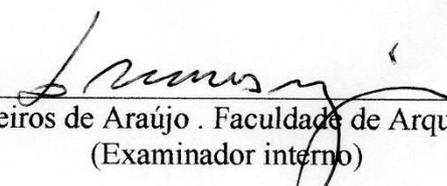
  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Veronica Robalinho Cavalcanti. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL.  
(Coorientadora)

**Banca Examinadora:**

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Odete Dourado Silva. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFBA  
(Examinadora Externa)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Berthilde Moura Filha. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPB  
(Examinadora Externa)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gianna Melo Barbirato. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL  
(Examinadora interna)

  
Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Lindemberg Medeiros de Araújo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL  
(Examinador interno)

## AGRADECIMENTOS

À Josemary Ferrare, orientadora da tese, por todo o conhecimento compartilhado, pela confiança em mim depositada, pelas palavras de incentivo e pelas ricas discussões sobre a temática aqui abordada.

À Veronica Robalinho Cavalcanti, coorientadora da tese, por compartilhar comigo seu amplo e aprofundado conhecimento sobre a Maceió do século XIX.

Ao Vinicius e à Clara, pela compreensão e apoio incondicional.

À minha mãe, Veronica, e às minhas irmãs, Thaysa e Thássia, pelo incentivo e compreensão dos momentos de ausência.

Aos professores Berthilde Moura Filha, Odete Dourado, Gianna Barbirato e Lindenberg Araujo, integrantes do Exame de Qualificação, por terem aceito participar da banca e pelas contribuições essenciais ao desenvolvimento da tese.

Ao Instituto Federal de Alagoas, pelo apoio e incentivo à qualificação docente, permitindo minha dedicação integral ao curso de doutorado durante esses quatro anos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) e ao CNPq, pela concessão da bolsa que possibilitou, entre outras coisas, os deslocamentos para consulta de arquivos nas cidades do Recife e Rio de Janeiro, a aquisição de livros e materiais essenciais à tese e os custos para participação em eventos nacionais e internacionais que tanto enriqueceram o produto final da tese.

À amiga Cynthia Fortes, pelo amplo conhecimento compartilhado, pela rica documentação primária gentilmente disponibilizada e pelo apoio, incentivo e compreensão.

Às amigas Camila Casado, Júlia de Moraes e Miquelina Cavalcanti, por compartilharem as alegrias e angústias desse longo e árduo percurso da pós-graduação.

À Marcela Guimarães e Beth Lima, pelo auxílio na digitalização e transcrição de parte da documentação primária.

Ao arquiteto Sandro Gama, pelas imagens cedidas e pela instigante conversa sobre a cidade de Maceió.

## RESUMO

Esta tese consiste em uma análise sobre como se construiu culturalmente a relação entre a sociedade e a vegetação na cidade de Maceió – AL, durante o século XIX. Tem como objetivo verificar as diferentes funções que a vegetação assumiu no âmbito urbano a partir do ideário dos agentes construtores da cidade, visando diminuir uma lacuna sobre esta temática e contribuir com o debate sobre a inserção e a preservação da vegetação na cidade. Definiram-se como objeto de estudo os espaços arborizados e ajardinados, públicos ou privados, propostos durante o século XIX, para a região compreendida entre o núcleo urbano principal de Maceió e a região portuária do Jaraguá, localizados entre o Oceano Atlântico e a Laguna Mundaú. Partiu-se do pressuposto de que a forma de colonização da região onde Maceió se insere, baseada na introdução de espécies exóticas, como a cana-de-açúcar, influenciou no estabelecimento de uma relação cultural de menosprezo pela vegetação nativa, permeando o ideário dominante e influenciando as ações de arborização e ajardinamento que ocorreram durante o século XIX. Sob este foco, esta tese realizou uma análise qualitativa e sistemática a partir de uma ampla e rica documentação oficial, primária, textual e iconográfica, na qual tiveram um papel de destaque os manuscritos inéditos do Setor de Obras Públicas de Maceió, que foram analisados em conjunto com as leis, resoluções e códigos de posturas do século XIX e início do século XX. No decorrer desse período, a vegetação assumiu funções diversas na cidade, determinadas pelos diferentes ideários que permearam as ações dos gestores e engenheiros da província. Até meados do século XIX, a vegetação era utilizada para fins de subsistência, mantida “à beira do casario”, denotando a relação dicotômica entre civilização e vegetação. Os primeiros indícios de inserção de vegetação na cidade ocorreram nos quintais residenciais que, apesar de sua função de provimento de alimentos e de criação de animais, eram espaços desvalorizados pela população e pela gestão. Apenas na segunda metade do século XIX surgiram as primeiras propostas para a inserção de vegetação nos espaços públicos, através da arborização urbana e da criação de jardins públicos, que tinham como principais finalidades higienizar, drenar as áreas alagadas, sombrear e embelezar a cidade. A análise documental evidencia que, sob a influência de diferentes ideários, a vegetação modificou gradativamente seu *status* ao longo do período em análise, passando de elemento desvalorizado a elemento valorizador da paisagem, porém mantendo ainda resquícios da desvalorização da vegetação nativa da flora local.

**Palavras-chave:** Maceió. Vegetação. Arborização. Espaços ajardinados. Jardins. Século XIX.

## ABSTRACT

This thesis consists of an analysis of how a cultural relationship was established between society and the vegetation in the city of Maceió – AL, during the 19th Century. Its aim is to determine the different purposes the vegetation fulfilled in the urban domain, as a result of the strategic planning of those who designed the city. Thus it seeks to fill a gap in this area and make a contribution to the debate about how to add vegetation to a city and preserve it. The scope of the study encompasses the woodland areas and landscaped gardens (both public and private) that were planned, during the 19th Century, for the region that lies between the main urban center of Maceió and the harbor district of Jaraguá, that is located between the Atlantic Ocean and the Mundaú lagoon. The underlying assumption of the study is that the way the Maceió region was colonized (which depended on the introduction of exotic plant species such as sugarcane), led to a cultural relationship being formed that disregarded native vegetation and was pervaded by the dominant principles of design of the 19th Century with regard to planting woodlands and landscaping gardens. From this standpoint, a qualitative and systematic analysis was conducted in this thesis, on the basis of a wide-ranging and comprehensive investigation of text documents, primary sources and iconography. The purpose of this was to highlight the unpublished manuscripts of the Public Works Sector of Maceió, which were examined together with the legislation and codes of conduct of the 19th and early 20th Century. During this period, vegetation served various purposes in the city which were determined by the different attitudes that governed the activities of the policymakers and civil engineers in the province. Until the mid-19th Century, vegetation was used for purposes of subsistence and had to be kept “at the edge of the homestead”, which implied there was a dichotomous relationship between civilization and vegetation. The first signs of vegetation being included in the city were found in the residential backyards which although designed for cultivating food and rearing animals, were spaces that were undervalued by the people and administrators. It was only in the second half of the 19th Century that the first schemes arose for including vegetation in public spaces through urban woodlands and the creation of public gardens. This was mainly aimed at providing more hygienic conditions, draining the swamps in the area, providing shade and embellishing the city. The documentary analysis provided evidence that under the influence of different theories, the vegetation gradually improved its *status* during the period under analysis. After having been neglected, it began to be valued as a feature of the landscape although there were still clear signs of a failure to recognize the value of the local flora in the native vegetation.

**Keywords:** Maceió. Vegetation. Woodlands. Landscaped garden areas. Gardens 19th Century.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Margens do Riacho Salgadinho.....	17
Figura 2	Margens poluídas e sem tratamento paisagístico do Riacho Salgadinho na atualidade.....	17
Figura 3	Delimitação do recorte espacial da tese na planta da cidade de Maceió (1902).....	18
Figura 4	Categorias de análise adotadas na tese.....	24
Figura 5	Planisfério de Cantino (1502).....	33
Figura 6	Fauna e flora da costa brasileira (1502).....	34
Figura 7	Rios São Miguel e São Francisco.....	34
Figura 8	Fauna e flora da costa brasileira (s/d).....	35
Figura 9	<i>Terra Brasilis</i> (1519).....	36
Figura 10	Flora, fauna e exploração de madeiras (1519).....	36
Figura 11	Fantasia e realidade: cobra alada (em destaque) e outras espécies da fauna.....	37
Figura 12	Flora e fauna (1558).....	38
Figura 13	Diferentes espécies arbóreas (1558).....	38
Figura 14	<i>Castrum Maurittii ad ripam fluminis S. Francisci</i> .....	40
Figura 15	<i>Obsidio et expugnatio Portus Calvi</i> .....	41
Figura 16	<i>Alagoa ad Austrvm</i> .....	41
Figura 17	Exemplar de coqueiro caído ao chão.....	42
Figura 18	Espécies nativas e exóticas.....	43
Figura 19	Vegetação (cajuero, palmácea) e figuras.....	43
Figura 20	Descrição e ilustração do Caju ( <i>Acaiaiba &amp; Acaiuba Brafilienfibus</i> ).....	44
Figura 21	Ilustração de Baltasar.....	49
Figura 22	Estampas de Sucupira e Pau d'Arco Amarelo.....	50
Figura 23	Localização das matas dos Palmares e do Merim.....	53
Figura 24	Pormenor do <i>Mappa Geographico da Capital da Província de Pernambuco até Rio de São Francisco</i> (1874). Cópia.....	59
Figura 25	Mapa geográfico de Maceió (1874).....	61
Figura 26	Mapa das áreas de matas destruídas e para a Marinha de Guerra.....	62
Figura 27	Localização das matas e demais atividades econômicas.....	67

Figura 28	<i>Praefecturae Paranambucae pars Borealis</i> (1647).....	68
Figura 29	<i>Praefectura Paranambucae pars Meridionalis</i> (1647).....	69
Figura 30	Áreas de cultivo de aldeamentos missionários.....	73
Figura 31	Área de cultivo em aldeamentos.....	73
Figura 32	Vistas da cerca do convento franciscano de Marechal Deodoro.....	76
Figura 33	Janela com apoio para vasos no convento franciscano de Marechal Deodoro.....	76
Figura 34	Massa vegetada nos quintais de Marechal Deodoro.....	78
Figura 35	Identificação das áreas de pomar, horta e jardim no mapa de Vingboons.....	79
Figura 36	Convenções portuguesas para representação de Hortas (L), Jardins (M) e árvores à sua volta (N).....	80
Figura 37	<i>A Índia Tupi</i> .....	81
Figura 38	Quintal como pano de fundo.....	82
Figura 39	Jardim e Palácio de Friburgo.....	84
Figura 40	Árvores sombreando a avenida principal do Passeio Público do Rio de Janeiro.....	85
Figura 41	Vegetação e pirâmide de granito do Passeio Público do Rio de Janeiro (s/d).....	85
Figura 42	Portão de entrada do passeio público.....	86
Figura 43	Pequena fonte no passeio público.....	86
Figura 44	Fonte dos Jacarés no passeio público.....	86
Figura 45	Passeio Público do Rio de Janeiro.....	88
Figura 46	Café no passeio público.....	89
Figura 47	Passeio público.....	89
Figura 48	Aleia de palmeiras.....	94
Figura 49	Jardim Botânico em bilhete.....	95
Figura 50	Mercado de escravos em Pernambuco (início do século XIX).....	97
Figura 51	Natureza selvagem e a Igreja de Santo Antônio da Barra (Bahia, ao fundo).....	98
Figura 52	<i>Uma Tarde na Praça do Palácio</i> .....	101
Figura 53	Chafariz em homenagem à chegada da Imperatriz Tereza [sic] Cristina...	102

Figura 54	Planta de parte da cidade do Rio de Janeiro.....	103
Figura 55	Proposta de Montigny para reestruturação do Campo de Santana (1827).....	104
Figura 56	Coreto em ferro existente na Praça da Preguiça, em Olinda-PE.....	107
Figura 57	<i>Catalogue Val d 'Osne</i> .....	108
Figura 58	Chafariz na Praça XV (antigo Largo do Paço). Rio de Janeiro.....	118
Figura 59	Chafariz na Praça XV, após ajardinamento (ca. 1904).....	119
Figura 60	Chafariz na Praça da Boa Vista (atual Praça Maciel Pinheiro), no Recife, antes de seu ajardinamento.....	119
Figura 61	Antigo Chafariz da Carioca [e] novo Chafariz da Carioca (1845).....	120
Figura 62	Chafariz das Musas, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.....	121
Figura 63	Uma das fontes <i>Wallace</i> existentes no Jardim Botânico do Rio de Janeiro	121
Figura 64	Caixa <i>Ward</i> .....	125
Figura 65	Casario colonial da cidade de Penedo-AL (s/d).....	128
Figura 66	Casario colonial de Marechal Deodoro-AL nos dias atuais.....	128
Figura 67	Exemplos de edificação com entrada lateral abrigando jardim em Viçosa-AL.....	129
Figura 68	Edificação residencial com jardim nos recuos frontal e lateral em Penedo-AL.....	130
Figura 69	<i>Vila Lilota</i> e seu jardim. Bairro de Bebedouro.....	131
Figura 70	<i>Chalé dos Loureiros</i> e seu jardim. Penedo-AL.....	132
Figura 71	Indicação do pomar, galinheiro e chiqueiro.....	133
Figura 72	Pomar e horta do Engenho Ilha Bella (1921).....	134
Figura 73	Planta do Engenho Buenos Ayres (1858).....	135
Figura 74	Palmeiras imperiais no entorno da capela do Engenho Buenos Ayres (s/d).....	136
Figura 75	Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina (1858).....	140
Figura 76	Planta e explicação <i>daz ençiadaz de Tragôa e Pajusara</i> (1757).....	145
Figura 77	Vegetação das Enseadas da Tragôa e Pajuçara.....	146
Figura 78	Plano das Enseadas de Jaraguá e Pajuçara (1803).....	147
Figura 79	Antiga Matriz de Maceió.....	148
Figura 80	Boca de Maceió com Planalto do Jacutinga ao fundo e à direita recoberto por vegetação rasteira (1869).....	152

Figura 81	Vegetação ao fundo da Igreja dos Martírios ainda em construção.....	153
Figura 82	A vegetação à margem das edificações em vista do Alto do Morro da Jacutinga (s/d).....	154
Figura 83	A vegetação em panorama do Poço (s/d).....	154
Figura 84	Coqueiral na Praia de Jaraguá.....	156
Figura 85	População posando para fotos ao lado do <i>Gogó da Ema</i> (s/d).....	159
Figura 86	<i>Sete Coqueiros</i> na Praia de Pajuçara (s/d).....	159
Figura 87	Planta da <i>Villa</i> de Maceió (1841).....	165
Figura 88	Legenda da Planta da <i>Villa</i> de Maceió (1841).....	166
Figura 89	Principais caminhos de acesso à Maceió na planta (1841).....	167
Figura 90	Largos propostos na planta (1841).....	168
Figura 91	Sobreposição do traçado proposto na planta da <i>Villa</i> de Maceió (1841) com o tecido urbano atual.....	169
Figura 92	Vegetação da vila de Maceió (1841).....	170
Figura 93	Detalhe da planta da <i>Villa de Maceió</i> .....	173
Figura 94	Panorama A – Massa vegetada nos quintais dos lotes da Rua do Comércio (início do século XX).....	174
Figura 95	Panorama B – Massa vegetada nos quintais da Rua do Rosário e do Morro do Jacutinga (s/d).....	174
Figura 96	Pormenor do panorama de Maceió com destaque para os muros dos quintais.....	175
Figura 97	Foto 1: “Fachada falsa” com massa vegetada na lateral esquerda do Antigo Palácio do Governo. Foto 2: Vegetação presente nas duas laterais do Antigo Palácio.....	177
Figura 98	Comparação entre a dimensão dos quintais (destaque na cor verde) das cidades de Maceió, Olinda e Marechal Deodoro.....	179
Figura 99	Cemitério Público de Maceió em cartão postal (s/d).....	187
Figura 100	Rua Augusta arborizada (início do século XX).....	189
Figura 101	Gameleiras na Estrada do Saraiva (Aterro do Jaraguá) (s/d).....	191
Figura 102	Trajeto das primeiras linhas de bonde à tração animal em Maceió.....	193
Figura 103	Arborização do “caminho ferroviário” e localização dos pântanos em suas adjacências.....	194
Figura 104	Estudos <i>Technicos</i> da Estrada de Ferro Central (1871).....	195

Figura 105	Projeto da Estação Central de Maceió (final do século XIX).....	195
Figura 106	Região aterrada nas imediações da estação ferroviária Alagoas <i>Railway</i> (s/d).....	195
Figura 107	Árvores plantadas à frente da estação ferroviária Alagoas <i>Railway</i> (s/d)..	195
Figura 108	Árvores recém-plantadas, protegidas por cercas de madeira, na Rua da Boca.....	196
Figura 109	Árvores recém-plantadas, protegidas por cercas de madeira.....	197
Figura 110	Cercas de madeira protegendo arvores recém-plantadas na Rua da Boca e adjacências.....	197
Figura 111	Árvores já crescidas na Rua da Boca.....	197
Figura 112	Síntese das propostas de arborização dos caminhos em pormenor da Planta da Cidade de Maceió (1865).....	199
Figura 113	Planta de Maceió com largos e praças.....	202
Figura 114	Praça do Mercado arborizada.....	204
Figura 115	Praça D. Pedro II gradeada e arborizada (entre 1892 e 1894).....	206
Figura 116	Praça D. Pedro II ajardinada e traçado em cruz pontuado com palmeiras imperiais.....	207
Figura 117	Traçado e vegetação na Praça da Matriz.....	207
Figura 118	Parte da copa de uma gameleira em frente ao Quartel (1912).....	208
Figura 119	Ausência de arborização na Praça dos Martírios (1896-1902 c.a.).....	209
Figura 120	Palácio dos Martírios (1902-1905).....	209
Figura 121	Ausência de arborização na Praça dos Martírios durante a recepção à Affonso Penna (1906).....	209
Figura 122	Árvores recém-plantadas e elementos em ferro propostos por Rosalvo Ribeiro para a Praça dos Martírios, recém-inaugurada.....	211
Figura 123	Árvores atingindo um maior porte na Praça dos Martírios, após implementação do projeto de Rosalvo Ribeiro.....	211
Figura 124	Praça da Cotinguiba (Praça Deodoro) (início do século XX).....	211
Figura 125	Propostas de arborização e aformoseamento de praças da cidade de Maceió (1865).....	212
Figura 126	Localização do Lyceo na planta da cidade de Maceió (1868).....	219
Figura 127	Localização das propostas para o passeio e jardins públicos na planta (1868).....	220

Figura 128	Provável localização do jardim no Cemitério Público de Maceió (século XIX).....	223
Figura 129	Cartão postal do farol e sua localização privilegiada (s/d).....	226
Figura 130	Vista do alto do bairro do Farol (s/d).....	226
Figura 131	Ponte de embarque, construída em uma das laterais da Casa de Inspeção do Algodão (s/d).....	228
Figura 132	Ponte de embarque, nas imediações do Jardim Público do Jaraguá (s/d)...	228
Figura 133	Consulado Provincial (s/d).....	228
Figura 134	Aguadeiro no Largo dos Martírios em Maceió.....	229
Figura 135	Planta e nivelamento para o encanamento das águas do Riacho Bebedouro à cidade de Maceió (1859).....	231
Figura 136	Tipologias de chafarizes e de caixa d'água.....	232
Figura 137	Croqui de um chafariz para a nova Praça do Palácio (1869).....	234
Figura 138	Croquis de chafarizes para a Praça de N. Sra. Mãe do Povo em Jaraguá e para o Palacete da Assembléia (1869).....	234
Figura 139	O chafariz e o Jardim Público do Jaraguá.....	236
Figura 140	Catálogo da MacFarlane (à esquerda) e Fonte Ciboruim na Praça Francisco Brabosa-RJ (à direita).....	236
Figura 141	Bomba portátil <i>Gould</i> para regar jardins (1878).....	238
Figura 142	Detalhe de cartão postal retratando o chafariz do Jardim do Palacete da Assembleia, relocado para a Praça dos Martírios (início do século XX).....	240
Figura 143	Chafarizes dos jardins públicos relocados para a Praça dos Martírios (início do século XX).....	240
Figura 144	Chafariz do Jardim do Jaraguá relocado para a Praça dos Martírios.....	241
Figura 145	Jarros de louça portuguesa existentes atualmente no Cemitério Público...	243
Figura 146	Pilares com balaústre encimados por vasos.....	245
Figura 147	Caramanchões colocados simetricamente nas laterais do passeio principal do Cemitério Público.....	245
Figura 148	Árvores existentes atualmente no Cemitério Público.....	246
Figura 149	Palacete da Assembleia provincial.....	248
Figura 150	Palmeiras e árvores de médio porte no Jardim do Palacete da Assembleia (s/d).....	249
Figura 151	Palacete em cartões postais (início do século XX).....	249

Figura 152	Gradil em ferro circundando o Jardim do Jaraguá (final do século XIX)..	255
Figura 153	Gradil e portão do Jardim do Palacete da Assembleia (1881).....	255
Figura 154	Tipologia 1. Planta baixa e alguns exemplares da Tipologia 1, localizados na Praça Dom Pedro II.....	265
Figura 155	Tipologia 2. Quintal na planta baixa do sobrado do Barão de Jaraguá.....	266
Figura 156	Fachada do sobrado do Barão de Jaraguá.....	266
Figura 157	Tipologia 2. Parte da copa de uma árvore no quintal do sobrado de José Elias Pereira.....	266
Figura 158	Tipologia 3. Recuo lateral esquerdo de pequenas dimensões na residência do Dr. Sócrates Cabral.....	268
Figura 159	Tipologia 3. Recuo lateral esquerdo com espaço para jardim.....	268
Figura 160	Tipologia 3. Recuo lateral direito de maiores proporções com jardim em edificação à direita do Palacete dos Machado.....	268
Figura 161	Diferentes tipologias residenciais na Praça D. Pedro II.....	269
Figura 162	Tipologia 4: planta baixa e fotografia do <i>Palacete dos Machado</i> .....	270
Figura 163	Tipologia 5: Planta Baixa e fotografia atual da edificação que pertenceu a Jorge de Lima.....	272
Figura 164	Casa de Seraphim Costa, conhecida como <i>Villa Naydéa</i> , e seus jardins, no bairro do Farol (s/d).....	274
Figura 165	Praça Wanderley de Mendonça, após reforma projetada por Rosalvo Ribeiro (início do século XX).....	278
Figura 166	Praça Deodoro, após implantação de projeto de Rosalvo Ribeiro (início do século XX).....	278
Figura 167	Praça Sinimbu (Euclides Malta), ajardinada (início do século XX).....	278
Figura 168	Quiosque e canteiros na Praça Sinimbu (início do século XX).....	279
Figura 169	Praças como pontos turísticos (1938).....	280
Figura 170	Topiaria, espelho d'água, caramanchão e fonte na Praça dos Martírios (século XX).....	281

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHEX	Arquivo Histórico do Exército
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal
APA	Arquivo Público de Alagoas
BN	Biblioteca Nacional
BNF	<i>Bibliothèque Nationale de France</i>
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CHAIA	Centro de História da Arte e Investigação Artística
IBAMA	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGHAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
MISA	Museu da Imagem e do Som de Alagoas
SOP	Setor de Obras Públicas
UEM	Unidade Executora Municipal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 A VEGETAÇÃO NA PAISAGEM DO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO</b> .....	29
1.1 Exploração: o ideário português nas representações cartográficas do século XVI....	31
1.2 Conhecimento: as publicações naturalistas holandesas do século XVII .....	39
1.3 Conservação: políticas portuguesas e estudos dos naturalistas para a conservação e exploração das matas brasileiras (século XVIII e XIX).....	45
1.4 As matas alagoanas: estudos para sua conservação .....	50
1.4.1 Conhecer e conservar para explorar: os documentos elaborados por Matos Moreira em Alagoas .....	55
1.5 Aclimação: a introdução de novas espécies e a transformação da paisagem alagoana .....	63
1.6 Ordenamento: a inserção da vegetação no âmbito privado .....	71
1.6.1 Aldeamentos missionários e edificações religiosas.....	72
1.6.2 Os jardins dos quintais coloniais .....	76
1.7 Estética e conhecimento científico: os jardins brasileiros e suas novas funções.....	82
<b>2 A VEGETAÇÃO NA PAISAGEM DO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO</b> .....	90
2.1 Aclimatar: a criação dos jardins botânicos.....	92
2.2 Civilizar: a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e as transformações urbanas ...	96
2.2.1 Embelezar: a Missão Artística Francesa e a transformação das cidades brasileiras ....	100
2.3 Higienizar: o início da arborização urbana no Brasil.....	109
2.4 Os jardins e passeios públicos brasileiros .....	114
2.4.1 O embelezamento, o abastecimento de água e o funcionamento dos jardins.....	117
2.5 A valorização da vegetação exótica nos espaços públicos e privados .....	121
<b>3 MACEIÓ E A URBANIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO NO SÉCULO XIX</b> .....	126
3.1 Os espaços ajardinados privados em Alagoas no século XIX: os jardins residenciais urbanos, as chácaras ou sítios e os engenhos .....	127
3.2 As primeiras representações de espaços públicos ajardinados em Alagoas .....	139
3.3 Entre as águas e a vegetação: uma aproximação com a configuração inicial da paisagem de Maceió.....	141
3.4 A vegetação como marco referencial nas primeiras iconografias de Maceió.....	143
3.5 Entre a mata e o coqueiral: a vegetação e a vila de Maceio (início do século XX) ...	150
3.6 O ideário embelezador e higienizador na nova capital da província.....	159

<b>3.7 A vegetação, os caminhos e os primeiros espaços públicos na planta de Mornay (1841)</b>	164
<b>3.8 A função da vegetação nos quintais (século XIX)</b>	171
<b>3.9 Arborizar os caminhos: higiene e embelezamento nas primeiras propostas de arborização urbana</b>	181
3.9.1 A arborização do “caminho lagunar”: o <i>boulevard</i> do Canal da Ponta Grossa, a Estrada do Trapiche da Barra e a Rua Augusta	185
3.9.2 A arborização do “caminho portuário”: a Estrada do Saraiva (Aterro do Jaraguá)	189
3.9.3 A arborização do “caminho ferroviário”: a Rua da Boca de Maceió	191
<b>3.10 Arborizar as praças</b>	201
<b>4 A VEGETAÇÃO E OS JARDINS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX</b>	216
<b>4.1 As propostas de espaços ajardinados em pontos estratégicos</b>	218
<b>4.2 Os jardins e o abastecimento de água</b>	228
<b>4.3 A vegetação e a configuração espacial dos jardins públicos</b>	241
<b>4.4 Funcionamento, manutenção e decadência dos jardins públicos</b>	254
<b>4.5 Da porta dos fundos à porta da frente: o papel da vegetação nos jardins residenciais (século XX)</b>	265
<b>4.6 O ideário republicano e a chegada do século XX – dos jardins às praças: o que mudou?</b>	276
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	285
<b>REFERÊNCIAS</b>	296
<b>ANEXO A</b>	313



A motivação para o desenvolvimento desta tese surgiu no ano de 2009, durante o mestrado, na pesquisa realizada no acervo do Arquivo Público de Alagoas (APA), que continha uma rica – e inédita – documentação a reunir parte dos ofícios enviados e recebidos pelos engenheiros da província de Alagoas no século XIX. Naquele momento, a leitura de uma pequena parte dessa documentação, que tratava especificamente dos jardins públicos de Maceió, chamou a atenção para a existência desses jardins, suas características espaciais, suas funções e sua importância para a história da cidade.

A continuidade da pesquisa no acervo do APA, complementada com outros documentos cartográficos e ofícios do século XIX, e a observação da paisagem urbana atual permitiram um olhar mais abrangente e aprofundado sobre a relação desenvolvida entre os agentes construtores da cidade e a vegetação. Observou-se que havia uma lacuna no meio acadêmico sobre essa temática, que foi tratada superficialmente na dissertação, defendida no ano de 2010<sup>1</sup>, pincelando algumas informações sobre o Jardim Público do Palacete da Assembleia Provincial, localizado nas imediações do objeto de estudo abordado naquela dissertação.

No entanto, diversos estudos mostram que a história dessa relação da inserção intencional da vegetação na cidade é de fundamental importância para a compreensão da forma como a cidade se construiu e se modificou a partir dos ideários dominantes de cada época e reflete os modos, os costumes e a cultura de um povo. As praças, jardins públicos e demais espaços ajardinados ou arborizados, em suas diferentes dimensões, como a econômica, a político-administrativa, a social, a técnica ou a dimensão estilística, vêm sendo objeto de estudo de diferentes pesquisadores no Brasil e em outros países e demonstram a importância da relação entre a sociedade e a vegetação ao longo do tempo (RIBEIRO *et al.*, 2013; SILVA, 2016; DOURADO, 2008; MAGALHÃES, 2015).

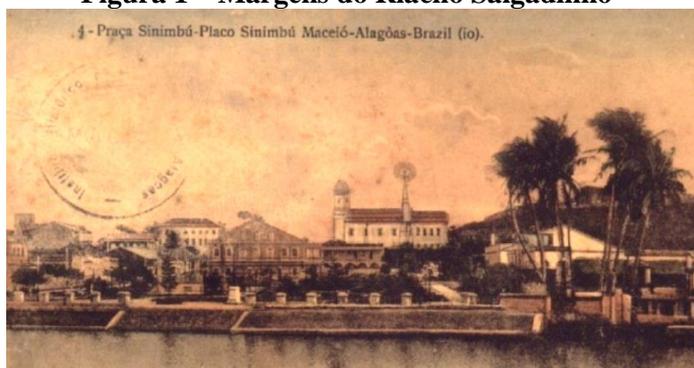
Apesar da riqueza de informações que o estudo desta temática pode revelar sobre a construção da cidade, explorada em teses e dissertações que abordam diversas cidades brasileiras, em Maceió tal relação ainda carece de ser explorada. Ao observar a cidade na atualidade, percebe-se a presença pouco expressiva de vegetação nos espaços públicos e um descuido com os espaços ajardinados um tanto latente na paisagem urbana. Pouco se sabe sobre a existência dos extintos jardins públicos inseridos no século XIX. Quase não se percebem resquícios dos quintais que existiam no núcleo inicial da cidade e que compunham a paisagem urbana através das massas vegetadas das copas das frutíferas ali plantadas.

---

<sup>1</sup> LEÃO, Tharcila Maria Soares Leão. **A história da paisagem da Praça Dom Pedro II, em Maceió-AL.** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

As margens da Laguna Mundaú e dos riachos que recortam o perímetro urbano não recebem tratamento paisagístico, embora existam registros fotográficos mostrando que, no passado, algumas dessas margens foram alvo de propostas de embelezamento. Um caso emblemático são as margens do Riacho Salgadinho; considerado então um elemento de importância paisagística, tinha seu uso voltado ao lazer e suas margens fizeram parte de propostas de embelezamento urbano, especialmente na região onde foi construída e ajardinada a Praça Euclides Malta (atual Praça Sinimbu), nos primeiros anos do século XX, como mostra bilhete postal da época (Figura 1). Na atualidade, o Riacho Salgadinho, que teve seu curso alterado no ano de 1947, encontra-se poluído, suas margens recebem pouco tratamento paisagístico e tornou-se desvalorizado pela população, conforme se verifica na Figura 2.

**Figura 1 – Margens do Riacho Salgadinho**



Fonte: Acervo digital do MISA (s/d).

Obs.: Quando o riacho ainda margeava a Praça Sinimbu.

**Figura 2 – Margens poluídas e sem tratamento paisagístico do Riacho Salgadinho na atualidade**



Fonte: Autora (2017).

Além disso, percebe-se também que, com o decorrer dos anos, a maioria dos espaços arborizados e ajardinados executados no século XIX foi destruída, parcial ou totalmente, e que na atualidade há um desconhecimento quase que generalizado dos seus valores e significados, estéticos e históricos, especialmente considerando que esse século foi um período rico na produção de jardins no Brasil.

Pesquisas e publicações recentes não enfocam esta temática, mas tecem algumas considerações que auxiliam a pensar o ideário predominante que interferiu diretamente na inserção dos espaços ajardinados e arborizados de Maceió no século XIX. Entre essas pesquisas, destaca-se a desenvolvida por Ferrare (2014), que esclarece sobre o ideário predominante no projeto colonizador português em terras alagoanas; Cavalcanti (1998), que auxilia na compreensão da formação da cidade de Maceió e sobre as influências do ideário higienista a partir do início do século XIX; Campello (2009), que aborda a formação da imagem de Maceió no início do século XX; e, mais recentemente, Fortes (2018), que, ao tratar da

importância da região portuária do Jaraguá entre os séculos XVII e XVIII, permitiu um melhor entendimento sobre o ideário de exploração das madeiras em Alagoas e seus reflexos no núcleo inicial do povoado de Maceió. Esses trabalhos abrem horizontes para uma discussão mais aprofundada sobre como a vegetação foi sendo inserida no espaço urbano, e como os espaços ajardinados foram apropriados pela sociedade a partir de do século XVIII até o final do século XIX.

Buscando diminuir a lacuna sobre esta temática, a presente tese é um estudo histórico sobre a construção cultural entre sociedade e vegetação a partir dos ideários dos agentes construtores da cidade de Maceió durante o século XIX, contribuindo com o debate sobre a inserção e a preservação da arborização e dos espaços ajardinados na cidade. Tomaram-se como objeto de estudo os espaços arborizados e ajardinados, públicos ou privados, propostos durante o século XIX para a região compreendida entre o núcleo urbano principal de Maceió, desde sua elevação à categoria de vila, em 1839, e a região portuária do Jaraguá, localizados entre o Oceano Atlântico e a Laguna Mundaú (Figura 3).

**Figura 3 – Delimitação do recorte espacial da tese na planta da cidade de Maceió (1902)**



Fonte: Acervo digital do AHEX. Tratado pela autora.

Tomou-se como ponto de partida o entendimento de Gilberto Freyre, em sua obra *Nordeste* (1937), na qual o autor defende que a forma de colonização da costa nordestina, com

base na introdução de espécies exóticas, como a implantação da monocultura da cana-de-açúcar, por exemplo, estabeleceu uma relação de negação e de desqualificação da vegetação nativa. A **hipótese** levantada por esta tese é que essa forma de colonização influenciou no estabelecimento de uma relação cultural de menosprezo pela vegetação nativa, que permeou as ações de arborização e ajardinamento durante o século XIX em Maceió.

Desta forma, a tese tem como **objetivo geral** investigar as diferentes funções atribuídas à vegetação da região onde Maceió se insere, durante o século XIX, a partir do ideário predominante dos agentes construtores da cidade.

Seguindo este raciocínio, definiram-se como **objetivos específicos** da tese:

1. Identificar os ideários predominantes durante o século XIX que interferiam na relação estabelecida entre cidade e vegetação;
2. Refletir sobre a atuação dos gestores e engenheiros no que se refere à arborização e à inserção dos espaços ajardinados;
3. Identificar e analisar as principais normativas que regiam as ações referentes ao plantio e à conservação de vegetação em Maceió;
4. Identificar, espacializar e analisar as diferentes propostas de arborização e de ajardinamento de espaços de uso público em Maceió, verificando o papel da vegetação nessas propostas;
5. Levantar as diferentes funções atribuídas à vegetação nos diferentes espaços urbanos como quintais e jardins residenciais, ruas e avenidas arborizadas, largos, praças e jardins públicos durante o século XIX.

A seguir, serão delineados o principal **referencial teórico-metodológico**, os **procedimentos e etapas metodológicas**, as **categorias de análise** adotadas e, por fim, a **estrutura da tese**.

Em virtude da hipótese levantada, foi necessário recuar no tempo de forma a entender o ideário predominante na forma de colonização da região Nordeste, e principalmente de Maceió, tentando compreender qual o papel desempenhado pela vegetação naquele contexto. Para tanto, fez-se necessário delimitar quais seriam os agentes construtores da cidade a ser tratados na tese e como eles interferiam na formação e propagação desses ideários. Pesavento (1995, p. 283) destaca que havia, especialmente no século XIX, um sistema de ideias, mais ou menos coerentes, aqui denominado ideário, daqueles que projetavam, discutiam e executavam a cidade. Para a autora citada, “os portadores de tais ideias seriam identificados no interior das classes dominantes ou das elites dirigentes”, aqui denominados agentes construtores da cidade.

De acordo com a documentação a que se teve acesso nos acervos locais<sup>2</sup>, os documentos referentes ao Setor de Obras Públicas (SOP) e as *Fallas e Relatórios Provinciais*<sup>3</sup>, constituíram os agentes a ser tratados na presente tese os engenheiros, médicos sanitaristas e gestores públicos que atuaram diretamente na propagação desses ideários.

Dos autores que abordam a relação inicial de exploração entre os colonizadores e a Mata Atlântica brasileira e as suas consequências, foram de fundamental importância os estudos de Warren Dean (1989; 1996), que abordam o impacto causado pela colonização portuguesa através da exploração da Mata Atlântica e da introdução de novas espécies, e de Shawn Miller (2000), que tratam da destruição das matas litorâneas brasileiras e do monopólio português sobre as “madeiras de lei”. Tais estudos foram complementados com o desenvolvido por Thomas (1983), que afirma que as matas não cultivadas são um sinônimo de rusticidade e perigo, localizando-se no polo oposto ao da civilização. As leituras desses autores revelaram-se essenciais para esboçar um panorama acerca do ideário de exploração, marcante no período colonial, bem como para compreender sua influência na construção cultural de desvalorização da mata nativa local e dos terrenos não cultivados que não forneciam lucro.

Essas leituras foram complementadas com o estudo sobre a história da inserção da vegetação, de caráter higiênico, utilitário, contemplativo ou estético, que permitiu a compreensão de como a vegetação mudou seu *status* dentro da cidade e possibilitou um maior entendimento sobre a forma como a cidade se construiu e se modificou a partir dos ideários dominantes em cada época. Nesse sentido, diversos trabalhos apontam a importância desses espaços ajardinados no contexto urbano de diversas cidades e o papel que os ideários de civilização, higienização, embelezamento e modernização tiveram nas transformações urbanas ocorridas principalmente no século XIX.

O embelezamento, também conhecido como aformoseamento, nas cidades brasileiras e a influência do Rio de Janeiro como cidade modelo para as cidades do Nordeste foram enfocados por Moura Filha (2000) em seus estudos sobre a cidade de João Pessoa-PB e, mais recentemente, por Almeida (2014) que, de modo particular, se aprofundou nos estudos acerca da cidade de Salvador-BA. Apesar da extensa literatura sobre os planos de melhoramento, embelezamento e higienização das cidades, identificaram-se escassos trabalhos sobre a temática

---

<sup>2</sup> Um outro agente que poderia fornecer maiores informações sobre a função da vegetação e dos espaços a ela relacionados, seria a própria sociedade. No entanto, em virtude do recorte temporal delimitado na tese (o século XIX), a principal via de acesso a essas informações seriam os jornais e periódicos da época. O acesso a essa documentação, no entanto, não foi possível em virtude de esta estar passando por um longo processo de restauração, impossibilitando sua consulta nos acervos locais.

<sup>3</sup> O acesso às *Fallas* se deu a partir do site do Projeto Brazilian Government Documents, no endereço eletrônico do CRL – *Center for Research Libraries*: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>.

em Maceió, sobretudo elegendo os espaços públicos ajardinados como fio condutor das pesquisas.

Dentro da temática dos espaços ajardinados, entre os estudos desenvolvidos no exterior, destaca-se o arquiteto italiano Franco Panzini (2013), que apresenta um panorama geral da história da arquitetura da paisagem mundial e dos jardins; e Aurora Carapinha (1995), pesquisadora da Universidade de Évora em Portugal, que desenvolve pesquisas sobre os jardins públicos e privados portugueses. No contexto brasileiro, os espaços ajardinados, públicos ou privados, têm sido alvo de pesquisas publicadas e discutidas em teses, dissertações, eventos e revistas específicas sobre a temática<sup>4</sup>.

Em se tratando da presença de vegetação no âmbito privado, no contexto brasileiro, a consagrada obra de Reis Filho (1970) permite compreender de que forma os jardins foram sendo inseridos nos lotes urbanos desde o período colonial. A obra de Freyre (1936) fornece valiosas informações sobre os usos e valores dos jardins presentes nas casas brasileiras e seus quintais, entre tantas outras temáticas que envolvem a cidade, a sociedade e seus valores. Nesse mesmo sentido, Aragão (2008<sup>a</sup>), tomando como ponto de partida a obra freyriana, relata de forma detalhada a história e as características desses jardins e de sua vegetação. Ainda sobre os jardins privados, os quintais nordestinos, especialmente os das cidades de Olinda e Salvador, foram abordados por Loureiro (2008; 2012) e Holthe (2002), respectivamente, visando compreender o funcionamento destes na realidade de Maceió.

Entre as publicações relevantes sobre a temática em foco nesta tese, destacam-se os estudos desenvolvidos por Segawa (1996), que verificou a importância dos jardins como referência significativa para a paisagem urbana brasileira; Terra (2004), que tratou a questão da arborização nas cidades brasileiras a partir do enfoque histórico; e Dourado (2008), que abordou a influência francesa na prática projetual dos primeiros jardins brasileiros, especialmente no Rio de Janeiro.

No contexto nordestino, além das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação<sup>5</sup>, normalmente vinculados ao curso de Arquitetura e Urbanismo, destaca-se Silva

---

<sup>4</sup> Entre os principais eventos nacionais que abordam a temática, destacam-se o Encontro de Gestores de Jardins Históricos (promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pela Fundação Museu Mariano Procópio e com o apoio do Grupo de Pesquisas História do Paisagismo [EBA/UFRJ], do Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas [EBA/UFRJ], do Iphan e do Icomos) e o Colóquio Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (promovido pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG] em parceria com o Iphan, o IEDS e o Icomos-BR).

<sup>5</sup> Sobre a temática da paisagem com foco nos espaços ajardinados, destacam-se as pesquisas desenvolvidas pela professora Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro no Laboratório da Paisagem da FAU/UFPE, que abordam estudos acerca da conservação da paisagem e dos jardins, especialmente os concebidos pelo paisagista Roberto Burle Marx; e as pesquisas desenvolvidas pela professora Maria Angélica da Silva, no grupo “Estudos da Paisagem” da FAU/Ufal,

(2007), que analisou a importância do projeto paisagístico dos jardins na cidade do Recife, alguns ainda preservados e integrantes da memória coletiva recifense. Em uma pesquisa mais recente, a autora tratou também da implantação dos jardins públicos no Brasil, mais especificamente nas cidades do Recife, Fortaleza e João Pessoa, identificando a introdução de soluções para a aclimação das matrizes estrangeiras à realidade local (SILVA, 2016). Ainda sobre a mesma temática, porém com foco na preservação patrimonial, ressalta-se a pesquisa desenvolvida por Magalhães (2015), que aborda a problemática da salvaguarda dos jardins públicos como patrimônio paisagístico.

Em termos de **procedimentos e etapas metodológicas**, recorreu-se inicialmente à pesquisa documental primária em acervos nacionais e internacionais e, em um segundo momento, procedeu-se à análise qualitativa e sistemática dos dados coletados. Na primeira fase de pesquisa foram consultados os acervos locais do APA, do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA) e do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) para a coleta de informações em fontes primárias escritas, cartográficas e iconográficas dos séculos XVIII e XIX, que forneceram dados relativos à inclusão de vegetação e à criação e manutenção dos espaços públicos ajardinados de Maceió. Toda a documentação manuscrita consultada foi devidamente listada e encontra-se enumerada no Anexo 1.

No APA, foi realizada uma pré-seleção das caixas de documentos que tratavam do Setor de SOP e dos ofícios recebidos e enviados pelos engenheiros da província, totalizando 36 caixas rastreadas. Em cada caixa foram identificados e digitalizados os documentos manuscritos que tratavam das transformações urbanas ocorridas com finalidades higiênicas e de embelezamento, da inserção da vegetação, da criação dos espaços ajardinados em Maceió e de assuntos correlatos que poderiam auxiliar na compreensão do objeto de estudo, totalizando cerca de 1.500 páginas de documentos digitalizados. Após a digitalização, deu-se início à seleção para transcrição dos manuscritos que se referiam às propostas de arborização de ruas, praças e à inserção dos jardins e passeios públicos. Foram transcritos na íntegra cerca de 75 documentos que se relacionavam, mesmo que de forma indireta, com a inserção da vegetação e dos espaços ajardinados, gerando quadros cronológicos com as principais propostas de ajardinamento que ilustram a tese e auxiliam a compreensão do leitor.

O conteúdo dessa documentação digitalizada é abrangente e aborda questões diversas sobre o processo de construção e transformação de Maceió no século XIX. Essas transformações buscavam construir uma imagem coerente com sua nova posição de cidade e

---

que estuda a paisagem considerando seus elementos, dinâmicas, pessoas e temporalidades através, principalmente, da iconografia, dos relatos de época e da observação sensorial e afetiva dos espaços.

capital da província, tais como abertura de novas ruas e largos, calçamento das principais ruas, estudos e contratos para implantação do sistema de iluminação pública, construção de edificações, estudos e contratos para distribuição de água através dos chafarizes, entre outras questões que não são esgotadas na presente tese e que se apresentam como uma rica documentação para pesquisas futuras.

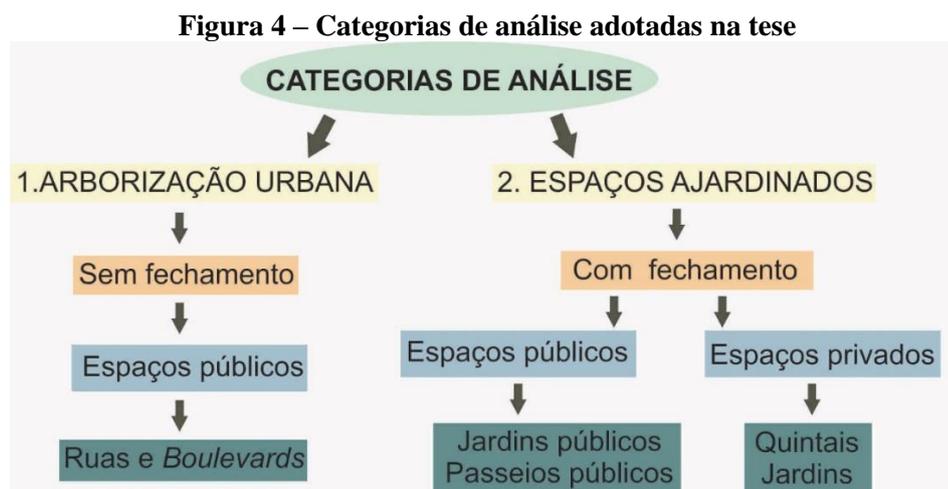
A leitura dos documentos primários locais possibilitou a identificação de diferentes formas de inserção de vegetação em Maceió no século XIX. Essas formas delimitaram duas categorias de análise: a arborização urbana e a criação de espaços ajardinados. Silva (2016, p. 18) diferencia os termos “arborizar” e “ajardinar”, explicando que enquanto o primeiro sinaliza apenas o plantio de árvores na cidade, o segundo indica a inserção de vegetação em seus variados estratos vegetais de modo planejado para fins estéticos, higiênicos ou utilitários, incluindo, muitas vezes, a inserção de traçado, mobiliário e peças decorativas. Terra (2004) faz algumas reservas com relação ao uso do termo “arborizar”, que, segundo o autor, sugere tecnicismo e pragmatismo projetual, devendo este termo ser utilizado apenas nas ações ocorridas no final do século XIX, quando as cidades brasileiras apresentaram um maior grau de organização. No entanto, as análises empreendidas nesta tese mostraram que as propostas para o plantio de árvores em Maceió envolviam questões práticas e objetivas como higienização, estética, drenagem e amenidade climática desde meados do século XIX, sendo, por esse motivo, adotada a nomenclatura “arborização urbana” para esta categoria de análise.

Voltando para a categoria dos espaços ajardinados, as leituras de Segawa (1996, p. 219) complementaram o entendimento de que os jardins ocidentais são “enquadramentos de paisagens cultivadas pelo ser humano com a marcante presença da vegetação”. O autor afirma ainda que os jardins adquirem diversas dimensões, entre as quais se destacam para o presente estudo a dimensão racional e funcional, enquanto produtos de uma racionalização da natureza pelo homem; a dimensão mítica, pela sua capacidade de inspirar emoções e sentimentos; e a dimensão cognitiva, enquanto produtos decorrentes de reconhecimento de regras de uso criadas e aceitas pela sociedade, principalmente em se tratando dos jardins públicos. Essas dimensões foram identificadas nos espaços ajardinados tratados nesta tese, sejam eles públicos (jardins e passeios) ou privados (quintais e jardins).

Além dos diversos estratos vegetais e das diferentes dimensões presentes nos jardins, Silva (2007, p. 28) afirma ainda que o vocábulo inglês *garden* e o alemão *garten* contêm o radical *gart*, que significa cercado. De forma análoga, “a expressão jardim nas línguas vernáculas do Ocidente se vincula ao hebraico *gan*, ou seja, proteger ou defender, sugerindo a

presença de uma vala, muro ou cerca, e *eden* ou *oden*, exprimindo a noção de prazer, deleite” (SILVA, 2010, p. 24).

Os jardins e passeios propostos para Maceió, identificados nos documentos primários do século XIX, caracterizam-se pela presença de grades ou muros de fechamento. Assim, além da arborização urbana, definem-se na tese os espaços ajardinados como uma segunda categoria que se subdivide em espaços públicos ou privados (Figura 4).



Fonte: Autora (2018).

No caso da cidade de Maceió, os espaços privados ajardinados serão abordados através dos indícios de quintais e jardins residenciais, uma vez que as cercas conventuais são inexistentes na cidade e não foram encontrados indícios de jardim no engenho que possivelmente funcionou em Maceió nos primórdios de seu povoamento. Essas duas categorias de jardim privado (jardim das cercas conventuais e jardim dos engenhos) foram identificadas em outras cidades alagoanas e, embora se encontrem fora do nosso recorte espacial, serão tratadas de forma menos aprofundada, em virtude da importância que as informações obtidas na pesquisa revelaram.

No que se refere às propostas de espaços públicos ajardinados em Maceió, foram encontrados relatos nos manuscritos do SOP que se referiam à existência de desenhos e plantas de diversas propostas de ajardinamento para a cidade. No entanto, esses documentos não foram encontrados nos acervos consultados e acredita-se que tenham sido destruídos ou que ainda não foram catalogados. Cabe enfatizar também as restrições de acesso a esses manuscritos de forma geral, uma vez que na maioria dos arquivos locais consultados esses documentos não se encontravam catalogados por completo, e tampouco digitalizados, configurando esta uma das principais dificuldades da pesquisa. Nesse sentido, vale salientar que, por não estar devidamente

catalogada, a documentação do APA utilizada na tese foi referenciada utilizando a data em que foi redigida e a numeração atual das caixas utilizadas pela instituição.

No IHGAL, além da consulta a diversas obras de autores locais que abordam a historiografia local do século XIX, deu-se atenção particular à Compilação das Leis Provinciais, verificando-se através das diversas leis, decretos e códigos de posturas da cidade de que forma a vegetação e os espaços públicos eram tratados pela gestão pública, além das determinações no que diz respeito às questões higiênicas e de embelezamento urbano. Além disso, foi consultado o banco de imagens que, juntamente com as imagens digitalizadas pelo MISA e pelo APA, possibilitou a elaboração de um catálogo com aproximadamente 170 imagens de espaços ajardinados e seus entornos, algumas das quais ilustram a tese, e que muito auxiliaram na compreensão da configuração espacial desses locais no final do século XIX e início do século XX.

Além dos arquivos locais, foi também consultado, *in loco*, o acervo da Biblioteca Nacional (BN) no Rio de Janeiro e foram acessados os acervos digitais do Arquivo Histórico do Exército (AHEX) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em busca de imagens, plantas e mapas que representassem a cidade de Maceió. Foram encontrados alguns mapas que representam a região de Alagoas e, especificamente, Maceió, que embora não tomem a vegetação como foco principal, sendo esta muitas vezes ausente nas representações, auxiliaram na compreensão do ideário dominante no início do século XIX. Nesse sentido, partiu-se do entendimento de Harley (2009) de que os mapas são imagens “carregadas de um juízo de valor”, e buscou-se compreender, a partir dessa ausência de representação da vegetação, o chamado “silêncio dos mapas”, que valor ou conjunto de valores estavam arraigados no ideário predominante, que permeou a relação entre o habitante e a vegetação. Paiva (2006, p. 18) complementa também a necessidade de “perguntar sobre os silêncios, as ausências e os vazios, que sempre compõem o conjunto e que nem sempre são facilmente detectáveis”; acrescenta que “a imagem não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos”.

Além das pesquisas nos arquivos brasileiros, empreendeu-se uma pesquisa em arquivos digitais de outros países, como na *Bibliothèque Nationale de France* (BNF) e na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), em busca de mapas e iconografias passíveis de auxiliar a compreensão do objeto de estudo. Como resultado dessas buscas, foram coletados mapas e representações dos séculos XVI, XVII e XVIII que retratam a costa brasileira, sua fauna e flora, que colaboraram, em conjunto com a leitura de dissertações, teses e demais publicações, para a compreensão do papel da vegetação e do ideário predominante nos primeiros séculos de

colonização. Foram consultadas também produções relativas aos jardins portugueses, desenvolvidas pela Universidade de Évora, Portugal, em especial pelo Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA).

Buscando compreender o ideário da gestão pública que norteou as intervenções na cidade, foi realizada uma pesquisa detalhada nas *Fallas e Relatórios da Província de Alagoas*, o que também gerou um quadro cronológico com as intervenções realizadas pelo poder público, tendo como intuito a tríade: ajardinamento, embelezamento e higienização da cidade.

Além disso, foi consultada e transcrita parte dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal (AHU) e Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), alguns disponibilizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco<sup>6</sup>, outros disponibilizados pela arquiteta Cynthia Fortes, após pesquisa empreendida em sua tese de doutorado (FORTES, 2018). A análise dessa documentação relativa às capitânicas hereditárias do Brasil, oriunda do antigo Conselho Histórico Ultramarino, possibilitou uma melhor compreensão sobre o papel e a importância da vegetação nativa como matéria-prima a ser explorada desde o final do século XVIII.

Toda a documentação primária coletada foi selecionada, compilada e sistematizada em quadros cronológicos referentes às principais propostas de inserção de vegetação, divididos pela categoria de análise em que se enquadravam e pela localização, auxiliando na compreensão do objeto de estudo. De posse dessa documentação, buscou-se “captar” o que ocorreu no passado a partir do cruzamento de dados objetivos como obras, traços, sinais ou “cacos” dos acontecimentos, dos ideários e das ações sobre a cidade que se apresentam atualmente através de imagens, discursos e documentos oficiais (PESAVENTO, 1995). O cruzamento desses dados possibilitou a elaboração de um quadro cronológico sintético, apresentado nas considerações finais, com as principais ações que envolveram as diferentes formas de inserção da vegetação em Maceió, fornecendo uma visão mais global das propostas.

A tese foi estruturada em quatro seções. A primeira seção, intitulada *A vegetação na paisagem do período colonial brasileiro*, apresenta primeiramente uma revisão bibliográfica sobre as funções que a vegetação desempenhou na paisagem brasileira no período colonial a partir de sua representação nas diversas iconografias, buscando compreendê-las a partir do ideário predominante no período colonial, utilizando autores que tratam da relação homem x mata nativa

---

<sup>6</sup> Disponibilizados através do *site* da Biblioteca Nacional: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>.

Foram analisadas algumas das primeiras representações da costa brasileira no século XVI, como o *Planisfério de Cantino* (1502), o *Mapa Mundi, Terra Brasilis* (1519), entre outros; além de algumas iconografias produzidas pelos naturalistas no século XVII, como Frans Post, Albert Eckhout, Piso e Marcgrave; e os estudos e publicações do final do século XVIII e início do XIX, produzidos a partir de expedições que buscavam o melhor conhecimento e aproveitamento de nossos recursos naturais e sua conservação, como os desenvolvidos por Lisboa (1801-1803) e Moreira (1796). Também nesta seção, tratou-se da aclimação de novas espécies trazidas pelos colonizadores e das primeiras formas de ordenamento da natureza em espaços privados como os existentes nas propriedades religiosas, nos quintais residenciais e nos atípicos jardins de Maurício de Nassau e do Passeio Público do Rio de Janeiro, inseridos ainda no período colonial.

A segunda seção, *A vegetação na paisagem do período imperial brasileiro*, aborda as primeiras formas de inserção da vegetação de forma ordenada nas cidades brasileiras que estavam relacionadas com uma nova forma de o homem ver e se relacionar com a vegetação e que denotavam a influência do ideário higienista e embelezador. Nesta seção foi discutida a influência da chegada da Corte portuguesa e da Missão Artística Francesa ao Brasil na inserção de espaços ajardinados, como os jardins e passeios públicos. A seção traz ainda contribuições sobre os espaços ajardinados no estado de Alagoas, expondo algumas das primeiras formas de ordenamento da natureza em espaços públicos e privados. A primeira delas é uma representação iconográfica única da povoação de Colônia Militar Leopoldina, com traçado sugerindo a presença de jardins públicos e privados, hortas e pomares, à semelhança das representações elaboradas pelos cartógrafos portugueses no século XVIII. Outra contribuição relevante diz respeito ao singular Jardim do Engenho Buenos Ayres, no município de Porto Calvo, cuja documentação levantada indica ser esse, possivelmente, o primeiro jardim privado projetado em meados do século XIX, com finalidades que aliavam questões utilitárias, estéticas, de contemplação e lazer em todo o estado de Alagoas. Ao fim desta seção, discutiram-se também questões relativas à valorização da vegetação exótica nos espaços públicos e privados brasileiros.

A configuração da paisagem de Maceió no século XIX é tratada na terceira seção, intitulada *Maceió e as primeiras ações de urbanização<sup>7</sup> da vegetação no século XIX*. Buscou-se avaliar o papel da vegetação no contexto urbano desde os primórdios do povoado, no início

---

<sup>7</sup> No entendimento da presente tese, o termo “urbanização da vegetação” diz respeito à mudança no *status* da vegetação, que passou, aos poucos, a ser inserida intencionalmente no âmbito urbano e considerada como símbolo de civilidade.

do século XIX, e as transformações ocorridas em Maceió, decorrentes de sua elevação à categoria de cidade e capital da província, abordando, sobretudo, as primeiras tentativas de inserção da vegetação no âmbito urbano. Além das funções exploratórias e de subsistência, nesta seção demonstra-se que a vegetação assumiu um papel de marco referencial para os viajantes, tendo o coqueiral obtido um papel de destaque nessa função. Nesta seção, são discutidas as primeiras propostas de arborização de ruas e estradas, que ocorreram nos principais “caminhos” de acesso à cidade: o lagunar, o portuário e o ferroviário; além das propostas de arborização das principais praças, denotando uma mudança gradual no *status* da vegetação no âmbito urbano. Em virtude da ausência de memoriais botânicos, plantas ou projetos que especificassem as espécies utilizadas na arborização desses caminhos, buscou-se na historiografia local, nos documentos oficiais e em imagens, pistas que pudessem auxiliar na identificação das espécies.

A quarta seção, intitulada *A vegetação e os jardins na segunda metade do século XIX*, tem como foco principal as propostas de passeios e jardins públicos em Maceió na segunda metade do século XIX. Buscou-se na documentação primária identificar todas as propostas de jardins e passeios, elucidando diferentes aspectos inéditos desses locais: suas características formais, a atuação dos agentes construtores da cidade que fomentaram a inserção desses jardins, a importância da implantação de uma rede de abastecimento de água e a inserção de chafarizes para a implantação e manutenção desses jardins; os responsáveis pela sua manutenção; o papel da vegetação e as principais causas da decadência dos jardins públicos. Uma das grandes dificuldades dessa seção consistiu na identificação das espécies plantadas nesses jardins, visto que não há indícios materiais deles na atualidade, não foram encontrados plantas ou projetos e são raros seus registros fotográficos. Para suprir essa carência, buscaram-se essas informações nos documentos oficiais, que forneceram algumas pistas e lançaram pequenas luzes sobre as espécies ali plantadas.

Nas considerações finais, um quadro cronológico síntese de todas as propostas de inserção de vegetação, divididas de acordo com as duas categorias estabelecidas na tese, possibilita uma visão mais global e ampla sobre a urbanização da vegetação em Maceió durante o século XIX. Por fim, no Anexo 1, encontram-se elencados todos os manuscritos consultados na elaboração da tese, organizados pelos acervos aos quais pertencem.



1

A VEGETAÇÃO NA PAISAGEM DO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

*Em consequencia de hum  
 ordem que se deu ao corregedor do Comarca das  
 goas Voz de Rendonca de Mato Moreira para q  
 e em esse as causas e causas de q  
 me na Comarca no curato de suas molestias com q  
 experimenta. a d  
 e de seus efeitos recabi delle o Mage  
 o de la a aures e rivas as guias tendo c  
 me et ad E. v. onthun la sota. v  
 Voz de Rendonca e Mato Moreira*



A relação do homem com a vegetação nativa brasileira faz parte de um longo processo de apropriação do território que vem se modificando com o decorrer dos séculos, denotando o ideário predominante de cada época, que se refletia nas diversas representações iconográficas do Brasil. Desde o período anterior à colonização, já havia um ideário que relacionava as novas terras descobertas com a fertilidade dos solos e com a vegetação exuberante. Assim, pode-se afirmar que a construção da paisagem brasileira se deu desde o início amparada na natureza:

Desde seu nome de árvore, e mais tarde, no seu hino e na sua bandeira, acompanhando os vários ciclos produtivos da economia que se desenvolveram no correr dos séculos, é a natureza e seus atributos que lhe compõem a imagem. Seus símbolos mais fortes e duradouros vinculam a nação a uma natureza exuberante, a um clima ameno, à presença de uma floresta poderosa e diversificada (SILVA, 2009, p. 17).

A Mata Atlântica e sua vegetação exuberante tiveram um grande impacto na construção cultural e histórica brasileira. Miller (2000) enfatiza a importância da floresta e das palavras de raízes indígenas na toponímia brasileira, que nomearam diversos rios, cidades e estados:

The forest's influence on Brazilian toponymy may be unparalleled anywhere, starting with the appellation "Brazil" itself, which derives from brazilwood, a dyewood, and the commodity responsible for the colony's first export boom [...] The terms gameleira, jatobá, and the combinations *pau (de)* \_\_\_\_\_ (e.g., *arco, santo, brasil, alho*) [Sic] litter Brazilian cartography. And we will not attempt to count the toponyms deriving from indigenous root words related to trees, such as *ibira, uba* (both wood), *caá* (forest), and *iba* (tree). For one example, Paraíba, the name of two important rivers and one state, means "river of trees" (MILLER, 2000, p. 5).

Essa intensa relação entre o homem e a floresta, no entanto, baseou-se principalmente na extração e exploração dos recursos naturais brasileiros, que a partir de então vem degradando a Mata Atlântica da costa e alterando a sua paisagem. Desde a fase anterior à chegada dos portugueses ao Brasil já havia uma prática de destruição, em menores proporções, das florestas brasileiras através das agressões cometidas pelos índios em suas práticas agrícolas, que queimavam pequenas partes das matas nativas transformando-as em capoeiras<sup>8</sup> (DEAN, 1996). Com a chegada dos europeus ao território brasileiro, a fauna e a flora exóticas, tão diferentes da paisagem europeia, ao tempo que atemorizaram e fascinaram os colonizadores, também os despertou para as inúmeras possibilidades econômicas que esses recursos naturais poderiam fornecer. Começou a partir de então uma relação ora de encantamento e de surpresa, ora de temor, expressa em cartografias e relatos de viajantes e missionários que aqui estiveram e que se misturavam com a relação exploratória, visando ao lucro a partir da extração das madeiras.

<sup>8</sup> Denominação indígena, capoeira é a floresta secundária que se recupera após um roçado ou queimada em uma terra anteriormente plantada (DEAN, 1996, p. 45).

Apesar desse encantamento com a natureza, a paisagem brasileira inicialmente não foi pensada como um ambiente passível de ser ordenado para fins utilitários, estéticos, de lazer ou contemplação. As impressões dos colonizadores acerca de nossa fauna e flora expressaram isso, durante séculos, através de iconografias ricamente ilustradas que representavam, entre outras coisas, o ideário presente naquele momento, marcado pela tônica da exploração, da surpresa, do temor ao desconhecido. A análise de algumas dessas representações iconográficas auxilia a compreender como foi se estabelecendo essa relação entre colonizador e vegetação, desde o início do período colonial, e de que forma esse ideário influenciou essa relação nos séculos seguintes.

### **1.1 Exploração: o ideário português nas representações cartográficas do século XVI**

Após o primeiro contato com as terras recém-descobertas, a imagem da natureza “brasílica” passou a encantar através tanto do visual como dos sabores, cores e aromas exóticos. Totalmente integrada às aldeias nômades locais, ela estava associada à ideia de encontro com o paraíso terrestre e com as últimas terras do globo a serem conquistadas. Essa tônica era enfatizada nas representações cartográficas e descrições da época, conforme constataram autores como Carvalho (2009) e Ferrare (2014, p. 53):

Era a nostalgia do jardim do Paraíso Terreal e a convicção de que se aproximavam os tempos exatológicos [...] tudo se conjugava para serem aquelas terras consideradas tão maravilhosas como o verdadeiro Paraíso Terrestre, terras abençoadas que acreditavam desde a Antiguidade a imaginação dos Ocidentais.

Para o colonizador, em um momento inicial era necessário dominar essa natureza que, ao tempo que era considerada hostil e selvagem, fornecia recursos econômicos mediante a extração do pau-brasil e, posteriormente, da madeira que abastecia a construção naval portuguesa. Nesse sentido, não foram poucas as representações cartográficas produzidas pelos portugueses, algumas acentuando toques exóticos à paisagem daquele “novo mundo”; e outras, ao tempo que exaltavam a densidade da vegetação no território, também ilustravam procedimentos de devastação impiedosa. Com efeito, essas cartografias eram também representações do estranhamento entre mundos distintos: o mundo do colonizador europeu e o mundo da colônia, que precisam ser consideradas:

As diferenças, no plano do que se considerava civilização naqueles tempos, entre a Europa, a Ásia, a África e a América foram representadas por meio dos animais típicos de cada uma dessas regiões. A associação do cão, domesticado, fiel, companheiro e

confiável, aos ambientes europeus teve, em contrapartida, o uso do macaco e, também, do peru, do rinoceronte e, até mesmo, de aves como a arara e o papagaio como sinônimo de natureza rude, selvagem, inconstante, imprevisível (PAIVA, 2006, p. 24).

No início do século XVI, ainda não havia sido dada muita importância ao território brasileiro, conhecido inicialmente como Ilha de Vera Cruz ou Terra dos Papagaios<sup>9</sup> (em alusão à ave exótica e colorida que os europeus aqui encontraram), pois as atenções dos portugueses ainda estavam voltadas ao comércio de especiarias da Índia. No decorrer do século XVI, e até o século XVIII, foram várias as cartas e atlas elaborados por cartógrafos e cosmógrafos<sup>10</sup> que tinham como principal objetivo mostrar à Coroa portuguesa a situação econômica e o potencial da costa brasileira. Os atlas eram acompanhados de cartas que mostravam os acidentes geográficos, povoações, fortificações e engenhos, especialmente da costa, que objetivavam viabilizar o controle das conquistas ultramarinas por parte da Coroa portuguesa (BUENO, 2007, p. 32).

Foram diversos os mapas que enfatizaram o caráter exótico da paisagem brasileira através da representação de animais e espécies vegetais nativas, que causavam estranhamento e despertavam a curiosidade dos colonizadores. Entre as primeiras representações, destaca-se o mapa conhecido como *Planisfério de Cantino*<sup>11</sup>, de 1502 (Figura 5). Esta cartografia representa parte da costa brasileira e do continente americano, todo o continente africano e a Índia com alto grau de exatidão. Representa a multiplicidade dos espaços entre os Oceanos Atlântico e Índico, onde se situavam os interesses portugueses. Possivelmente a elaboração do planisfério foi baseada em informações obtidas das explorações geográficas ao longo do litoral, pois, como se acreditava que o pau-brasil era a única riqueza da América portuguesa, o conhecimento do continente manteve-se inicialmente limitado à costa (COSTA, 2007, p. 85).

De acordo com Santos (2007), o planisfério constitui uma verdadeira peça de arte, talvez um dos principais monumentos cartográficos renascentistas. A obra reproduz diversos elementos figurativos e ornamentais, próprios da dimensão artística cartográfica da época, onde são representados os elementos naturais (fauna, flora, cursos d'água, relevo) e edificados (no continente africano), além da presença humana. Na costa brasileira, a presença dos elementos

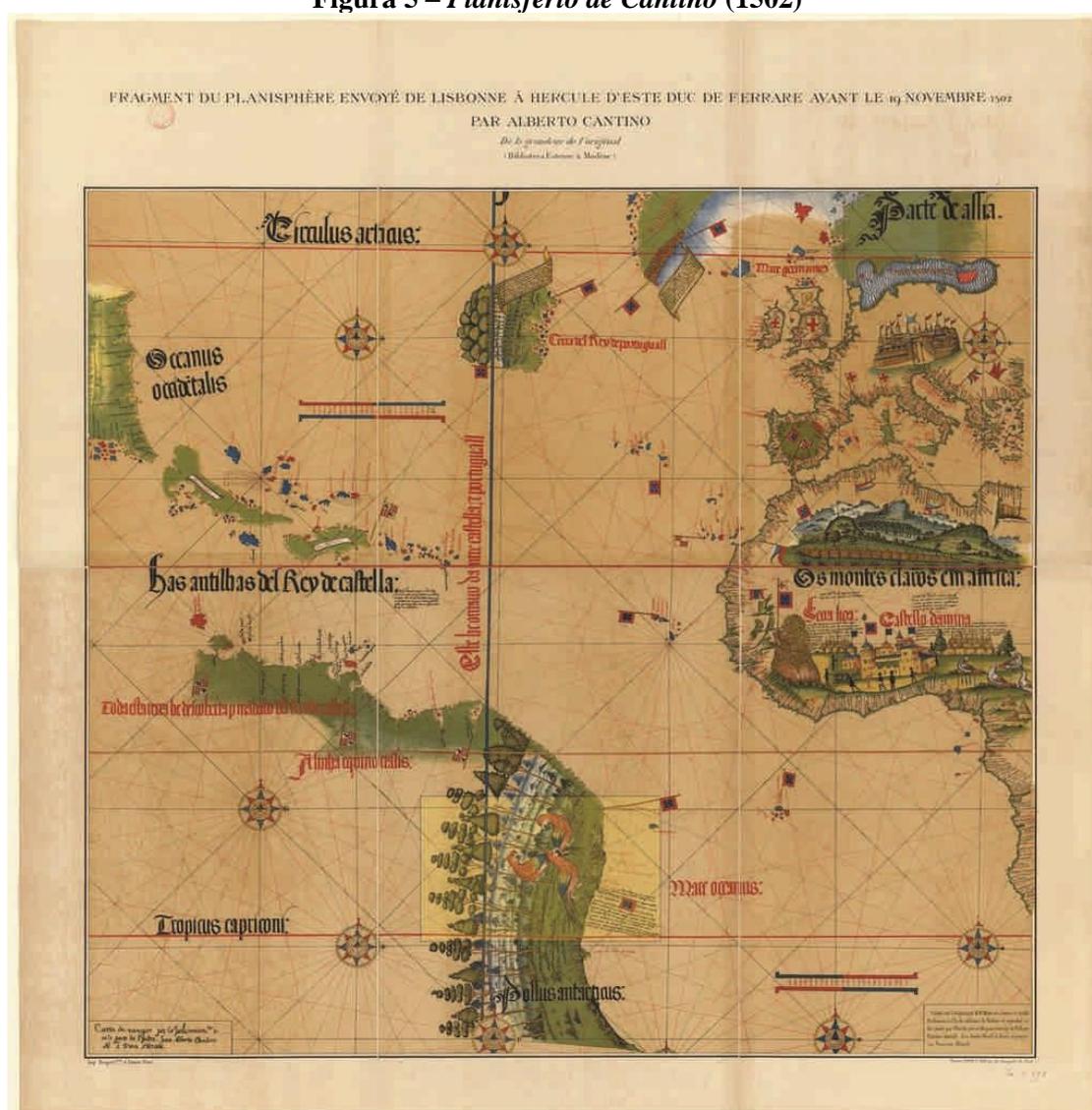
<sup>9</sup> O território português na América foi chamado inicialmente Ilha de Vera Cruz, Terra dos Papagaios, Terra de Santa Cruz e, apenas em 1527, foi denominado de Brasil (COSTA, 2007, p. 83).

<sup>10</sup> Os cosmógrafos desempenharam um papel fundamental para a náutica portuguesa na fase dos Descobrimientos. Unindo arte e ciência, esses profissionais da matemática se aliavam aos cartógrafos para a elaboração de cartas náuticas e atlas fundamentais à navegação e que eram bastante disputadas e contrabandeadas pelas nações que, logo após Portugal, iniciaram seu processo de expansão ultramarina (BUENO, 2007, p. 30).

<sup>11</sup> O planisfério denominado de Cantino, de autoria desconhecida, foi produzido em Lisboa seguindo os padrões cartográficos portugueses. Foi comprado pelo veneziano Alberto Cantino de um cartógrafo em Lisboa que o copiou a partir da carta padrão que ficava armazenada no Armazém de Guiné e das Índias, em Lisboa (COSTA, 2007).

naturais é marcante, sendo representadas aves coloridas, como os papagaios, e algumas espécies arbóreas e arbustivas de portes diversos, demonstrando o quão fascinante pareceu a natureza brasileira aos descobridores (Figura 6). Não há representação humana nem marcas edificadas em toda a costa brasileira, no entanto, já se observam os registros de algumas localidades, tais como: a Baía de Todos os Santos, Porto Seguro e o Cabo de São Jorge, o que demonstra que já houvera, naquele momento, uma apropriação inicial da costa brasileira por parte dos colonizadores. É o que pode ser observado, também, na indicação dos primeiros registros das terras alagoanas a partir da indicação dos Rios São Francisco e São Miguel, já com esta toponímia (Figura 7).

**Figura 5 – Planisfério de Cantino (1502)**

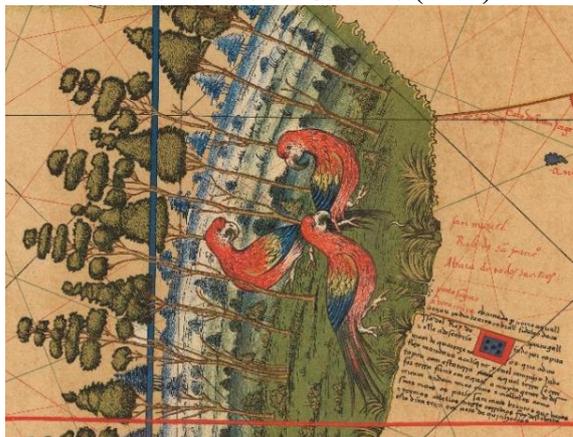


Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: BNF.

Obs.: Destaque para a representação da fauna e flora na região da costa brasileira.

Figura 6 – Fauna e flora da costa brasileira em Planisferio de Cantino (1502)



Fonte: BNF.

Figura 7 – Rios São Miguel e São Francisco em Planisferio de Cantino (1502)

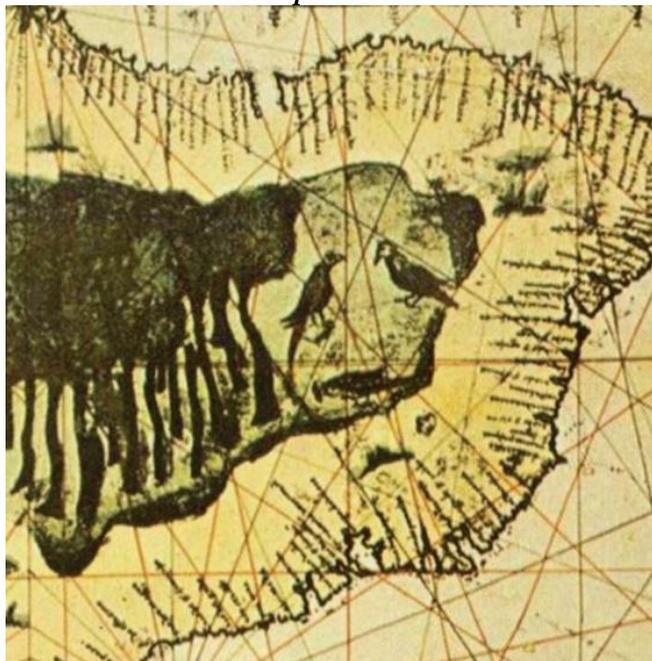


Fonte: BNF.

Outra representação cartográfica de parte do Brasil que representa os aspectos exóticos de nossa fauna e flora é o Mapa *Mundi* da Biblioteca de Turim (Figura 8). De acordo com Ferrare (2014, p. 62), esta cartografia representa a área central do trecho correspondente ao litoral do Brasil “preenchida pela representação de uma densa floresta e a figuração de alguns papagaios [...] reproduzindo as imagens mais fortes do exotismo da paisagem tropical”. Avançando em considerações sobre o processo de percepção e apropriação dos portugueses “Descobridores” para o seu projeto político/colonizador, a autora adianta que “da paisagem vislumbrada pelos primeiros exploradores de toda a Costa Sul da capitania de Pernambuco<sup>12</sup>, sempre **chamara a atenção o grande adensamento arbustivo de várias espécies [...]**” (FERRARE, 2014, p. 195 – grifo nosso). E estas várias espécies, muitas frutíferas, posteriormente constaram nos quintais dos lotes compridos onde eram erguidas as casas nos polos de povoamento colonizador, ao longo do território litorâneo no Nordeste, como Salvador, Olinda e Alagoas do Sul. Era a vegetação natural recortada para o livre usufruto da sobrevivência e para amenidades climáticas dos moradores luso-brasileiros.

<sup>12</sup> Região onde se insere a atual Maceió.

**Figura 8 – Fauna e flora da costa brasileira (s/d) em *Mapa Mundi***

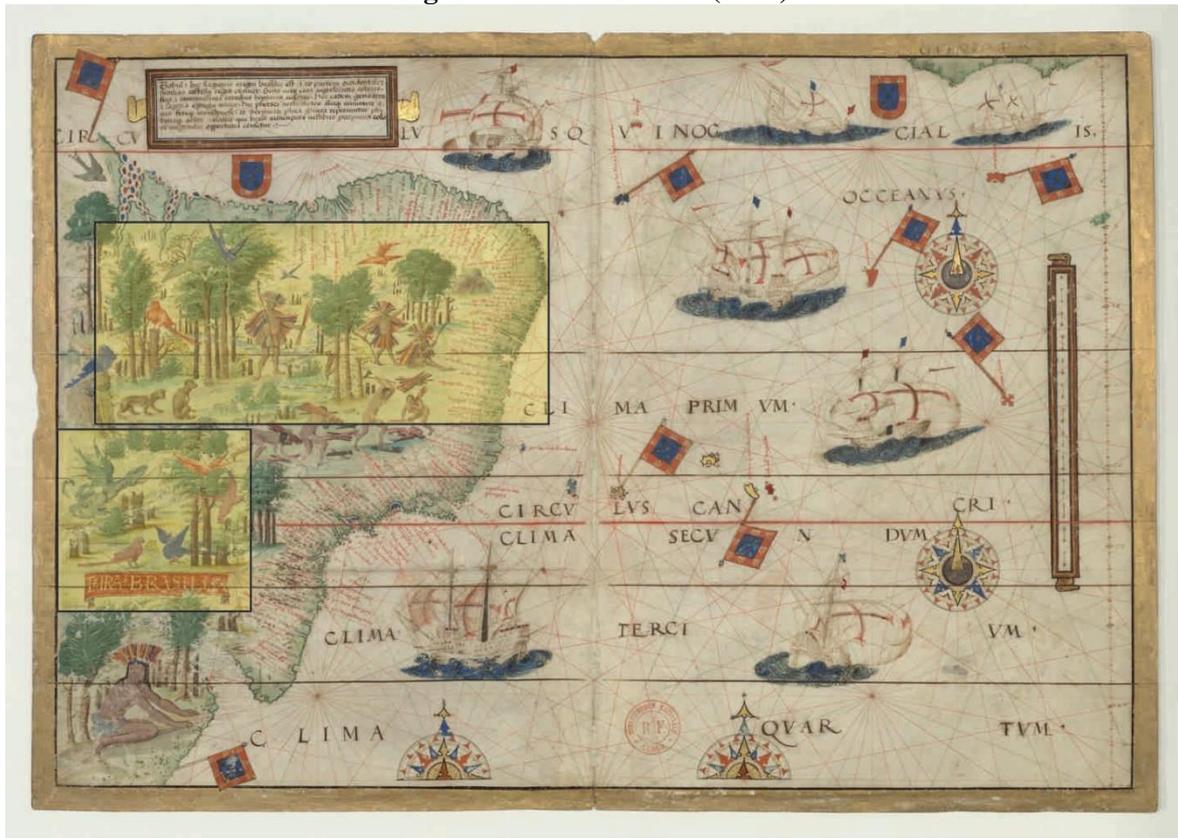


Fonte: Novo Milênio (2005).

Diversas outras cartografias foram elaboradas ainda no século XVI. Entre as que representam mais detalhadamente nossa fauna e flora, destaca-se a carta *Terra Brasilis*, de 1519, contida no Atlas Miller<sup>13</sup>, elaborado pelo cosmógrafo português Lopo Homem (Figura 9). A carta apresenta informações mais detalhadas do que o *Planisfério de Cantino*, mostrando diversos aspectos dos hábitos, costumes e trajes dos indígenas, além da identificação mais detalhada dos acidentes geográficos, rios, córregos e identificação de diversos topônimos da costa brasileira. Além desses elementos, observa-se a rica representação da exploração de nossa flora através de cenas que mostram os aborígenes extraíndo a madeira com instrumentos de corte, onde são representados poucos tipos de espécie arbórea, repetindo-se uma espécie com mais frequência – possivelmente o pau-brasil. A fauna brasileira também está presente através de macacos, araras e papagaios coloridos (Figura 10). Na carta, a realidade parece misturar-se à fantasia com a representação de uma espécie de cobra alada (Figura 11), bastante comum nos relatos dos viajantes da época e que acrescentava um caráter exótico à cartografia (ASSUNÇÃO, 2000, p. 98).

<sup>13</sup> O Atlas denominado *Miller*, nome de seu último proprietário, é um pergaminho atualmente pertencente à Biblioteca de Paris. Trata-se de um atlas composto por diversas cartas que foi encomendado pelo rei D. Manuel e elaborado pelo cosmógrafo Lopo Homem, com ilustrações de Antonio de Holanda ou de Gregório Lopes, concluído no ano de 1519 e que tinha o propósito de divulgar a grandeza do Império Lusitano (COSTA, 2007, p. 87).

Figura 9 – Terra Brasilis (1519)



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: BNF.

Obs.: Pormenores destacados em amarelo.

Figura 10 – Flora, fauna e exploração de madeiras em Terra Brasilis (1519)



Fonte: BNF.

**Figura 11 – Fantasia e realidade: cobra alada e outras espécies da fauna brasileira em *Terra Brasilis* (1519)**



Fonte: BNF.

O último documento quinhentista que merece ser destacado por sua rica representação da flora brasileira é o mapa intitulado *América Portuguesa*, presente na folha número 12 do atlas produzido em 1558 pelo cartógrafo Diogo Homem<sup>14</sup>, que mostra a Costa Norte e Oriental da América do Sul e Antilhas (Figura 12). O documento, colorido a pincel com toques de ouro, mostra acidentes geográficos importantes, cenas da vida cotidiana dos aborígenes, a mata e os animais (araras e monstros marinhos), num misto de realidade e fantasia que caracterizava os mapas portugueses que retratavam a *Terra Brasilis* elaborados nesse período. Em termos de representação de vegetação, o mapa de 1558 mostra uma gama maior de espécies arbóreas, o que demonstra um conhecimento mais acurado sobre as potencialidades de outras espécies além do pau-brasil (Figura 13).

<sup>14</sup> Diogo Homem, filho de Lopo Homem, foi considerado um dos mais importantes cartógrafos portugueses de sua época. Um de seus atlas, elaborado no ano de 1558, atualmente pertencente ao Museu Britânico, é composto por doze folhas de pergaminho fino iluminado contendo várias noções cosmográficas, tábuas de inclinação e nove cartas geográficas, ricamente ilustradas e desenhadas com perfeição (COSTA, 2007, p. 88).

**Figura 12 – Flora e fauna em *América Portuguesa* (1558)**



Fonte: Costa (2007, p. 90).

**Figura 13 – Diferentes espécies arbóreas em *América Portuguesa* (1558)**



Fonte: Costa (2007, p. 90).

De acordo com Santos (2007), os mapas dos séculos XVI e XVII possuíam uma rica dimensão artística, característica da representação cartográfica da época, em que os elementos figurativos e ornamentais se destacavam. Nessa produção cartográfica, que se destinava às atividades de exploração geográfica, de natureza mercantil, política, administrativa e militar, as figurações da fauna e flora brasileira costumavam representar as características das áreas em que estavam situadas no mapa e enfocavam a incipiente exploração econômica de algum recurso:

Por meio desses registros, os cosmógrafos buscavam tornar inteligíveis as informações disponíveis, mesmo que estas fossem escassas e inusitadas, e tivessem que ser idealizadas ou generalizadas, configurando-as, por vezes, de modo acentuadamente exótico [...] (SANTOS, 2007, p. 58).

Pode-se constatar que, apesar de presentes nas cartografias dos séculos XVI e XVII, a vegetação e o relevo, com raras exceções, eram comumente representados de forma mais figurativa, acentuando seu caráter exótico. Elas revelavam um ideário português sobre as terras recém-descobertas pautado pela exploração dos recursos naturais, no encantamento com uma nova natureza que se descobria e no temor a uma natureza desconhecida. Os elementos do relevo e da vegetação passaram a ser mais conhecidos em seus detalhes através das representações setecentistas dos viajantes naturalistas e dos artistas que os acompanharam em suas expedições pela costa brasileira.

## **1.2 Conhecimento: as publicações naturalistas holandesas do século XVII**

O século XVII configurou-se como um período bastante rico em publicações que tratavam da representação de nossa fauna e flora, especialmente durante a curta fase em que os holandeses invadiram o Brasil e aqui permaneceram (1624-1654). Essas obras caracterizavam um ideário pautado pela busca por melhor conhecer as potencialidades de exploração dos recursos naturais brasileiros. Entre as principais obras deste período estão as produzidas pelos integrantes da comitiva do alemão Conde João Maurício de Nassau-Siegen: os pintores Frans Post (1612-1680) e Albert Eckhout (1610-1666) e os naturalistas Georg Marcgrave (1610-1644) e Willem Piso (1611-1678).

Post e Eckhout vieram ao Brasil com a função principal de caracterizar a paisagem, o povo brasileiro e suas etnias. Frans Post, considerado o primeiro paisagista a trabalhar nas Américas, foi autor de cerca de 150 obras, documentando paisagens, povoados e fazendo apontamentos sobre engenhos e fortificações que estavam sob o domínio holandês. As obras produzidas por Post possuem um valor documental inegável, pois além de retratar diferentes aspectos do Nordeste colonial tais como a topografia, condições naturais do sítio e características das edificações, detalha cuidadosamente diversas espécies da flora brasileira, representados em detalhes com suas folhas, frutos e flores (MENESES, 2017).

Como era característico de algumas obras do artista, as pinturas eram divididas em duas partes: uma parte aérea, caracterizada por um extenso céu e uma parte terrestre, onde predominava uma grande área verde que se prolongava até o horizonte. Além disso, Post

costumava retratar em primeiro plano um exemplar de espécie vegetal característica do local em destaque, que configurava um elemento vertical contrastando com a horizontalidade predominante nas pinturas (MENESES, 2017, p. 60).

É o que se observa, por exemplo, nas obras em que o pintor retratou algumas localidades alagoanas, cujas cópias ilustram o livro de Gaspar Barléus (1647) e estão disponibilizadas na BNP: *Castrum Maurittii ad ripam fluminis S. Francisci*, onde retratou o Rio São Francisco e um enorme exemplar de cactos do lado esquerdo (Figura 14); *Obsidio et expugnatio Portus Calvi*, obra onde retratou um trecho da cidade de Porto Calvo, destacando uma árvore de grande porte em primeiro plano, à esquerda (Figura 15); e *Alagoa ad Austrvm*, em que representou uma vista da atual cidade de Marechal Deodoro e, em destaque, uma grande palmácea, à esquerda da imagem (Figura 16).

**Figura 14 – *Castrum Maurittii ad ripam fluminis S. Francisci* (1645)**



Fonte: BNP (Cota E-884-A).

Nessa última pintura, identifica-se em primeiro plano, do lado esquerdo da imagem, um trecho com maior densidade de vegetação, em destaque (Figura 16). Nele, foram representados detalhadamente uma palmácea como elemento vertical na paisagem, algumas espécies arbustivas, um coqueiro caído ao chão e, à direita na parte central, uma igreja e uma povoação (Figura 17).

**Figura 15 – Obsidio et expugnatio Portus Calvi (1645)**



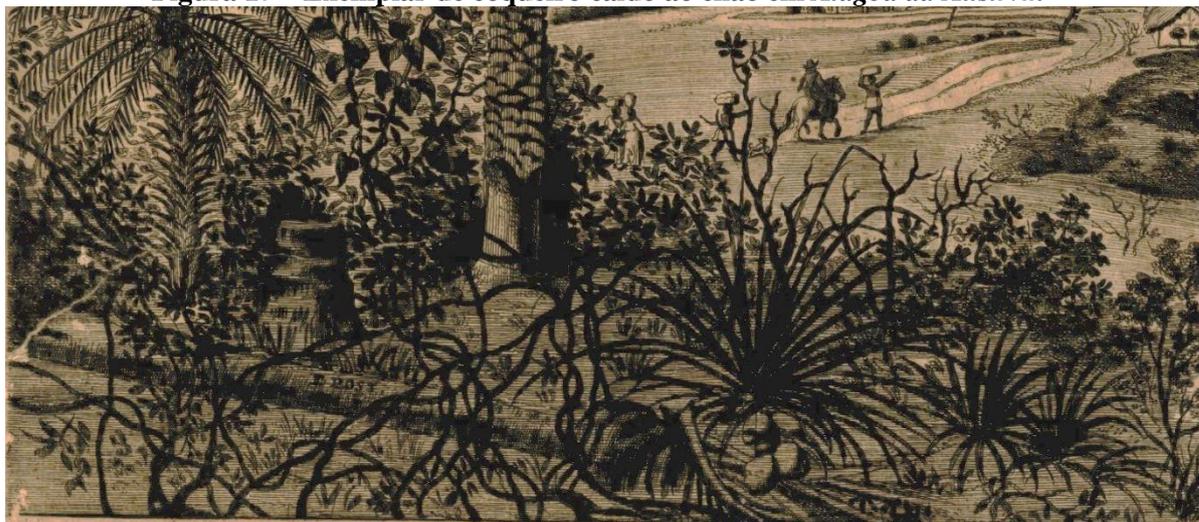
Fonte: BNP (cota E-877-A).

**Figura 16 – Alagoa ad Austrvm (1645), com pormenor em destaque**



Fonte: BNP (cota E-883-A).

**Figura 17 – Exemplar de coqueiro caído ao chão em *Alagoa ad Austrvm***



Fonte: BNP (cota E-883-A).

Já Albert Eckhout foi um dos maiores responsáveis pelo registro visual de árvores frutíferas, legumes, hortaliças e tubérculos nos primeiros dois séculos de colonização brasileira. Produziu cerca de 400 pinturas a óleo, onde retratou a diversidade de espécies nativas e exóticas, através de pinturas de natureza morta ou de figuras humanas, que comumente se destacavam em meio à exuberante natureza tropical. Entre as espécies frutíferas retratadas por Eckhout, destacavam-se as nativas brasileiras existentes no Nordeste, como o maracujá, a mangaba, o caju, e as exóticas como a laranja (origem asiática), melancia (origem africana), a fruta do conde (pinha), o coco<sup>15</sup> (origem asiática), entre outras (FORZZA, 2010<sup>a</sup>), ver Figuras 18 e 19.

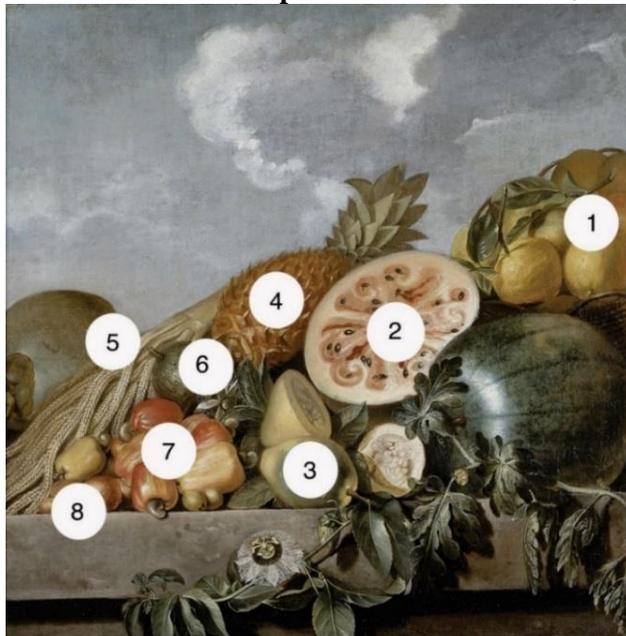
Outra grande contribuição do século XVII sobre a fauna e a flora brasileira foi o estudo desenvolvido por Piso e Marcgrave que resultou, entre outras obras, na conhecida *Historia Naturalis Brasiliae* (1648)<sup>16</sup>, escrita em latim, ricamente ilustrada por Johannes de Laet e que até os dias atuais é fonte importante para os estudos de diversas áreas do conhecimento, especialmente das ciências naturais. Seu texto é de grande valor etnográfico e linguístico e fornece valiosas informações sobre plantas, peixes, aves, cobras e insetos, apresentando os nomes das espécimes na língua tupi e sua descrição. Na parte II, intitulada *Historiae Rerum*

<sup>15</sup> O coco é uma espécie considerada naturalizada em razão de sua ampla distribuição no país e não endêmica do Brasil, de acordo com a *Lista de Espécies da Flora do Brasil*. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/>. Acesso em: 21 mar. 2018. Tal afirmação corrobora os relatos de viajantes quinhentistas que afirmam ter sido a espécie trazida pelos colonizadores, como será abordado mais adiante.

<sup>16</sup> O título completo da obra, escrita em latim, é *Historia Naturalis Brasiliae, in qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. A edição fac-símile da primeira edição foi digitalizada pela Biblioteca Digital Curt Nimuendaju e pode ser acessada através do site: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:marcgrave-1648-historia>.

*Naturalium*, livro III, páginas 94 e 95, por exemplo, os autores apresentam a descrição do cajueiro nativo (*Acaiaiba* em tupi), espécie comum no litoral do Nordeste (Figura 20).

**Figura 18 – Espécies nativas e exóticas representadas em *Natureza Morta* (1647)**



1. Laranja (*Citrus sinensis*)
2. Melancia (*Citrullus lanatus*) - jaeé
3. Maracujá (*Passiflora alata*) - murucuja
4. Abacaxi (*Ananas comosus*) - nana
5. Cocos (*Cocos nucifera*) - Inajaguacuiça
6. Fruta do Conde (*Anona cf. squamosa*) - araticu ponhe
7. Caju (*Anacardium occidentale*) - acaiba
8. Mangaba (*Hancornia speciosa*) - mangaiba

Fonte: Silva; Alcides (2015).

**Figura 19 – Vegetação (cajueiro, palmácea) e figuras humanas**



Fonte: Enciclopédia Itaú (2017).

**Figura 20 – Descrição e ilustração do caju (Acaiaiba & Acaiuba Brafilienfibus)**



Fonte: Piso; Marcgrave (1648).

Reunindo um detalhado acervo de informações, os textos e imagens elaborados por Piso e Marcgrave forneceram aos europeus, ávidos pelas novidades e tesouros ultramarinos até então desconhecidos e misteriosos, detalhes concretos sobre os animais e as plantas do Brasil. A descrição de cada espécie se iniciava por sua nomenclatura, detalhamento de sua forma e utilidades da espécie para a vida humana; quando possível, eram traçadas algumas semelhanças com as espécies já conhecidas na Europa. As obras desses naturalistas contribuíram para a formação de uma imagem do Brasil para o europeu, configurando um enorme avanço sobre a História Natural que, pelo caráter realista da obra, contribuiu ainda para que antigos mitos passassem a ser transformados em riquezas a serem exploradas, mão de obra a ser escravizada e terras a serem conquistadas (SANTOS *et al.*, 2010).

Assim, essas obras produzidas durante o século XVII marcaram um período em que a natureza, anteriormente considerada selvagem e misteriosa no século XVI, passou a ser estudada e descrita de maneira metódica pelos naturalistas, o que possibilitou um aumento significativo nas possibilidades de sua exploração. Foi durante esse século que a política utilizada no período dos Descobrimentos passou a ser transformada numa política de expansão e ocupação. Isso se deve, em parte, ao avanço do conhecimento da vegetação brasileira, impulsionado pelas obras dos naturalistas, que esmiuçaram e desmistificaram os recursos naturais do Novo Mundo, mostrando aos europeus a potencialidade econômica oferecida pelo Brasil.

### **1.3 Conservação: políticas portuguesas e estudos dos naturalistas para a conservação e exploração das matas brasileiras (séculos XVIII e XIX)**

Apesar do avanço do conhecimento da vegetação, muitos aspectos acerca de suas características, usos e potencialidades ainda eram desconhecidos pelos portugueses. O final do século XVIII foi marcado por um quadro de crise econômica em Portugal, que fez crescer consideravelmente o interesse pela história natural, visando obter um melhor aproveitamento dos recursos naturais da colônia. Deu-se início a um período chamado de Era Pombalina, sob o Governo de Marquês de Pombal, caracterizado pela execução de um conjunto de reformas que tinham como um dos seus principais objetivos criar condições necessárias ao desenvolvimento das ciências, especialmente da história natural.

A Reforma Pombalina, entre outras alterações no âmbito político e administrativo das cidades portuguesas, modificou o sistema de ensino português, especialmente do curso de Filosofia do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, considerado na época atrasado e

retrógrado<sup>17</sup>. Assim, visando à melhoria do ensino português, alguns naturalistas italianos foram convidados a lecionar nas universidades, entre eles o italiano Domenico Vandelli (1735-1816)<sup>18</sup>, que introduziu a prática de viagens filosóficas pelas colônias portuguesas, exercendo um papel fundamental no conhecimento e na valorização da natureza colonial como fonte de riquezas. Sob a orientação de Vandelli e seus discípulos brasileiros, foram realizados inúmeros estudos de identificação, catalogação e gerenciamento, principalmente de áreas florestais brasileiras que forneciam madeiras para Portugal.

Pereira (2013) afirma que a partir daquele momento a história natural assumiu um papel fundamental no estabelecimento de uma política por parte da Coroa portuguesa, em que o conhecimento da natureza era traduzido em poder sobre os recursos naturais nos territórios de suas colônias. Nesse sentido, e de modo particular na colônia Brasil, o desenvolvimento da Botânica possibilitou um olhar de conservação sobre os bosques e áreas de Mata Atlântica, propiciando levantamentos e estudos que regulamentaram os Reais Cortes de Madeira, visando à manutenção dos lucros para Portugal.

Sabe-se que desde o início da colonização portuguesa, a política adotada pela Coroa em relação às matas brasileiras foi de exploração do pau-brasil e, logo em seguida, de extração de madeiras para abastecer a construção naval. Esse setor era de suma importância, pois Portugal necessitava de uma boa frota para a defesa de toda a extensão de sua costa e para a circulação de mercadorias, pessoas e ideias, de modo a garantir uma ligação entre metrópole e colônias, principalmente para fins de fiscalização e gerenciamento das terras recém-descobertas (PEREIRA, 2006).

Além do setor de construção naval, as madeiras brasileiras eram bastante utilizadas nos engenhos, sendo estes considerados um dos grandes destruidores das matas. Para Freyre (1937), a monocultura da cana foi a grande responsável pela destruição em massa do arvoredo mais nobre que existia na região Nordeste, colaborando para o desequilíbrio ecológico, pois à medida que as árvores eram destruídas, os animais também o eram, bem como o solo e o clima eram modificados. Segundo o autor, árvores como baraúna, pau-amarelo, pau d'arco, angelim,

---

<sup>17</sup> Para maiores detalhes sobre a Reforma da Universidade de Coimbra, ver: “Os antecedentes da Reforma Pombalina”. Disponível em: [https://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/Textos/facilonatural/anteref](https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/Textos/facilonatural/anteref). Acesso em: 17 out. 2017.

<sup>18</sup> Domenico Vandelli chegou a Portugal em 1764, a convite do Marquês de Pombal, integrado numa comitiva de professores italianos contratados para lecionar matérias científicas (Matemática, Química, Física e História Natural) no Real Colégio dos Nobres, em Lisboa. Posteriormente foi convidado para projetar e dirigir o primeiro Jardim Botânico de Portugal: o Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa. Participou da fundação e construção de outros jardins botânicos portugueses e, no ano de 1772, assumiu o cargo de professor na Universidade de Coimbra, onde desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do estudo da botânica. Escreveu diversas obras importantes na área de botânica e teve vários discípulos, inclusive brasileiros, que produziram obras relevantes acerca de história natural e botânica brasileira. Disponível em: <http://www.uc.pt/>. Acesso em: 17 out. 2017.

sucupira, visgueiro e angico foram derrubadas, porém não totalmente utilizadas em elementos importantes para o funcionamento do engenho, como a roda d'água, a trave da casa grande, o carro de boi ou as caixas para armazenamento do açúcar. A maior parte dessas madeiras nobres foi para a coivara e se transformou em monturo ou foi usada nas fornalhas dos engenhos.

Além desse tipo de uso frequente, a demanda pela madeira brasileira cresceu bastante com o terremoto que ocorreu em Lisboa em meados do século XVIII. Após a tragédia que destruiu a capital do reino português, foram enviadas a Portugal várias remessas de madeiras nobres já processadas em forma de vigas, barrotes, tábuas, toros e linhadas, principalmente de sucupira, pau-d'arco e jacarandá, destinadas às obras de reconstrução de Lisboa (MENESES, 2017, p. 86).

A Mata Atlântica, que recobria praticamente toda a costa brasileira do Nordeste, foi então sendo dizimada pela intensa exploração de madeiras e pela introdução de novas espécies, tais como a cana-de-açúcar e o coqueiro, temática esta abordada mais adiante. De acordo com Dean (1996), essa intensa devastação fez com que diversas espécies desaparecessem por completo de algumas regiões brasileiras antes mesmo de serem realizados estudos e inventários sobre a biodiversidade da Mata Atlântica.

A madeira brasileira era considerada o mais importante ramo da indústria, defesa e segurança pública portuguesa, e seu suprimento era uma preocupação recorrente que se intensificou com os conflitos militares europeus que antecederam a Revolução Francesa, aliados à tragédia que destruiu a capital portuguesa. Esses acontecimentos levaram a uma mudança na postura do Governo português em relação à administração de seus estoques de madeira no Brasil (ANDRADE, 2008, p. 70). Assim, ao longo de todo o século XVIII, à medida que a demanda pela madeira aumentava e que se observava a intensa destruição das matas pela extração de madeiras, roçados, queimadas e pelo contrabando dos ingleses e franceses, foi adotada uma política de conservação das espécies vegetais úteis ao poder português. Nesse sentido, foram tomadas algumas medidas por parte da Coroa portuguesa que visavam garantir o monopólio português sobre as matas brasileiras e manter lucros advindos dessas atividades exploratórias.

Entre as medidas tomadas, destaca-se um conjunto de cartas régias elaboradas durante a gestão de Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha Real e Conselho Ultramar, enviadas aos governadores das capitanias, que discorria sobre os critérios para avaliar o direito dos proprietários e da Coroa para conservar e utilizar racionalmente os recursos florestais da Colônia (ANDRADE, 2008, p. 91). Enfatizando a necessidade de conservar as matas brasileiras e evitar que fossem destruídas, foi elaborada também a Carta Régia de 13 de março de 1797,

na qual a Rainha D. Maria I, visando à “conservação das Mattas e evitar que ellas se arruínem e destruição”, declarava ser propriedade exclusiva da Coroa todas as matas e arvoredos, não apenas as madeiras de lei, mas todas as árvores na borda da costa ou dos rios navegáveis que desembocavam no mar. Além disso, proibia a doação de sesmarias nessa região, devendo os proprietários que ali possuísem terras, devolvê-las à Coroa e receber indenização pelas terras devolvidas. Solicitava também a demarcação e o levantamento de mapas detalhados de todas as matas existentes na costa ou na borda dos rios, com a especificação das madeiras ali existentes, suas propriedades, sua área de extensão, possíveis formas para sua conservação e maior economia nos cortes, facilidades nas remessas e estabelecimento de uma “perfeita contabilidade” do preço da madeira; além do envio de remessas de amostras de madeira, indicando seus nomes, propriedades e usos (CARTA RÉGIA, 1797 – AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 205 D. 14681).

Nesse contexto, foram realizadas diversas expedições pela colônia, empreendidas por brasileiros que haviam retornado ao Brasil, muitos deles discípulos de Vandelli, para assumir cargos de atuação na burocracia estatal portuguesa após um período de estudos na Universidade de Coimbra. Eles desenvolveram estudos de identificação, catalogação e gerenciamento de minas, matas e rios navegáveis, com financiamento da Coroa portuguesa (PEREIRA, 2006). Conforme recomendações da Carta Régia, esses estudos, além de definirem regiões de mata para uso exclusivo da Coroa, atentavam também para questões relativas ao corte, processamento, qualidade da madeira, usos, condições locais de cada espécie e conservação das madeiras nobres, configurando o que Pereira (2013) acredita ser o início de uma produção científica na área de ciências naturais desenvolvida no Brasil durante o período colonial.

Entre esses estudos, destacam-se os trabalhos de Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840)<sup>19</sup>, que desenvolveu pesquisas sobre a natureza e as populações brasileiras. Ele teve uma atuação relevante na tentativa de conservação das matas brasileiras, mais especificamente de Ilhéus-BA, onde exerceu o cargo de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas, permanecendo neste último cargo durante cerca de vinte anos. O cargo de Juiz Conservador das Matas foi estabelecido em 1797, de acordo com o Regimento de Conservação das Reais Matas e com o intuito de impedir o corte indiscriminado de madeiras (LIMA, 2011). O cargo foi criado apenas nas comarcas de Ilhéus e Alagoas, estando inicialmente atrelado ao cargo de Ouvidor da

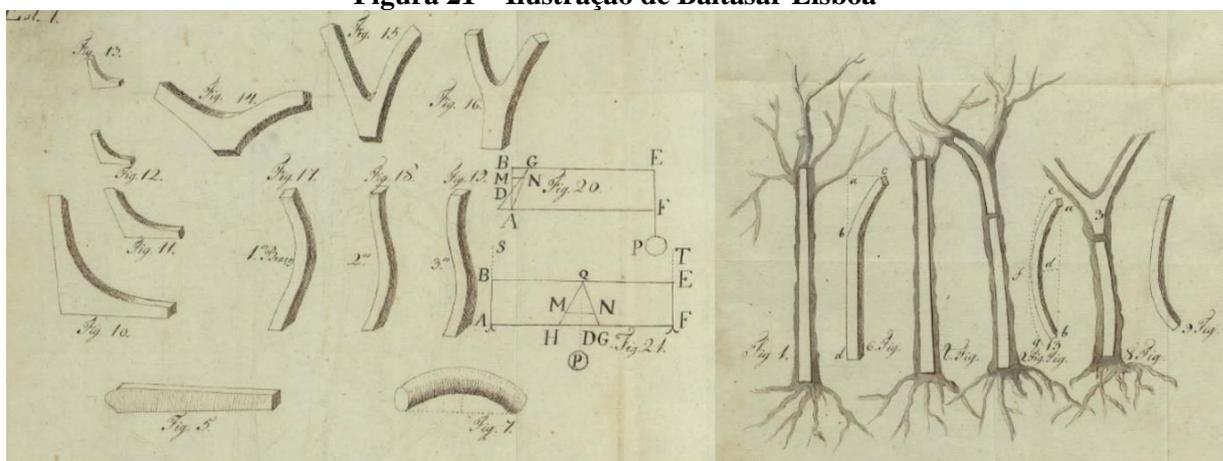
---

<sup>19</sup> Baltasar da Silva Lisboa foi um brasileiro nascido na Bahia, formado pela Universidade de Coimbra, designado Ouvidor e Juiz Conservador das Matas na comarca de Ilhéus em 1797. Permaneceu nesse cargo cerca de vinte anos e escreveu em torno de dez memórias com descrições detalhadas sobre as necessidades vitais das matas e os costumes dos povos, especialmente da Bahia, denunciando abusos no uso dos recursos naturais da comarca de Ilhéus.

comarca, o que demonstra a importância dessas duas localidades como fornecedoras das melhores madeiras para a Coroa portuguesa (PEDROSA, 2012).

Entre as principais obras de Baltasar Lisboa destaca-se o *Ensaio da física vegetal dos bosques de Ilhéus*. Nele, Lisboa descreve minuciosamente aspectos físicos e fisiológicos de cada espécie, especificando cor do tronco, altura, espessura, cor e formato das folhas e das flores, mês de floração, sabor do licor extraído, cheiro, usos e empregos, buscando sempre que possível comparar a nomenclatura e as descrições feitas anteriormente por Piso e Marcgrave (1648). Demonstrando o amplo e aprofundado conhecimento adquirido na área de botânica com Vandelli, Lisboa dividiu a obra em sete capítulos, nos quais tratou da descrição de aspectos físicos, dos usos medicinais de algumas espécies, das árvores usadas na construção naval, das formas de conservar a qualidade das madeiras, dos preços e de sua resistência. Além disso, no último capítulo, intitulado *Sobre a resistência dos páos*, Lisboa demonstrou conhecimento também na área de física, analisando questões como compressão e tração das fibras da madeira (Figura 21).

**Figura 21 – Ilustração de Baltasar Lisboa**



Fonte: Lisboa (1801-1803).

O texto foi complementado com estampas da maioria das espécies descritas por ele, entre as quais se destacam duas espécies de madeira nobre abundantes na região de Alagoas: a sucupira, que segundo o autor era adequada à construção de navios e para obras de casas; e o pau-amarelo ou pau d'arco amarelo, indicada para peças de construção para cavilhas, moendas de engenho, vigotas e obras de casas (Figura 22).

**Figura 22 – Estampas de Sucupira e Pau d’Arco Amarelo**



Fonte: Lisboa (1801-1803).

De acordo com Lima (2011, p. 171), a prática científica de Baltasar da Silva Lisboa integra a vastidão de pesquisas dos ilustrados luso-brasileiros no Brasil Colônia, e os documentos redigidos por ele parecem ter dado início a uma consciência da necessidade de conservação das matas no Brasil, conforme já destacado.

#### **1.4 As matas alagoanas: estudos para sua conservação**

Entre o século XVI e o início do século XVIII, a comarca de Alagoas<sup>20</sup>, ao Sul da província de Pernambuco, era caracterizada por ser uma região coberta de matas e abundante em madeiras denominadas “madeiras de lei”<sup>21</sup>, propícias à construção naval. Além de Alagoas, que se destacava pela qualidade de suas matas, nas imediações da atual região nordestina eram extraídas madeiras de Pernambuco e Paraíba. A importância das matas de Alagoas e de sua conservação para a Coroa portuguesa fica evidente nos manuscritos referentes à capitania de Pernambuco e de Alagoas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa<sup>22</sup>, que possibilitam uma melhor compreensão sobre como foi se construindo a relação entre o colonizador e a mata nativa, e o papel que a vegetação assumiu na economia a partir do período dos “Descobrimentos”.

<sup>20</sup> A criação da comarca de Alagoas ocorreu no ano de 1712, quando ainda era pertencente à capitania de Pernambuco. No ano de 1817, o território alagoano foi emancipado de Pernambuco e constituiu-se em Província, tendo como seu primeiro Presidente Sebastião Francisco de Mello e Póvoas.

<sup>21</sup> A expressão “madeira de lei”, que atualmente é utilizada como sinônimo de madeira de qualidade, no período colonial era utilizada para designar os paus destinados exclusivamente à construção da Armada de Sua Majestade. Esses paus eram marcados a golpes de machado com a forma de uma cruz, símbolo régio que significava que não podiam ser cortados pelos particulares (CABRAL, 2014, p. 241).

<sup>22</sup> A pesquisa sobre as matas alagoanas e a exploração de suas madeiras nos manuscritos do AHU foi desenvolvida com a colaboração da arquiteta e pesquisadora Cynthia Nunes da Rocha Fortes através da extensa pesquisa desenvolvida em sua tese de doutorado.

Além da abundância das madeiras nobres, a exploração e a comercialização de madeiras na região alagoana eram bastante lucrativas para a Coroa portuguesa por dois motivos principais: inicialmente, as matas se estendiam até a região costeira, de onde a madeira extraída era escoada facilmente; já as madeiras advindas das matas mais distantes da costa eram escoadas com um grau de dificuldade razoável através dos diversos rios que desaguavam no mar. Esses fatores facilitavam o transporte das madeiras até os portos ou ancoradouros situados nos estuários lagunares alagoanos, como o porto da Barra de São Miguel, do Merim, de Santo Antonio, de Jequiá e de Coruripe; e na costa marítima, como os portos do Francês e do Jaraguá (ANDRADE, 2008, p. 49).

Antes de serem enviadas a Portugal para uso na construção naval, as madeiras eram cortadas e estocadas em armazéns ou estaleiros, como o Depósito de Madeiras Nacionais de Jaraguá<sup>23</sup>. De acordo com Almeida e Faust (2014, p. 102), desde o século XVIII o principal porto de escoamento das madeiras extraídas nas matas alagoanas era o de Jaraguá, por possuir diversas vantagens: fácil entrada, mar manso próximo à praia onde se embarcavam os paus, permitindo o acesso de navios de grande porte, possuindo em suas proximidades uma boa infraestrutura para os cortes e transporte de madeiras e para o emprego e deslocamento da mão de obra, que residia em sua maioria no povoado de Maceió, o que provavelmente justificou o seu crescimento e sua elevação à categoria de vila. As vantagens do porto de Jaraguá em relação aos demais foram destacadas na descrição das matas das principais vilas de Alagoas, elaborada pelo Ouvidor-Geral da comarca das Alagoas, José Mendonça de Matos Moreira<sup>24</sup>, em 1789:

Os portos que se achão neste destricto **por honde se podem exportar todas estas madeiras para a Prasa de Pernambuco** são os seguintes: **Bahia de Ijaragua (o melhor de todos) tanto pelos seus fundos, como pella sua grandeza**, distante das mattas deste destricto 5 até 10 Legoas. O segundo de **Santo Antonio Mirim** ao Norte do primeiro 5 Legoas, e distante das mattas 4 até 9 Legoas. O terceiro hé o de **São Miguel** ao Sul do primeiro 6 Legoas. O quarto o de **Jequihá** ao Sul 10 Legoas. Por estes dous ultimos portos se estrahem poucas madeiras por serem feixados, e cheios de muitos baixos pelo que se há nelles a navegação perigosa (OFÍCIO, 1789 – AHU\_ACL\_CU\_015 Cx. 169, D. 11927– grifos nossos).

<sup>23</sup> Para maiores detalhes sobre o processo que envolve desde o procedimento de delimitação da área de corte de madeira até seu envio para o depósito de Jaraguá, ver: Andrade (2008, p. 92-100).

<sup>24</sup> José de Mendonça de Matos Moreira foi um português de origem nobre, nascido em 18 de julho de 1726, na vila de Albufeira, ao Sul de Portugal, região dos Algarve. Formado em Letras na Universidade de Coimbra, sua carreira jurídica iniciou-se como juiz de fora da vila de Odemira, ainda em Portugal. Em 1779 foi nomeado ouvidor da comarca das Alagoas; no mês seguinte foi empossado como provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da mesma comarca a que servia. Em 1780 recebeu a mercê da Ordem do Hábito de Cristo, e em 1786 foi reconduzido ao cargo de ouvidor da comarca das Alagoas. Gozando de grande prestígio no Reino, no ano de 1790 foi nomeado Desembargador da Relação da Bahia, e em 1799 assumiu o cargo de Juiz Conservador das Matas do Sul da capitania de Pernambuco. Sua atuação como conservador das florestas deu-se entre 1789 e 1807, quando Antônio Felipe Brederode assumiu o cargo (FAUST, 2015, p. 155-156).

Boa parte das madeiras alagoanas era embarcada em navios que vinham de Portugal trazendo sal e retornavam carregados de madeira para a Ribeira de Lisboa, sendo utilizadas principalmente na construção naval (ALMEIDA; FAUST, 2014). Freyre (1937) afirma que as madeiras extraídas no Nordeste, e conseqüentemente da região alagoana, também eram utilizadas na construção e no reparo de conventos, igrejas e palácios portugueses. Além do envio de paus para Portugal, desde o século XVIII as madeiras extraídas em Alagoas também abasteciam o estaleiro que havia na Bahia, exclusivo para a construção da Marinha, e os estaleiros de construção naval que foram instalados em Pernambuco e na própria província de Alagoas.

De acordo com Sant'Ana (1970, p. 71), a indústria de construção naval foi uma das mais antigas aqui instaladas (além dos engenhos e destilarias). No ano de 1827, já havia três estabelecimentos dessa natureza, localizados em Jaraguá, Tabuba e Pajuçara, que fabricavam até navios de alto bordo, utilizando madeiras locais como pau d'arco, pau d'óleo e sucupira. Um ofício datado de 1821, enviado por Mello e Póvoas para o Conde dos Arcos, confirma a existência do estaleiro da Pajuçara, relatando, no início do século XIX, o uso de madeira para a construção de uma corveta de guerra denominada Rainha Carlota, a ser construída no estaleiro existente na vila de Maceió (OFÍCIO nº 21, 1821 – AHU).

As matas da região de Alagoas, especialmente as matas dos Palmares e do Merim (Figura 23), eram conhecidas por sua fertilidade e abundância, sendo consideradas “as mais bellas que se conhecem nesta região”, melhores que as da Bahia, Pernambuco e Paraíba por nelas se encontrarem as madeiras de sucupira, próprias para as construções de navios de guerra, e o pau-amarelo, ideal para construção dos champrões<sup>25</sup> (OFÍCIO, 1797 – AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 250).

---

<sup>25</sup> De acordo com Bluteau (1728, p. 22), “Champroens” eram “pranchas de madeira, muito mais grossas, que as ordinárias”.

Figura 23 – Localização das matas dos Palmares e do Merim em *Mapa Geographico*[...]



A -Mata dos Palmares  
B -Mata do Merim

Fonte: AHEx.

Carvalho (2015, p. 19) elenca outras funções da mata nativa da região alagoana além do fornecimento de madeiras: “[...] a Mata Atlântica fornecia a caça para alimentação, lenha para fornalha dos engenhos e madeira para as construções e confecção de caixas para o transporte do açúcar”.

Nesse mesmo sentido, Andrade (2008, p. 49-50) acrescenta:

Esta região de muitas madeiras possuía uma rica diversidade vegetal e animal, celeiro natural, que atendia desde ao comércio europeu, com madeiras de tinturas como o coerana, o guipiúna, o jitaí, o murici, o açafraão, o catinga-de-porco, o gengibre-amarelo, o pacova-brava, o urucu, o pau-amarelo e o pau-d’arco, até aos homens pobres livres, fornecendo frutas, pesca e caça.

Segundo Ferrare (2014, p. 256), a fertilidade das terras alagoanas “reforçava a imagem idílica de terra paradisíaca, reinante desde o Descobrimento e vigente no imaginário coletivo em pleno século XVIII”, especialmente das matas dos Palmares e do Merim, que “em todos os

tempos desde o descobrimento destas conquistas, tem ellas sempre suprido [...] a mayor parte das construsoens que nesta Commarca se fazem continuamente para Sua Magestade [...]” (OFÍCIO, 1796 – AHU, Alagoas avulsos, Cx. 3, D. 248).

O ideário de exploração dos agentes colonizadores, predominante até as últimas décadas do século XVIII, era pautado por uma postura característica dos primeiros anos do período colonial. Acreditava-se que os recursos naturais eram inesgotáveis, por mais continuados que fossem os cortes. Por isso, identifica-se uma ausência de cuidados com a conservação das matas, em especial as de sucupira, encontradas na região alagoana. Essa postura fica clara em um trecho do ofício enviado por Luís José Correia de Sá, Governador da capitania de Pernambuco, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça:

No **destrito das Alagoas** de donde tem sahido a mayor parte da madeira que foy, e fica neste Recife; e se tem transportado para a Bahia, há **mattas de sicupiraz, que pairesse, que muytos annos se lhe não conhecerá falta por mais continuados que sejam os cortes**; [...] suposta a **abundancia de madeyras** [...] (OFÍCIO, 1755 – AHU\_CU\_015, Cx. 78, D. 6526 – grifos nossos).

Além da construção naval, a devastação das matas alagoanas também se deu devido aos roçados e queimadas efetuados pelos senhores de engenho e moradores da região. Em ofício datado de 1796, enviado por José Mendonça de Matos Moreira a Rodrigo de Souza Coutinho, relatou-se que onde antes se retiravam madeiras para aduelas a uma distância de uma légua ou uma légua e meia do porto de embarque, agora se retirava a uma distância de quatro a cinco léguas, devido aos roçados que destruíram as matas mais próximas (OFÍCIO, 1796 – AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 253). Diversos outros documentos também atribuem a destruição das matas de Alagoas ao contínuo corte das madeiras e, principalmente, à prática constante dos roçados e queimadas:

[...] os quaes pella mayor parte são feitos por pessoas pobres que os não plantão havendo infinitos terrenos igualmente bóns para plantassoens que não prejudicão as matas de sorte que **se caminhão muitas léguas sem se achar mais hum pao de construção** [...] de sorte que a não haver hum **meyo que fassa sessár tantos dânnos** siguramos a Vossa Excelencia que **em menos de 10 annos se não pode mais fazer construsão alguma** [...] (OFÍCIO, 1796 – AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 248 – grifos nossos).

Com o avançar dos anos e com a contínua devastação das matas, especialmente das localizadas mais próximas à costa e aos cursos de rios, a crença de que os recursos naturais eram inesgotáveis começou a ser modificada e algumas ações foram empreendidas por iniciativa da Coroa portuguesa. Era necessário conservar as matas e, para isso, era essencial

conhecer as regiões mais abundantes de madeiras de interesse para a Coroa, sua localização, identificar as madeiras adequadas para a construção naval e outras que deveriam ser destinadas a finalidades diversas.

#### 1.4.1 Conhecer e conservar para explorar: os documentos elaborados por Matos Moreira em Alagoas

Datam da segunda metade do XVIII diversos documentos, como as cartas régias já citadas, que relatam providências a serem tomadas para a preservação das matas, ao tempo que também se buscava um maior conhecimento acerca de outras utilidades das plantas aqui existentes, além de seu uso já conhecido para a construção naval. No entanto, na região alagoana, antes mesmo das recomendações emitidas na Carta Régia de 1797, foram tomadas algumas iniciativas por José de Mendonça Matos Moreira que visavam a um melhor conhecimento das matas de interesse para a Coroa. Ele foi autor de documentos importantes que auxiliam a compreender o papel que a vegetação assumiu na província de Alagoas e, especificamente, em Maceió naquele momento.

Em 1788, o Governador da capitania de Pernambuco ordenou a Matos Moreira que elaborasse um mapa e selecionasse as raízes e ervas que eram utilizadas para fins medicinais pelos moradores da comarca de Alagoas, para que estas fossem enviadas ao Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, de forma a possibilitar uma maior compreensão acerca das diversas utilidades das espécies vegetais aqui existentes (OFÍCIO, 1788 – AHU\_CU\_015, Cx. 162, D. 11625).

Além da enumeração de 23 espécies pelo nome popular, foi feita uma breve descrição de como eram utilizadas e foram enviados alguns exemplares em um caixote, com o objetivo de serem feitas experiências para verificação de outras utilidades proveitosas à Coroa. O documento, assinado por D. Antonio Pio de Lucena e Castro<sup>26</sup>, tomou como referencial o uso que os indígenas faziam das ervas e raízes e mostra o quão foi importante o conhecimento indígena passado aos colonizadores para o melhor aproveitamento das espécies brasileiras aos mais diversos fins e para sua valorização enquanto vegetação nativa brasileira:

Nº 1 Jurubeba tanto a raiz, como a fruta desta erva hé geralmente útil o seu cozimento bebido com asucar para todas as moléstias crônicas cura. Hidropizias e todas as obstruções internas de flussos de peito, toses e toda a qualidade de [ilegível] internas, e facilita as urinas porem o seu uso para se conseguirem todos estes efeitos deve ser muito continuado.

<sup>26</sup> Secretário do Governo da capitania de Pernambuco entre 1785 e 1788 (MELO, 2006).

Nº 2 Orelhas de onça ou por outro nome contra [ilegível] he útil para todas as febres agudas e calores internos.

Nº 3 Língua de vaca tem as virtudes da de orelha de onça.

Nº 4 Mata peste hé igualmte útil nas febres ardentes.

Nº 5 O fedegoço ou por outro nome crista de galo o seu cozimto tem as mesmas aplicações

Nº 6 Cipó de chumbo o seu cozimto bebido com asucar cura todos os [ilegível] do peito e tosses [...]

Para as mais moléstias **uzão os Índios das ervas asima declaradas** desde N1 até N17 [...] (OFÍCIO, 1788 – AHU\_CU\_015, Cx. 162, D. 11625 – grifo nosso).

Dean (1996) esclarece ainda que os portugueses tiveram uma imensa dificuldade para fazer a identificação e classificação das espécies aqui existentes, tanto para fins medicinais quanto para uso na construção naval, pois se depararam com uma fauna e flora completamente diferentes das que existiam em sua terra natal. Para isso contaram com o saber empírico dos indígenas. A seleção de madeiras, por exemplo, demandava um tempo considerável, pois deviam ser levados em conta diversos fatores, até então desconhecidos pelos portugueses, para, a partir daí, ser definida sua utilização adequada: curvatura natural dos troncos, peso próprio, peso que suportava, flexibilidade, condições locais de cada planta, entre outros fatores<sup>27</sup>.

Freyre (1937) acrescenta que com o decorrer do tempo, o saber medicinal dos indígenas foi sendo transmitido e assimilado pelos portugueses. Dean (1996, p. 146) afirma que “o saber medicinal dos indígenas era o único aspecto de sua cultura que os brancos da cidade não desdenhavam”. Assim, aos poucos, a população local exerceu um papel fundamental para transmitir seu conhecimento acerca das propriedades das árvores e sobre a função profilática e medicinal das plantas da comarca de Alagoas e de outras regiões do Nordeste:

Foi certamente com caboclos ou negros curandeiros que se instruíram sobre as raízes, ervas, plantas do Nordeste aqueles portugueses que, no século XVIII, puderam escrever para a metrópole cartas como esta: “*Em 4 de Março proximo passado tive a honra de remetter a V. Exa. Um mapa das raizes e hervas de que usam os moradores da comarca das Alagoas no curativo das suas molestias, e com que experimentam saudaveis effeitos; as quaes raizes e hervas foram em um caixote [...] tudo entregue a Jacyntho Gonsalves de Oliveira Capitão do navio Nossa Senhora Conceição, e S. José Flor do Mar; e inclusa nesta vae um abcdario em que se declaram as applicações de cada uma das mesmas raizes, hervas, cascás, e frutos; sobre os quaes poderá V. Exa. Mandar fazer as provas que julgar necessarias para se conhecer a utilidade que o reino pode tirar das plantas que há naquela capitania. Recife 8 de maio de 1788. Martinho de Mello e Castro.*” [sic] Carta que se encontra entre os manuscritos da correspondência com a corte, do arquivo da antiga capitania de Pernambuco (ano de 1788), conservados na Biblioteca do Estado de Pernambuco. Por ela se vê que dos homens portugueses de governo destacados no Brasil alguns preocuparam-se sensatamente com o assunto. Mais, talvez, do que os já brasileiros por várias gerações de casa-grande (FREYRE, 1937, p. 75-76 - grifos nossos).

<sup>27</sup> Para saber mais sobre o processo de seleção e definição das madeiras de lei, ver: Andrade (2008).

Voltando aos documentos elaborados por Moreira, no ano de 1789 ele elaborou uma descrição detalhada contendo os limites, qualidades, dimensões, usos e dificuldades no transporte de todas as madeiras existentes nas matas da comarca, com as quatro vilas que compunham seus domínios geográficos: Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro), Atalaia, Porto Calvo e Penedo (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 169, D. 11927). Sobre as matas da região da vila de Alagoas do Sul, nas imediações do povoado de Maceió, Moreira identificou cinco regiões onde se encontravam madeiras próprias para construção naval, como: Jiquitibá, Pau de Óleo, Camasari, Gôroroba, Iaribá, Sapucairana, Pau de Arco, Sapûcaia, Imberiba e Gulandim. Além dessas, Moreira também identificou outras madeiras para fins diversos, como para taboado de encaixar açúcar, obras de escultura e talha e obras em geral: Grupiuna, Marmoguda, Visgueiro, Merindiba, Burabú, Pau santo, Jejuíba, Gameleiro, Pirauá, Gitahí, Cedro, Peraíba, Pau ferro e Vinhático (OFÍCIO, 1789 – AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 169, D. 11927).

No que diz respeito às ações para a conservação das matas de Alagoas, em setembro de 1796 foram remetidos ofícios ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar pelas câmaras das vilas de Atalaia (AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 248), Porto Calvo (AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 249) e Alagoas do Sul (AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 250), que enfatizavam a sua destruição e a necessidade de criação do cargo de superintendente das matas, dada a sua importância para os povos em geral e para a construção naval portuguesa:

Estas matas, em **cuja conservação tanto interessa a Real coroa, Marinha mercantil, e o bem comum de todos estes Povos**; porque húa ves, que ellas se extinguem de cahira totalmente o principal Ramo da agricultura destes Paizes, se achão hoje muito **destruídas, e acabadas á ponto de serem de todo extinctas pelas continuas destruições**, que nellas se fazem com inumeráveis rossados [...] (OFÍCIO, 1796 – AHU \_ Alagoas Avulsos, Cx. 3, D. 249 – grifos nossos).

Os ofícios supracitados sugeriam para assumir o cargo de superintendente das matas o então Ouvidor José Mendonça de Matos Moreira, por possuir “os mais complexos conhecimentos em todas estas matérias”. Poderia ele fazer uma demarcação dos melhores, mais férteis e grandiosos ramos de matas para a Coroa portuguesa, e os mais fracos para a Marinha Mercantil e para uso dos povos.

Em outubro de 1796, Matos Moreira também enviou um ofício ao Secretário, enfatizando a importância dessas matas, abundantes em sucupira, pau-amarelo e pau-brasil, seu estado de destruição e necessidade de criação do cargo de superintendente, colocando-se à disposição da Coroa para assumi-lo e se comprometendo a fazer a demarcação de todas as matas de construção e de pau-brasil aqui existentes (OFÍCIO, 1796 – AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 253).

Nesse mesmo ano, José Mendonça de Matos Moreira elaborou um relatório intitulado *As matas das Alagoas. Providências acerca dellas e sua descrição*, em que relatava as potencialidades, problemas e dimensões das matas alagoanas, definindo a localização daquelas mais adequadas à construção naval e envio para a Coroa portuguesa, especialmente as madeiras de sucupira e pau-amarelo (MOREIRA, 1796). No documento, Moreira já fazia um alerta para a destruição das florestas, situando os trechos destruídos por roçados, engenhos ou construções e sugerindo a criação da Conservadoria das Matas<sup>28</sup>, que objetivava fiscalizar e administrar a exploração de madeiras, tentando conter a devastação das florestas e assegurar a continuidade dos lucros para Portugal.

Data do final do século XVIII um mapa de autoria atribuída a Moreira, intitulado *Mappa Geographico da Capital da Província de Pernambuco até Rio de S. Francisco* (Figura 24), cuja cópia, de 1874, encontra-se no AHEX, no Rio de Janeiro-RJ. De acordo com Campello, Ferrare e Fortes (2016), o mapa parece ter sido elaborado em cumprimento às solicitações da rainha na Carta Régia de 13 de março de 1797. Este mapa representava a região compreendida entre a capital da capitania de Pernambuco e o Rio São Francisco, delimitando as áreas de matas adequadas à construção de Marinha de Guerra e Mercantil e as áreas destinadas à agricultura, onde Maceió estava situada. Na iconografia, percebe-se uma clara delimitação espacial entre as diferentes funções que a vegetação possuía naquele contexto.

No mapa, além da delimitação das matas para a Marinha de Guerra (A), foram identificadas as matas destruídas (B), as matas de pau-brasil destruídas (D) e as terras lavradas (C), que podiam ser cultivadas em quase toda a costa marítima, englobando a região onde Maceió estava inserida. A delimitação de áreas de cultivo em quase toda a costa parece contrariar as recomendações da Carta Régia de 1797, que determinava ser de propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos na costa do mar ou de rios que desembocassem no mar. No entanto, com base na análise dos documentos primários do AHU, identificam-se duas possíveis causas que justificam o fato de boa parte da costa não ter sido destinada para uso exclusivo da Coroa.

---

<sup>28</sup> Para mais detalhes sobre a criação do cargo de Conservador das Matas e a atuação de José de Mendonça Mattos Moreira, ver: Pedrosa (2012).

Figura 24 – Pormenor do *Mappa Geographico* [...] (1874) com região onde Maceió estava inserida em destaque

Fonte: AHEx. Tratado pela autora.

Obs.: Dimensões originais: 40cm x 78,5cm.

Uma primeira possível causa foi a destruição das matas localizadas mais próximas dos portos, que ocorreu nos primeiros tempos da colonização. Essa destruição foi causada, principalmente, pelos roçados e fez com que essas regiões deixassem de ser de interesse da Coroa, destinando-se ao plantio dos povos, uma vez que “[...] as madeyras de construção que em algum dia se fazião em pequena distancia do embarque, hoje se fazem distante doze a quatorze legoas [...]” (OFÍCIO, 1796 – AHU\_CU\_004, Cx. 3, D. 250).

Outra causa reside no fato de que, quando da elaboração da Carta Régia que determinava essas áreas de propriedade real, nessas regiões costeiras já existiam engenhos, considerados pela Coroa e seus agentes como propriedades já estabelecidas e, por isso, essas terras não deveriam ser devolvidas à Coroa, ao contrário de outras sesmarias onde se encontravam matas e arvoredos:

Vossa Magestade hé Servida Ordenar me fazendo publicar o Edital da Cópia Nº1 para que nos **Lugares da Costa, ou das bordas dos Rios, que desembocão immediatamente no Mar, a onde hajão Mattas e Arvoredos**: apresentem os seus Títulos aos Corregedores das respectivas Comarcas, para elles nnos enviarem, e eu examinar a sua Legalidade, e poder informar a Vossa Magestade sobre os meios porque se possão restituir a sua Real Coroa a Sismaruas [sesmarias] que já forão dadas nesses Lugares, **e não estiverem povoadas com Engenhos, ou Fabricas semelhantes, por julgar que são estas as Propriedades já estabelecidas, e que Vossa Magestade manda o que não sejam violadas [...]** (CARTA, 1797 – AHU\_CU\_015, Cx. 197, D. 13573 – grifos nossos).

A análise do mapa em conjunto com o relatório elaborado por Moreira demonstra o quão abundantes ainda eram as matas alagoanas, especialmente se comparadas com as matas pernambucanas, em grande parte destruídas. No mapa identificou-se um total de 24 áreas de matas em diferentes localidades, nomeadas de acordo com seu posicionamento geográfico, nas proximidades de vilas, povoados, cursos d’água ou acidentes geográficos. Das 24 áreas de matas, 19 estavam localizadas na atual região alagoana (Mata Sul de Pernambuco, enumeradas de 6 a 24 no mapa) e 5 na atual região pernambucana (enumeradas de 1 a 5 no mapa). Além das matas dos Palmares, conhecidas na época pela grandeza de suas madeiras e pela fertilidade, havia ainda as matas do Riachão, algumas regiões de mata bastante destruídas ricas em sucupira e pau-amarelo, e uma grande parcela adentrando o continente de matas que deveriam ser destinadas à Marinha de Guerra. No mapa, foram marcadas também regiões de caatingas (F), capoeiras (G) e sertões (I).

Até o momento, o mapa parece ser a primeira iconografia que fornece informações mais detalhadas acerca da vegetação de Alagoas, representando-a como um elemento importante por sua potencialidade econômica. Ele delimita as áreas de matas que devem ser preservadas não

por seu caráter ambiental, mas sim por seu caráter econômico, com finalidades exclusivamente de manutenção de lucro para a Coroa.

O povoado de Maceió foi indicado no mapa como *Maçaió*, uma região de terras lavradas<sup>29</sup>, ou seja, terras destinadas ao cultivo, à agricultura. Como já tratado anteriormente, apesar de estar situada na costa marítima e nas imediações de cursos d'água, essa região não era de propriedade da Coroa – ou pela existência de um engenho ou por essas matas já estarem em estado de ruína. Foram representados também no mapa elementos importantes de sua paisagem, como a costa marítima, a região do Trapiche e seu canal, a Lagoa do Norte e os rios em seu entorno (Figura 25). Nenhum detalhe sobre o arruado ou demais edificações de Maceió – ou de qualquer outro povoado ou vila – foi ali representado, pois o objetivo do autor era apenas identificar as matas que deveriam ser destinadas à Marinha de Guerra, as que deveriam ser preservadas e as que deveriam se destinar à agricultura e à subsistência dos povos da comarca, configurando o que Harley (2009) chama de “delimitação no mapa do direito de propriedade” da Coroa sobre algumas matas, o que demonstra, segundo o autor, uma forma de exercício de poder.

**Figura 25 – Maceió representada no *Mappa Geographico* [...] (1874)**



Fonte: AHEX (1874).

<sup>29</sup> De acordo com Bluteau (1728), lavradio significa que se pode lavar, que pode ser cultivado.

Além disso, a delimitação de áreas de uso restrito à Coroa e de uso dos habitantes em geral para sua subsistência configurava também como uma forma de ordenação do espaço à medida que definia usos em espaços pré-estabelecidos. Em nenhum dos dois documentos elaborados por Moreira foi citado ou representado graficamente o coqueiral, elemento tão marcante na paisagem de Maceió desde o princípio, pois possivelmente este não possuía valor econômico para a Coroa naquele momento.

A vegetação foi representada no mapa através de uma árvore padrão, não havendo distinção no desenho entre as diferentes tipologias de espécies arbóreas. A diferenciação ocorreu apenas em sua nomenclatura. Nas diferentes áreas de mata, as árvores foram representadas enfileiradas de forma contínua e agrupadas em duas ou três unidades (Figura 26). É interessante observar que o local onde estava situado o povoado de Maceió, apesar de estar indicado no mapa como área destinada ao cultivo, situava-se numa região de tabuleiros com grandes áreas alagadiças, possuindo pouco espaço para o plantio, pois era limitada pelo Oceano Atlântico, Lagoa do Norte e a região do planalto, o que não favorecia a prática da agricultura. Possivelmente por esta razão o engenho ali instalado não funcionou por muito tempo.

**Figura 26 – Áreas de matas destruídas e para a Marinha de Guerra em *Mappa Geographico* [...] (1874)**



Fonte: AHEX (1874).

Após a elaboração do mapa geográfico de 1874 as ações de tentativa de preservação das matas alagoanas perduraram. No entanto, apenas em 11 julho de 1799, José de Mendonça de Matos Moreira foi nomeado Juiz Conservador das Matas do Sul da capitania de Pernambuco, acumulando também o cargo de Ouvidor da comarca de Alagoas, permanecendo como juiz até 1807, quando Antonio Felipe Soares Brederode assumiu a função. De acordo com Faust (2015, p. 178), em 1822 foi criada a Conservadoria das Matas de Alagoas, que funcionou até 1849.

Ainda de acordo com o autor, todas essas ações referentes à criação de cargos e órgãos relacionados à conservação das matas de Pernambuco, especialmente da região Sul, “constituíram formas de controle da monarquia lusa, que atuou constantemente para dominar e monopolizar os recursos florestais da capitania de Pernambuco” (FAUST, 2015). No entanto,

apesar de todos esses esforços grande parte da Mata Atlântica existente em Alagoas foi total ou parcialmente destruída tanto para uso da Coroa Portuguesa quanto para a inserção de novas espécies exóticas e de criação de gado, em menores proporções, que ofereciam lucro à Coroa e aos proprietários das sesmarias.

### **1.5 Aclimação: a introdução de novas espécies e a transformação da paisagem alagoana**

Antes da colonização portuguesa e até os primeiros anos de sua colonização, boa parte do que era consumido na colônia pela população nativa não era cultivado, apenas caçado e coletado. A pesca e a caça forneciam a proteína que acompanhava o milho e a mandioca; a coleta de plantas silvestres como a goiaba, o caju e o palmito complementavam a dieta popular. O pau-brasil, o cacau e o algodão também eram, no início da colonização, apenas coletados – e não plantados –, para depois serem exportados (DEAN, 1989).

Sabe-se que as primeiras tentativas de colonizar a costa brasileira foram caracterizadas pela introdução de plantas e animais domesticados que se encontravam já aclimatados em Portugal ou nas suas ilhas atlânticas. O interesse português pela vegetação e pela vida animal local era limitado às espécies potencialmente exportáveis, configurando uma relação inicial fria e, por vezes, desdenhosa com a fauna e a flora brasileiras. De acordo com Dean (1980, p. 72), a alimentação nativa não foi inicialmente apreciada pelos cronistas europeus, o que ocasionou uma diminuição do valor da Mata Atlântica, impedindo a domesticação de espécies selvagens locais e atrasando ou evitando a chegada no continente europeu de sementes de algumas plantas que poderiam ter sido aclimatadas na Europa. Ávidos por consumir alimentos familiares, os portugueses iniciaram a transferência para o Brasil de diversas espécies familiares e de outras já aclimatadas na Europa e em outras colônias, como inhame, banana, coco, gengibre, quiabo etc.

Entre as espécies já aclimatadas em outras colônias que também foram trazidas para o Nordeste do Brasil, está a cana-de-açúcar, produto de exportação dos portugueses bastante valioso e economicamente viável, cultivado na Índia e no Mediterrâneo. No entanto, o plantio da cana exigia a queimada de grandes porções da mata nativa, e a floresta passou a ser vista, pelos plantadores de cana, como um obstáculo ao desenvolvimento econômico. As queimadas e o plantio da cana eram feitos em sua maioria por mão de obra escrava local e pelos indígenas que, muitas vezes, se rebelavam e fugiam para as florestas. Os missionários, tentando converter

os indígenas à passividade e ao cristianismo, combatiam os cultos dos tupis e logo associaram a Mata Atlântica, onde os índios se escondiam e cultuavam seus deuses, à morada do diabo.

Com o avançar do tempo, intensificou-se a derrubada de áreas de florestas para fornecimento de lenha para combustível e, principalmente, para o cultivo de espécies exóticas. Essa contínua devastação da natureza decorria de uma postura filosófica da sociedade naquela época que acreditava que a supremacia do homem sobre a natureza dava-lhe o direito de dominá-la e transformá-la de acordo com suas finalidades, principalmente econômicas. Segundo Pereira (2013), essa postura justificaria a falta de uma política portuguesa mais cuidadosa para a conservação e preservação das matas nativas brasileiras nos primeiros anos do período colonial.

Miller (2000) defende a hipótese de que a devastação da Mata Atlântica litorânea brasileira decorreu, principalmente, das queimadas e derrubadas para o cultivo e, em menores proporções, da extração de madeiras para exportação. Nesse mesmo sentido, Freyre (1937) afirma que a introdução da monocultura no Nordeste foi a grande responsável tanto pela destruição da mata nordestina quanto pela criação de uma relação de distanciamento e de indiferença do homem com a mata nativa, que permanece até os dias atuais. Para o autor, travou-se um estado quase de guerra entre o dono de terra e a floresta desde o período colonial, em que se devastavam áreas imensas de arvoredo por meio das queimadas para inserção do canavial e para uso das madeiras nobres (baraúna, pau-amarelo, pau-d'arco, angelim, sucupira, visgueiro, angico, pau-ferro) como combustível, na coivara e na construção civil e naval portuguesa.

O canavial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que se foram abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o **canavial civilizador**, mas ao mesmo tempo devastador (FREYRE, 1937, p. 72 – grifos nossos).

É interessante observar a relação que se fazia entre a plantação de monoculturas, no caso do Nordeste, a cana-de açúcar, com a ideia de civilização. Assim como ocorreu em outros lugares, como mostrou o historiador inglês Keith Thomas na Inglaterra, a destruição das florestas nativas para o cultivo das lavouras também foi vista como um ato civilizador. O autor mostra que na realidade anglo-saxã do século XV até o início do XVIII, as matas não cultivadas eram vistas como obstáculos ao progresso humano e as florestas nativas eram sinônimo de rusticidade e perigo. A civilidade tão almejada remetia a uma paisagem cultivada, regular e simétrica, em oposição ao mundo natural desordenado e rústico:

A prática de plantar cereais ou vegetais em linhas retas não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços escassos; também representava um meio agradável de

**impor a ordem humana ao mundo natural desordenado** [...] Simetria e regularidade eram traços essenciais da boa agricultura (THOMAS, 1983 - grifo nosso).

Esse antagonismo entre floresta nativa *x* civilidade ou paisagem cultivada também pode ser observado em algumas cidades litorâneas nordestinas, como Olinda, por exemplo, onde “A floresta virgem [...] pelo ferro e pelo fogo, cedeu lugar as **plantações uteis aos cereais, às plantações frutíferas, aos canaviais**, ao lado das primeiras habitações [...]” (COSTA, 1983, p. 7 *apud* FERRARE, 2014, p. 193).

No caso do território alagoano, cuja economia agroaçucareira foi muito presente durante todo o período colonial<sup>30</sup>, perdurando até os dias atuais, pode-se observar o quão intensa foi a devastação da Mata Atlântica para a implementação da cultura da cana-de-açúcar, um dos principais esteios da economia desde o período colonial, além de outras atividades econômicas que aqui existiam e que também devastaram a mata<sup>31</sup>.

Além do clima e do solo propício para a plantação da monocultura da cana-de-açúcar – o solo tipo massapê –, a escolha do local para implantação dos engenhos devia levar em conta outros aspectos, entre os quais se destacam: a presença de grande área de terra desocupada, usada para o desenvolvimento de atividades externas (secagem do açúcar, circulação de pessoas) e de plantação de hortas e jardins, temática que será abordada adiante; a presença de rios ou pequenos cursos d’água, essenciais ao funcionamento dos engenhos e para permitir o escoamento do açúcar; e a presença de extensas matas para o fornecimento de madeiras destinadas à construção e à alimentação das fornalhas. Nesse sentido, as regiões de Mata Atlântica ou Zona da Mata de Alagoas, cobertas com densa vegetação, nas proximidades da costa e de rios navegáveis, foram sendo desmatadas para o plantio da cana e a implantação da estrutura dos engenhos (MENESES, 2017).

A Zona da Mata, onde se desenvolveu essa cultura, era de fato coberta de densa vegetação, como o seu próprio nome diz. O pau-brasil, entre outras árvores, já cobiçado e exportado antes da cultura da cana-de-açúcar, abundava nessa região. Mas no afã de liberar áreas para a cultura da cana arrasavam-se extensas áreas de floresta e a madeira que daí resultava ia para as fornalhas dos engenhos. Quando o engenho se desenvolvia, passava a consumir a madeira das matas mais próximas, que, por sua vez, também se extinguíam (GOMES, 2006, p. 46).

<sup>30</sup> De acordo com Diégues Júnior (1948, p. 43) e outros historiadores que tratam da história de Alagoas e seus engenhos, os engenhos de açúcar alagoanos tiveram, desde o início do século XVI, seu desenvolvimento relacionado aos primeiros focos de povoamento: ao norte, em Porto Calvo; nas regiões das Lagoas Mundaú e Manguaba, onde Maceió está localizada; ao Sul em Penedo, e no interior de Alagoas, em Atalaia.

<sup>31</sup> De acordo com Meneses (2017), outras atividades econômicas como o algodão e a criação do gado, por exemplo, foram de substancial importância para a formação do território alagoano, além da cana-de-açúcar.

Além da destruição das matas para o plantio da cana e do uso indiscriminado de madeiras para finalidades diversas que atendiam à demanda dos engenhos, vale salientar o uso das madeiras em tradições culturais e festivas relacionadas à Igreja Católica. Em Alagoas do Sul, de acordo com Ferrare (2002<sup>a</sup>), a madeira cortada das matas também era utilizada na Festa do Senhor do Bonfim de Taperaguá<sup>32</sup>, numa tradição que perdurou até o século XX. Em entrevistas realizadas com antigos moradores da região, a autora identificou uma espécie de disputa de carros de boi entre os engenhos, que ocorria durante a festividade, na qual vencida o carro de boi carregado de lenha extraída das matas que conseguia subir os degraus da igreja, de costas, sem o carreiro olhar para trás. Um dos entrevistados, o senhor Nelson Oliveira Santos, zelador da igreja, assim descreveu a tradição:

[...] os carreiros saíam para as matas ainda na madrugada da véspera do dia 6 para **iniciar o corte da madeira, em toras bem grossas**, e só voltavam por volta das 14:00 hs., quando então iniciavam as tentativas de subida dos batentes da calçada da igreja [...] **A fogueira que era feita com toda a madeira dos carros trazida das matas**, variava de altura, a depender do número de carros [de bois] que vinham, pois vinham também carros das fazendas. Tinha ano em que dava **4 metros**, já outros dava até **6 metros** [...] (FERRARE, 2002<sup>a</sup> - grifos nossos).

Outras atividades que também contribuíram para a devastação das matas alagoanas foram a criação de gado e o cultivo de algodão, presentes na região dos Sertões e Sul de Alagoas. O *Mappa Topographico da Parte das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Parahiba*, datado de 1823 (Figura 27), mostra mais claramente a intensa presença das matas na região alagoana e as atividades econômicas ali presentes que contribuíam para a sua devastação, como a extração de madeiras para construção e as fazendas de gado, algodão e os engenhos.

De acordo com o mapa de 1823, nas imediações de Maceió existia ainda uma extensa região de matas virgens e, assim como toda a Costa Litorânea, ao Norte de Alagoas, estava ocupada com terrenos destinados aos engenhos. Ou seja, boa parte de sua mata nativa já havia sido destruída para o plantio da cana-de-açúcar.

É constatado que, além da plantação da cana-de-açúcar, com claras finalidades econômicas, foi inserido, principalmente na região costeira do Nordeste, o coqueiro (*Cocos nucifera L.*), que tão bem se adaptou às condições locais, tanto que já é considerado, por alguns pesquisadores, como uma espécie naturalizada.

---

<sup>32</sup> Taperaguá foi o primeiro polo de ocupação do povoamento de Alagoas do Sul, que se deu pelos descendentes de Henrique de Carvalho e Gabriel Soares no século XVII. A festa anual do Senhor do Bonfim de Taperaguá ocorre até os dias atuais entre 1 e 6 de janeiro, no largo da igreja homônima (FERRARE, 2014, p. 223).

Figura 27 – Localização das matas e demais atividades econômicas em *Mappa Topographico [...] (1823)*



- Legenda:
- 1 - Villa de Porto Calvo
  - 2 - Villa do Penedo
  - 3 - Villa de Atalaia
  - 4 - Villa de Alagoas
  - 5 - Villa de Maceió
  - Gado e plantações de algodão
  - Engenhos de Assucar
  - Matas

Fonte: AHEX. Tratado pela autora.

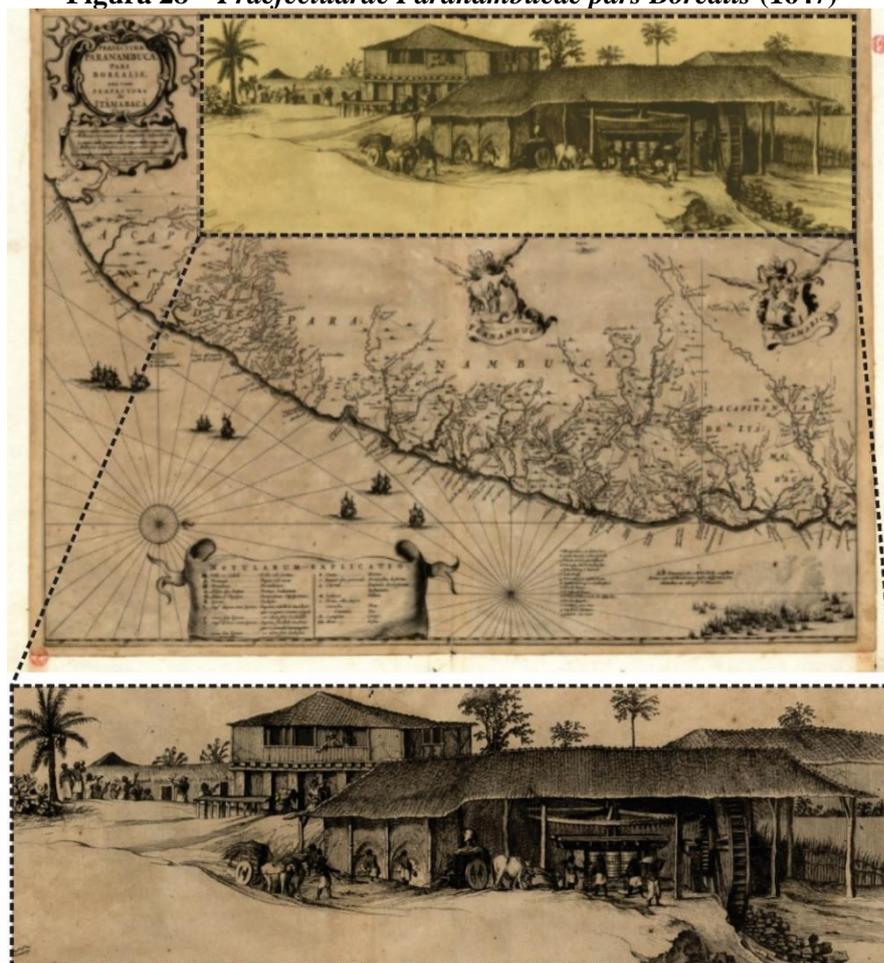
No atual estado de Alagoas, de acordo com Carvalho (2015, p. 26), “os coqueirais, marcantes no litoral, desenvolveram-se desde o século XVI com as sementes trazidas pelos portugueses”. No entanto, a forma como essa espécie chegou à América é controversa. Alguns autores defendem a hipótese de que foi trazido de Cabo Verde; outros defendem a ideia de que os cocos vieram arrastados pela água do mar da Polinésia até a costa americana, já que os frutos boiam quando secos (FERRÃO, 2013, p. 255). Para o cronista quinhentista Gabriel Soares de Souza, a espécie veio de Cabo Verde, possivelmente trazida pelos portugueses, que a plantaram em suas colônias. Ele afirmou ainda que a espécie se adaptou melhor ao solo da colônia brasileira, mais especificamente da Bahia, do que ao solo de outras áreas colonizadas:

As palmeiras que dão os cocos, se dão na Bahia melhor que na Índia, porque, metido um coco debaixo da terra, a palmeira que dele nasce dá coco em cinco e seis anos, e na Índia não dão estas palmas fruto em vinte anos. Foram os primeiros cocos à Bahia de Cabo Verde, de onde se enche a terra, e houvera infinidade deles se não se secaram, como são de oito e dez anos para cima [...] (SOUZA, 1587, p. 168).

De acordo com o historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, a primeira função do coqueiral na América portuguesa teria sido a de ornamentação, sendo apenas posteriormente

atribuído a ele valor utilitário através do uso da água para beber, da polpa para comer, do leite para cozimento do arroz e da casca para feitura das cuias, como relatou Marcgrave no século XVII (MELLO, 1999). Conforme mostra o autor, ao observar a rica iconografia produzida pelos holandeses no século XVII, o coqueiro ainda era um elemento raro na paisagem litorânea nordestina, presente nos núcleos de povoação e servindo de decoração a algumas casas-grandes de engenhos. Tal panorama pode ser observado nas cartas individuais que representaram o território alagoano, elaboradas por Marcgrave no século XVII, cujas cópias encontram-se disponibilizadas na Biblioteca Nacional Digital de Portugal, como a *Praefecturae Paranambucae pars Borealis*, que representava parte das Capitanias de Itamaracá, seguindo até o Sul da capitania de Pernambuco. Em pormenor desta carta é possível observar a presença de um coqueiro à esquerda e de algumas espécies arbóreas por trás das instalações do engenho representado (Figura 28).

**Figura 28 – *Praefecturae Paranambucae pars Borealis* (1647)**

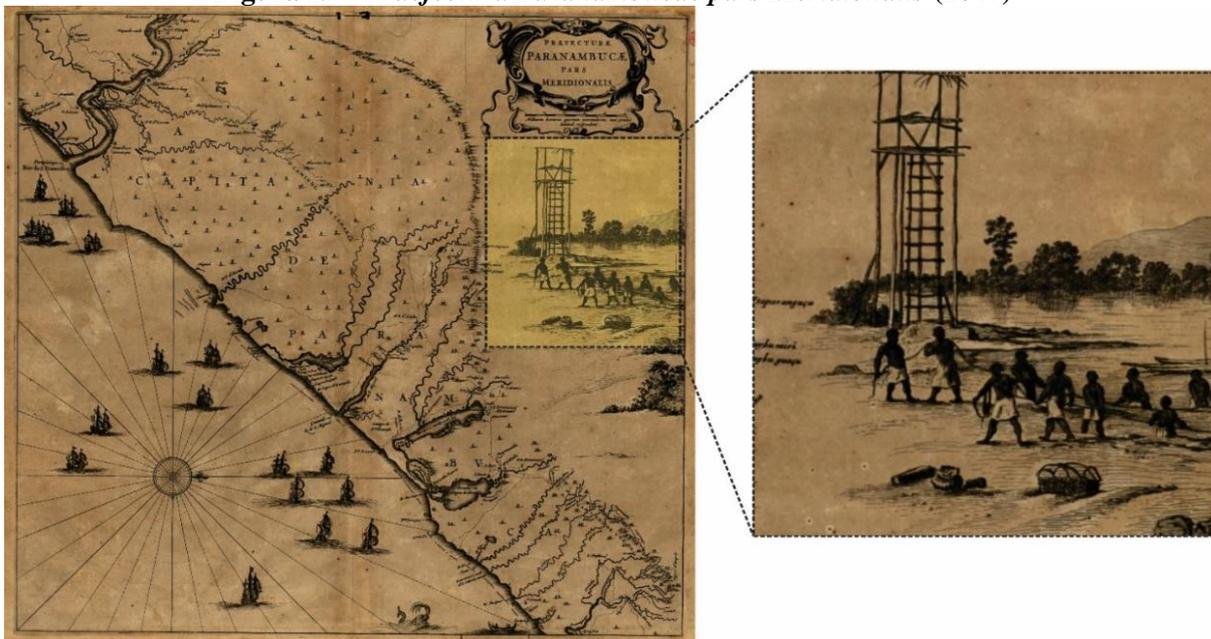


Fonte: Acervo digital BNP (cota-1329-a), tratado pela autora.

A carta intitulada *Praefecturae Paranambucae pars Meridionalis* representa apenas o território alagoano, onde se evidencia uma densa massa arbórea e arbustiva, porém o coqueiro

não foi retratado (Figura 29), demonstrando que naquele momento ele ainda não era tão presente na paisagem, ou seu aproveitamento para fins diversos e na alimentação ainda não era muito apreciado.

**Figura 29 – Praefectura Paranambucæ pars Meridionalis (1647)**



Fonte: Acervo digital BNP (cota-1330-a), tratado pela autora.

Ao longo de todo o século XVII, a paisagem litorânea do Nordeste parece ter sido bastante modificada com a inserção maciça do coqueiral que, segundo Mello (1999), expulsou o cajueiro<sup>33</sup> (*Anacardium occidentale L*), espécie nativa e abundante:

Devido à pobreza da documentação, mal se vislumbra a verdadeira mutação da paisagem que foi a marginalização de um pelo outro, a qual **reduziu o cajueiro à figura de parente pobre, expulso da linha de frente pelos cenográficos coqueirais**, que se tornaram o biombo que oferecia ao viajante a primeira visão da terra, ao passo que os primitivos navegantes, como Pero Lopes de Souza, haviam enxergado apenas uma terra monotonamente baixa, bem arborizada de bosques de cajueiros e de manguezais (MELLO, 1999, s/p - grifo nosso).

O coqueiro, no entanto, atualmente é considerado uma espécie naturalizada e não endêmica do Brasil, com ocorrência em 13 estados do país, nas regiões Norte (PA), Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE) e Sudeste (ES, RJ e SP), de acordo com a *Lista de*

<sup>33</sup> De acordo com a *Lista das Espécies da Flora do Brasil*, o cajueiro é uma espécie nativa e não endêmica, com ocorrências nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (FORZZA, 2010a, p. 599).

*Espécies da Flora do Brasil*<sup>34</sup>, por sua fácil adaptação e rápida disseminação por todo o país (FORZZA, 2010a, p. 670).

Sobre a existência do cajueiro no litoral do Nordeste, mais especificamente na região da Bahia, Gabriel Soares de Souza enfatizou sua marcante presença na paisagem, em roças e quintais, e seus usos para fins medicinais e alimentares:

Convém tratar daqui por diante das árvores de fruto naturais da Bahia, águas vertentes ao mar e à vista dele; e demos o primeiro lugar e capitulo por si aos cajueiros, pois é uma árvore de muita estima, e **há tantos ao longo do mar e na vista dele**.[...] **A sombra destas árvores é muito fria e fresca**, o fruto é formosíssimo; algumas árvores dão fruto vermelho e comprido, outras o dão da mesma cor e redondo. [...] são **medicinais** para doentes de febres, e para quem tem fastio, os quais fazem bom estômago [...] Os cajus silvestres travam junto do olho que se lhes bota fora, mas **os que se criam nas roças e nos quintais comem-se todos** sem terem que lançar fora por não travarem. Fazem-se estes cajus de **conserva**, que é muito suave, e para se comerem logo **cozidos no açúcar cobertos de canela** não têm preço. Do sumo desta fruta faz o **gentio vinho**, com que se embebeda, que é de bom cheiro e saboroso [...] (SOUZA, 1587, p. 186-187 – grifos nossos)

Nesse mesmo sentido, Gandavo (1576), no sexto capítulo de seu tratado, intitulado *Das frutas da Terra*, relata a abundância e os sabores das frutas que aqui encontrou, como o abacaxi e o caju:

Outra fruta se cria numas árvores grandes, **estas se não plantam, nascem pelo mato muitas**; esta fruta depois de madura é muito amarela: são como pêros repinaldos compridos, **chamam-lhes cajus**, têm muito sumo, e cria-se na ponta desta fruta de fora um caroço como castanha [...] este caroço assado, é muito mais gostoso que amêndoa; são de sua natureza muito quentes em extremo. Há na terra tantos destes caroços que os medem aos alqueires (GANDAVO, 1576, p. 63 – grifos nossos).

O cajueiro, apesar de toda a sua importância na paisagem e na utilização para finalidades diversas, destacadas no registro dos cronistas quinhentistas Gabriel Soares de Souza e Pero de Magalhães Gandavo, parece ter sido substituído pelo coqueiro.

Diante do exposto, verifica-se que o ideário predominante ainda naquele momento era o de **exploração e conservação de determinada porção da Mata Atlântica**, que fornecia lucro à Coroa, ao tempo que havia devastação de outras porções de vegetação nativa, nas regiões destinadas ao cultivo, para a inserção de novas espécies mais lucrativas. Teria esse processo de substituição da vegetação nativa por espécies exóticas permanecido no ideário dos

<sup>34</sup> Elaborada com a finalidade de resgatar imagens e informações (nomenclatura, distribuição geográfica no Brasil, endemismo etc.) das espécies da flora brasileira, a *Lista de Espécies da Flora do Brasil* é uma iniciativa do Governo brasileiro coordenada pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro e conta com taxonomistas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2018).

agentes construtores, influenciando diretamente na escolha das espécies para os jardins que foram sendo introduzidos nas terras brasileiras a partir do século XVIII, dando continuidade a uma intensa transformação na paisagem?

### **1.6 Ordenamento: a inserção da vegetação no âmbito privado**

De acordo com Magalhães (2015) e Robba (2002) os primeiros indícios de inserção de vegetação de forma ordenada, ainda no período colonial, ocorreram em propriedades religiosas ou em quintais residenciais, caracterizados por serem espaços de cultivo de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais.

Indícios das diversas espécies plantadas nos quintais da Bahia e de seu aspecto pitoresco na paisagem já haviam sido dados por Souza (1587, p. 137 – grifos nossos), no final do século XVI:

[...] a cidade muito bem arruada, com **casas de moradores com seus quintais**, os quais estão povoados de **palmeiras carregadas de cocos** e outras de **tâmaras**, e de **laranjeiras** e outras árvores de espinho, **figueiras, romeiras e parreiras**, com o que fica muito fresca [...].

Além dos quintais e propriedades religiosas, no período colonial a vegetação foi inserida de forma ordenada em alguns engenhos e chácaras, também caracterizados inicialmente por sua função utilitária e de subsistência. Assim, as primeiras intenções de ordenamento da vegetação nas cidades brasileiras ocorreram em propriedades privadas. Contudo, eram desprovidas de projeto e com pouco ou inexpressivo apelo estético intencional.

Embora os pequenos núcleos urbanos, até o século XIX, ainda fossem rodeados pela mata nativa, tais iniciativas de ordenamento da vegetação, dentro de espaços cercados, contribuíram para tornar a paisagem mais agradável, aproximando mais a vegetação do espaço construído e garantindo o provimento de alimentos. Além disso, observaram-se também tentativas de ordenamento da vegetação na forma do entendimento da presente tese em aldeamentos missionários e, também, em cercas conventuais, ainda durante o processo de ocupação e do povoamento colonizador.

### 1.6.1 Aldeamentos missionários e edificações religiosas

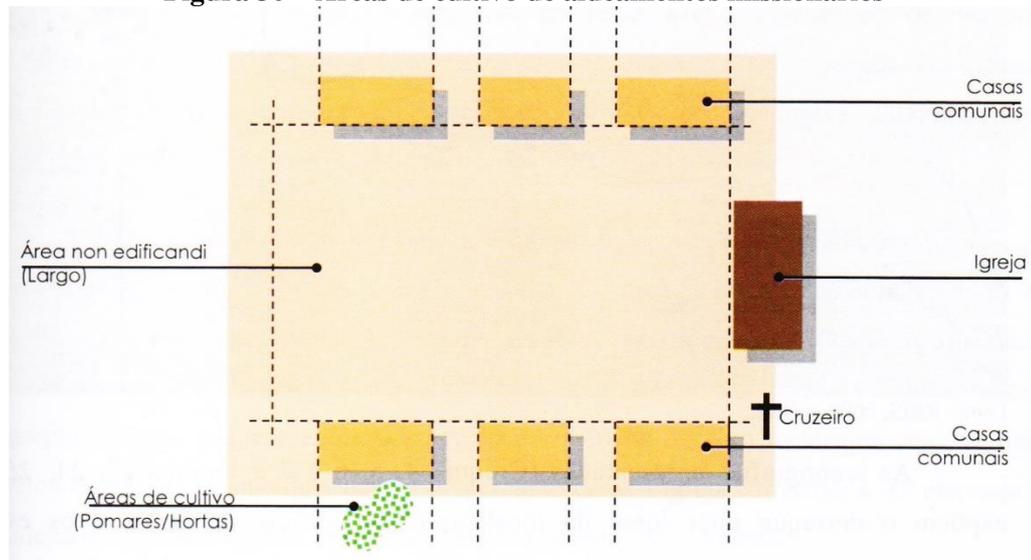
Durante o período colonial, as edificações religiosas eram elementos marcantes na paisagem urbana. De acordo com Ferrare (2014), a religião católica foi o esteio para a implantação de um projeto colonizador português e definiu padrões de urbanização no processo de povoamento do Brasil que permanecem até os dias atuais na paisagem de algumas cidades brasileiras. Segundo a autora, o aldeamento missionário consistiu em uma base de ascendência autoritária, política e cultural que alimentou essa estratégia de colonização portuguesa. Teixeira (2003) também afirma que o aldeamento era um tipo de missão fixa onde os padres viviam com o objetivo de evangelizar os índios; era “a expressão mais evidente do papel que exerceu a Igreja Católica, associada ao estado, na formação do território e da rede urbana no Brasil” (TEIXEIRA, 2003, p. 57).

Ainda de acordo com Ferrare (2014), esses aldeamentos missionários eram formados sob o seguinte padrão: uma igreja, que em algumas ocorrências era ladeada pela edificação de recolhimento dos missionários; convento ou hospício e unidades de casas comunais dispostas em duas ou três alas, possuindo estas uma delimitação posterior que era destinada ao cultivo de hortas e pomares (Figura 30). Esses espaços traseiros às casas pareciam limitar-se à função de cultivo para subsistência mediante a plantação de espécies frutíferas e hortaliças, sem intenção estética ou de deleite. Pode-se entender, entretanto, que já configuravam o início do ordenamento da natureza dentro do aglomerado urbano. Essa característica de ordenar a natureza para fins de subsistência, com a plantação de hortas e pomares, foi buscada inicialmente nessas parcelas de terra urbana ordenadas pelos religiosos e, em seguida, estendeu-se aos quintais existentes nos lotes residenciais, conforme será abordado a seguir.

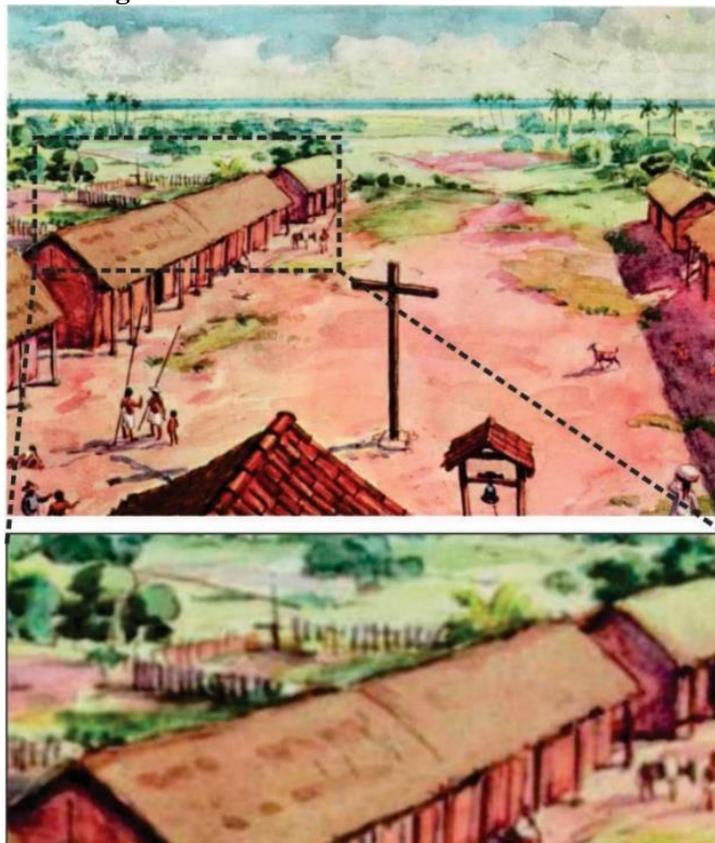
Delimitada possivelmente por cercas de madeira, conforme sugere a ilustração feita a partir da obra de Wagener<sup>35</sup>, nessas hortas e pomares dos aldeamentos missionários eram plantadas espécies nativas e exóticas trazidas pelos missionários e aclimatadas no Brasil (Figura 31).

---

<sup>35</sup> Zacarias Wagener (1614-1668) foi um desenhista e cartógrafo alemão que registrou em aquarelas a vida brasileira, bem como a presença dos holandeses no Nordeste do país (ENCICLOPÉDIA ITAÚ, 2017).

**Figura 30 – Áreas de cultivo de aldeamentos missionários**

Fonte: Ferrare (2014, p. 145).

**Figura 31 – Área de cultivo em aldeamentos**

Fonte: Atlas Histórico (1980).

Obs.: Pormenor de uma ilustração sobre o original de Zacharias Wagener.

Relatos de missionários, como os do Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) e o do Padre José de Anchieta (1534-1597), descreveram as espécies nativas e exóticas que possivelmente existiam nessas áreas de cultivo. Entre as nativas, destacavam-se o cajueiro, a goiabeira, a mangabeira, o maracujazeiro e a mandioca; entre as exóticas, figuravam as laranjeiras, bananeiras, mamoeiros, jaqueiras e mangueiras (DOURADO, 2004).

Uma outra relação com a natureza e com a vegetação nativa, mais especificamente, parece ter sido desenvolvida nos conventos e mosteiros, fundados no Brasil a partir dos séculos XVI e XVII, e que eram implantados geralmente em locais próximos a cursos d'água que fertilizavam e mantinham frondosas as massas vegetadas de grande impacto na paisagem: as cercas conventuais. Nessas edificações religiosas, a vegetação parecia evocar outros sentidos e assumir outras funções, além da subsistência.

Adaptadas à realidade e às condições físicas e climáticas brasileiras, essas construções conventuais, pode-se dizer, abrigaram os primeiros jardins privados brasileiros de fato, uma vez que aliavam funções utilitárias, estéticas e de fruição.

A necessidade de uma **área reservada** ampla obriga a imediata construção de muros que criam o **primeiro enlace da natureza** em volta da casa conventual, claramente identificadas na paisagem urbana (SILVA, 2012, p. 28 - grifos nossos).

Segundo Magalhães (2015), data de 1587 o primeiro relato de jardim no Brasil, localizado no interior de uma cerca conventual. Trata-se do registro de Gabriel Soares de Souza em seu *Tratado Descritivo do Brasil*:

E pela terra adentro, duas léguas, têm os padres da companhia uma grossa fazenda, com dois currais de vacas, na qual têm umas casas de refrigério, onde se **vão recrear e convalescer das enfermidades**, e levam a folgar os governadores, onde tem um **jardim muito fresco**, com um **formoso tanque de água**, e uma ermida muito concertada, onde os padres, quando lá estão dizem missa (SOUZA, 1587, p. 73 - grifos nossos).

Além dele, Fernão Cardim, no século XVI, descreveu como eram configurados alguns desses jardins, quando relatou sua visita a um convento jesuíta em Pernambuco:

À tarde fomos merendar à horta, que tem muito grande, e dentro nella um **jardim fechado** com muitaservas cheirosas, e duas ruas de pilares de tijolo com parreiras, e uma fructa que chamam maracujá, sadia, gostosa e refresca muito o sangue em tempo de calma, tem ponta d'azedo, é fructa estimada. Tem um grande romeiral [...] figueiras de Portugal, e outras fructas da terra [...] Também tem um poço, fonte e tanque, ainda que não é necessário para as laranjeiras, porque o céu as rega: **o jardim é o melhor e alegre que vi no Brasil**, e se estivera em Portugal se pudéra chamar jardim (CARDIM, 1583-1601, p. 327-328 – grifos nossos).

A natureza brasileira, que outrora inspirava temor, passou naquele momento a integrar a vida cotidiana dos religiosos através desses espaços em que era ordenada para fins estéticos, de contemplação e para o provimento de alimentos, num misto de quintal, horta, pomar, horto e jardim de fruição, em que elementos decorativos e equipamentos eram escassos (MAGALHÃES, 2015, p. 73). Cabe ressaltar que essas casas conventuais do Nordeste proporcionavam uma ampla visão de seu entorno, pois dos cômodos dos pavimentos superiores abriam-se generosas janelas, de onde era possível ter o controle do que estava em sua volta e também apreciar a natureza (SILVA, 2012).

Os jardins das cercas conventuais eram cercados por muros, destinados ao deleite, contemplação, reflexão espiritual, e remetiam à ideia do paraíso descrito na Bíblia como o Jardim do Éden<sup>36</sup>. Esses jardins presentes nas edificações religiosas eram locais aprazíveis e lúdicos, usados pelos religiosos para fins de convívio e reflexão. Carapinha (1995) enfatizou também a presença da água, frutas e dos citrinos nesses jardins dos conventos que, realizados os ajustes às condições locais, eram, em síntese, adaptações dos jardins portugueses. “Os religiosos portugueses buscavam nas terras além-mar os traços identitários que os fazia rememorar Portugal”, afirma Magalhães (2015, p. 80).

Silva (2012, p. 62), em seu estudo sobre a cerca do convento franciscano de Marechal Deodoro-AL (Figura 32), acrescenta também que, apesar de naquele período ainda não existir a ideia de sustentabilidade, o jardim da cerca conventual tinha um caráter de autossuficiência, porquanto deveria prover a sobrevivência básica dos ocupantes do convento em caso de ataques indígenas ou de guerras: fonte de água, criação de animais, horta e pomar. Ainda segundo a autora, ali eram plantadas flores de espécies variadas que ornamentavam o interior da igreja, especialmente em dias de solenidade, que também podiam ser utilizadas em outras ocasiões na comunidade. Algumas espécies frutíferas como mangueiras, bananeiras e fruta-pão, por exemplo, e os resquícios de um poço de água permanecem na paisagem da cerca conventual nos dias atuais.

---

<sup>36</sup> Para aprofundar a temática do jardim que remete ao paraíso bíblico, ver: Magalhães (2015, p. 75-76).

**Figura 32 – Vistas da cerca do convento franciscano de Marechal Deodoro**

Fonte: Autora (2018).

Silva complementa ainda que o interior dos conventos franciscanos também revela uma relação com a natureza, característica do homem franciscano. Nesse sentido, para a autora, o convento pode ser visto “como um jardim”, pois além da vegetação plantada nas cercas conventuais e das janelas que se abriam para a paisagem e que possuíam apoio para vasos, aproximando ainda mais essa vegetação, são diversos os ornamentos nas pinturas, nas superfícies talhadas dos retábulos, nos corrimões das escadas, em que “a natureza está presente, por vezes culturalmente modificada” (SILVA, 2012, p. 71).

**Figura 33 – Janela com apoio para vasos no convento franciscano de Marechal Deodoro**

Fonte: Silva (2012, p. 62).

Ainda no interior das edificações religiosas, poderia haver também jardins nos claustros. Em alguns casos, os monges cultivavam vegetais para a subsistência; plantas, ervas medicinais e flores para a ornamentação dos altares (VIEIRA, 2007, p. 110).

### 1.6.2 Os jardins dos quintais coloniais

Os quintais residenciais urbanos do período colonial brasileiro configuravam vazios de tamanho variável na parte interior e posterior dos lotes, geralmente delimitados por cercas ou muros, que podiam ser de taipa e que seguiam em continuidade às paredes das casas, onde se plantavam árvores e plantas e criavam-se aves e porcos. A nomenclatura “quintal” remetia às

“quintas” portuguesas, que configuravam casas de campo ou fazenda, onde o arrendatário dava ao proprietário a quinta parte do que colhia em frutos (LOUREIRO, 2012).

Esses quintais eram áreas de subsistência que podiam abrigar em seu interior múltiplas funções: local para fiação de algodão, plantação de horta e pomar e, muitas vezes, eram uma extensão da cozinha para a realização de atividades ligadas ao preparo de alimentos e local para o leite e fruição de espaços ajardinados pelo homem.

Para Loureiro (2012), ali também se desenvolviam atividades pedagógicas para os moradores da casa, pois:

o ensino também era uma atividade doméstica corriqueira no período colonial e se estendia algumas vezes até o quintal. Este acolhia o ensino e a prática do ofício [de lavar], ao mesmo tempo em que era absorvido como parte do espaço social feminino (LOUREIRO, 2012, p. 256).

No caso da cidade de Salvador, Holthe (2002, p. 48) afirma, baseado em relatos de viajantes estrangeiros que ali estiveram durante o século XIX, que os quintais possuíam uma função econômica e de subsistência em uma cidade que sofria com o desabastecimento de água e de alimentos, através da presença de poços d'água, plantações, hortas, pomares e criações domésticas de animais. Além disso, havia também nos quintais baianos uma grande variedade de flores, em sua maioria exóticas, utilizadas de diferentes formas: tanto em cerimônias e eventos festivos como nos velórios, em procissões e no Natal, quanto na decoração dos cômodos das casas (HOLTHER, 2002, p. 243).

Além da função de subsistência, a vegetação dos quintais introduziu novos elementos na paisagem – visuais, sonoros e olfativos – que também atribuíam aos quintais e seu entorno as funções de deleite e fruição, através das sensações causadas pela presença da vegetação. Ainda no caso de Salvador, essa incorporação da vegetação dos quintais à paisagem se deu de forma não intencional, quando a vegetação ultrapassou a altura do casario. É o que se observa no relato de Souza (1587, p. 137 – grifos nossos), quando percorreu as ruas de Salvador:

A vista desta cidade é mui **aprazível** ao longe, **por estarem as casas com os quintais cheios de árvores, a saber: de palmeiras, que aparecem por cima dos telhados;** e de laranjeiras, que todo o ano estão carregadas de laranjas, cuja vista de longe é mui **alegre**, especialmente do mar, por a cidade se estender muito ao longo dele, neste alto.

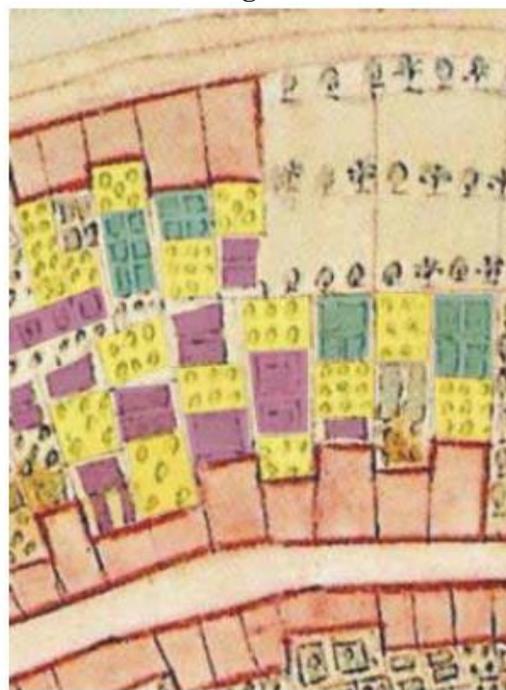
De forma semelhante, na cidade de Marechal Deodoro o traçado das ruas do centro histórico se ajustou às condições topográficas locais e favoreceu a implantação de quadras com lotes retangulares. As edificações foram construídas sobre o alinhamento da rua, como era



Essa “mudança no *status* do elemento vegetal” a que se refere a autora corresponde à alteração na forma de a sociedade ver e se relacionar com a vegetação anteriormente abordada e que configura o início da criação dos espaços ajardinados ordenados pelo homem.

Segundo constatações levantadas por Loureiro (2012, p. 253), pode-se observar que os mapas do século XVII de autoria de Johannes Vingboons, que mostram os quintais de Olinda, representam a vegetação de forma distinta de acordo com a tipologia de sua função dentro do quintal: os pomares são representados como árvores organizadas em fileiras e espaçadas em intervalos semelhantes; as hortas são representadas em sombra lilás na forma de quadrículas sem regularidade, enquanto os jardins são representados em verde e caracterizados por possuírem desenho mais regular e simétrico, conforme pode ser observado na Figura 35. É importante observar como essa ordenação da natureza a partir de desenhos regulares proporciona certa simetria dentro da porção de terra.

**Figura 35 – Identificação das áreas de pomar, horta e jardim no mapa de Vingboons**



Pomares  
 Hortas  
 Jardins

Fonte: Loureiro (2012, p. 254).

Manuel de Azevedo Fortes<sup>38</sup> (1728-1729), que definiu um sistema de códigos para viabilizar a representação de grandes extensões do território nos mapas setecentistas portugueses, determinou as seguintes convenções para a representação de hortas e jardins no Capítulo X do Livro III – *Da Stereometria*, de sua conhecida obra *O Engenheiro Portuguez* (1728-1729):

[...]

**As hortas** se riscão com a regoa sobre o papel, sem a aguada clara dos montes, terras lavradas, a respeito da brancura, em que devem ficar os caminhos, **fazendo os canteiros em paralelogramos desiguaes, ou quadrados**, de sorte, que não affecte a **regularidade dos jardins**, e feitos os paralelogramos com tinta da China com a

<sup>38</sup> Manuel de Azevedo Fortes foi engenheiro-mor do Reino de Portugal, considerado o pai da cartografia científica moderna portuguesa. Publicou obras importantes como: *Tratado do modo mais fácil e o mais exacto de fazer as cartas geográficas* (1722) e *O Engenheiro Portuguez* (1728-1729) (BUENO, 2007).

mesma pena, e tinta sobre clara se peneirão, com linhas paralelas, ou inclinadas irregularmente, e de modo, que na Estampa se representa pela **letra L**.

[...]

**O desenho dos jardins, quanto aos canteiros, não differem do desenho das hortas, se não na regularidade, e semetria.**

**Os canteiros dos jardins, levão huma aguada por igual, de meia tinta de verde lírio, e depois de seca se lhe debuxão com tinta da China os lavores que representão a murta, e são diferentes segundo o gosto, e capricho de cada hum, e depois se assombraõ os lavores com meia tinta de verde-bechiga, como mostra a **letra M**; e querendo representar algumas arvores à roda dos jardins, se dessenharaõ como fica dito, e como mostra a **letra N**** (FORTES, 1728-1729, p. 437-439 - grifos nossos).

**Figura 36 – Convenções portuguesas de representação de Hortas (L), Jardins (M) e árvores à sua volta (N) na estampa 10 de O Engenheiro Portuguez**



Fonte: Fortes (1728-1729). Tratado pela autora.

Pode-se concluir, portanto, que a diferenciação entre a representação portuguesa de hortas e de jardins consistia basicamente na regularidade e simetria presentes no traçado dos

jardins, denotando nestes uma nítida intenção de ordenamento da natureza e, principalmente, de estética, através da intencionalidade dos traçados simétricos.

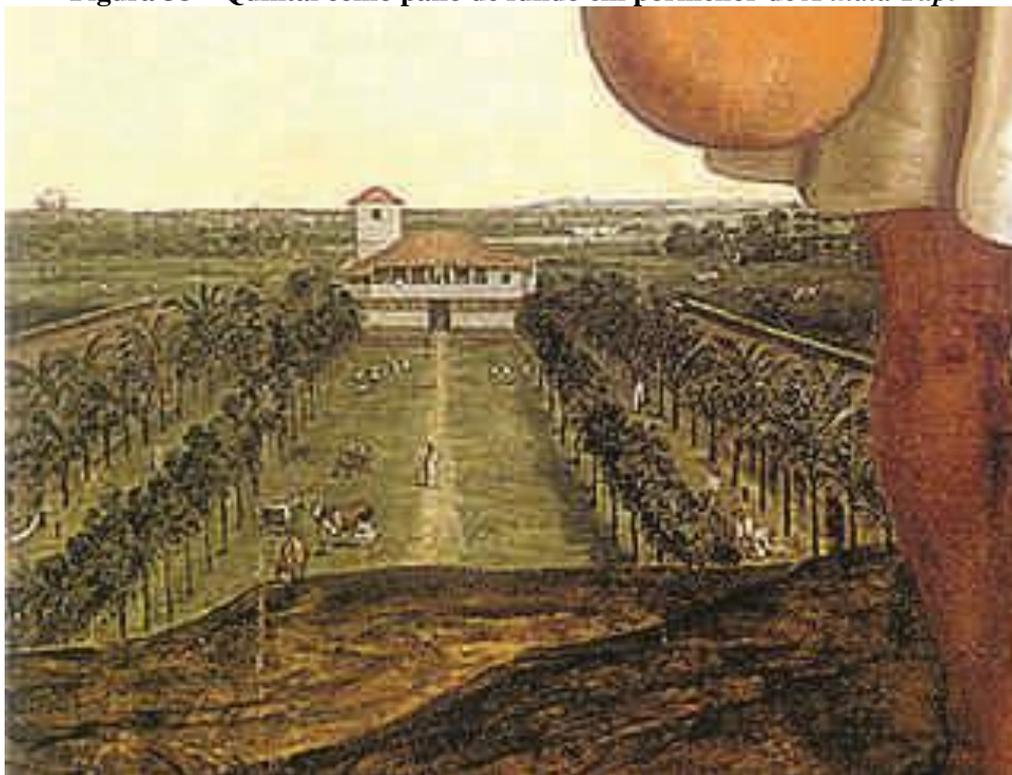
**Figura 37 – A Índia Tupi (1647), de Albert Eckhout**



Fonte: Enciclopédia Itaú (2017).

No que diz respeito aos quintais domésticos rurais no período colonial brasileiro, a ordenação da natureza também se fez presente. É o que pode ser observado no quadro elaborado por Eckhout, intitulado *A índia Tupi*, de 1647 (Figura 37). De acordo com Dourado (2014), esta é a primeira representação de um quintal doméstico rural brasileiro, onde o quintal aparece como pano de fundo no canto inferior esquerdo (Figura 37). Visualiza-se, em primeiro plano, uma índia com uma criança nos braços, à sombra de uma bananeira, espécie frutífera originária do Sudeste asiático e aqui aclimatada pelos portugueses, que se popularizou nos quintais e que já denota a intervenção humana na natureza através da inserção de espécies exóticas.

Ao fundo, no canto inferior esquerdo, podem ser observadas pessoas trabalhando em canteiros com frutíferas plantadas de forma simétrica no quintal, margeando o caminho que levava à edificação, o que demonstra o ordenamento e o domínio da natureza selvagem pelo homem (Figura 38). Esse domínio do selvagem revela-se também na representação da figura indígena que, apesar de estar com os seios desnudos, veste uma saia branca amarrada na cintura, mostrando sinais da “civilização” imposta pelos colonizadores.

**Figura 38 – Quintal como pano de fundo em pormenor de *A índia Tupi***

Fonte: Enciclopédia Itaú (2017).

Dourado (2004) afirma que, entre os séculos XVI e XVIII, diversas espécies exóticas para uso na alimentação foram plantadas nos quintais, como uvas, laranjas, limões, cedros, figos, abacaxis, bananeiras, romãs, mamoeiros, entre outras. Além disso, legumes e verduras também foram trazidos de Portugal para o plantio nos quintais e o incremento da alimentação, especialmente dos Padres jesuítas, como couves, alfaces, pepinos, ervilhas e lentilhas.

### **1.7 Estética e conhecimento científico: os jardins brasileiros e suas novas funções**

Ainda no século XVII, surgiram no Brasil jardins que agregavam outras funções, como a estética e a científica, além das já citadas funções utilitária e de subsistência. Entre essas primeiras iniciativas de ordenamento da vegetação no período colonial brasileiro, ressalta-se o jardim plantado pelo Conde João Maurício de Nassau<sup>39</sup> na cidade Maurícia<sup>40</sup>. O jardim, concebido ainda na primeira metade do século XVII, durante o período da ocupação holandesa em Pernambuco, tinha a função primordial de prover recursos alimentícios, especialmente em períodos de guerras e invasões.

<sup>39</sup> O Conde alemão Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679) foi Governador do Brasil holandês entre 1637 e 1644, durante a ocupação de Pernambuco.

<sup>40</sup> Cidade Maurícia era a denominação dada ao núcleo urbano do Recife durante o período holandês.

Contudo, à exceção dos típicos jardins coloniais existentes nos quintais brasileiros, apresentados anteriormente, onde o sentido útil costumava prevalecer sobre o sentido estético e de fruição, esse jardim unia as funções contemplativas, estéticas, de lazer e de produção. Segundo Silva (2011), Nassau compreendia o jardim não como um pedaço de natureza, mas como ação concentrada dos homens, reconhecendo no jardim um comprometimento com a produção do conhecimento e a eficiência dos espaços.

De acordo com a historiadora pernambucana Mariana Françoso, esse jardim, considerado o primeiro jardim brasileiro sob o ponto de vista da ciência e da botânica, era composto por uma coleção particular montada por Nassau que incluía espécies naturais, artefatos e representações visuais da natureza, de paisagens e dos habitantes da colônia. Era um jardim que aliava aspectos científicos (botânicos), utilitários (distribuição de águas), de fruição e de lazer, ordenando e embelezando o território (*apud* MAGALHÃES, 2015, p. 84).

O jardim estava localizado nas imediações do grandioso Palácio de Friburgo, onde residia Maurício de Nassau, e funcionava de modo complementar e unificado a ele. O palácio contava com um pavilhão principal ladeado por torres, formando um conjunto com uma galeria arrematada por arcos. Do lado esquerdo do palácio havia pavilhões que abrigavam a coqueira e as acomodações para os escravos.

O conjunto de edificações era cercado por uma grande via repleta de coqueiros; cerca de dois mil exemplares que haviam sido transplantados do Cabo Verde por Nassau, conforme se observa na Figura 39 (MAGALHÃES, 2015). Além deles, plantaram-se ali diversas outras espécies nativas e exóticas, como limoeiros e laranjeiras, que ofereciam cor, sabor e perfume ao jardim:

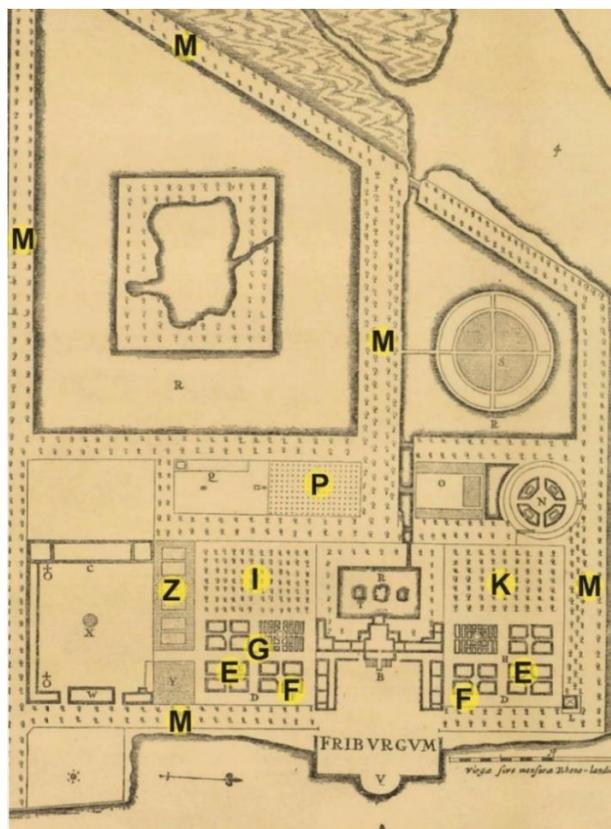
Surgiam, em lindos renques, 700 coqueiros [...] Depois do coqueiral, havia um lugar destinado a 252 laranjeiras, além de 600, que, reunidas graciosamente umas às outras, serviam de cêrca e deliciavam os sentidos com **a côr, o sabor e o perfume dos frutos**. Havia 58 pés de limões grandes, 80 de limões doces, 80 romanzeiras e 66 figueiras. Além destas, viam-se **árvores desconhecidas em nossa terra**: mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cabaceiras, cajueiros, uvalheiras, palmeiras, pitangueiras, romeiras, araticuns, jamacarus, pacobeiras ou bananeiras. Viam-se ainda tamarindeiros, castanheiros, tamareiros ou cariotas, vinhas carregadas de três em três meses, **ervas, arbustos, legumes, e plantas rasteiras, ornamentais e medicinais** [...] Alegre Nassau com este bom êxito de sua plantação, com esta benignidade da natureza, pois aquele arvoredo já ocultava o Recife inteiro a quem o olhasse de longe [...] (BARLÉUS, 1647, p. 161 e 162 – grifos nossos).

Ainda segundo Barléus (1647), o plantio de árvores, como oliveiras e fícus, tinha função de salubridade, segurança e amenidade. Segundo ele, Nassau teve

[...] o cuidado de atender à salubridade, procurando o sossego e obtendo a segurança do lugar, sem descuidar também da amenidade dos hortos. De fato, observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam os vergéis protegidos pelos fortes e por treze baterias (BARLÉUS, 1647, p. 161).

De acordo com Silva (2004), a tradução da legenda da planta do jardim, extraída do livro de Barléus (1647), mostra que havia ali uma setorização claramente definida: áreas destinadas ao plantio de espécies com finalidades medicinais, como as cítricas (F e I); fícus e árvores de grande porte (K); oliveiras (Z); jardins com bananas (P); canteiros de ervas (E); pérgolas com videiras (G) e avenidas com coqueiros (M). Ainda segundo a autora, havia no jardim uma preferência por plantas com significado simbólico, que remetiam ao “sentido edênico do cultivar” (SILVA, 2004, p. 7).

**Figura 39 – Jardim e Palácio de Friburgo**



Fonte: Barléus (1647). Tratado pela autora.

Segundo Magalhães (2015), o grandioso jardim, que unia aspectos utilitários, científicos, de contemplação e de lazer, pode ser considerado como similar aos jardins europeus do mesmo período e configura o primeiro jardim brasileiro concebido intencionalmente para reunir funções de aclimatação de espécies, estudos botânicos, embelezamento, fruição e lazer. Vale salientar, conforme enfatizou Segawa (1996, p. 35), que o acesso a esse jardim era limitado, reduzido a determinadas classes sociais, configurando um símbolo de *status*.

Mais de cem anos após a criação do jardim privado de Nassau, foi criado o primeiro espaço ajardinado destinado ao público no Brasil: o Passeio Público do Rio de Janeiro, planejado por Mestre Valentim. Inaugurado em 1783, portanto, 25 anos antes da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, a obra do passeio marcou, juntamente com outras obras de vulto, o início de um surto de racionalização urbana da cidade do Rio de Janeiro, capital e principal porto da colônia portuguesa. A sua implantação foi uma ação atípica no século XVIII no Brasil.

Apenas ao longo do século XIX, tendo o passeio público como precursor, foi prevista a introdução de outros espaços públicos ajardinados, culminando em modelos que foram aplicados em diversas escalas nas cidades brasileiras, que funcionavam como indicativos de uma gestão “modernizante” (CENIQUEL, 1995, p. 244).

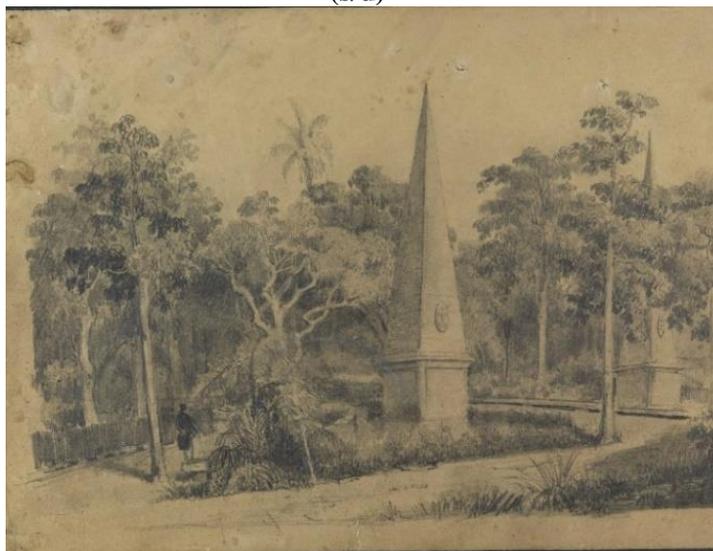
O Passeio Público do Rio de Janeiro foi implantado em uma área alagadiça denominada *Lagoa do Boqueirão da Ajuda* que precisou ser aterrada para a instalação do jardim. Cercado por muros, sua configuração inicial era composta por arbustos, gramados, alamedas sombreadas, canteiros e caramanchões repletos de plantas nativas que se misturavam às exóticas, além de elementos escultóricos, pirâmides de granito, pavilhões, fontes e um portão em ferro fundido que controlava seu acesso, funcionando como um espaço para a demonstração de poder e riqueza da burguesia mercantil em ascensão (Figuras 40 a 43).

**Figura 40 – Árvores sombreando a avenida principal do Passeio Público do Rio de Janeiro**



Fonte: BN Digital.  
Obs.: Fotografia de Henrique Klumb (anterior a 1862).

**Figura 41 – Vegetação e pirâmide de granito em desenho anônimo do Passeio Público do Rio de Janeiro (s/d)**



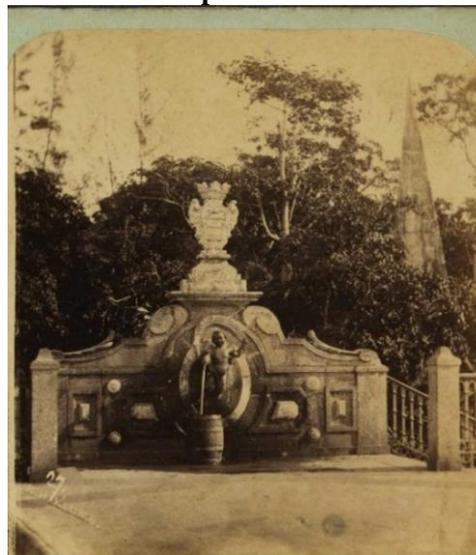
Fonte: BN Digital.  
Obs.: Desenho anônimo.

**Figura 42 – Portão de entrada do passeio público**



Fonte: BN Digital.  
Obs.: Fotografia de Henrique Klumb (s/d).

**Figura 43 – Pequena fonte no passeio público**



Fonte: BN Digital.  
Obs.: Fotografia de Henrique Klumb (1860).

Entre as fontes existentes no passeio, destaca-se a Fonte dos Jacarés, conhecida também como Fonte dos Amores (Figura 44). Projetada por mestre Valentim e inaugurada provavelmente em 1783, foi a primeira tentativa de estilização de animais da fauna brasileira; a água jorrava da boca de animais que faziam composição com garças, um coqueiro e um busto de *Diana* fundidos em bronze. Da obra original, restam hoje no passeio público apenas os jacarés e a estrutura da fonte (DIAS; BUENO, 2015, p. 19).

**Figura 44 – Fonte dos Jacarés no passeio público**



Fonte: Dias; Bueno (2015).

No projeto de Valentim, a vegetação foi utilizada a fim de criar um jardim adaptado às nossas realidades, especialmente no que diz respeito ao uso de árvores de grande porte para criação de áreas sombreadas (SEGAWA, 1996; CENIQUEL, 1995). A mistura de espécies vegetais nativas e exóticas de portes diversos chamava a atenção dos naturalistas estrangeiros:

Á beira-mar está o Passeio Público; é um jardim pequeno, cercado de muros e de um cais de cantaria a prumo sobre o mar. As suas alamedas umbrosas de mangueiras, jaqueiras ou da árvore oriental do pão, do itu e do jambo-rosa, entre os quais se ostentam os magníficos buquês de poinciana são sem dúvida muito convidativas, à tarde, quando sopra a brisa do mar suavizando o calor (SPIX; MARTIUS, 1817-1820 *apud* ARAGÃO, 2008b, p. 37).

Obra de grande porte que aliou uma estratégia de tratamento e aproveitamento de áreas alagadas e charnecas, a implantação do passeio público num terraço de onde se podia avistar o mar refletiu o surgimento de lugares concebidos para a apreciação dos panoramas e da paisagem marítima, que teve início nos séculos XVII e XVIII, na Europa. De acordo com Corbin (1989, p. 17), até o século XVII os relatos bíblicos e a literatura faziam referência ao mar, e depois ao Oceano Atlântico, como lugar enigmático, “recipiente líquido dos monstros”. Com as práticas de navegação moderna, a partir do século XVII, as representações do oceano começaram a ser modificadas. Com o passar do tempo, o mar, as praias e o relevo costeiro passaram a ser vistos como obras do Criador e verdadeiros espetáculos da natureza.

Nesse contexto, as edificações litorâneas, que inicialmente davam as costas ao mar, então desconhecido e repleto de perigos, passaram a ser construídas de forma a apreciar o espetáculo marítimo. Data desse período o surgimento de estruturas que funcionavam como mirantes marítimos na Europa, como as *esplanades, terraces e Marine Parades*, em que a fruição do horizonte marítimo associado ao passeio gerava uma nova forma de olhar e desfrutar a paisagem (SEGAWA, 1996, p. 92).

Sobre a localização e visão privilegiada do passeio do Rio de Janeiro, assim descreveu Agassiz (1865-1866, p. 71-72):

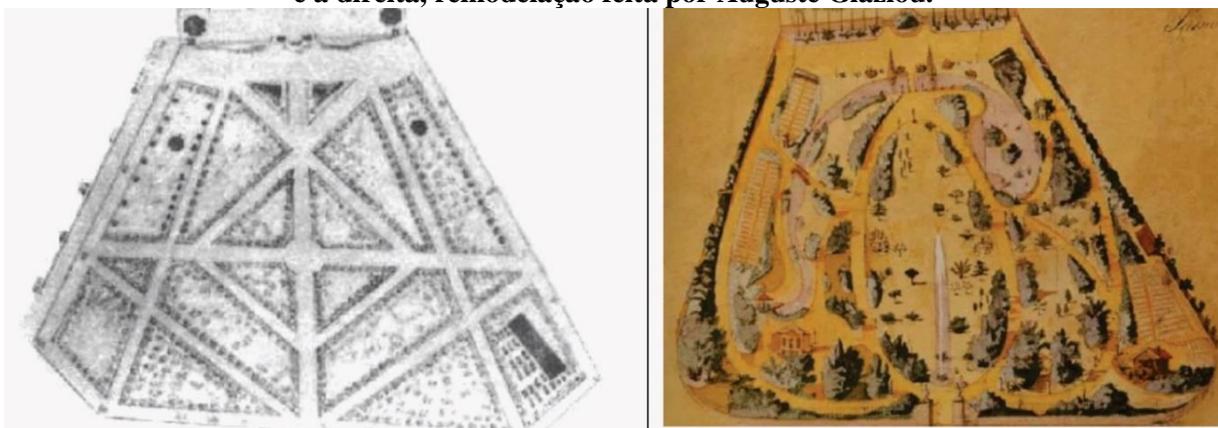
É um Jardim lindíssimo que dá frente para a baía, não é grande, mas está traçado com muito gosto. Nada de mais admirável que o amplo terraço que se ergue ao fundo e contra o qual se vêem quebrar as vagas trazendo com elas um frescor benfazejo.

A construção do Passeio Público no Rio de Janeiro marcou também o período inicial do processo de secularização, que ocorreu progressivamente ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, quando os valores relacionados à igreja e ao sagrado foram enfraquecendo. Nas palavras de Teixeira (2009), “a cidade de Deus foi se tornando a cidade dos homens”. Paulatinamente,

os marcos religiosos foram substituídos por marcos profanos, e os espaços públicos, como passeios, parques e jardins, assumiram o papel de protagonistas. Nesse sentido, conforme enfatizou Segawa (1996, p. 77), o passeio público não era um símbolo da autoridade portuguesa ou religiosa, como era comum nos largos ou adros do período colonial onde se erguiam monumentos que enalteciam essa autoridade; o passeio público era “um monumento à vegetação, à natureza”, e a vegetação surgia como uma expressão do domínio da natureza pela razão.

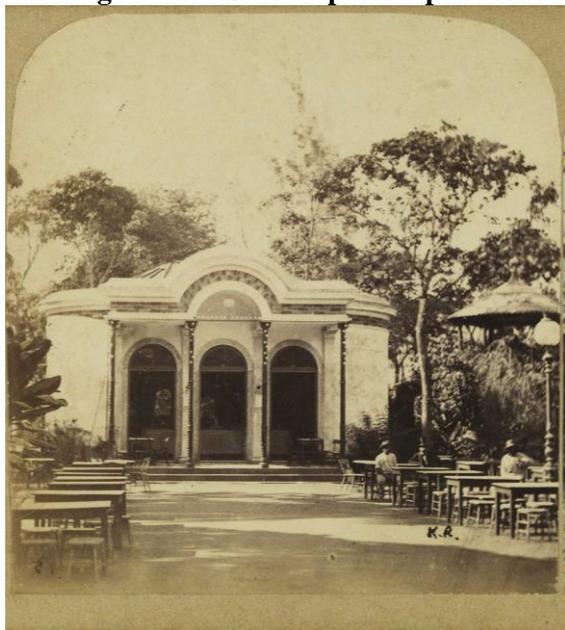
No entanto, por se localizar afastado do centro da cidade, com o passar do tempo o passeio público se tornou um local vazio e inseguro, pouco atraente para as senhoras e cavalheiros da elite local, caindo em desuso. Apenas em 1860, vários anos após as transformações ocorridas com a Independência do Brasil, o passeio foi remodelado pelo botânico francês Auguste François Marie Glaziou (1828-1906), que traçou um projeto de jardim tipicamente inglês, no qual as linhas curvas prevaleciam sobre a regularidade do traçado (Figura 45).

**Figura 45 – Passeio Público do Rio de Janeiro. À esquerda, planta traçada por Mestre Valentim e à direita, remodelação feita por Auguste Glaziou.**



Fonte: Magalhães (2015, p. 97).

Em seu projeto, Glaziou alterou o desenho original dos canteiros, retirando parte da vegetação primitiva, atitude bastante criticada pela imprensa na época. Ademais, no intuito de criar espaços de integração social, instalou um largo iluminado, com um café, mesas, cadeiras e coreto, onde aconteciam encontros ao som de bandas de música (Figuras 46 e 47).

**Figura 46 – Café no passeio público**

Fonte: BN Digital.  
Obs.: Fotografia de Henrique Klumb (1826 ca).

**Figura 47 – Passeio público**

Fonte: BN Digital.  
Obs.: Fotografia de Henrique Klumb (1826 ca).

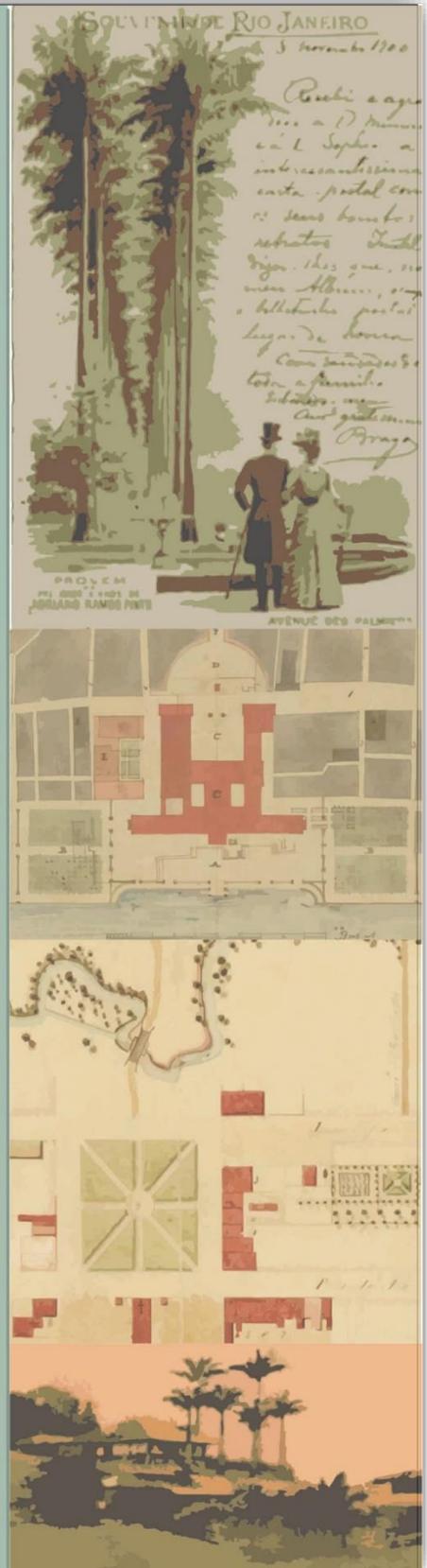
O Passeio Público do Rio de Janeiro também era uma tentativa de criação de espaços de integração social, porém a existência de uma regulamentação de acesso ao passeio, comum no século XIX, na verdade denotava a existência de um espaço de segregação social:

É vedada a entrada no Passeio a animais daninhos de qualquer natureza, às pessoas ébrias, loucas, descalças, vestidas indecentemente e armadas, a escravos, ainda que decentemente vestidos, quando não acompanharem crianças de que sejam aias ou amas, a crianças aparentemente menores de 10 anos, se não forem acompanhadas de quem as impeça de praticar malefícios, ou de irem a lugares perigosos para sua idade; quanto ao público deve abster-se de tudo quanto possa danificar as plantas e ornatos do jardim

Provável regulamentação de acesso ao Passeio Público, segunda metade do século 19 (SEGAWA, 1996, p. 107)

Posteriormente, novas formas de concepção de jardins, abertos ao público, e de inserção da vegetação nas cidades começaram a surgir com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e com a abertura dos portos, o que facilitou o trânsito de pessoas e ideias e permitiu a importação de espécies exóticas, muito apreciadas, e que seriam bastante utilizadas nos jardins brasileiros durante todo o século XIX.

## 2 A VEGETAÇÃO NA PAISAGEM DO PERÍODO IMPERIAL BRASILEIRO



A ordenação da natureza pelo homem para outras finalidades, além das econômicas já explicitadas, está relacionada com uma forma diferente de o homem ver e se relacionar com a natureza, o que ocasionou uma crescente inserção da vegetação nos espaços públicos e privados e o surgimento dos espaços ajardinados. Sob a ótica de Segawa (1996, p. 22), essa mudança teve início na Europa a partir do Renascimento e da Revolução Científica, que se iniciaram no século XVI, quando a natureza, racionalizada, passou a ser algo mensurável. A forma de o homem examinar a natureza introduziu o pensamento matemático para a compreensão do universo. A ciência, que estava até então atrelada à Teologia, adquiriu um caráter mais estruturado e prático. A natureza perdeu sua aura de mistério, deixando de impor o medo causado pelo desconhecido e passou a ser um elemento cognoscível, explicável em muitos aspectos pela ciência.

No contexto europeu, a natureza perigosa que deveria ser explorada e afastada dos núcleos urbanos para se atingir certo grau de civilidade passou, nos séculos XVII e XVIII, a dividir espaço com a natureza divina, que remetia ao Éden e que devia ser ordenada pelo homem à medida que passava a ser um elemento explicável em alguns aspectos pela ciência. A paisagem, retratando a natureza de forma pitoresca, começou a ser amplamente reproduzida nas pinturas que eram consumidas e apreciadas não só pelas classes mais altas, mas também pelas classes médias europeias. A partir desse momento, tornou-se comum na Europa o cultivo de árvores, flores e jardins, que remetiam ao belo, ao paraíso, ao jardim como local de meditação e reflexão espiritual, também representado na literatura, especialmente na Inglaterra. A natureza foi passando de elemento selvagem, hostil, a um elemento ordenado e dominado pelo homem.

A natureza brasileira, em um momento inicial, era representada pelo seu caráter exótico, explicitando os diferentes elementos existentes em comparação com a natureza europeia. A vegetação, na maioria das vezes, era representada de forma isolada da paisagem. Com a mudança na forma de se relacionar com a natureza, a sua forma de representação também se alterou. No contexto brasileiro, isso pode ser percebido nas pinturas do século XIX, em que a vegetação passou a ser representada também no contexto da paisagem. A natureza, a vegetação e a arquitetura passaram a ser representadas em conjunto, mostrando certa integração do homem na paisagem.

No contexto urbano, durante os primeiros séculos de colonização brasileira, com exceção do Jardim de Maurício de Nassau, é perceptível uma tímida inserção de vegetação nos núcleos urbanos, de forma ordenada em lotes privados. Já a disseminação dos jardins projetuais, principalmente nos espaços públicos, com exceção do Passeio Público do Rio de Janeiro, ainda era inexistente ou inexpressiva. Isso se deve ao fato de que o Brasil era visto apenas como local

a ser explorado e não como local aprazível a ser habitado, o que começou a ser modificado no final do período colonial, no início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa (MAGALHÃES, 2015, p. 82).

As primeiras tentativas de organizar jardins na colônia brasileira aconteceram pouco antes da chegada da Corte ao Brasil, com a implantação dos jardins botânicos, que tinham como intuito aclimatar plantas de interesse econômico para Portugal. A implantação desses jardins representa uma transição na forma de o colonizador ver e se relacionar com a vegetação.

## **2.1 Aclimatar: a criação dos Jardins Botânicos**

A rigor, os jardins botânicos brasileiros surgiram num contexto de mudança de pensamento, sob a influência do Iluminismo no século XVIII, que inaugurou novas maneiras de sentir e pensar, baseadas na crença do racionalismo e do cientificismo. Delegava-se aos sábios e cientistas a função de assegurar a saúde e o bem-estar dos homens com as suas descobertas. Nesse contexto, as ciências naturais e mecânicas ganharam papel de destaque nos planos de interesse das nações, especialmente as europeias.

Sob a influência desse pensamento, a natureza passou a ser vista de outra forma pelos colonizadores: de algo selvagem e temido a um elemento cognoscível, capaz de fornecer possibilidades econômicas alternativas ao mercado produtor de especiarias após a perda do monopólio português com o Oriente (SEGAWA, 1996, p. 112). Essa nova forma de ver a natureza, já abordada na seção anterior, possibilitou a fomentação do conhecimento sobre a flora e fauna exóticas das colônias, o que culminou nas Cartas Régias do final do século XVIII, determinantes para a implantação nas colônias portuguesas de estabelecimentos botânicos. Em decorrência dessa nova forma de ver a natureza e da crise econômica portuguesa relacionada com o fim do monopólio, o Brasil tornou-se um dos grandes repositórios de riqueza e a principal alternativa para o cultivo e a aclimação de novas espécies vegetais de interesse econômico para Portugal.

Nesse contexto, os jardins botânicos foram as primeiras tentativas portuguesas de organizar jardins no Brasil voltados para a aclimação e permuta de plantas úteis à Coroa Portuguesa, configurando locais de caráter científico, agrícola e econômico. Vale salientar que a aclimação de plantas e o envio de sementes de plantas exóticas para o Brasil já ocorriam desde o início do período colonial, tendo os missionários exercido um papel importante nesse processo, que se intensificou com a implantação dos jardins ou hortos botânicos, como também eram chamados. Afirma Segawa (1996, p. 109-115) que, a partir do final do século XVIII,

foram implantados os jardins botânicos de Belém (1796), Salvador (1803), Rio de Janeiro (1808), Olinda (1811), Ouro Preto (1825) e São Paulo (1825).

O Real Horto do Rio de Janeiro, também conhecido como Jardim da Casa de Pólvora<sup>41</sup> e posteriormente como Jardim Botânico, exemplifica bem a questão do cultivo e aclimação de espécies exóticas no Brasil. As primeiras plantas usadas nesse jardim (moscadeiras, canforeiras, abacates, lichias, mangueiras, cravos-da-índia, caneleiras, toranjeiras, sementes de sagu, saboeira, árvore do pão, areca e árvore de carvão) foram trazidas pelo português Luiz d'Abreu Vieira e Paiva do *Jardin de La Pamplousse*, na ilha de França (atuais ilhas Maurício, no Oceano Índico), quando este era prisioneiro de guerra, no ano de 1808 (MAGALHÃES, 2015).

Entre as espécies trazidas por Luiz d'Abreu, destaca-se a areca, conhecida como *Palma Mater* ou palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*). Após sua plantação nas aleias do Jardim da Casa de Pólvora (Figura 48), as sementes da formosa e imponente palmeira eram oferecidas pela Casa dos Imperadores do Brasil aos súditos mais fiéis, como símbolo de lealdade à Coroa (ARAÚJO; SILVA, 2010, p. 26). Logo as árvores plantadas na primeira metade do século XIX chamaram a atenção de viajantes, naturalistas e do administrador do jardim, Serpa Brandão, que visando impedir a vulgarização da formosa palmeira, mandou queimar suas sementes durante anos.

A beleza e a peculiaridade da aleia de palmeiras no Real Horto do Rio de Janeiro fizeram o viajante Louis Agassiz<sup>42</sup>, em 1865, assim descrevê-la:

[...] o que empresta, porém, a esse jardim uma fisionomia talvez única no mundo, é a sua longa e feérica aléia de palmeiras, cujas árvores têm mais de 80 pés de altura. Desisto de, com a palavra, dar uma ideia, mesmo longínqua, da beleza arquitetural dessa avenida de palmeiras de capitéis verdes unindo-se em abóbada. Retos, rígidos, polidos como fustes de granito gigantescos, semelham, no deslumbramento duma visão a colunada sem fim de um templo do velho Egito (AGASSIZ, 1865-1866, p. 77).

<sup>41</sup> O Real Horto do Rio de Janeiro, como passou a ser denominado em 1808, originou-se de um jardim de aclimação construído numa área circunvizinha a uma fábrica de pólvora instalada nas terras de engenho de açúcar denominado engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa de Rodrigo de Freitas. O Real Horto deu origem ao atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro (GASPAR; BARATA, 2008).

<sup>42</sup> Louis Agassiz (1807-1873) foi um geólogo e zoólogo suíço que veio ao Brasil no ano de 1865, junto com sua esposa Elizabeth Agassiz, comandando a Expedição Thayer. Visitou cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Nordeste do Brasil e região Amazônica, realizando estudos sobre os tipos raciais brasileiros, consistindo num dos mais importantes registros fotográficos do Brasil de meados do século XIX (SANTOS, 2005).

Conta a tradição oral que os escravos esperavam anoitecer, colhiam seus frutos e os vendiam, popularizando assim seu uso nos diversos espaços ajardinados da cidade. Tempos depois, as palmeiras passaram a ser utilizadas em colunatas plantadas na entrada de grandes propriedades rurais, “evidenciando a riqueza e o poder da aristocracia brasileira e servindo como símbolo de *status* e grandeza” (GASPAR; BARATA, 2008, p. 81).

Esses jardins botânicos e, logo em seguida, os primeiros jardins ou passeios públicos, eram comumente implantados nas áreas mais afastadas das cidades, como aproveitamento de terrenos considerados ruins, em um movimento decorrente da expansão dos principais centros urbanos.

Afirma Segawa (1996, p. 218):

Até o final do século 19, os jardins eram subprodutos da urbanização das periferias, dos limites urbanos, utilização provisória ou precária de *rossios*, *ejidos* e *cañadas*. Aproveitamento de áreas tradicionalmente tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento: sobre várzeas, charnecas, terrenos de altimetrias complicadas. Era a conquista de terra firme, aterros que acresciam à vizinhança urbana horizontes de expansão, enterrando miasmas e cobrindo superfícies infectas com um simulacro saudável de natureza. Terrenos outrora sem préstimo, os quais, mediante intervenções patrocinadas pelo poder público — nem sempre adequadamente amparado com recursos para iniciativas dessa escala (e sempre iniciativa oficial, qualquer seja a instância: autoridade colonial, provincial, municipal) —, transformam-se em áreas valorizadas e vizinhanças valorizadas.

Na segunda metade do século XVII, o Jardim de Maurício de Nassau, por exemplo, também havia sido construído em uma região “inculta”, um areal considerado estéril, despido de arvoredos e arbustos. Domingos Vandelli, em 1788, reforçou em seus escritos a importância da transformação desses “terrenos incultos” em áreas úteis através da criação de espaços

**Figura 48 – Aleia de palmeiras em Fotografia de Henrique Klumb<sup>43</sup> (1860).**



Fonte: BN digital.

<sup>43</sup> Revert Henrique Klumb (1826-1886), nascido na França, foi um dos primeiros fotógrafos estrangeiros a se estabelecer no Brasil, foi considerado o fotógrafo oficial da Casa Imperial, produzindo entre 1855 e 1862 uma ampla documentação sobre o Rio de Janeiro, que inclui diversas imagens da família imperial brasileira, de logradouros, monumentos e edifícios públicos e privados, além do livro intitulado “Doze horas de diligência. Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora”. Disponível em: [www.brasilianafotografica.bn.br](http://www.brasilianafotografica.bn.br). Acesso em: 16 abr. 2018.

ajardinados (SEGAWA, 1996 p. 217). A implantação dos jardins em regiões afastadas e desvalorizadas como ocorreu com o Horto Botânico em Belém, com o Passeio Público de Curitiba, com o Passeio e Jardim Botânico de São Paulo, entre outros, representa uma tentativa de higienizar e aproveitar pântanos e alagadiços considerados “incultos” e estéreis, bem como uma tentativa de urbanizar e valorizar regiões periféricas e desvalorizadas.

Segawa (1996) afirma que, por não terem atingido seus objetivos iniciais, esses espaços acabaram se tornando passeios públicos destinados ao usufruto e à socialização das elites, como ocorreu nas cidades de São Paulo e Salvador, ou acabaram fundindo as funções científicas com as funções de deleite, como no caso do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esses espaços, transformados em símbolos do novo hábito elitizado de frequentar os espaços públicos, foram diversas vezes representados em bilhetes postais do início do século XX (Figura 49).

Também Aragão (2008, p. 34) salienta que a principal intenção de criar jardins botânicos no Brasil estava mais relacionada à aclimação de plantas exóticas de interesse econômico do que à exploração e ao conhecimento da flora nativa propriamente dita.

Essa atitude se refletiu no fortalecimento de uma construção cultural de desvalorização das espécies nativas brasileiras e na conseqüente valorização de espécies exóticas aqui aclimatadas.

**Figura 49 – Jardim Botânico em bilhete postal do início do século XX**



Fonte: BN digital.

## 2.2 Civilizar: a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e as transformações urbanas

A paisagem urbana no século XVIII e início do século XIX, especialmente nas vilas e povoados menores, era caracterizada pela simplicidade das casas, em sua maioria térreas com alguns sobrados, sem recuos frontais ou laterais, algumas vezes cobertas com palha. As ruas, tortuosas e sujas, sem passeios ou calçamento nos povoados menores, eram espaços marginalizados, onde pastavam os animais e circulavam as classes menos favorecidas da sociedade: escravos, negros, índios e prostitutas. Sem sistema de esgotos, era pelas ruas que passavam os escravos negros descritos por Freyre (1933, p. 550), carregando os tigres cheios de excrementos, transbordando, vindos das casas-grandes para serem descarregados nas praias. Del Priori (2016b, p. 190) acrescenta ainda que no século XIX era um hábito comum o “despejo dos penicos do alto dos sobrados, sem perdoar o caminhante que passava distraído pela rua”.

As ruas foram, por diversas vezes, descritas como imundas em relatos de viajantes estrangeiros como Maria Graham<sup>44</sup> em sua passagem por cidades como Rio de Janeiro, Recife (Figura 50) e Salvador. Sobre esta última cidade, Graham descreve ao mesmo tempo a exuberância da paisagem composta pela vista do mar, pela vegetação quebrando a monotonia das casas brancas e pela presença marcante da edificação religiosa, convivendo em conjunto com a imundície das ruas estreitas da Cidade Baixa, dos animais, do lixo e dos dejetos lançados nas ruas:

A city, magnificent in appearance from the sea, is placed along the ridge and on the declivity of a very high and steep hill: **the richest vegetation breaks through the white houses** at intervals, and beyond the city, reaches along to the outer point of land on which the picturesque church and convento of Sant Antonio da Barra is placed. [...] The street into which we proceeded through the arsenal gate, forms, at this place, the breadth of the whole lower town of Bahia, and is, without any exception, **the filthiest place I ever was in**. It is extremely narrow, yet all the working artificers bring their benches, and tools into the street: in the interstices between them, along the walls, are fruit-sellers, venders of sausages, black-puddings, fried fish, oil and sugar cakes, negroes plaiting hats or mats, caderas (a kind of sedan chair), with their bearers, dogs, pigs, and poultry, without partition or distinction; and as the gutter runs in the middle of the street, every thing is thrown there from the different stalls, as well as from the windows; and there animals live and feed! [...] (GRAHAM, 1824, p. 132-133 – grifos nossos).

Aragão (2008) enfatiza ainda que não havia preocupação alguma, de ordem estética ou higiênica, com o espaço público brasileiro até o início do século XIX. O que sobressaía na paisagem era a capela ou igreja e os espaços a ela ligados, denotando a importância da religião no âmbito urbano.

---

<sup>44</sup> Maria Graham foi uma pintora, desenhista, escritora e historiadora britânica que esteve no Brasil durante a primeira metade do século XIX e escreveu o “Diário de uma viagem ao Brasil”. Em seus desenhos e aquarelas representou vistas pitorescas dos locais que aqui percorreu, explorando a relação entre arquitetura e natureza.

**Figura 50 – Mercado de escravos em Pernambuco em desenho de Maria Graham (1824)**



Fonte: Graham (1824, p. 107).

Segundo Ferrare (2014), a igreja como ponto focal na paisagem rústica era uma configuração característica dos núcleos urbanos de caráter religioso colonizados pelos portugueses, onde havia um partido composto por uma igreja/capela ao centro, defronte a um adro central, ladeada por casas enfileiradas. Defende a autora que tal configuração favorecia o direcionamento do olhar para a igreja, reforçando seu poder e imponência na paisagem.

Assim, numa postura direta de ressaltamento cênico, mantinha-se o prédio da igreja, atuando, eventualmente como pano de fundo das representações que ocorriam no ‘palco’ que era o seu adro [...] (FERRARE, 2014, p. 176-177).

Em diversas representações do início do século XIX, a natureza aparece como elemento selvagem, espontâneo, ainda não ordenada pelo homem, porém demonstrando certo grau de interação entre ambos, enquanto sobressaíam as edificações e, principalmente, a igreja e as edificações a ela relacionadas (Figura 51).

**Figura 51 – Natureza selvagem e a Igreja de Santo Antônio da Barra (BA) ao fundo, em desenho de Maria Graham (1824)**



Fonte: Graham (1824, p. 135).

Para Freyre (1933, p. 212), o povo brasileiro e seus colonizadores viviam muito próximos da floresta tropical como nenhum outro povo moderno civilizado, o que justificaria esse temor à natureza, hostil e selvagem, que apesar de estar presente circundando os aglomerados urbanos, deveria ser mantida a certa distância. Os largos ou adros livres de obstáculos e de vegetação eram previstos nas recomendações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia para a livre circulação de pessoas durante a realização de procissões e ritos católicos desde o século XVIII:

[...] as Igrejas se devem fundar, e edificar em **lugares decentes, e acomodados**, pelo que mandamos [...] em **sítio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possível de lugares imundos e sórdidos**, e de casas particulares, e de outras paredes, **em distância que possam andar as Procissões ao redor delas**, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer ás festas [...] **haverá no âmbito, e circunferencia dellas adros, e cemiterios capazes para nelles se enterrarem os defuntos** [...] (VIDE, 1707, p. 252-253 - grifos nossos).

Na recomendação acima, é interessante ressaltar a imposição da presença de um adro na circunferência das igrejas; estas deveriam ter todos os seus lados livres para a passagem das procissões. Assim, os largos desnudos, capinados, terreiros desprovidos de vegetação com a

densa floresta fazendo parte apenas do pano de fundo, passaram a configurar o ideal de cidade até o século XVIII.

As modificações mais significativas na paisagem urbana brasileira, mais precisamente nos espaços públicos e jardins, despontaram com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 e com o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Este favoreceu uma maior circulação tanto de mudas e sementes, mercadorias e produtos industrializados, como as peças em ferro, como também viabilizou um maior fluxo de pessoas e ideias entre Europa e Brasil.

Despreparada para receber a Corte, a cidade do Rio de Janeiro, então capital da colônia, precisou adaptar suas edificações, suas ruas e espaços públicos. Assim, no início do século XIX, diversas mudanças foram implementadas com o intuito de acelerar o processo civilizador para melhor abrigar a família real, o que se refletiu diretamente nos modos e comportamentos da elite local, que passou a se espelhar nos costumes europeus. Os espaços públicos, antes marginalizados, passaram a ser vistos aos poucos como locais de integração, principalmente da elite (ALMEIDA, 2014).

A partir dos princípios do século XIX, a rua foi deixando de ser o escoadouro das águas servidas dos sobrados, por onde o pé bem calçado do burguês tinha de andar com jeito senão emporcalhava todo, para ganhar em dignidade e em importância social. De noite, foi deixando de ser o corredor escuro que os particulares atravessavam com um escravo na frente, de lanterna na mão, para ir se iluminando a lampião de azeite de peixe suspenso por correntes de postes altos (FREYRE, 1936, p. 32).

Essas alterações no uso dos espaços públicos estavam diretamente relacionadas com o processo de secularização. No início do período colonial, quando as possibilidades de lazer eram poucas, os eventos religiosos costumavam cumprir uma função lúdica e de sociabilidade. No entanto, com a chegada da família real em 1808 e a independência do Brasil em 1822, ocorreram diversas transformações nas cidades que favoreceram esse processo de diminuição do poder da igreja, como o surgimento de novas tipologias arquitetônicas ligadas às atividades profanas e de sociabilidade, como mercados, matadouros, cemitérios, hospitais; obras para melhoria na circulação de pessoas e mercadorias, como abertura, alargamento e calçamento de ruas e estradas; normatizações de alinhamento e demais determinações que tinham como objetivo o embelezamento das principais cidades e a criação de uma imagem civilizada do Brasil, que em 1808 havia se tornado a nova sede do Governo do Império português.

De acordo com Magalhães (2015), com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, surgiram diversas formas de conceber o jardim, favorecendo a criação de paisagens concebidas

intencionalmente, evidenciando uma nova relação entre a sociedade, a vegetação e o espaço público. Ainda de acordo com a autora, nesse período houve uma modificação no ideário urbano, quando os jardins, inicialmente localizados em propriedades privadas e com finalidades predominantemente utilitárias, como já abordado na seção anterior, começaram a se inserir em projetos e traçados urbanos com a finalidade de recreio e encontro da população, tornando-se um dos pontos chave do processo civilizador imposto pela Corte portuguesa. Esse processo civilizador, que abrangia mudanças no comportamento, na forma de vestir, nos hábitos e no espaço urbano, acelerou-se com a Independência do Brasil em 1822, quando diversas ações foram tomadas visando transformar as principais cidades, especialmente o Rio de Janeiro, em cartão de visitas de um Brasil moderno e civilizado.

A partir de então, os espaços públicos ajardinados passaram a ser um dos símbolos da modernização urbana. Datam desse período as influências europeias de higienismo e de embelezamento, que serão abordadas a seguir, quando se iniciou a apreciação pelas artes e pela técnica dos jardins, inicialmente presentes nas residências das classes mais nobres e, posteriormente, no ajardinamento de alguns pontos focais das principais capitais do país.

### 2.2.1 Embelezar: a Missão Artística Francesa e a transformação das cidades brasileiras

Impulsionado pela chegada da família real ao Brasil, o embelezamento urbano, também conhecido como aformoseamento, foi essencial para a inserção dos espaços ajardinados nas cidades brasileiras. O contato inicial com algumas ideias relacionadas à estética e à arte no Brasil ocorreu através da chegada da Missão Artística Francesa em 1816.

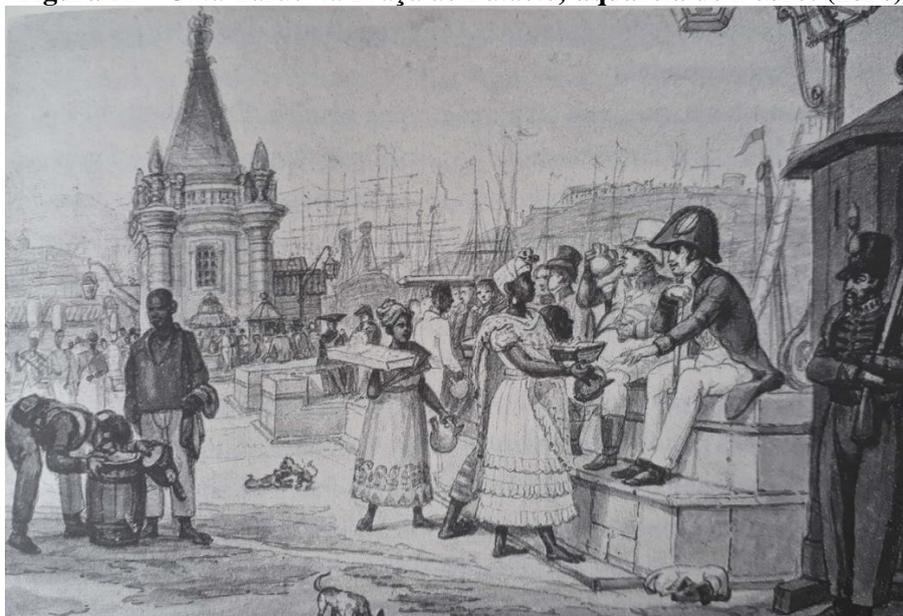
A Missão, liderada por Joachim Lebreton, veio com o objetivo de criar uma Academia de Ciências, Artes e Ofícios no novo Reino português na América, trazendo “civilidade” para a futura corte de D. João VI. Esse ideal de “civilidade”, na verdade, significava a substituição de cidades coloniais, caracterizadas pela singeleza, homogeneidade e continuidade, por cidades monumentais, baseadas no conceito europeu de embelezamento, em estilo predominantemente neoclássico (PUC-RJ, 1979).

Segundo Taunay (1911, p. 8 – grifos nossos):

A vinda da Corte refugiada parecia despertar o Brasil da sua modorra duas vezes secular [...] a chegada em massa de um grande numero de europeus, o contacto com uma sociedade mais civilizada introduziu, sobretudo e mais rapidamente, **maior gosto pelo conforto material, pelo luxo e os encantos exteriores da vida social**, muito mais do que pelo amor das artes e das sciencias.

Durante os anos em que esteve no Brasil, Debret, um dos integrantes da Missão, realizou mais de mil imagens que retratavam cenas do cotidiano, a família real, pinturas sobre a fauna e a flora brasileiras, obras de arquitetura, paisagens, festas e costumes dos povos brasileiros. Cenas do cotidiano e traços remanescentes da paisagem colonial são percebidos em uma aquarela de Debret datada de 1826 existente no Museu Castro Maya-RJ, intitulada *Uma Tarde na Praça do Palácio*, que retrata o antigo Largo do Paço, em frente ao chafariz da Pirâmide, obra do mestre Valentim, nas imediações da atual Praça Quinze, no Rio de Janeiro (Figura 52). Na pintura visualiza-se a rusticidade ainda presente no córrego que passa no meio do largo, dividindo espaço com animais, escravos, aguadeiros e negras que comercializam comidas em tabuleiros.

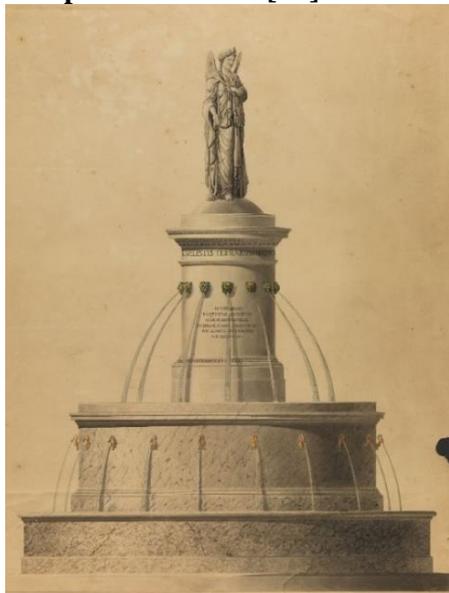
**Figura 52 – *Uma Tarde na Praça do Palácio*, aquarela de Debret (1826)**



Fonte: Del Priori (2016a, p. 265).

O arquiteto Grandjean de Montigny foi professor de arquitetura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios no Rio de Janeiro e viveu no Brasil até o ano de sua morte, em 1850. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Montigny se deparou com a necessidade de fazer da capital uma cidade moderna e, para atingir esse objetivo, não bastava apenas impor o estilo neoclássico europeu, mas se fazia necessário realizar reformas na estrutura urbana e “tratar arquitetonicamente o espaço citadino” (MOURA FILHA, 2000, p. 55). Embora não haja indícios de que ele tenha pensado um plano amplo para a remodelagem urbana, identifica-se em suas propostas uma tentativa de inserir o efeito monumental, integrando as edificações no contexto urbano e criando, assim, perspectivas elaboradas.

**Figura 53 – Chafariz em homenagem à chegada da Imperatriz Tereza [sic] Cristina**



Fonte: Acervo BN Digital.

Ele projetou diversas edificações públicas e privadas, chafarizes e, principalmente, elaborou projetos urbanos nos quais privilegiou a cidade e o ambiente público. De acordo com Andrade (2006), os chafarizes projetados por Montigny para o Rio de Janeiro tinham influência de dois arquitetos franceses contemporâneos a ele: Charles Percier e Fontaine. O primeiro chafariz foi elaborado no ano de 1844, em homenagem à imperatriz Tereza Cristina, e deveria ser colocado na Praça Municipal, também projetada por Montigny (Figura 53). Os demais chafarizes foram projetados para o Largo do Rossio Pequeno, Praça Onze, Praça do Peixe e Benfica (ANDRADE, 2006, p. 186).

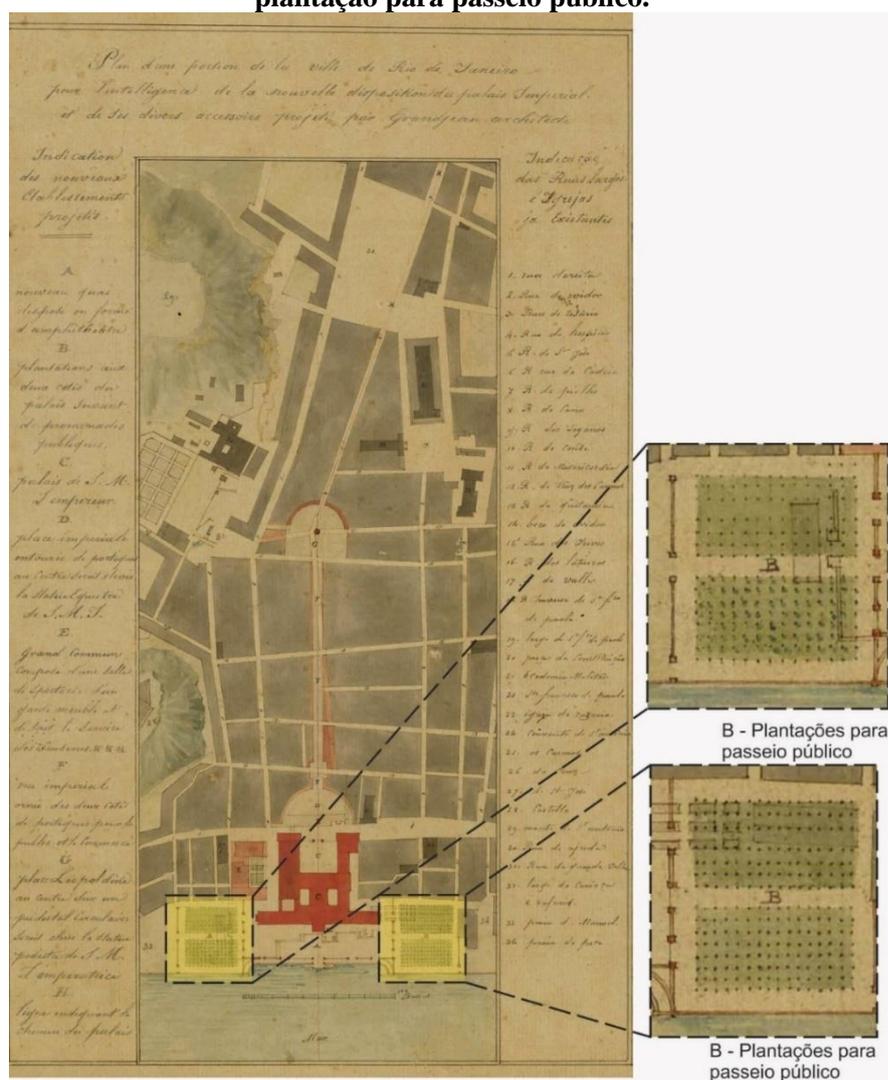
Embora grande parte de suas propostas não tenha sido executada, elas nos mostram como ele pensou a relação entre a cidade, os espaços públicos e a vegetação, numa cidade onde os espaços públicos eram descampados. Entre seus principais projetos, são de interesse para este trabalho três propostas em que o autor faz uso da abertura de ruas e praças como forma de criar efeitos monumentais e de perspectiva.

Entre suas principais obras de arquitetura executadas estão a Praça do Comércio (1820) e a Academia Imperial de Belas-Artes (1826). Em frente ao prédio da Academia, ele projetou a abertura de uma rua, em 1846, e uma pequena praça em sua frente, concluída no ano de 1848, de forma a criar uma perspectiva de valorização do prédio projetado. Além disso, Montigny foi contratado, entre 1844 e 1845, para a regularização e ornamentação da Praça Municipal, onde projetou o chafariz comemorativo da chegada da imperatriz Teresa Cristina.

Por volta de 1825, ele elaborou um grande projeto com estudos para a construção de um novo Palácio Imperial para D. Pedro I, propondo uma reorganização do centro da capital, tomando como base seu projeto de embelezamento executado na *Champs Elisées* de Paris. O novo palácio deveria se localizar à beira da baía, englobando o antigo paço. Os bairros adjacentes ao palácio deveriam ser reservados para o pessoal do serviço imperial, ou, como se chamava em Versalhes, para o *grand commun*. Dando acesso ao palácio, ele projetou um grandioso *boulevard*, articulando-o com duas praças. A primeira praça, chamada Imperial, era composta por um semicírculo com pórticos que abrigaria a estátua de D. Pedro I. A segunda praça, com a mesma forma da primeira, deveria abrigar a estátua da imperatriz. Em ambas as

praças não há presença de vegetação (PUC-RJ, 1979). No entanto, Montigny projetou duas grandes áreas nas laterais do palácio, à beira da baía, identificadas na planta como “*plantations aux deux cotês du palais servant de promenades publiques*”, ou seja, áreas destinadas ao plantio (marcadas com a letra B na planta), formando ali passeios públicos que deveriam, possivelmente, tirar partido da vista para o mar (Figura 54).

**Figura 54 – Planta de parte da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para os locais de plantação para passeio público.**

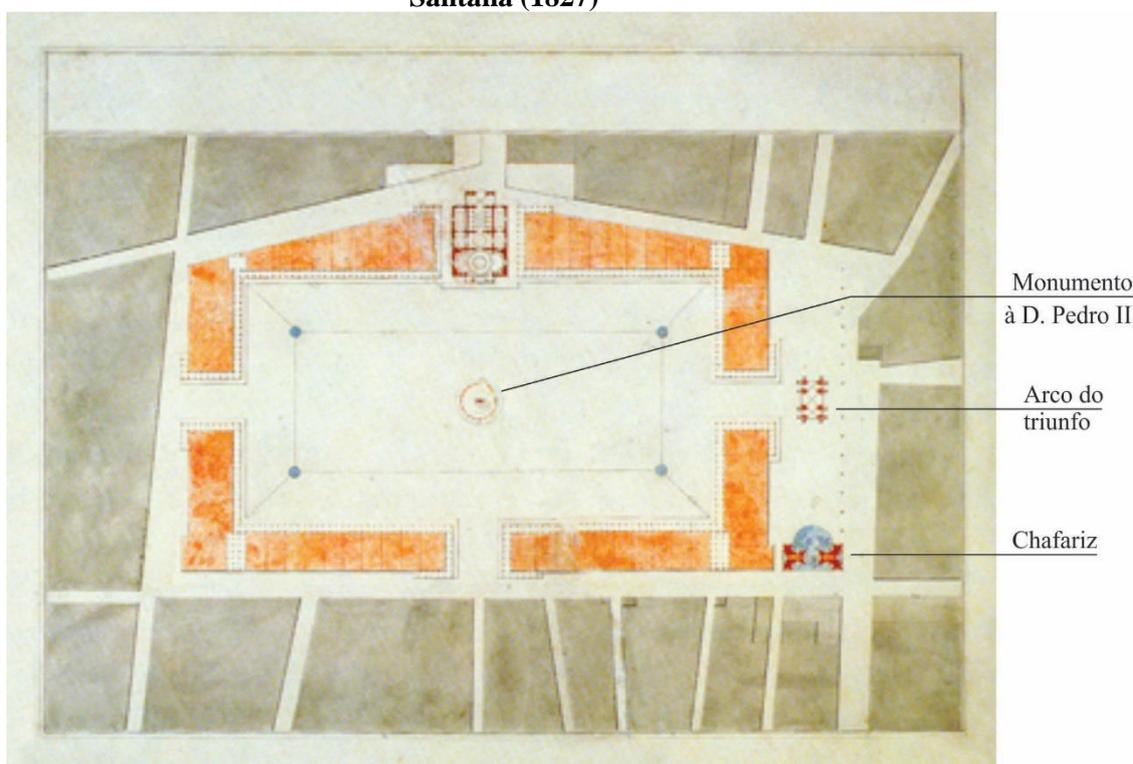


Fonte: Acervo BN Digital. Tratado pela autora.

O segundo grande projeto urbano, datado de 1827, foi a reestruturação do Campo de Santana. Esse projeto consistia na construção de uma praça desprovida de vegetação, chamada Campo da Aclamação, em torno da qual se organizaria um novo bairro denominado Cidade Nova. Na proposta, quatro entradas principais separavam os quarteirões, e seu acesso se dava através do prolongamento das ruas vindas da Cidade Velha. A praça era ladeada de edifícios

públicos e, marcando o eixo central, havia um arco do triunfo, um monumento em homenagem a D. Pedro I e uma rua que direcionava à residência imperial de São Cristóvão (Figura 55). Compondo uma espécie de fórum, o espaço foi pensado tanto para realização de cerimônias públicas e religiosas, quanto para o passeio e o descanso da população. Haveria chafarizes, bancos, lojas sob galerias, numa configuração típica de espaço público europeu (ANDRADE, 2006).

**Figura 55 – Proposta de Montigny para reestruturação do Campo de Santana (1827)**



Fonte: Campo (2018).

O terceiro projeto urbano a ser abordado trata dos estudos para a construção do prédio do Senado em 1848. Montigny aproveitou a proposta do prédio para propor modificações na estrutura urbana. Na proposta, ele projetou o prédio do Senado com jardins num terreno em forma trapezoidal, na lateral do Rocio (Praça da Constituição), transformando-a. Novas ruas simétricas foram propostas na lateral do palácio. A praça foi dividida por uma pequena rua, aberta em 1846, chamada Leopoldina, que conduz à Academia. O traçado geométrico da praça criaria um efeito de perspectiva com os prédios do Senado e da Academia.

Montigny propôs também a abertura de uma grande avenida, que cortaria o Morro de Santo Antônio e ligaria o Rocio à Praia de Santa Luzia, nas proximidades do passeio público, que deveria ser demolido para a construção de uma esplanada nas proximidades da baía (PUC-

RJ, 1979). De acordo com Moura Filha (2000, p. 56-57), neste projeto, Montigny propôs a articulação entre as edificações, os jardins e passeios, o traçado das ruas e a criação de perspectivas denotando sua preocupação com a construção de um cenário para a cidade.

Observa-se que as propostas de Montigny para a criação de praças, passeios e jardins, em sua maioria não executadas, demonstram uma intenção do autor em inserir espaços de convívio urbano através de propostas que aliavam questões estruturais e de acesso a questões estéticas, criando espaços públicos que valorizavam os efeitos de perspectiva e monumentalidade. Em paralelo a esses projetos, havia um esforço por parte de Montigny para implementar mais praças e arborizar as ruas da cidade do Rio de Janeiro, mas que não foram adiante (DOURADO, 2011). A efetiva inserção da vegetação nos espaços públicos tornou-se mais frequente a partir das reformas urbanas que ocorreram em Paris na segunda metade do século XIX e que aliavam questões estéticas e higiênicas que se refletiram nas cidades brasileiras.

A intenção de embelezar as cidades teve início no século XVII na Europa, mais precisamente na cidade de Paris, através da “arte de melhoramentos urbanos” conhecida por *Embellissement Public*. Esse movimento possibilitou a propagação de jardins públicos na cidade e ganhou força como expressão material e ideológica do Absolutismo. No século XIX, Napoleão III retomou essa intenção de valorização estética da cidade através de uma reforma empreendida entre 1853 e 1870 juntamente com o prefeito Haussmann, que acabou criando um modelo de cidade a ser reproduzido mundialmente. Para Harvey (2012), essa reforma foi uma tentativa de resolver a crise de 1848, que havia deixado muitos desempregados, causando revoluções que foram reprimidas pela burguesia republicana. Nesse sentido, foi adotado um vasto programa de investimentos e de urbanização para Paris que, além de transformar sua estrutura urbana, criou um novo modo de vida capaz de absorver o dinheiro e as mercadorias através da criação de locais voltados ao consumo, turismo e prazer, como, por exemplo, os cafés, as lojas de departamentos, a indústria da moda e as grandes exposições.

Com esse objetivo, a reforma consistia num programa de melhorias que visava fornecer subsídios para a expansão industrial e financeira da cidade e que era composto basicamente por: atualização da infraestrutura de água, esgoto e energia elétrica; regularização e ampliação da malha viária, com alargamento e abertura das ruas para impedir os movimentos populares e barricadas; valorização do centro monumental e, principalmente, a implementação de um conjunto metropolitano de parques, praças, jardins e ruas arborizadas (DOURADO, 2008, p. 13).

Essa experiência sem precedentes de implementação de um grande número de espaços ajardinados de qualidade em Paris refletiu a forte influência dos dois ideários: o ideário do embelezamento, a partir da adoção de princípios estéticos no traçado de ruas, parques e jardins, e o ideário higienista, a partir do reconhecimento da árvore como um dos meios de salubridade urbana e com a “limpeza” do centro urbano a partir da expulsão dos grupos populares das áreas mais centrais para as periferias de Paris.

Dourado (2008) acrescenta que essa iniciativa de Napoleão III de criar uma grande quantidade de espaços públicos ajardinados se deu porque ele acreditava que a difusão dos jardins públicos era capaz de civilizar a massa de trabalhadores e inibir as revoltas sociais. Além disso, pretendia-se também atender aos anseios da elite burguesa e industrial, que buscava locais para socialização e reprodução de comportamentos elitistas, como passeios às sombras das árvores, encontros em parques e jardins para exibir seus trajes elegantes de passeio. Constituindo verdadeiros cenários, esses espaços de uso público continham regras de conduta impostas pela burguesia parisiense; eram locais para fazer-se público e exibir pompa através, entre outras coisas, de vestimentas que denotavam uma hierarquia social (SEGAWA, 1996, p. 46).

Para efetivar a reforma, Haussmann criou em 1854 o *Service des Promenades et Plantations*, setor que teve um papel fundamental no sucesso da implantação e manutenção dos espaços públicos ajardinados parisienses. Esse núcleo técnico era formado por uma equipe multidisciplinar (um engenheiro, um horticultor-paisagista e um arquiteto) e tinha como principal missão coordenar e implementar jardins públicos e ruas arborizadas que contemplassem a maioria dos bairros de Paris, incluindo os bairros mais novos. Além do projeto e da execução dos jardins, a equipe também era responsável pela produção de mudas, instalações hidráulicas, realização de pequenos edifícios e especificação de mobiliários e equipamentos (DOURADO, 2011). Entre 1855 e 1870 foram implantados em Paris mais de 100 km de boulevards<sup>45</sup> e vias arborizadas, dois novos parques foram implementados, três parques foram reformados e 24 *squares*<sup>46</sup> foram distribuídos pelos bairros da cidade. Sob as influências da Revolução Industrial, alguns desses espaços ajardinados ganharam peças e equipamentos de ferro fundido. O uso desse tipo de ornamentação ganhou força na cidade após a reforma da

---

<sup>45</sup> O *boulevard* surgiu na França no século XVII, durante o reinado de Luís XIV, e tornou-se uma espécie de marca registrada de Paris. Era composto por uma alameda plantada sobre os baluartes em processo de desativação que possibilitavam os passeios de carruagens sob a copa das árvores, como era moda naquele período (DOURADO, 2008).

<sup>46</sup> Os *squares* surgiram em Londres em bairros residenciais, delimitados por vias locais que os separavam do tráfego e eram cercados por grades ou portões.

Place de la Concorde em 1838, onde foram empregados fontes e postes da fundição Muel de Tusey. As intervenções urbanas que ocorreram em Paris com cunho embelezador fazendo uso, entre outras coisas, de arborização e peças em ferro fundido serviram como modelo e influenciaram outras cidades na Europa e diversos países como o Brasil no decorrer do século XIX.

A descoberta do uso do ferro fundido na arquitetura como forma de substituir os materiais de construção conhecidos até então ocorreu com a Revolução Industrial. A plasticidade do material permitiu a reprodução ampla, com leveza e elegância de elementos arquitetônicos, como colunas e escadarias; peças de mobiliário urbano, como bancos de praça, chafarizes, fontes, bebedouros públicos, coretos, quiosques, postes de iluminação; peças de mobiliário doméstico, além de tubos para esgotamento sanitário e coletores de água pluvial (Figura 56). Além disso, o ferro também foi utilizado para construção de edificações inteiras que eram fabricadas em partes e montadas no local desejado, como mercados públicos, galerias, estufas, pavilhões de exposição, fábricas e estações ferroviárias (SILVA, 1986).

**Figura 56 – Coreto em ferro existente na Praça da Preguiça, em Olinda-PE**



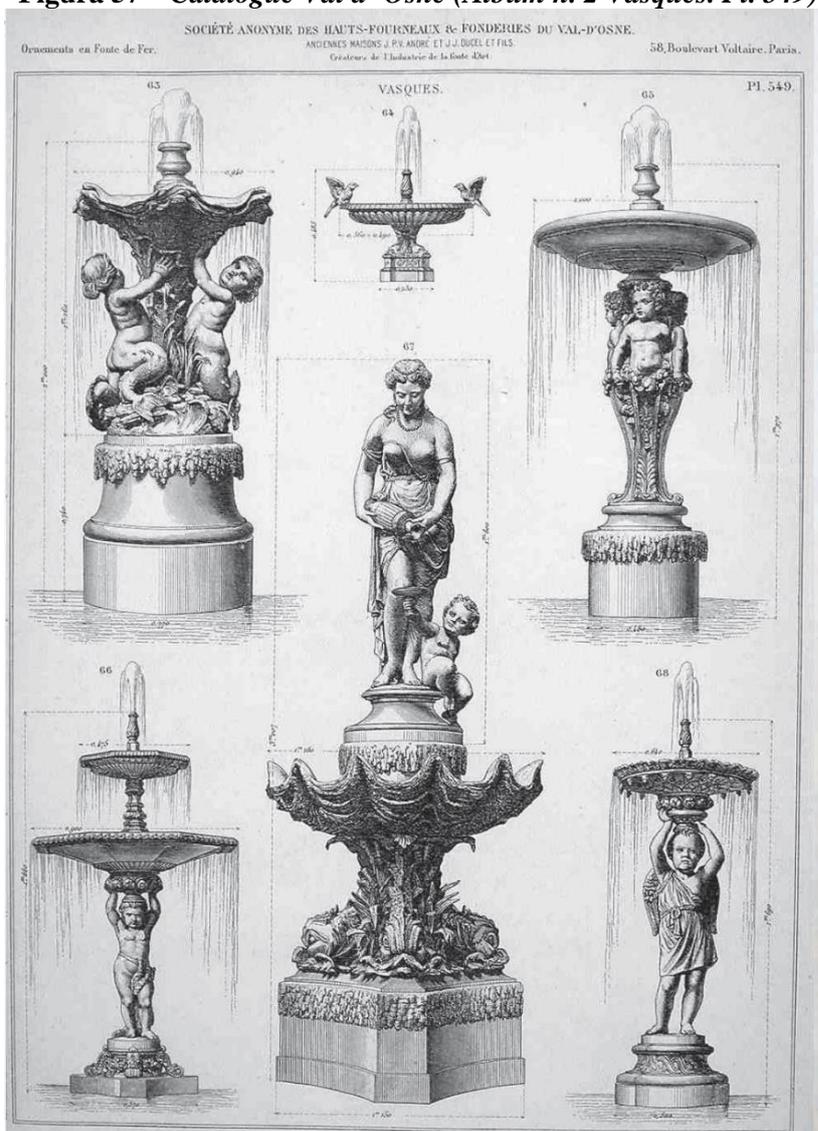
Fonte: Domínio público.

Berço da Revolução Industrial, a Inglaterra liderou durante anos o mercado da indústria do ferro. Já na segunda metade do século XIX, diversas fundições escocesas e francesas<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Entre as principais fundições, destacavam-se as inglesas Andrew Handyside & Co, Charles D. Young & Co, Francis Morton & Co, Eagly Foundry; as escocesas Frederick Braby & Co, Jonh Walker, Milton Iron Work of MacDonnel Stevens & Co, Samuel Henning e Walter MacFarlane & Co; e as francesas como Durenne, Calla, Ducel, Muel e Val d'Osne (SILVA, 1986). As fundições francesas que mais exportaram peças de mobiliário urbano para o Brasil, especialmente para uso em praças, passeios e jardins públicos, reproduziam em ferro obras de artistas importantes da época, como Mathurin Moreau (1821-1912), Jean-Jacques Pradier (1790-1852), Albert-Ernest Carrier-Belleuse (1824-1887), Henri Alfred Jacquemart (1824-1896) e Pierre Louis Rouillard (1820-1881).

também entraram no mercado, colocando à venda uma infinidade de peças em ferro fundido através de catálogos que ilustravam o estilo arquitetônico em voga no século XIX. Esses catálogos continham desenhos, dimensões e autoria da obra original, no caso de reproduções de obras de arte, e foram amplamente disseminados para os consumidores (Figura 57).

**Figura 57 – Catalogue Val d’Osne (Album n. 2 Vasques. Pl. 549)**



Fonte: e-monument (2012).

No século XIX, a imagem da indústria estava associada à ideia de progresso e, em países subdesenvolvidos como o Brasil, a aquisição de peças em ferro servia para demonstrar o progresso e o enriquecimento tão almejados. Assim, o Brasil e outros países tornaram-se o grande mercado consumidor desses produtos oriundos dos países industrializados, onde “a burguesia enriquecida se esforçava por convencer a todos sobre o paraíso que seria o mundo servido pelos produtos industriais de baixo custo” (SILVA, 1986, p. 25-26).

Um dos principais divulgadores das peças em ferro no Brasil foi o paisagista francês Auguste Glaziou (1833-1906), que inseriu em seus projetos de jardins públicos e privados esses ornamentos sofisticados. Junqueira (2009) afirma que havia no Brasil uma pequena produção de ferro que se limitava à confecção de grades, portões, objetos utilitários, vasos decorativos e chafarizes de pequeno porte, devendo as peças maiores serem encomendadas através dos catálogos. Um dos catálogos da Fundação Val d'Osne<sup>48</sup>, por exemplo, oferecia uma enorme variedade de produtos, com cerca de 200 modelos de vasos, 110 de chafarizes, 600 de figuras humanas e 250 de reproduções de animais, alguns dos quais ainda se encontram espalhados pelo Brasil, como os postes do bairro do Jaraguá e as esculturas de animais existentes na Praça Dois Leões, em Maceió.

Além do uso das peças em ferro fundido e das ideias de embelezamento urbano, a chegada da Corte portuguesa e, logo em seguida, da Missão Artística Francesa ao Brasil trouxeram outras ideias que transformaram o espaço urbano das cidades brasileiras através dos princípios higienistas.

Silva (1986, p. 85) acrescenta que:

Com a Missão Francesa de 1816 não chegaram somente técnicos e artistas que viriam “implantar” a arte oficial neoclássica. Chegaram também os princípios de higiene que iriam modificar o urbanismo. O saneamento das habitações e das cidades, a insolação e aeração de todos os cômodos das habitações, foram medidas que alteraram profundamente os costumes da colônia.

Essas ideias, pautadas pelos princípios de embelezamento e de higienismo, tiveram, no século XIX, um papel primordial na transformação dos espaços públicos brasileiros e na relação entre cidade e vegetação.

### **2.3 Higienizar: o início da arborização urbana no Brasil**

A inserção da vegetação nas ruas e espaços públicos e a criação de passeios e jardins estão relacionadas com as transformações urbanas decorrentes das ideias higienistas e de embelezamento que surgiram na Europa após a Revolução Industrial. O processo de industrialização, iniciado na segunda metade do século XVIII e que se estendeu até o século XIX, acarretou, além da disseminação dos produtos industrializados, como o ferro, intensas transformações, principalmente nos meios de produção, nas relações sociais e nas funções

---

<sup>48</sup> Fundação criada em 1833 por Jean Pierre Victor André no Haute-Marne e uma das que mais exportou peças para o Brasil (DOURADO, 2008).

urbanas. Figuram como algumas das consequências desse processo o aumento populacional e a crescente urbanização, fatores que contribuíram para as péssimas condições de vida nas cidades europeias, que passaram a ser caracterizadas pela carência de infraestrutura básica, como distribuição de água potável e esgotamento sanitário; pela poluição da água e do ar; por moradias insalubres e, como consequência, pelos surtos epidêmicos de cólera, febre tifoide e outras doenças.

As cidades industriais, sinônimos do caos, da insalubridade e da feiura, se viram na necessidade de reestruturação urbana. Com esse objetivo, criou-se uma nova ordem com padrões preestabelecidos de higiene, estética e conduta, através de normas disciplinadoras dos cidadãos, domesticação dos hábitos, intervenções no espaço urbano e separação entre o público e o privado (MULLER, 2002, p. 26). Na tentativa de afastar ou até mesmo de eliminar das cidades tudo o que estivesse fora dos padrões de higiene e estética exigidos, a nova elite burguesa, juntamente com os médicos e engenheiros, mobilizou-se para afastar tudo e todos aqueles que não se enquadravam nesse novo modelo estabelecido, acarretando cidades segregadas socioespacialmente.

Nesse contexto caótico em que se encontravam as cidades europeias no século XVIII, acreditava-se que as doenças que acometiam a população eram resultantes das condições precárias do meio ambiente, o que originou os princípios do higienismo e, futuramente, da engenharia sanitária. Naquele momento, o saber médico passou a interferir nas ações da gestão pública sobre o meio urbano a partir das ideias higienistas que buscavam “curar as cidades doentes” e evitar a propagação das doenças (LIMA, 1990; SILVA, 2008).

Essas ações higienistas baseavam-se principalmente na Teoria dos Meios, que relacionava as características do meio físico (clima, posição geográfica, qualidade da água) às condições de saúde das cidades, e na Teoria dos Miasmas, que pregava que as febres e doenças tinham origem nas emanções dos gases produzidos pela matéria animal e vegetal em putrefação e pelas águas estagnadas (LIMA, 1990; MULLER, 2002). Data desse período uma nova concepção de cidade moderna baseada nos princípios higienistas; fazia-se necessário destruir as barreiras naturais e artificiais que impediam a ventilação nas cidades; abrir ruas para permitir a circulação das pessoas e de mercadorias; canalizar rios e córregos para possibilitar a circulação de águas; sanear e aterrar pântanos; relocar para fora das cidades edificações consideradas infectas, como hospitais, cadeias, cemitérios, mercados públicos; prover espaços abertos para facilitar a aeração e insolação; e eliminar focos de moradias insalubres, como os cortiços (LOPES, 2013).

Além disso, os higienistas defendiam o plantio de árvores e o emprego de vegetação para “favorecer a circulação do ar, a dissipação de eflúvios nocivos e o dessecamento do solo, de modo a combater lugares pútridos onde, segundo as teorias dos miasmas, formavam-se as doenças” (DOURADO, 2011). Fazia parte desse ideário de cidade civilizada e higiênica a criação de ruas arborizadas, parques e jardins públicos, que se instaurou inicialmente em Londres e Paris e se espalhou como um modelo a ser reproduzido de cidade moderna, bela e salubre. Foi nesse contexto que se estabeleceu uma nova relação entre a árvore e as cidades brasileiras, em função de fatores culturais e adotando um modelo predefinido e importado da Europa.

Para Andrade (2004), durante o período colonial e até mesmo em parte do período imperial brasileiro, o plantio de árvores nas cidades não seguia regras, normas ou códigos, apresentando-se como um processo “natural” de construção da imagem da cidade. No entanto, com a influência das ideias higienistas e de embelezamento urbano que aqui chegaram com a Corte e a Missão Artística, identificam-se diversas propostas de plantio de árvores para fins higiênicos, de embelezamento e de amenidade climática nas principais cidades brasileiras, ainda na primeira metade do século XIX.

Esse processo denotava uma mudança cultural importante no que diz respeito a um sentimento estético e moral de valorização da natureza que inicialmente se desenvolveu entre a burguesia, que dispunha de tempo e de recursos financeiros para cultivar e admirar a natureza, e que depois se estendeu para um conjunto maior da sociedade. A natureza passou a ser ordenada e incorporada nos espaços públicos da cidade com finalidades estéticas e higiênicas, e a árvore passou a figurar um dos símbolos do projeto civilizatório das cidades brasileiras.

Surgiram pelo Brasil diversas iniciativas de plantio de árvores em ruas e avenidas já existentes, de abertura de novas ruas arborizadas e de incorporação da vegetação aos espaços públicos das cidades que, até o início do século XIX, eram, em sua maioria, caracterizados por serem espaços desnudos. Esse processo de arborização, que foi crescendo lentamente, tinha a árvore como símbolo de qualidade de vida, da higiene, da beleza e da civilidade. Um dos objetivos principais era sanar a cidade doentia e dotá-la de uma feição civilizada e moderna, afastando-a da imagem de cidade colonial e atrasada. Além das funções higiênicas e estéticas, Marx (1935, p. 1) acrescentou ainda a importância da arborização para fins de sombreamento nas regiões de clima tropical. Lapa (2008, p. 127), em seu estudo sobre a cidade de Campinas – SP, afirma que o plantio de árvores em ruas e praças da cidade servia “para a composição estética do meio ambiente urbano e, mais do que isso, para a purificação e odorização do ar, tornando-o saudável”.

Agregando múltiplas funções, o autor afirma que a natureza foi ordenada

a serviço do tecido urbano e das formas de convívio social, por motivos que vão da higiene à saúde pública, da funcionalidade à decoração e, portanto, à estética da cidade, do lazer ao bem-estar (LAPA, 2008, p. 127).

O surgimento da burguesia comercial e industrial no século XIX também foi um elemento essencial para a prática da arborização das cidades brasileiras. Essa nova classe emergente buscava impulsionar a modernização das cidades através de intervenções de caráter embelezador, com a criação de espaços de lazer de uso restrito, o que reforçava a segregação socioespacial (SIMÕES JUNIOR, 2007). O progresso científico e a afirmação dos profissionais liberais nessa nova sociedade burguesa na segunda metade do século XIX, como médicos e engenheiros, também colaborou com a reestruturação urbana a partir de uma visão mais organizada da cidade, baseada nas práticas científicas e no higienismo, aliadas às intenções burguesas de modernização e embelezamento urbanos. As epidemias que ocorreram ainda na primeira metade do século XX, primeiramente no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram responsáveis pelo surgimento de projetos, leis e códigos de cunho higienista, propostos principalmente por médicos, e que influenciaram na prática do plantio crescente de árvores com finalidades higiênicas.

De acordo com Muller (2002, p. 28), a implantação das ideias higienistas nas cidades brasileiras não estava ligada ao caos decorrente da industrialização, como ocorreu na Europa. Seu surgimento se deu com a consolidação do modo de produção capitalista e também como uma forma de preparação das cidades para a industrialização. A necessidade de reforma urbana no Brasil ocorreu sobremodo a partir da transformação de um país essencialmente imperial em um país republicano.

Nesse contexto, no final do século XIX e início do XX, questões relacionadas ao embelezamento e ao higienismo nortearam as intervenções do poder público no espaço urbano brasileiro e foram responsáveis por diversas transformações na paisagem urbana a partir da implementação de planos de melhoramento e embelezamento urbanos que se disseminaram pelo país. Tomando como modelos as principais cidades europeias, como Paris, esses planos foram implementados no Brasil graças aos recursos gerados pela economia agroexportadora, que proporcionou uma fase de grande desenvolvimento econômico para o país. Esses recursos foram usados em grande parte na implantação de serviços públicos através de concessões obtidas com o estado. Os planos se constituíam basicamente de obras de infraestrutura básica,

como distribuição de água, esgotamento sanitário e ajardinamento de parques e praças (MULLER, 2002).

Simões Júnior (2007, p. 1) afirma que a influência francesa foi mais intensa do que outras, como a inglesa, por exemplo, na elaboração desses planos de melhoramento e embelezamento para as cidades brasileiras, uma vez que o modelo da Paris haussmanniana permitia a “implantação de um projeto de modernidade urbana em curto prazo, de alcance limitado, constituindo-se muito mais na produção de cenários modernizadores do que em alterações estruturais na cidade”. Esses cenários modernizadores que, de acordo com Harvey (2012), modificaram a vida urbana “de modo que ela pudesse absorver o dinheiro e as mercadorias, por meio do consumismo”, foram então exportados para outros países, como o Brasil. Essas ideias foram trazidas por profissionais franceses e viajantes com a intenção de melhorar a imagem dos principais núcleos urbanos e de estimular o consumo nos países subdesenvolvidos dos produtos industrializados oriundos da Europa. Desta forma, apesar das diferenças entre as cidades brasileiras e as europeias, a reforma implementada inicialmente em Paris, e depois nas principais cidades do Velho Continente, serviu de modelo para as cidades que possuíam fortes relações comerciais com a Europa, como Rio de Janeiro, Salvador, Belém, Natal, Recife, João Pessoa e Maceió, entre outras (MOURA FILHA, 2000).

No papel de capital imperial, a cidade do Rio de Janeiro começou a se transformar ao longo do século XIX num modelo a ser reproduzido em todo o país. Essas transformações foram pautadas principalmente pelas ideias do conhecido trinômio “Circular-sanear-embelezar”, que significava, antes de tudo, a criação de uma “imagem vendável do Brasil”, trazendo credibilidade e garantindo seu ingresso no circuito do capitalismo internacional (ALMEIDA, 2014).

O século XIX foi descrito por Machado de Assis na crônica *A Semana* como o “século dos jardins”, com a construção de palacetes ajardinados, casas com recuos laterais e frontais onde havia jardins repletos de flores e, principalmente, com a construção de espaços públicos ajardinados que eram descritos em seus romances e crônicas, tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro (ASSIS, 1895). Enquanto capital do Brasil, o Rio de Janeiro saneado, embelezado e ajardinado começou a influenciar os agentes construtores das demais cidades brasileiras, especialmente das capitais que passaram a inserir, em diferentes proporções, espaços públicos ajardinados e a permitir, por meio dos códigos de posturas, os recuos que possibilitaram a introdução dos jardins privados.

## 2.4 Os jardins e passeios públicos brasileiros

No contexto das cidades brasileiras, durante o século XIX, diversas mudanças ocorreram em decorrência do higienismo, do embelezamento, do processo de secularização e do enriquecimento do país através da exportação. Essas mudanças urbanas refletiam também modificações nos hábitos da população, especialmente da elite, que passou a frequentar os espaços públicos que não estavam diretamente ligados à igreja, como os jardins públicos e os passeios, para o lazer e para a integração social.

Além do atípico Passeio Público do Rio de Janeiro, inaugurado ainda no final do século XVIII, apenas na primeira metade do século XIX foram construídos nas cidades brasileiras de maior porte alguns jardins e passeios públicos. Tomando o Rio de Janeiro como exemplo a ser reproduzido e colocando em prática as ideias de embelezamento, salubridade e modernização importadas da Europa, foram construídos o Passeio Público de Salvador (1808), o Jardim das Caneleiras em Belém (1803-1806), o Jardim Público de São Paulo (1825) e o Passeio Público do Recife (1838-1840).

No entanto, somente a partir da segunda metade do século XIX, principalmente com o enriquecimento do país com a exportação do café, da borracha e do algodão, em algumas províncias do Nordeste ocorreram mudanças nas cidades que possibilitaram a disseminação de outros espaços ajardinados, como o Jardim Público do Recife (1872), e a inserção de jardins e passeios em cidades de menor porte, como o Jardim Público do Palacete em Maceió (1867), o Jardim Público de João Pessoa (1879), o Passeio Público de Fortaleza (1880), o Passeio Público de Curitiba (1886), entre outros.

Nesses espaços de uso público, a vegetação, que outrora ficava à margem dos núcleos urbanos passou a ter uma função primordial. De acordo com Silva (2016, p. 161),

A partir do século XIX, as plantas eram um atributo essencial para o usufruto dos jardins públicos brasileiros por parte da população, que via transformados antigos logradouros, juntamente com uma série de outros elementos, articulando-os entre si – agenciamentos, coretos, fontes, esculturas e monumentos – ou associando-se diretamente a eles – lagos, pérgulas e caramanchões, vasos e colunas.

Por terem sido criados a partir do início do processo denominado por Freyre (1936) como “reeuropeização”, que valorizava elementos da cultura europeia, as espécies plantadas nesses jardins eram, em sua maioria, espécies exóticas que conviviam com algumas espécies nativas e assinalavam um processo de desvalorização da vegetação brasileira. De forma geral,

eram jardins circundados por muros ou grades de ferro<sup>49</sup> (principalmente após a difusão do uso do ferro que ocorreu com a Revolução Industrial) que denotavam a segregação social existente naquele momento, pois, apesar de serem públicos, no início do século XIX, ainda não eram acessíveis a todos.

Conforme Freyre (1936, p. 31):

[...] Porque os jardins, os passeios chamados públicos, as praças sombreadas de gameleiras, e, por muito tempo, cercadas de grades de ferro semelhantes às que foram substituindo os muros em redor das casas mais elegantes, se limitaram ao uso e gozo da gente de botina, de cartola, de gravata, de chapéu de sol – insígnias de classe e ao mesmo tempo de raça, mas principalmente de classe, no Brasil do século XIX e até dos princípios do século atual [...].

Assim, a função do jardim ou passeio público mostrou-se diferente do jardim particular, das cercas conventuais, e dos quintais que eram locais onde a privacidade de seus usuários era guardada, especialmente a das mulheres. No início do século XIX, os jardins públicos eram locais para promover o lazer e a sociabilidade entre pessoas do mesmo grupo social. Isso fica claro nas entrevistas realizadas por Bosi (1994), compiladas em seu livro intitulado *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, quando, por exemplo, Dona Risoleta assim se refere ao jardim público da cidade próxima à chácara em que residia: “Todo domingo ia passear no Largo da Matriz. Os pretos passeavam por fora e os brancos por dentro do jardim” (BOSI, 1994, p. 378).

Silva (2016, p. 263-264), no entanto, esclarece que

[...] a afirmação de Gilberto Freyre sobre a função principal do gradil – segregar os usuários por “classe”, “cor” e “gênero” – valeria para os primeiros jardins e em seus primeiros tempos, não sendo aplicáveis à totalidade dos logradouros ajardinados, tampouco a todo o século XIX e primeiras décadas do XX.

Outro elemento marcante na configuração de alguns jardins públicos em cidades litorâneas é o valor estético dado à vista do mar ou paisagem marítima. De acordo com Segawa (1996, p. 91-92), a valorização do horizonte oceânico foi introduzida na cultura ocidental nos séculos XVII e XVIII, decorrente de uma mudança na forma de ver o mar, que inicialmente refletia o temor ao desconhecido. Com as mudanças no campo das ciências entre os séculos

<sup>49</sup> A inserção dos gradis surgiu inicialmente nos *squares* ingleses; posteriormente, foram introduzidos nos espaços públicos dos EUA, França e América Latina. Tinham como principal função, no caso do Brasil, o controle de entrada de pessoas e animais. O acesso aos recintos se dava por meio de portões também metálicos, com cadeados que ficavam sob os cuidados e a vigilância de zeladores, jardineiros ou agentes de guarda (SILVA, 2016).

XVI e XVII, e a prática das navegações, o mar tornou-se um espetáculo da natureza a ser contemplado.

A escolha da localização de alguns jardins ou passeios brasileiros possivelmente tirou partido de sua proximidade com o litoral, de forma que a paisagem marítima e sua brisa pudessem ser apreciadas pelos usuários. São os casos dos Passeios Públicos do Rio de Janeiro, voltado para a Baía de Guanabara, de Fortaleza e de Salvador (SILVA, 2016). Considerando que Maceió, objeto de estudo desta tese, possui uma localização privilegiada entre o mar e a laguna, se buscará na 4ª seção compreender se a paisagem marítima ou a lagunar foram elementos considerados na escolha do local de implantação dos espaços ajardinados propostos pela gestão pública no século XIX.

A criação dos jardins e passeios públicos estava condicionada à criação de um espaço embelezado para o lazer e deleite da população, onde ocorriam retretas e eventos musicais. Foi o caso do ajardinamento, no ano de 1872, do Campo das Princesas, no Recife, para torná-lo o primeiro jardim público da cidade (SILVA, 2016, p. 64). Além do intuito embelezador e de lazer, havia também a intenção de sombreamento com a arborização desses espaços, como ficou evidente no ajardinamento do Largo do Comendador Felizardo Leite em João Pessoa-PB, que em 1879 passou a se chamar jardim público (SILVA, 2016, p. 68).

Alguns desses jardins e passeios foram implantados nas bordas das cidades, em locais pouco valorizados, em uma estratégia que aliava ações higienistas de aterramento e ações para valorização de regiões mais afastadas do centro urbano:

Até o final do século 19, os jardins eram subprodutos da urbanização das periferias, dos limites urbanos, utilização provisória ou precária de rossios, *ejidos* e *cañadas*. Aproveitamento de áreas tradicionalmente tidas como inúteis ou de árduo aproveitamento: sobre várzeas, charnecas, terrenos de altimetrias complicadas. Era a conquista de terra firme, aterros que cresciam à vizinhança urbana horizontes de expansão, enterrando miasmas e cobrindo superfícies infectas com um simulacro saudável de natureza. Terrenos outrora sem préstimo, os quais, mediante intervenções patrocinadas pelo poder público — nem sempre adequadamente amparado com recursos para iniciativas dessa escala (e sempre iniciativa oficial, qualquer seja a instância: autoridade colonial, provincial, municipal) —, transformam-se em áreas valorizadas e vizinhanças valorizadas (SEGAWA, 1996, p. 218).

Conforme Segawa (1996), é provável que esse afastamento dos núcleos urbanos tenha sido uma das causas do desuso e da situação de abandono em que se encontravam alguns desses espaços públicos no final do século XIX, conforme nos relatam alguns viajantes estrangeiros. Ainda segundo o autor, “a natureza, a paisagem, o jardim público, nada significam por si. São os humanos que atribuem significados”. Acrescenta ainda:

Referências de percepção de feitiço europeu, virtualmente ausentes para os que cotidianamente vivenciam a natureza local, como os brasileiros que, indiferentes à sua própria paisagem, sua própria exuberância, acabam por banalizá-la (SEGAWA, 1996, p. 223).

Nesse sentido, a desvalorização da paisagem local, mais especificamente, da vegetação nativa pela população brasileira, pode ser considerada como um dos elementos responsáveis pela depreciação dos jardins e passeios públicos. Teria essa ausência de significação da vegetação nativa brasileira e, conseqüentemente, da paisagem enquanto natureza ordenada pelo homem, relação com a forma de colonização brasileira, baseada na destruição da mata nativa para o plantio das monoculturas? Teria também a forma de imposição do estilo europeu, adotada pela Missão Artística Francesa com a chegada da Corte, que menosprezava a arquitetura colonial brasileira, tido influência na desvalorização da vegetação nativa brasileira?

#### 2.4.1 O embelezamento, o abastecimento de água e o funcionamento dos jardins

Outro elemento que possivelmente favoreceu a implantação dos jardins e passeios públicos nas cidades brasileiras foi o fornecimento de água encanada. No início do século XIX, em boa parte das cidades brasileiras, o abastecimento de água era precário e ineficiente, feito por bicas e chafarizes distribuídos nos locais de maior fluxo de pessoas e transportados pelos escravos até as residências, ou através dos aguadeiros que transportavam barris de água potável sobre o dorso de animais, circulando pela cidade.

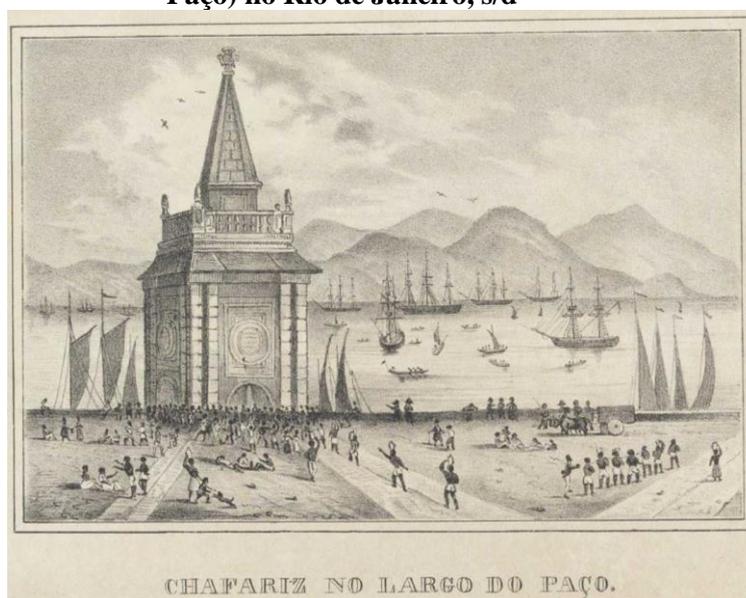
Nas residências, a água era armazenada em locais frescos e arejados, em barris, bilhas ou potes de barro. As obras para fornecimento de água encanada diretamente para as casas só ocorreram em meados do século XIX em cidades maiores e mais desenvolvidas (DEL PRIORI, 2016b). Aliado a uma cultura que ainda não valorizava o plantio ordenado de vegetação para fins de lazer e convívio, as dificuldades de obtenção de água, tanto para higiene quanto para consumo, tornavam pouco viável a manutenção de um jardim, público ou privado, no início do século XIX.

Os jardins que necessitavam de um maior cuidado, com regas frequentes, começam se tornar mais viáveis com a efetivação da distribuição de água, proposta pela gestão pública. Datam da primeira metade do século XIX diversos estudos de viabilização de encanamento de rios e cursos d'água, que faziam parte de um discurso de melhoria nas condições de higiene e de saúde pública. Além dessas questões, verifica-se também que a distribuição de água era parte

da criação de uma imagem de cidade civilizada e bela, o que pode ser constatado através da preocupação estética com os chafarizes e bebedouros públicos que distribuía essa água.

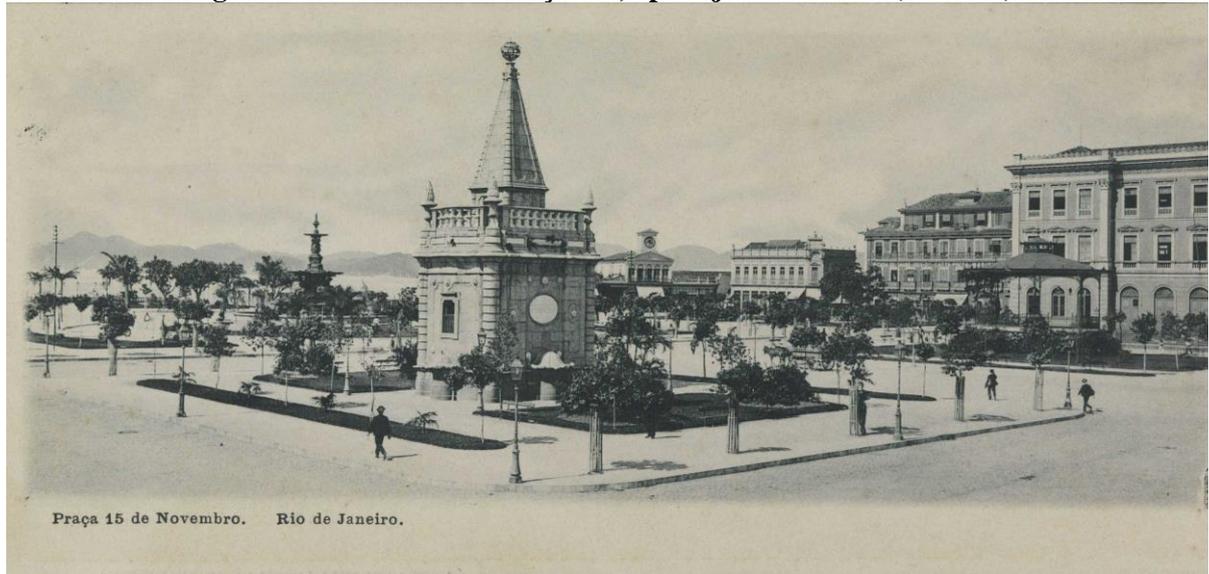
Inicialmente em alvenaria ou pedra, os chafarizes adotavam o estilo arquitetônico em voga no momento e, frequentemente, eram confeccionados por artesãos e artistas. No início do século XIX, eles eram, na maioria das vezes, o único equipamento urbano existente nos largos e praças, espaços até então descampados (Figura 58). No entanto, mesmo antes do embelezamento desses locais através de seu ajardinamento, os chafarizes muitas vezes cumpriam a função de embelezamento, conforme pode ser observado no chafariz cuja autoria é atribuída ao mestre Valentim, localizado atualmente na Praça XV de Novembro (antigo Largo do Paço), na região central do Rio de Janeiro. O chafariz, construído em gnaíse carioca, líoz e bronze, foi inserido no largo ainda sem ajardinamento, em uma localização ideal para a aguada dos barcos e para o uso das lavadeiras, sendo bastante registrado pelos diversos viajantes que passaram pela cidade durante o século XIX (DIAS; BUENO, 2015, p. 42-43). Apenas no século XX, com a proposta de ajardinamento da praça, o chafariz passa a compor a paisagem com canteiros, vegetação, postes e outros elementos decorativos (Figura 59).

**Figura 58 – Chafariz na Praça XV (antigo Largo do Paço) no Rio de Janeiro, s/d**



Fonte: Acervo BN Digital.

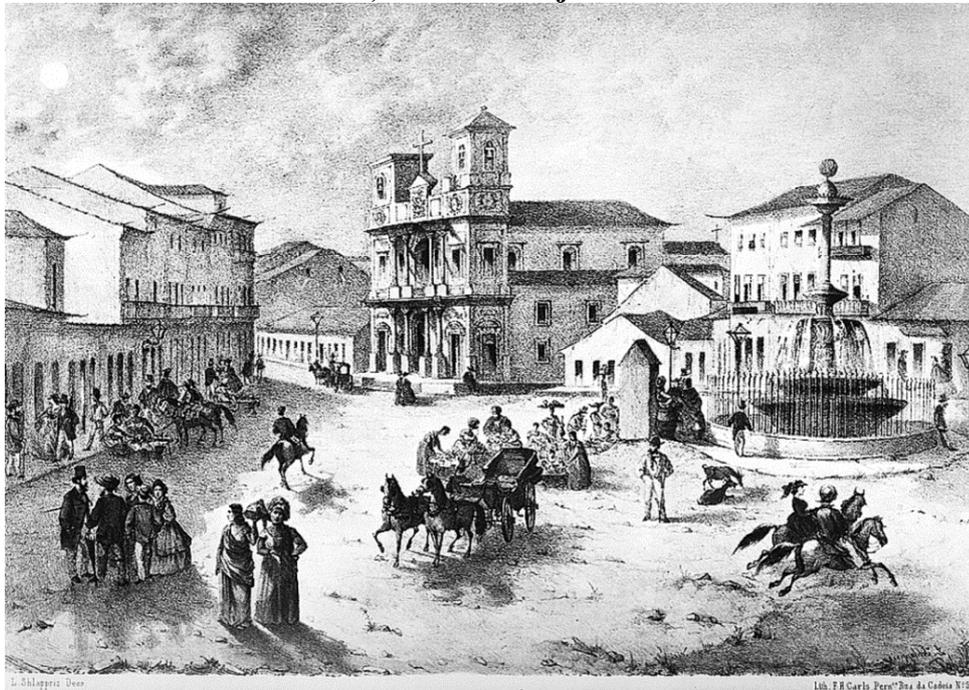
**Figura 59 – Chafariz na Praça XV, após ajardinamento (ca. 1904)**



Fonte: Acervo BN Digital.

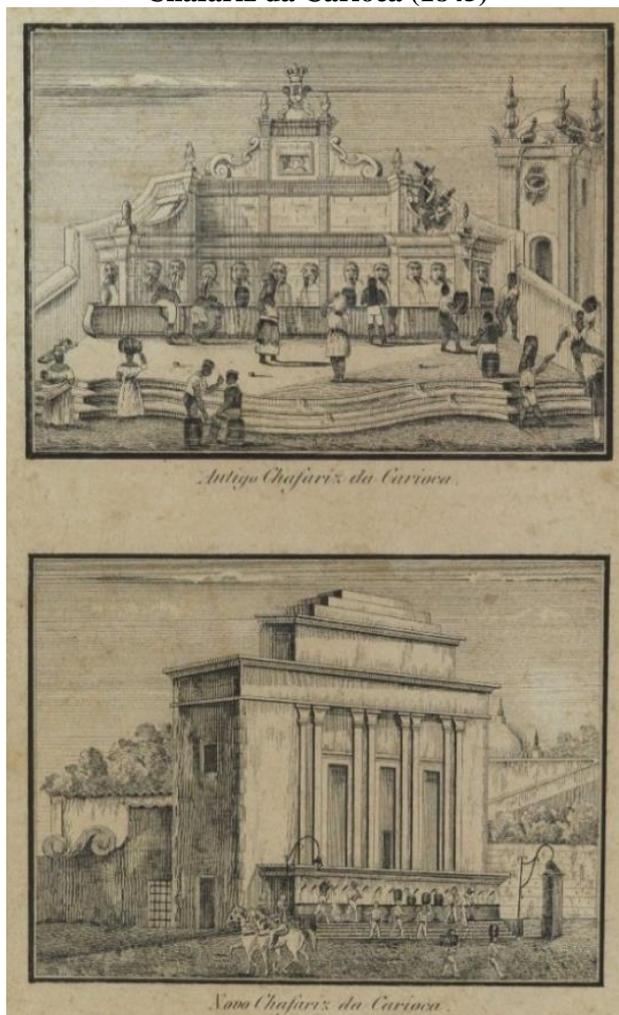
Outro exemplo em que o chafariz é o elemento embelezador de largos ainda descampados é o chafariz implantado no ano de 1846 na Praça da Boa Vista (Figura 60), no Recife, antes de seu ajardinamento (SILVA, 2016, p. 220).

**Figura 60 – Chafariz na Praça da Boa Vista (atual Praça Maciel Pinheiro), no Recife, antes de seu ajardinamento**



Fonte: Ferrez (1981 *apud* SILVA, 2016, p. 52).

**Figura 61 – Antigo Chafariz da Carioca [e] novo Chafariz da Carioca (1845)**



Fonte: Acervo BN digital.

Em algumas situações, os chafarizes existentes eram reformados ou demolidos para a construção de novos equipamentos que melhor se adaptavam aos novos gostos estéticos vigentes. Foi o caso do chafariz público construído no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, que possuía estilo barroco e foi executado em mármore, levando água do Rio Carioca para o centro da cidade. Posteriormente, foi projetado por Grandjean de Montigny um outro chafariz no mesmo largo, substituindo o estilo do chafariz do barroco para o neoclássico, em uma ação típica da Missão Artística Francesa (Figura 61). O uso dos produtos industrializados nos edifícios e espaços públicos tornou-se uma forma de demonstração do enriquecimento e do progresso das cidades.

Assim, em conjunto com as obras de abastecimento de água nas principais cidades, disseminaram-se pelo Brasil diversas peças em ferro fundido, como as fontes ornamentais, chafarizes e bebedouros públicos, colocados juntamente com postes e bancos nos locais de maior fluxo urbano, muitas vezes já ajardinados. Esses equipamentos aliavam as funções utilitárias de distribuição de água e, não menos importante naquele momento, a função estética, auxiliando na criação de uma imagem de cidade próspera e moderna, como é o caso, por exemplo, do chafariz das Musas e das sete fontes *Wallace*<sup>50</sup>, da fundição francesa Val D’Osne, instalados no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Figuras 62 e 63).

<sup>50</sup> O nome *Wallace* é uma referência a Richard Wallace, um filantropo e colecionador de arte inglês, que viveu na França durante o século XIX e que fez doações de fontes à cidade de Paris; estas acabaram se tornando um dos símbolos da capital francesa e de outras cidades de mundo, como o Rio de Janeiro (CANDIDA; LIMA; BERTOLUCCI, 2009).

**Figura 62 – Chafariz das Musas, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro**



Fonte: Autora (2017).

**Figura 63 – Uma das fontes Wallace existentes no Jardim Botânico do Rio de Janeiro**



Fonte: Autora (2017).

Pode-se afirmar que os chafarizes foram elementos fundamentais para a implantação e a manutenção dos jardins e passeios públicos através da distribuição de água para rega da vegetação. Os chafarizes desempenharam um papel fundamental no embelezamento desses espaços ajardinados, uma vez que seu apelo estético, aliado à água em movimento e seus efeitos sonoros, produzia uma sensação refrescante e compunha espaços de beleza e deleite, em conjunto com as diferentes espécies vegetais ali inseridas.

## **2.5 A valorização da vegetação exótica nos espaços públicos e privados**

Conforme se mostrou anteriormente, desde meados do século XIX o plantio de árvores nos espaços públicos tinha como função primordial embelezar e higienizar as cidades brasileiras. Além disso, as árvores também eram utilizadas como estratégia para minimizar os efeitos do clima, especialmente nas cidades nordestinas. Silva (2016, p. 161) salienta que a identificação das espécies arbóreas plantadas no século XIX e início do XX pode ser realizada através de uma combinação de análise iconográfica com fontes documentais, já que listas de especificação botânica eram inexistentes naquele momento ou não foram encontradas.

Cruzando a análise iconográfica histórica, documentos primários, fontes bibliográficas e visitas de campo, Silva (2016) aponta quais as espécies arbóreas e palmeiras mais utilizadas nos espaços públicos do Recife, Fortaleza e João Pessoa, no fim do século XIX e início do XX, recorte espacial e temporal adotado pela autora, mas que, pela proximidade espacial e semelhanças no clima, auxiliam na compreensão de nosso objeto de estudo. A cidade do Recife, em especial, teve um papel fundamental na disseminação de ideias e de produtos para Maceió. Com um comércio mais desenvolvido, várias são as referências de aquisição na capital pernambucana de peças decorativas, mudas de plantas e até de equipamentos para a manutenção de jardins em Maceió, como será visto adiante.

A autora complementa ainda que muitos espaços públicos, como largos, adros e praças, foram arborizados antes mesmo de serem ajardinados, quando recebiam diversos estratos de vegetação tais como plantas rasteiras, rosas, palmeiras, entre outras. Em algumas situações, especialmente no início do século XX, a arborização preexistente não era aproveitada quando os espaços eram ajardinados, mas sim substituída por outras espécies. Utilizando critérios como rápido crescimento, porte volumoso e pouca demanda por água, as espécies arbóreas eram escolhidas de forma a unir as funções estéticas, higiênicas, de drenagem urbana e de provimento de sombra (SILVA, 2016).

Em síntese, a espécie predominante era o exótico fícus-benjamim ou figueira (*Ficus benjamina*), por seu “rápido crescimento e porte volumoso, atributos importantes para a imediata provisão de sombra” (SILVA, 2016, p. 164). Além desse, havia também gameleiras (*Ficus doliaria*), castanholas (*Terminalia catappa*), jambeiros (*Syzygium malaccense*), mangueiras (*Mangifera indica*), mungubeiras ou mongubeiras (*Pachira aquatica*), baobás (*Adansonia digitata*), eucaliptos (*Eucalyptus sp.*), flamboyants (*Delonix regia*) e pinheiros (*Araucaria sp.*).

Diante do exposto, observa-se que a maior parte das espécies arbóreas plantadas nesses espaços públicos não são nativas do Brasil, mas sim cultivadas ou naturalizadas<sup>51</sup>, confirmando uma predileção de espécies exóticas em detrimento das espécies nativas da flora local por parte dos agentes construtores das cidades.

No que diz respeito às espécies plantadas nos espaços privados, Freyre (1936) esclarece que era bastante comum nos engenhos, sítios e chácaras a presença de pomares e o uso de vegetação para fins medicinais, de profilaxia e de consumo, seguindo um costume português de horta emendada com o jardim. Essa configuração foi desaparecendo com o processo que o

---

<sup>51</sup> A mangueira é considerada por alguns grupos de pesquisadores como espécie nativa, devido à sua ampla distribuição pelo Brasil (SILVA, 2016).

autor denomina “reeuropeização”, que ocorreu com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Esse processo desencadeou, também, uma utilização exagerada de plantas e flores europeias finas, delicadas e caras por parte dos proprietários de engenhos e de sobrados existentes nas cidades. A partir da segunda metade do século XIX, o jardim em volta das casas nas cidades, onde havia poucas plantas, começou a ganhar um estilo europeu com a chegada de jardineiros vindos da Europa, trazendo mudas de plantas exóticas, como as camélias e diversos tipos de roseira, por exemplo, que encantavam os mais abastados.

É claro que essas plantas finas, delicadas e caras só as podiam adquirir senhores de sobrados e de casas-grandes. Claro, também, que a ostentação de tais plantas, ao lado ou à frente das casas, tornou-se ostentação de classe superior [...] (FREYRE, 1936, p. 255).

O autor salienta, exemplificando o caso das cidades mineiras, que as plantas utilizadas nos jardins e hortas eram diferentes de acordo com a classe social: cactos-de-jerusalém, malva cheirosa, alecrim, manjerição, couves-gigantes de Portugal, anil e plantas medicinais, como a macela-galega, poejo, malva, cânfora herbácea, bálsamo e arruda-africana eram as espécies utilizadas pelas classes mais baixas (FREYRE, 1936, p. 256).

De aspecto semelhante ao dos engenhos, os jardins das chácaras ou sítios eram vastos, circundavam toda a casa, comumente uniam horta, viveiros e árvores floridas e frutíferas que purificavam e perfumavam o ar das ruas ou estradas e forneciam legumes e frutas aos habitantes (ARAGÃO, 2008, p. 45). De acordo com Freyre (1936, p. 308), era comum nas chácaras brasileiras da região Norte e, possivelmente, no Nordeste, o plantio de árvores frutíferas como goiabeiras, araçazeiros, cajueiros, laranjeiras, coqueiros, mangueiras, jaqueiras e árvores de fruta-pão. Algumas regiões do país, na segunda metade do século XIX, contavam com um parreiral sustentado por varas ou colunas de ferro, onde era possível fazer algumas refeições à sombra.

Nas melhores chácaras ou sítios, os jardins eram de grandes dimensões e possuíam fontes de água, palanques ou quiosques. Eram jardins fechados com muros, muitas vezes decorados na parte interna e externa, que guardavam a privacidade dos habitantes, especialmente das mulheres, da vista dos transeuntes. Assim como ocorria inicialmente nos engenhos, os jardins das chácaras eram os locais onde as mulheres podiam tomar ar fresco sem ser vistas, configurando um local de intimidade (FREYRE, 1936, p. 144).

A vegetação existente nos jardins da casa brasileira, nos quintais, chácaras, sítios ou engenhos, durante o século XIX e início do XX, era plantada com a finalidade de atender às

funções higiênicas, purificando e perfumando o ar; profiláticas e medicinais, através do plantio de ervas; de subsistência, com o plantio principalmente de frutíferas; e, principalmente, a função estética, em que o cultivo de plantas exóticas era evidenciado e denotava *status* social. Ao contrário da maioria dos espaços ajardinados do período colonial, onde a função utilitária era predominante, os jardins do século XIX eram locais cujas funções estética e de fruição eram marcantes, aliadas à questão utilitária.

O estilo europeu, e principalmente, francês, influenciou consideravelmente o traçado e a escolha de espécies plantadas nesses jardins no início do século XIX, especialmente com a chegada de jardineiros e paisagistas franceses ao Brasil, que se intensificou ao longo do século XIX. De acordo com Dourado (2008), foram características desse século a descoberta e a propagação de novas espécies, como flores e plantas ornamentais. Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro e a abertura dos portos, o Brasil se tornou um mercado promissor para os profissionais voltados ao cultivo de jardins e plantas vindas da Europa, principalmente da França, que se irradiava a partir da cidade do Rio de Janeiro.

Essas plantas exóticas divulgadas mundo afora como resultado das expedições botânicas, sociedades científicas, exposições hortícolas, colecionadores e estabelecimentos comerciais tornaram-se presentes nos jardins públicos e privados brasileiros, remetendo à ideia de bom gosto e civilidade. Nesse mesmo contexto, algumas espécies brasileiras também foram divulgadas através de iniciativas de horticultores e botânicos que mantinham estabelecimentos onde faziam experiências de aclimação e comercialização de espécies úteis e ornamentais, como o gaúcho Frederico Guilherme de Albuquerque (1839-1897), filiado à *Société Impériale Zoologique d'Acclimatation* de Paris, que enviava produtos naturais brasileiros, recebendo, em contrapartida, sementes, mudas e informações sobre espécies exóticas (DOURADO, 2011).

Albuquerque foi um dos responsáveis pelo primeiro mensário brasileiro dedicado às plantas ornamentais e jardins, a Revista de horticultura, que circulou entre 1876 e 1879. Mantendo em seu estabelecimento hortícola uma ampla coleção de espécies, ele fazia frequentes permutas de mudas e sementes com profissionais franceses e de várias partes do mundo, enviando, por exemplo, palmeiras, bromélias e trepadeiras, e recebendo espécies como magnólias, grevilhas, mimosas, lótus azuis e amarelos, dalias, floxes, gloxínias, azaléas, entre outras, especialmente as que possuíam florações e folhagens coloridas, que costumavam encantar os brasileiros (DOURADO, 2008).

O transporte dessas espécies, feito em longas viagens marítimas, acabava gerando várias perdas e foi sendo aprimorado com o tempo, com a criação de equipamentos adequados para seu transporte, como a caixa *Ward*, uma espécie de mini estufa (Figura 64).

Desenhado em 1827, o equipamento consistia em um recipiente envidraçado, para melhor acondicionar as mudas durante as jornadas pelos mares. Feito para viajar no convés de navios, dispunha de painéis móveis, abertos para ventilação e regas (DOURADO, 2008, p. 169).

**Figura 64 – Caixa Ward, em reprodução de gravura de 1829**



Fonte: Dourado (2008, p. 171).

Apesar de comercializar as espécies exóticas europeias, Albuquerque também buscava estimular a valorização do potencial ornamental das espécies brasileiras, cultivando-as e comercializando-as. No entanto, de acordo com Dourado (2011, p. 218 – grifos nossos), ele

Reconhecia que os brasileiros praticavam dois pesos e duas medidas, tendo uma **prevenção injustificada pela vegetação nativa** e, ao mesmo tempo, não oferecendo reservas de nenhum tipo às plantas advindas do exterior em seus jardins, mesmo que fossem variedades hortícolas derivadas de espécies daqui.

Confirma-se, assim, que a desvalorização das espécies nativas da flora local pelos brasileiros já estava arraigada no ideário dos agentes construtores das cidades brasileiras, com raras exceções, e da população em geral, no século XIX. Conforme se mostrou, essa foi uma construção cultural que vem ocorrendo desde o início do período colonial e que ocasionou a valorização das espécies exóticas em detrimento das nativas.

Busca-se, nas próximas páginas, compreender como essa construção cultural ocorreu na cidade de Maceió-AL, desde o início de sua ocupação territorial até o final do século XIX.

## 3

MACEIÓ E A URBANIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO  
NO SÉCULO XIX

*Com a abertura do canal de navegação em 1842  
teve a cidade que o porto passou para as  
mãos estrangeiras e logo se foram os barcos  
na cidade. Depois disso se estabeleceram  
nos sítios jardins e pomares de frutas. Assim  
se foi a cidade e os pomares e jardins  
de hoje em dia, e o porto não ficou mais.*



No contexto alagoano, até o século XIX, foram escassos os documentos, especialmente as iconografias, que nos informam sobre a existência de espaços ajardinados. Com exceção de Maceió, capital da província desde 1839, poucos foram os documentos que registraram a produção desses espaços, tanto de uso público, como passeios, jardins públicos e praças ajardinadas, quanto de uso privado, como quintais e cercas conventuais, no recorte temporal aqui estudado. Apesar da escassez documental, foi possível identificar algumas intenções de criação de espaços ajardinados em algumas cidades alagoanas que auxiliam a compreensão do contexto de criação desses espaços em Maceió e de sua importância para o estado de Alagoas.

### **3.1 Os espaços ajardinados privados em Alagoas no século XIX: os jardins residenciais urbanos, as chácaras ou sítios e os engenhos**

No período colonial brasileiro, as residências urbanas, influenciadas pela tradição portuguesa, foram construídas em lotes estreitos e compridos, sobre o alinhamento das vias públicas. Eram casas simples, de duas-águas, geminadas, que costumavam possuir o chamado *jardim-horta-pomar* nos quintais de uso privado, onde plantas ornamentais se misturavam com árvores frutíferas e hortaliças para a subsistência da população urbana. De acordo com Reis Filho (1970, p. 24), essa configuração causava uma impressão de monotonia que era acentuada pela ausência de verde dentro dos povoados e cidades, já que os jardins privados ou públicos e a arborização urbana eram ainda inexistentes. Como pregava o ideário civilizador da época, a vegetação nativa e não cultivada pelo homem deveria ser mantida à margem do casario.

Ainda na primeira metade do século XIX, observa-se que surgiram aos poucos, especialmente nas cidades litorâneas maiores, novas tipologias arquitetônicas influenciadas pelas ideias da Missão Artística Francesa. A abertura dos portos brasileiros permitiu a entrada no Brasil de equipamentos que contribuíram para mudanças na aparência das construções das cidades, através da inserção de platibandas, vidros nas bandeiras de portas e janelas, uso de elementos em ferro, vasos e figuras de louça importadas de Portugal. É o que pode ser observado, por exemplo, nos primeiros núcleos de povoamento de Alagoas, como Penedo e Marechal Deodoro (Figuras 65 e 66).

**Figura 65 – Casario colonial da cidade de Penedo-AL (s/d)**



Fonte: Acervo digital do APA.

**Figura 66 – Casario colonial de Marechal Deodoro-AL nos dias atuais**



Fonte: Autora (2018).

No entanto, foi a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, que surgiram alterações importantes nas edificações, que modificaram a relação entre o espaço construído e a vegetação. Sob a influência dos preceitos higienistas e do movimento eclético, a partir da segunda metade do século, as edificações, que não possuíam recuos e eram construídas nos limites laterais e frontais dos lotes, passaram a possuir recuos numa de suas laterais, para favorecer a ventilação dos cômodos.

As residências maiores eram enriquecidas com um jardim do lado. Esta novidade, que vinha introduzir um elemento paisagístico na arquitetura residencial, oferecia a essa amplas possibilidades de arejamento e iluminação, até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil (REIS FILHO, 1970, p. 46).

Esses recuos, inicialmente tímidos em uma das laterais, abrigaram os jardins privados, que se comunicavam com as edificações através de varandas apoiadas em colunas. Em algumas situações, os principais ambientes da residência eram beneficiados pela iluminação natural advinda de portas e janelas que se abriam para uma espécie de alpendre que se ligava à rua através de portões, como pode ser observado em alguns exemplares da cidade de Viçosa-AL. Algumas edificações possuíam esse alpendre em formato de “L”, transformando o jardim lateral em uma forma retangular ou quadrada (FERRARE *et al.*, 2011), como se observa na Figura 67.

**Figura 67 – Exemplos de edificação com entrada lateral abrigo jardim em Viçosa-AL**



Fonte: Ferrare *et al.* (2011).

Posteriormente, as edificações mais imponentes começaram a se afastar dos dois limites laterais e, em seguida, afastaram-se dos limites com a rua, como pode ser observado em alguns exemplares da cidade de Penedo-AL, por exemplo (Figura 68). De acordo com Reis Filho (1970, p. 50), na transição do século XIX para o XX, antes de 1914, “podia-se considerar como completa a primeira etapa de libertação da arquitetura em relação aos limites dos lotes”. O autor assevera que essa alteração na disposição da arquitetura no interior dos lotes urbanos das classes abastadas era “um esforço de reconciliação do homem com a natureza, como decorrência direta – e legítima – dos excessos de concentração [urbana]” (REIS FILHO, p. 55). Essa tentativa de incorporar o espaço externo à arquitetura residencial demonstra uma grande alteração na forma de a população se relacionar com a vegetação e, conseqüentemente, denota uma mudança no papel dela no âmbito urbano.

**Figura 68 – Edificação residencial com jardim nos recuos frontal e lateral em Penedo-AL**

Fonte: [www.infopatrimonio.org](http://www.infopatrimonio.org).

Outro tipo de habitação existente no século XIX eram as chácaras, sítios ou casas de arrabalde. Situadas afastadas dos núcleos urbanos, eram apreciadas pelas famílias abastadas inclusive como casas de veraneio, como as edificações do arrabalde do Bebedouro, em Maceió-AL, por exemplo. Essas edificações tinham como um de seus atributos principais resolver o problema de abastecimento frequente nas cidades do século XIX. Localizadas em terrenos de maiores proporções, as edificações, totalmente afastadas dos limites dos lotes, permitiam a existência de pomares, áreas para criação de animais e plantio de legumes e mandioca, contando muitas vezes com a presença de cursos d'água em seu entorno (REIS FILHO, 1970).

Relatos de chácaras ou sítios nas periferias de Maceió, como em Bebedouro, Cambona, Fernão Velho e Mutange, e seu aspecto pitoresco podem ser encontrados na literatura e historiografia local:

*Cambona* era o começo do que podemos hoje chamar zona suburbana, no rumo da lagoa do Norte. Aí começavam os **sítios pitorescos** do povoado. Eram Bebedouro, Frechal, Carrapato, Goiabeiras, Tombador, Rocha, Rio-Morto, Fernão-Velho, Pedreiras, Bom-Jardim, **verdejando em pomares frondosos e sítios pitorescos de veraneio dos abastados** ou residência permanente dos lavradores (COSTA, 1939, p. 35 – grifos nossos).

Sobre Fernão Velho e Mutange, o romance de Pedro Nolasco Maciel, escrito em 1889, nos dá pistas sobre a interação entre vegetação e espaço construído, quando descreve brevemente reuniões à sombra das “mangueiras frondosas” do jardim do sítio de Afonso Gonçalves, no Mutange, e sobre as chácaras de Fernão Velho:

As **peças abastadas e de bom gosto** possuem no arrabalde o seu *chalet*, a sua chácara com **pomar e grandes acomodações** [...] Sobraçando a mala pequena, o criado com uma grande cesta, onde vão bebidas e manjares, e ali, em **Fernão Velho**, na **mata frondosa**, ao ar livre, em plena liberdade, de *toilettes* caseiras embalando-se em redes armadas ao tronco das árvores, passa o dia mais **esplêndido** que se pode desejar nesse gênero de **amáveis diversões** (MACIEL, 1899, p. 245-246 – grifos nossos).

Apesar de ser uma obra ficcional, é importante observar como a visão sobre o papel da vegetação havia sido modificada no final do século XIX. Possuir uma casa em estilo *chalet*, rodeada de pomares e de uma “mata frondosa”, era sinônimo de bom gosto e algo apreciado pelas pessoas mais abastadas. Nesses bairros mais afastados do núcleo inicial de Maceió e em outras cidades alagoanas, já no início do século XX, foram construídos também os refinados palacetes e chalés, rodeados de jardins elaborados e cercados por gradis de ferro, como, por exemplo, a *Vila Lilota*<sup>52</sup>, no bairro do Bebedouro, e o *chalé dos Loureiros*<sup>53</sup>, na cidade de Penedo-AL (Figuras 69 e 70).

**Figura 69 – Vila Lilota e seu jardim, no bairro de Bebedouro**



Fonte: Acervo IHGAL (PASTA 07).

<sup>52</sup> *Vila Lilota* é um palacete construído no final do século XIX, pertencente originalmente à família Leão. Atualmente a edificação é uma Unidade Especial de Preservação (UEP), dada a sua importância para a história de Maceió. Fonte: Portal de arquitetura alagoana. Disponível em: <http://www.arquiteturaalagoana.al.org.br/>. Acesso em: 27 abr. 2018.

<sup>53</sup> Também conhecido por *Chalé dos Peixotos*.

**Figura 70 – Chalé dos Loureiros e seu jardim, em Penedo-AL**

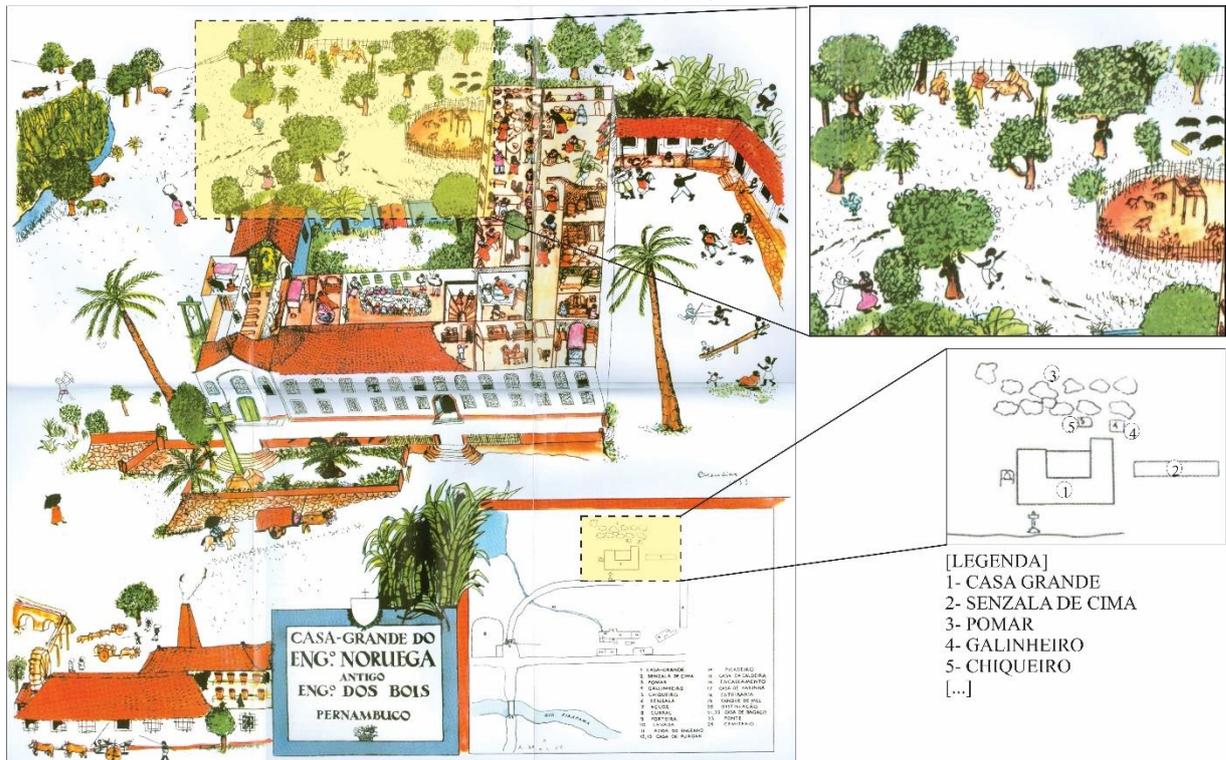
Fonte: Fernando Moura Peixoto (s/d).

No que diz respeito à presença de vegetação nos engenhos, sabe-se que sua implantação estava condicionada, entre outras coisas, à existência de grandes áreas de matas e áreas livres para a execução de algumas atividades que ocorriam em sua área externa, para a circulação de pessoas e para o plantio de hortas e pomares. Embora existam alguns relatos de plantio de jardins em engenhos<sup>54</sup>, sua ocorrência não era frequente. A princípio, existiam áreas destinadas ao plantio e à criação de animais para subsistência.

A presença dos pomares nos engenhos nordestinos pode ser observada na representação do Engenho Noruega, antigo Engenho dos Bois, em Pernambuco, por exemplo. No desenho, a legenda indica a presença de um pomar na parte posterior da casa-grande, tendo nas proximidades o galinheiro e o chiqueiro (Figura 71). Na representação, o pomar se apresenta cercado na parte posterior e parece congrega outras funções, como a de interação social, além de local de plantação de espécies para subsistência e criação de animais. É o que pode ser observado a partir da presença de crianças, escravas e homens.

<sup>54</sup> O mapa mais antigo da cidade do Rio de Janeiro, datado de 1579, mostra um jardim situado em um engenho no sopé de uma encosta que possivelmente servia para o consumo do engenho e das famílias que ali trabalhavam e viviam (MAGALHÃES, 2015, p. 74).

**Figura 71 – Indicação do pomar, galinheiro e chiqueiro em representação do Engenho Noruega em Pernambuco**



Fonte: Freyre (1936).

Já nos engenhos dos séculos XIX e XX, havia espaços onde a vegetação era ordenada para fins estéticos. Aragão (2008, p. 46) afirma que, nesse período, costumava haver nos jardins da casa grande dos engenhos uma entrada marcada por palmeiras imperiais que anunciavam a residência nobre, como também pode ser observado na ilustração do Engenho Noruega; e um pátio interno em “U”, onde se localizava um jardim mais privativo, comumente frequentado pelas mulheres.

No caso de Alagoas, cuja principal atividade econômica estava relacionada às atividades agro açucareiras, a presença dos engenhos foi bastante significativa e certamente os pomares e hortas estavam presentes em suas instalações desde os séculos XVII e XVIII, conforme se observa em um postal do início do século XX que representa o Engenho Ilha Bella, no município de Camaragibe-AL. Além da área de mata em seu entorno e das imponentes palmeiras imperiais que parecem indicar a casa-grande, como era frequente nos engenhos, identifica-se uma espécie de pomar ou horta inserida numa área cercada aos fundos de uma edificação térrea, possivelmente a senzala (Figura 72). Essa configuração singela de pomar ou horta para fins de subsistência sem intenção estética parece ter sido a mais comum entre os engenhos alagoanos.

**Figura 72 – Pomar e horta do Engenho Ilha Bella (1921) em pormenor de cartão postal**



Fonte: Tenório; Dantas (2008, p. 17).

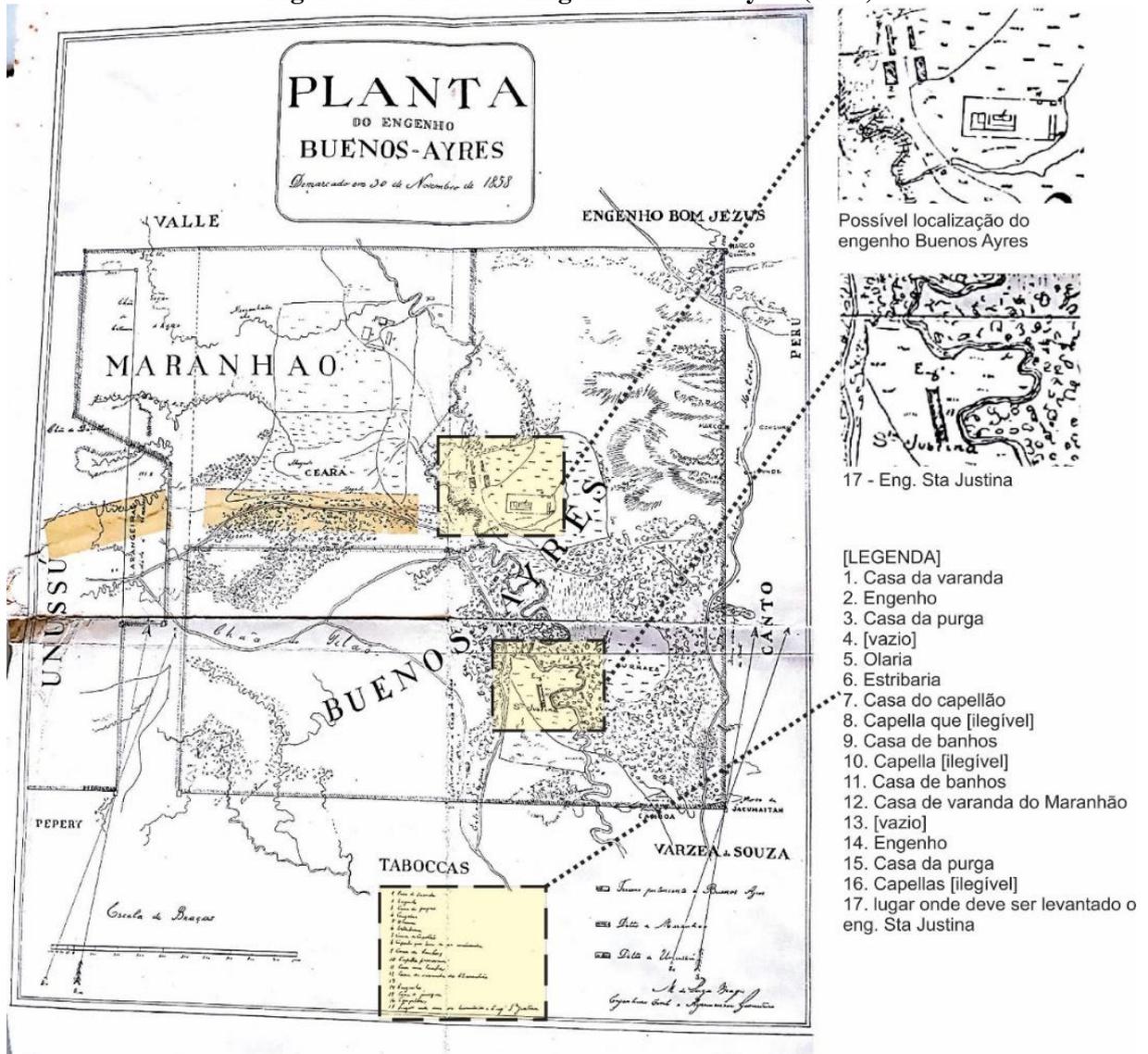
Além dos pomares e hortas singelos, foram encontrados registros de jardim com finalidades estéticas, de fruição e lazer, em uma configuração bastante singular – e possivelmente única – num engenho alagoano durante o século XIX. Trata-se do Engenho Buenos Ayres, localizado às margens do rio Camaragibe, que, segundo Diégues Júnior (1948a), foi a mais antiga fábrica de açúcar instalada em Alagoas. Encontra-se atualmente em ruínas dentro da fazenda Santa Justina<sup>55</sup>, no município de Passo do Camaragibe.

No entanto, são escassos os registros iconográficos desse engenho, havendo sido encontradas apenas a *Planta do Engenho Buenos Ayres demarcado em 30 de novembro de 1858*, assinada pelo engenheiro civil e agrimensor M. de Souza Braga<sup>56</sup> (Figura 73), e uma fotografia de sua antiga capela.

<sup>55</sup> De acordo com Lopes (2011), no século XX o Engenho Buenos Ayres passou a ser utilizado como residência, perdendo sua função primária como engenho de açúcar. No século XIX, o Engenho Buenos Ayres e o vizinho Engenho Santa Justina eram de propriedade do Sr. Castello Branco (INSTITUTO, 2010, p. 37). Atualmente, dentro da Fazenda Santa Justina são realizadas apenas as atividades de plantação e colhimento da cana e, para abrigar os proprietários do engenho, nas primeiras décadas do século XX foi construída uma nova casa-grande (LOPES, 2011).

<sup>56</sup> O original desta planta não foi encontrado, somente uma cópia publicada apenas na primeira versão do livro “O banguê nas Alagoas”, datado de 1949, existente no IHGAL.

Figura 73 – Planta do Engenho Buenos Ayres (1858)



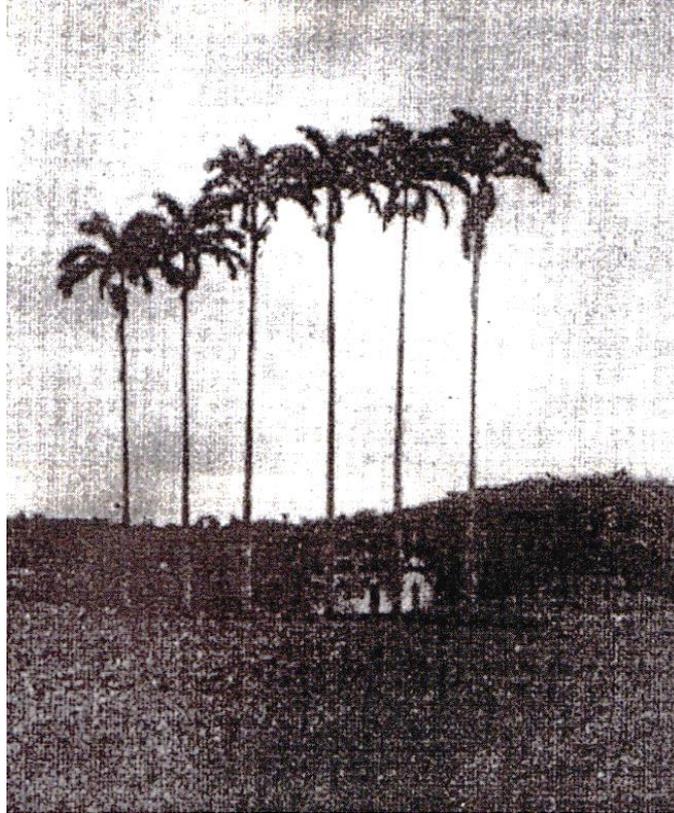
Fonte: Diégues Júnior (1948b, s/p).

A cópia da planta, mostrando a localização do Buenos Ayres e de outros engenhos a serem implantados, como o Santa Justina, está ilegível em sua maior parte, o que dificulta sua análise, porém a legenda localizada em sua parte inferior não assinala a presença nem a futura localização do jardim, indicando que ele só foi pensado e concebido depois.

À semelhança do Engenho Ilha Bella, as palmeiras imperiais marcaram a paisagem do Engenho Buenos Ayres. As seis palmeiras plantadas enfileiradas nas imediações da antiga capela ali existente pareciam indicar o *status* de nobreza e imponência, conforme se observa na única fotografia do engenho de que se tem conhecimento (Figura 74). Apesar da escassez documental sobre este jardim, um relato feito por José Bento Figueiredo Júnior no ano de

1869<sup>57</sup>, portanto quase onze anos após a elaboração da planta, esclarece sua configuração espacial e as espécies ali plantadas.

**Figura 74 – Palmeiras imperiais no entorno da capela do Engenho Buenos Ayres (s/d)**



Fonte: Diégues Júnior (1948a, p. 72).

O relato foi elaborado após uma visita do Presidente ao engenho, na época de propriedade do Sr. Manoel Joaquim de Mendonça Castelo Branco, o Barão de Anadia. A visita, que durou dois dias, parece ter influenciado no empenho de Figueiredo Júnior para a implantação da arborização urbana e dos jardins públicos em Maceió, o que ocorreu entre os anos de 1868 e 1871, durante sua gestão. Cabe ressaltar a importância deste relato, que demonstra o entusiasmo e encantamento do Presidente da província para com os jardins.

A descrição minuciosa dos jardins enfatizou a variedade de espécies e objetos decorativos ali encontrados. Entre as espécies citadas, há uma predominância de frutíferas, fazendo composição com elementos decorativos:

<sup>57</sup> Um ano após ter assumido a presidência da província, Figueiredo Júnior iniciou uma série de viagens ao interior de Alagoas com o intuito de melhor conhecer o território alagoano e de verificar seus núcleos de povoamento. Em uma dessas viagens, ele visitou o engenho Buenos Ayres, de propriedade do Dr. Castello Branco. Os relatos dessas viagens foram reunidos e publicados pelo IHGAL em 2010.

No **centro do pomar** se mostra o **elegante chafariz** de variado gosto, e engenhosa cascata [...] Arvores de diferentes aspectos e **symetricamente** plantadas povoam esse vergel [...] Alli, campeam viçosas as que produzem a **fructa-pão, os figos, romans, pinhas, ameixas, laranjas, limas, saptotis, groselhas, abacates, maracujás** etc [...] (INSTITUTO, 1869, p. 36-37 – grifos nossos).

Castanheiros, lírios, jasmims, nogueiras, flores diversas, palmeiras, craveiros brancos, caneleiras também foram citados, denotando uma preferência pelas espécies exóticas e de forte apelo estético e sensorial, através de odores, sons e sabores.

Descrevendo-o em detalhes, Figueiredo Júnior transpareceu todo o seu encantamento pelo jardim, seus *boulevards*, árvores frondosas e seus objetos decorativos, como cascatas, chafarizes, quiosques e jarros de porcelana, possivelmente importados da Europa, denotando o alto poder aquisitivo de seu proprietário e a influência europeia na concepção desse espaço:

O tempo era pouco; foi insufficiente para a apreciação de tão commodos sítios; a alma se enlevava por entre a fragrância d'aquelles **jardins deliciosos**; o espírito se engrandecia pela diversidade de mil objectos curiosos que prendiam a atenção; aqui um pateo, uma muralha, um cães; alli um vergel magnífico e regularmente disposto; por toda a parte **aceio e bom gosto**; acolá – **cascatas, chafarizes e repuxos**; terrões e bandeiras; capella de orações e depósito d'água; mais adiante um *boulevard*, e além de um lago de pimpidas águas; o soprar da briza trazendo doces virações áquelles sinos amenos; o gorgear [sic] dos passarinhos n'aquellas arvores frondosas; dir-se-hia que a vida alli é completa e que a taça dos desejos devia estar preenchida [...] O passeio ou *boulevard* é de 25 a 30 palmos de largo; e o lado paralelo ao do cães, que dá para o **pomar**, compõe-se de dez columnas, coroadas de **jarros de porcelana de cores**, onde vicejam **aromáticos** pés de craveiros brancos; no centro, e correspondente ao do cães, outro portão, em que finda a longa alamêda do **pomar**, ornada de **lindos kiosques** [...] (INSTITUTO, 1869, p. 33 - 36 - grifos nossos).

Durante todo a descrição, Figueiredo Júnior enfatizou a elegância, o bom gosto e a beleza dos jardins do engenho, utilizando os termos “symetricamente”, “deliciosos”, “admirável”, “sublime”, “elegância”, “bom gosto”, “belleza”, “asseio” e “aformoseamento”, desvelando seu interesse e franco entendimento dos espaços ajardinados como locais ordenados de forma simétrica para fins de embelezamento e deleite para os olhos e para a alma. Esse relato minucioso, o único que descreve os jardins dos engenhos alagoanos, possui ares poéticos, revelando a sensibilidade e a valorização dada aos espaços ajardinados para finalidades estéticas, de lazer e de contemplação.

O Jardim do Buenos Ayres parecia ser de tal forma encantador que também inspirou o amigo e companheiro de viagem de Figueiredo Júnior, José Ignacio de Albuquerque Xavier, a escrever um poema sobre ele:

**Buenos Ayres**

Buenos Ayres! Esplendente Elyseo  
 Imagem viva do virgíneo sonho!  
 Realidade, que se crê phantastica!  
**Eden sublime**, enlevador, rizonho!  
 Emmoldurado por um muro alvíssimo,  
 Que surge altivo de virente alfombra,  
 Uma **alameda** de frondentes arvores  
 Soberba orla, esparginho sombra.  
 Ultrapassemos o segundo portico,  
 Que já se eleva n`um terreno liso  
 [...]  
 Que apparatuso e opulento ambito!  
 Oh! Como tudo accordar-se formoso!  
**Vergel florido** ostenta-se prismático  
 E o ambiente exhala-se **cheiroso**.  
 As **trepadeiras vicejantes** harmônicas  
 Alli conchegam-se a formar caprichos;  
 Das ramas debeis se enlaçando artísticas  
 Surgem **kiosques**, e`ramancheis e nichos  
 Sob esses verdes tectos umbríferos,  
 A`hora tanguê de calmosas sésta,  
 [...]  
 Silencio! Além campeia um habitaculo  
 - **Encantador acervo de elegâncias**; -  
 Bafeja-o sempre aragens odorífera;  
 Aqui branqueja o vulto de uma **estatua**  
 Por entre os ramos de **mimoso arbusto**;  
 Esguicha alli o **chafariz de mármore**,  
 Humentê a planta e o arvoredado adusto  
 N`aquellas ilhas um pomar **symetrico**  
 Ostenta fructos de tão **bellas côres**!  
 [...] [sic]  
 (INSTITUTO, 1869, p. 46-47 – grifos nossos).

Destaca-se no relato e no poema sobre o Buenos Ayres a presença das dimensões racional e mítica definidas por Segawa (1996). Simetria, elementos decorativos, como jarros de louças coloridos, estátuas, chafariz em mármore, além de diversos tipos de vegetação colorida e aromática que compõem o pomar caracterizam um jardim concebido e projetado para fins estéticos, de contemplação e de apreciação, que busca despertar os mais variados sentidos humanos.

Diante da análise empreendida, acredita-se que o Jardim do Engenho Buenos Ayres foi **o primeiro jardim privado ordenado – e comprovadamente executado – com finalidades que aliavam questões de ordem utilitária, estética, de contemplação e de lazer em Alagoas**. Anterior a ele, identificou-se apenas o Jardim do Cemitério Público (1857) e, no mesmo período, o Jardim Público do Palacete da Assembleia Provincial (1867), ambos em Maceió, que serão abordados na seção 4. No entanto, considerando a descrição do Jardim do Buenos Ayres feita por Figueiredo no ano de 1868, apenas um ano após o ajardinamento do Jardim do Palacete, em que já consta no jardim do engenho a presença de árvores crescidas e uma estrutura

física bem estabelecida, com quiosques, cascatas, chafarizes e diversos elementos decorativos, acredita-se que o jardim já estava ali implantado há alguns anos antes da visita do Presidente da província.

### 3.2 As primeiras representações de espaços públicos ajardinados em Alagoas

Ainda no contexto alagoano novecentista, foi identificada uma representação singular de espaços ajardinados no âmbito urbano, onde observam-se formas de representação de hortas, pomares, jardins e praças ajardinadas. Trata-se de uma planta datada de 1858 que representa a povoação de Colônia Militar Leopoldina<sup>58</sup> em Alagoas, nas proximidades do rio Jacuípe. De acordo com Machado e Almeida (2011), o desenho da planta é expressivo, pois representa uma legenda pormenorizada, fazendo uso da cor e da caligrafia, contendo locação de edifícios públicos e privados, tipos arquitetônicos e partidos de planta, o traçado espacial e a infraestrutura urbana.

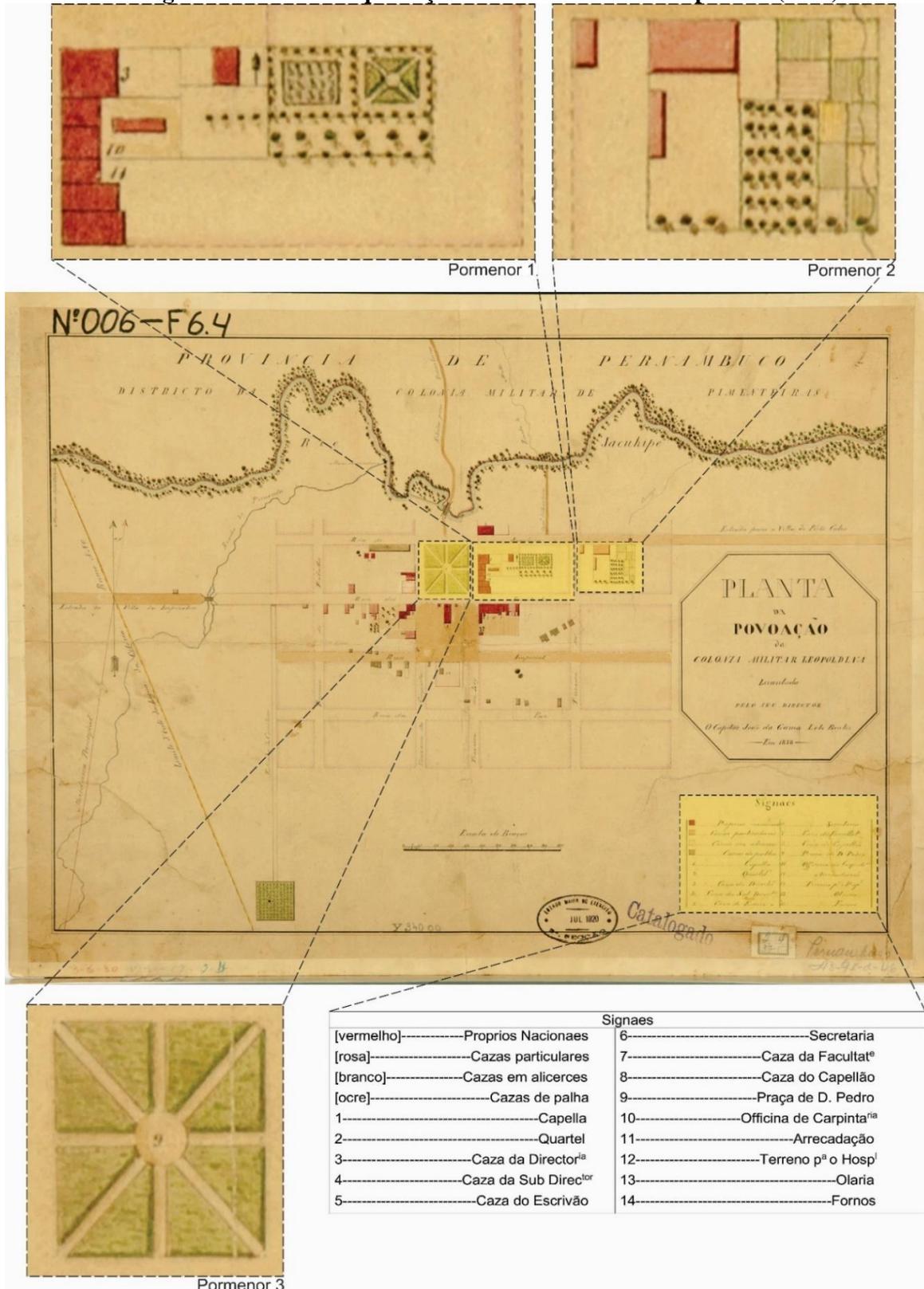
Aprofundando a análise da planta, a única encontrada até o momento que representa um núcleo urbano alagoano com um traçado sugerindo a presença de jardins, observa-se a existência do que parecem ser pomares ou hortas e jardins, semelhantes às existentes nos mapas de Vingboons e às convenções de Manoel de Azevedo Fortes, pelo seu desenho regular e simétrico, nos quintais de algumas casas marcadas em vermelho, identificadas na legenda como de propriedade nacional, localizadas na parte mais central da cidade.

Em uma das quadras principais, onde se localizam a casa da diretoria (3), a oficina de carpintaria (10) e a casa de arrecadação (11), existe uma representação de árvores agrupadas e de canteiros simétricos, sugerindo ali a presença de pomar e jardim (Pormenor 1, Figura 75). A presença da vegetação de forma ordenada apenas nessa quadra confirma que o interesse pelo cultivo dos jardins era um hábito quase que exclusivo das classes mais ricas, que detinham mais tempo e recursos financeiros para se dedicar a essa atividade.

---

<sup>58</sup> Colônia Leopoldina é uma cidade alagoana situada no vale do rio Jacuípe, que surgiu como uma pequena povoação no começo do século XIX e, em 1852, com a instalação de uma colônia militar, efetivou-se como um povoado pertencente ao município de Porto Calvo.

Figura 75 – Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina (1858)



Fonte: AHEx. Tratado pela autora.

Obs.: Pormenores indicando a possível localização de jardins, hortas e pomares.

Além disso, em uma quadra um pouco afastada do que parece ser a região mais valorizada, existe o que semelha ser um pomar e uma horta para subsistência, representados respectivamente por fileiras de árvores organizadas em intervalos semelhantes e uma espécie de quadriculado distribuído de forma padronizada em tons de verde, que parecem representar canteiros de vegetação de menor porte, como uma horta, conforme Pormenor 2, Figura 75. Outra informação interessante que a planta traz é a presença de uma praça ajardinada, a Praça de D. Pedro, na quadra mais central, em frente à capela. Esse ajardinamento é representado por um traçado simétrico e regular, com eixos que se cruzam e parecem direcionar o olhar do transeunte para a capela, enfatizando a importância da igreja naquele contexto. Essa parece ser a primeira e, até o momento, a única representação encontrada de uma praça ajardinada ainda na primeira metade do século XIX em Alagoas (Pormenor 3, Figura 75).

Infelizmente, não foi encontrada na pesquisa referência escrita sobre esses espaços ajardinados propostos para a povoação de Colônia Leopoldina, e nenhuma outra iconografia que representasse os traçados de espaços ajardinados no século XIX de outras cidades alagoanas, o que dificulta a análise e o entendimento da formação desses espaços em Alagoas.

No caso de Maceió, objeto de estudo deste trabalho, não foi encontrada até o momento nenhuma planta que representasse o traçado dos espaços públicos ajardinados existentes ou propostos no século XIX, o que denota o descaso dos gestores com espaços para esta finalidade, dificultando a análise pretendida. Para suprir essa lacuna, fez-se uso dos registros primários dos séculos XIX e XX, como falas, ofícios e relatórios dos gestores e engenheiros, e de imagens do século XX que deram indícios de sua existência e das diversas funções que a vegetação assumiu no contexto urbano.

### 3.3 Entre as águas e a vegetação: uma aproximação com a configuração inicial da paisagem de Maceió

Viver em ti é sempre flutuar,  
 Nas águas turvas da lagoa morna,  
 Ante os murmúrios lânguidos do mar,  
 Sob esse **coqueiral** que a tudo adorna.  
**Entre o mar e a lagoa** tu flutuas,  
 Ao léu das ondas e das águas mansas,  
 “Língua da terra”, clara à luz das luas,  
 E quente ao sol do céu que não alcanças.

Foram os ventos vindos do nordeste,  
 Que te fizeram longa até a “barra”,  
 Onde o “pontal”, furando a água, investe.  
 Índios que viram teu primeiro viço,  
 Deram-te o nome que à forma te amarra:

-Maçai-o-k – “o que tapou o **alagadiço**”  
(LIMA, 1961 – grifos nossos).

A relação de Maceió com a natureza, especialmente com as águas, já foi enfatizada por diversos autores. Geógrafos, historiadores e estudiosos da cidade a descreveram e a definiram fazendo referência à sua localização privilegiada, cercada pelas águas, sob a presença marcante da natureza e do coqueiral em seu entorno (BRANDÃO, 1919; LIMA, 1961). Como já indica o vocábulo que nomeia a cidade: *Maçai-o-k* – que traduzido da língua guarani significa “o que tapou o alagadiço”, o local onde o pequeno povoado de Maceió se instalou ainda no século XVIII, às margens do Oceano Atlântico e da Laguna Mundaú –, era caracterizado por ser uma área pantanosa. Ademais, era uma região de restinga, marcada pela presença de um vasto coqueiral, de exemplares da Mata Atlântica, cortada por alguns riachos.

No entanto, desde o início do século XVIII, quando ainda era um pequeno povoado, essa paisagem foi bastante modificada, principalmente através da exploração de madeiras ali existentes, da introdução de novas culturas e, especialmente durante o século XIX, das ações com forte influência higienista, que tinham como objetivo sanear e drenar as áreas alagadas (CAVALCANTI, 1998, p. 47)<sup>59</sup>. Diante dessas alterações na configuração original de seu sítio, questiona-se: como se construiu culturalmente, desde o início de seu povoamento até o século XIX, a relação entre a população e a vegetação? Que funções a vegetação nativa exerceu para o povoado?

Intenta-se, nas próximas páginas, compreender o ideário predominante dos agentes construtores da cidade e como foi sendo estabelecida essa relação entre população e vegetação desde os primeiros anos de seu povoamento até o momento em que Maceió se tornou a capital da província. Para tanto, partiu-se inicialmente da análise de documentação primária referente ao final do século XVIII que descreveu a situação da vegetação existente na comarca de Alagoas naquele momento, suas funções e características principais. Como forma de complementar a análise desses documentos, buscou-se nas primeiras representações iconográficas de Maceió compreender o papel da vegetação nesses documentos.

---

<sup>59</sup> Para melhor compreender a configuração original do sítio de Maceió e as ações com influências higienistas que o transformara, ver Cavalcanti (1998).

### 3.4 A vegetação como marco referencial nas primeiras iconografias de Maceió

Como já explanado anteriormente, a origem de Maceió remonta ao século XVIII e estava relacionada, entre outras coisas, com as atividades de extração e exportação de madeiras, açúcar e outros gêneros, através do porto de Jaraguá, como comprova Fortes (2018), e com as atividades de um antigo engenho de açúcar, instalado possivelmente nas imediações da atual Praça Dom Pedro II.

Situado em um terraço natural de onde se avistava a enseada de Jaraguá, era do pequeno povoado de Maceió que partiam os caminhos que ligavam o engenho aos povoados circunvizinhos e às Lagunas Mundaú e Manguaba, por onde também chegavam e partiam mercadorias. Com o passar do tempo, Maceió foi se estabelecendo como uma região portuária enquanto alguns povoados de seu entorno se desenvolveram a partir da importância econômica dos engenhos.

No entanto, pouco se sabe sobre as características do pequeno povoado e a vegetação ali presente, devido à escassez de iconografias sobre a região, desde o período colonial, conforme já relatado por autores que tratam da história urbana (CAMPELLO; FERRARE; FORTES, 2017; FORTES, 2018). Nos poucos mapas que representam Maceió entre o século XVIII e o início do século XIX, como a *Planta e explicação daz ençiadaz de Tragôa e Pajusara* (1757), o *Plano das Enseadas de Jaraguá e Pajuçara* (1803) e a *Planta da villa de Maceió* (1841), a vegetação não foi representada de forma detalhada ou simplesmente não foi representada, o que dificulta a compreensão sobre a sua função, a localização da mata nativa e das novas culturas ali inseridas.

A primeira iconografia de que se tem conhecimento que representa o povoado de Maceió nesse período é a *Planta e explicação daz ençiadaz de Tragôa e Pajusara*, existente no AHU, datada de 1757 e de autoria desconhecida (Figura 76). Campello, Ferrare e Fortes (2017) creditam a essa iconografia ao estatuto de *Certidão de Nascimento de Maceió* e explicam que ela configura uma carta náutica que, além de conter uma narrativa visual sobre a gênese de Maceió, traz uma narrativa textual em que consta um guia de acesso à enseada do Jaraguá para os navegantes que se originam do litoral Norte brasileiro.

Sobre o mapa, Meneses (2017, p. 134-135 – grifos nossos) faz a seguinte descrição:

[...] o mapa é dividido entre uma extensa área oceânica e a faixa terrestre. Em diferentes tons esverdeados, as áreas mais distantes da costa são delineadas por diversas montanhas, que coincidem com planaltos existentes na região. O título é acompanhado por um extenso texto explicativo, ambos emoldurados por um cartucho ricamente ornamentado por motivos de folhagens e conchas, assim como o petipé, ao

lado. Nas proximidades da ponta de Jaraguá, podem ser vistas algumas edificações do pequeno povoado (1), e **uma representação de vegetação que se assemelha a uma plantação.**

No que diz respeito à representação da vegetação no mapa, observa-se a presença de folhagens no cartucho e no petipé, que denotam a presença do estilo rococó em sua elaboração. François de Dainville<sup>60</sup> destaca que, nos mapas setecentistas, era sugerido o desenho de folhagens, flores ou bastões cobertos por fitas ou galões, e também de motivos como frutos, conchas ou qualquer outro elemento para estabelecer uma bela composição. Esses elementos tinham uma função essencialmente decorativa, não fazendo, necessariamente, alusão aos elementos naturais encontrados na região representada (SANTOS, 2007, p. 52-53).

A vegetação presente no interior do mapa foi representada por um elemento que se assemelha a uma árvore ou coqueiro, que se repetia, espaçado de forma ordenada, guardando certa regularidade (Figura 77). De acordo com Fortes (1728-1729, p. 435), nos desenhos dos engenheiros militares do século XVIII, essa forma de representação com “árvores iguaes, e igualmente compassadas humas de outras, no que se distinguem dos olivae, e arvoredos, que não guardão regularidade”, sugere uma área de cultivo.

A análise da representação da vegetação nessa planta, com espécies aparentemente iguais e espaçadas regularmente umas das outras, em conjunto com o *Mappa Geographico da Capital da Província de Pernambuco até Rio de S. Francisco, dado pelo Senhor José de Mendonça de Mattos Moreira* (Figura 24, página 60), dá indícios de que a região onde Maceió estava situada, desde os primórdios de sua implantação, era uma região predominantemente destinada ao cultivo.

---

<sup>60</sup> François de Dainville (1909-1971) foi um geógrafo francês que em seu estudo *La langage des geographes* estudou os termos, signos e cores dos mapas produzidos entre 1500 a 1800, analisando a documentação cartográfica e as obras produzidas por tratadistas de arte e técnicas relacionadas à cartografia (SANTOS, 2007, p. 80).

Figura 76 – Planta e explicação daz ençiadaz de Tragôa e Pajusara (1757) com destaque para a localização do povoado de Maceió



Fonte: Ferrare (2014 p. 255a).

**Figura 77 – Vegetação representada em pormenor da *Planta e explicação [...] (1757)***



Fonte: Ferrare (2014, p. 255a).

Voltando ao mapa de 1757, o texto, complementar ao desenho, contido no cartucho localizado no canto superior esquerdo do mapa, esclarece melhor de que se trata a vegetação ali representada. Nele, são citados a capela, o Riacho Maceió e um coqueiral como pontos referenciais de acesso à enseada:

[...] a letra A aonde esta a Roza dos Ventos, a hy achará fundo de 5 braças, área limpa, lhe demorará huã **capella** q`lhe fica na ponta da terra grossa, e alta, q`hé p`cima de **hum rio chamado Massayô** ao Nornorseste [sic], e a ponta da Pajusara ao Nordeste [...] e vindo pelo rumo do Norte se verá a prr.<sup>a</sup> casa de telha com **hum coqueiral**, q. fica no combro da praya do Masayó p. <sup>a</sup> a ponta do Jaraguá [...] (*apud* FERRARE, 2014, p. 255 – grifos nossos).

Nesse contexto, é importante observar a função da vegetação como marco referencial para os navegadores. Em um povoado ainda pouco desenvolvido como era Maceió em meados do século XVIII, os esguios coqueiros pareciam se destacar na paisagem. É o que se confirma também a partir da observação de outros mapas, como o *Plano das Enceadas de Jaraguá e Pajuçara*, elaborado por José Fernandes Portugal<sup>61</sup>, já analisado, sob outros aspectos, por

<sup>61</sup> Existem atualmente três cópias desse plano existentes nos acervos do AHEx, IHGAL e BNF; embora tenham em seu título a datação de 1803, duas delas (a do IHGAL e da BNF) foram realizadas no ano de 1835 por José Hygino Lopes. No entanto, segundo Fortes (2018, p. 323), não há comprovações que justifiquem a data de produção como 1803.

Cavalcanti (1998) e Fortes (2018). Embora a vegetação não seja representada de forma detalhada no mapa (Figura 78), cujo objetivo também é informar formas de acesso ao porto do Jaraguá, a legenda nele contida cita o coqueiral e a igreja como marcos referenciais para os navegadores:

[...] Para se tomar o Porto do Jaraguá, vindo de S. Antonio mirim que está 5 léguas a Norte, e tem por conhecença **dous coqueiros ao Sul, e dous coqueiros ao Norte da Igrêja**, e está sobre uma barreira vermelha se hira costiado por 9 braças, e tendo descoberto bem a **Igrêja de Maçaió**, pela Ponta de Jaragua, se va metendo de ló, a buscar o Porto, e querendo hir a Pajuçara, se hirá orçando abuscar o surgidouro [...]

(PLANO, 1803 *apud* BNF – grifos nossos).

Figura 78 – Plano das Enseadas de Jaraguá e Pajuçara (1803)



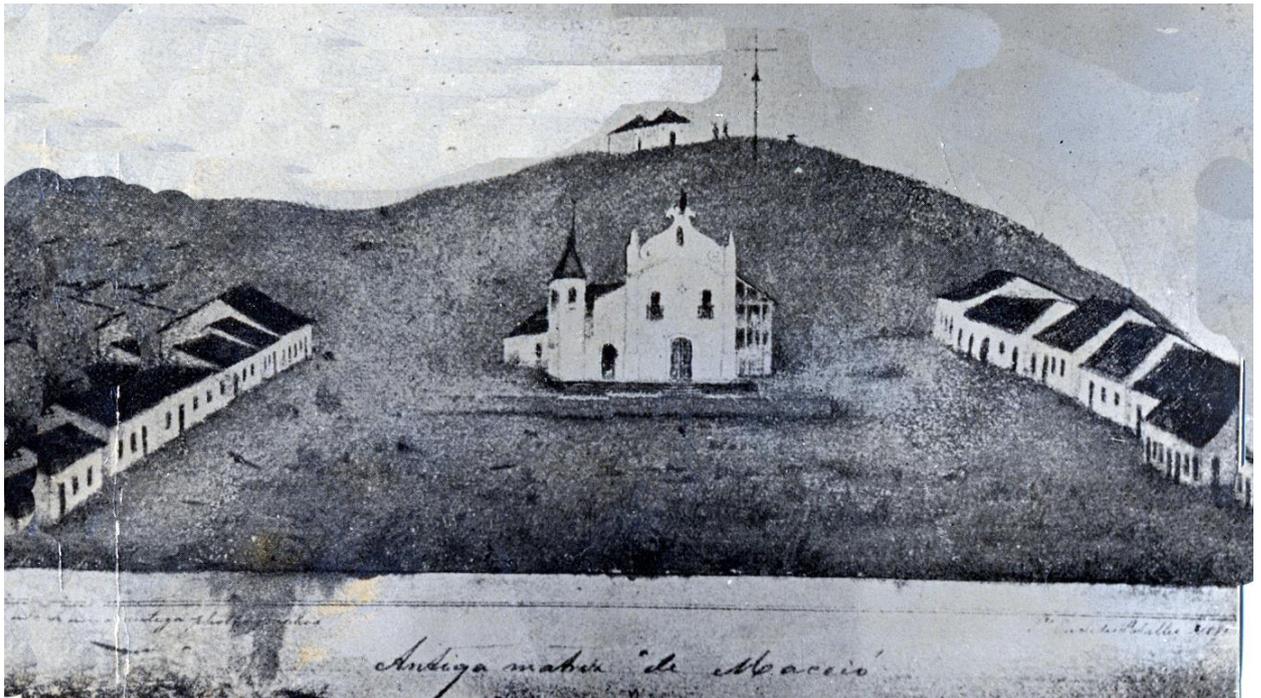
Fonte: Acervo digital BNF.

Esses mapas, em conjunto com iconografias posteriores, confirmam a presença marcante do coqueiral na região da povoação do Jaraguá, enquanto a presença do engenho nas

proximidades da capela, no povoado de Maceió, sugere que ali se tentou plantar a cana-de-açúcar. No entanto, poucas são as iconografias que fornecem maiores informações sobre a vegetação ali existente.

Posteriormente, outra iconografia que nos dá uma noção de como era a feição da vila, já na segunda metade do século XIX, é a conhecida gravura intitulada *Antiga matriz de Maceió*, uma das primeiras que retratam a paisagem da vila, publicada em 1939, no livro *Maceió*, de Craveiro Costa (Figura 79). É importante salientar que esta gravura, segundo constatado por Campello (2012), é uma gravura histórica que foi feita *a posteriori* retratando um momento já passado da cidade. De acordo com a autora, a gravura é de autoria do litógrafo Euclides R. Salles e data do ano de 1881, quando a antiga capela já não mais existia no largo, e não do ano de 1849, como se acreditava até então.

**Figura 79 – Antiga Matriz de Maceió**



Fonte: Costa (1939, p. 9).

A gravura fornece pistas acerca da paisagem de Maceió e do papel da vegetação no século XIX. Ela representa o núcleo inicial com a pequena capela na base do Morro da Jacutinga e o primeiro largo de Maceió à sua frente, além de pequenas e singelas edificações térreas no seu entorno e o paiol e Casa de Pólvora no alto da colina. O então Largo da Capela era um local descampado, sem mobiliário ou vegetação, configuração típica dos largos coloniais que tiveram suas origens relacionadas às funções religiosas.

Para Cavalcanti (2000), os largos desnudos, capinados, também conhecidos como terreiros, eram a imagem que a população tinha de cidade naquele momento. A vegetação situava-se no polo oposto ao da civilização, justificando assim o afastamento da vegetação da cidade. Por isso, possivelmente a vegetação arbustiva e os resquícios de Mata Atlântica ali existente não foram representados nem no largo, nem como pano de fundo da vila, como costumavam ser representados em gravuras de outras cidades.

É interessante observar essa escassez ou ausência de detalhamento da vegetação no povoado de Maceió nas iconografias, ao tempo que a vegetação, especialmente o coqueiral, era tão enfatizada pelos viajantes, por sua abundância e exuberância na paisagem. Sabe-se que as iconografias são produtos decorrentes do olhar humano, pois carregam em si uma parcela de subjetividade ao eleger elementos a serem mostrados ou ocultados. Para Harley (2009, p. 2), os mapas são imagens “carregadas de um juízo de valor, deixando de ser percebidos essencialmente como levantamentos inertes de paisagens morfológicas”.

O autor complementa ainda que eles devem ser considerados imagens que auxiliam na compreensão de um mundo socialmente construído. A pouca atenção dada à representação da vegetação pode refletir o valor – ou conjunto de valores – que lhe era atribuído pelas classes dominantes, a quem eram destinados tais mapas. Nesse mesmo sentido, no caso da *Antiga matriz de Maceió*, é plausível supor que a ausência de representação da vegetação estaria enfatizando a relação dicotômica entre civilização e vegetação.

Essa visão dicotômica parece ter permanecido no ideário até o século XX. É o que indica o relato do historiador Craveiro Costa, ao descrever a paisagem de Maceió na primeira metade do século XIX, fazendo referência ao antigo engenho que havia em suas imediações, utilizando termos como “triste”, “monótono” e “bagaceira imunda”:

A **paisagem triste e patriarcal** sugere a **vida monótona** dos primeiros dias da indústria do açúcar, e o **campo, então transformado em núcleo principal do povoado**, era a **bagaceira imunda de todos os engenhos**, era a senzala sórdida e trágica, a poucos passos da casa senhorial, onde a escravaria, ao cair da tarde, recolhia ao repouso, exausta, tangida e contada, às cabeças, uma a uma, pelo feitor; era a pastagem do gado lerdo, a contemplar pacificamente carros guinchantes, que rodavam aos solavancos, estrada fora, pejados de caixas de açúcar; **era o canavial imenso**<sup>62</sup>, verdejando, na direção do riacho, a esperança das produções opimas [...] (COSTA, 1939, p. 14 - grifos nossos).

<sup>62</sup> Vale ressaltar que a localização do povoado de Maceió, por estar situado em uma região alagadiça e pelo relevo da região onde estava localizado, nas proximidades de um tabuleiro, não permitia que houvesse um canavial de grandes dimensões.

A análise desses primeiros documentos demonstra que a vegetação da região onde Maceió se localizava estava, desde o século XVIII, destinada à subsistência e exploração de madeiras. O povoado, mesmo pequeno e rústico, pois ainda estava começando a ganhar importância devido ao porto, foi retratado em boa parte das iconografias até a primeira metade do século XIX, ora praticamente desprovido de vegetação, ora com a vegetação representada como área de plantio. Isso se deve ao fato de que, como era característico desse período, a natureza que dominava a paisagem era também temida pelo homem por ser um elemento desconhecido e por oferecer perigos e, devido a isso, era posta recuada nas iconografias ou até mesmo não era representada. No caso de Maceió, pode-se constatar que o local onde o povoado foi construído já tinha sido alvo de ações de desmatamento para o cultivo, como mostra o mapa de Moreira (Figura 24, p. 59), e que o núcleo urbano inicial já se configurava como um espaço desprovido de vegetação, com exceção das regiões mais afastadas e ainda não ocupadas, a exemplo do Alto do Morro da Jacutinga.

Essa configuração urbana refletia também o ideário característico europeu do início dos tempos modernos, quando se acreditava que o progresso e a civilização estavam relacionados ao cultivo de terras (THOMAS, 1983, p. 360). Essa relação quase exclusiva de exploração das matas e de substituição da mata nativa só começou a ser modificada quando a vegetação começou lentamente a adquirir um *status* diferente para a população local, o que ocorreu apenas a partir da segunda metade do século XIX, quando Maceió se tornou a capital da província de Alagoas.

### **3.5 Entre a mata e o coqueiral: a vegetação e a vila de Maceió (início do século XIX)**

A excelente localização de Maceió, nas proximidades dos pontos de escoamento de mercadorias (o porto de Jaraguá e as lagoas), foi um elemento fundamental para seu desenvolvimento econômico, que a fez ascender à categoria de vila e, posteriormente, para sua elevação à capital da província. Além disso, segundo Cavalcanti (1998), o desenvolvimento diferenciado do povoado provavelmente ocorreu devido, entre outros fatores, à chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, à abertura dos portos e ao aumento nos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional. Juntamente com a madeira extraída na região da província alagoana, esses eram os principais gêneros exportados naquele período, que ocorria

através do porto dos Franceses (nas proximidades da então Cabeça de Comarca Santa Maria Madalena de Alagoas do Sul) e do Porto de Jaraguá<sup>63</sup>.

O desenvolvimento do comércio local impulsionou um movimento para a elevação do povoado à categoria de vila, o que traria diversos benefícios aos grupos dominantes locais. A vila foi criada em dezembro de 1816, quase simultaneamente à criação da capitania das Alagoas (quando esta ganhou autonomia do território de Pernambuco), e inaugurada em 1817 no centro social, o único largo existente, o *coração do povoado*<sup>64</sup>: o Largo da capela, que ficou conhecido a partir desse momento como Largo do Pelourinho, nas imediações do antigo engenho.

No ano de 1817, foi nomeado para Governador da capitania de Alagoas Sebastião Francisco de Mello e Póvoas, que assumiu sua função apenas no ano de 1818. Antes da chegada de Póvoas, a Câmara de Maceió já havia tomado algumas providências para ordenar o espaço urbano da vila: numeração das casas, obrigatoriedade de solicitação à Câmara para licença de novas construções, alinhamento de novas construções, criação do açougue público, aquisição de casa no Largo do Pelourinho para servir de cadeia pública, designação da ladeira da Rua Nova para servir de local de reunião de regateiras e de mercado de frutas (COSTA, 1939, p. 62-63).

Nesse primeiro momento após a elevação de Maceió à vila, percebe-se que a preocupação dos agentes construtores da cidade se limitava principalmente às questões de ordenamento espacial, não havendo ainda preocupação com questões de arborização e embelezamento. O ponto inicial de um processo mais intenso de transformações urbanas se deu com a decisão do Governador Mello e Póvoas de instalar o aparelho administrativo e fiscal em Maceió, alegando para isso seu desenvolvimento econômico e sua localização privilegiada, e fixando ali sua residência. A partir daquele momento, as ações no espaço urbano passaram a ser marcadas por uma forte influência higienista, com a modificação da configuração original do sítio através de ações de aterramento, saneamento e drenagem, além de ações que refletiam a desvalorização e o afastamento da vegetação nativa (CAVALCANTI, 2002). No entanto, apesar das transformações que ocorreram, a vegetação ainda não era utilizada para fins estéticos de arborização ou de ajardinamento, como já ocorria no Rio de Janeiro após a chegada da Corte portuguesa em 1808.

---

<sup>63</sup> Para um aprofundamento maior sobre o papel do Porto do Jaraguá na exportação de madeiras e outros gêneros, ver: Fortes (2018).

<sup>64</sup> Denominação dada por Costa (1939) ao largo principal de Maceió, denotando sua “vital” importância como ponto de convergência da vila, onde se situavam os principais símbolos do poder político, religioso e econômico locais.

De acordo com Costa (1939, p. 60 – grifo nosso), a paisagem de Maceió quando Póvoas ali chegou era bastante bucólica, com “ruelas tortuosas e habitações rústicas, com a **mata à beira do casario**, o **pântano** da Bôca de Maceió e os **mangues** da lagoa”. A descrição do historiador ressalta a presença de áreas alagadiças na região e a presença da mata “à beira do casario”, ou seja, à margem das construções, sugerindo que não havia uma integração entre as rústicas habitações e a mata ali existente. Cenário que se coadunava com o que dissera Cavalcanti: nesse período, a Mata Atlântica exuberante representava o perigo do desconhecido e dos elementos naturais indomáveis, e por isso deveria ser afastada do casario (CAVALCANTI, 2000).

No entanto, o entorno da vila, nas regiões ainda não ocupadas por construções, era marcado pela presença da vegetação. De acordo com Lima Júnior (1974), o Morro da Jacutinga, atual bairro do Farol, em seus primórdios era um planalto coberto com densa mataria, configurando um “grosso capoeirão de árvores altas e grossas”, de onde se extraía madeira para ser utilizada na construção de casas de taipa da Rua do Rosário (atual Rua do Sol) e onde a população se dirigia para caçar aos domingos.

Imagens mostram que, ainda no final do século XIX e início do XX, essa vegetação nativa já havia sido bastante degradada. É o que pode ser observado numa fotografia da entrada de Maceió (Figura 80), cuja autoria é atribuída a Abílio Coutinho, que mostra a vegetação rasteira encobrindo o Morro da Jacutinga.

**Figura 80 – Boca de Maceió com Planalto do Jacutinga ao fundo e à direita recoberto por vegetação rasteira (1869)**



Fonte: Abílio Coutinho/Coleção Gilberto Ferrez. Acervo Instituto Moreira Salles.

No entanto, em regiões um pouco mais afastadas do núcleo inicial de Maceió, na segunda metade do século XIX, resquícios da vegetação nativa ainda podiam ser observados. É o que mostra uma fotografia da construção da Igreja dos Martírios, concluída em 1874<sup>65</sup>, onde se observam resquícios de mata nativa ao fundo, através da presença de vegetação de médio porte existente na área de encosta (Figura 81).

**Figura 81 – Vegetação ao fundo da Igreja dos Martírios ainda em construção**



Fonte: Acervo digital do APA

Essa paisagem pode ser melhor compreendida a partir de relatos de viajantes e ilustrações de períodos um pouco posteriores que registram resquícios de Mata Atlântica recobrendo as áreas de planalto e tabuleiro e o denso coqueiral na região da planície litorânea. Quanto mais afastado do núcleo inicial da cidade, mais denso era o coqueiral e a mata, configurando uma paisagem rústica e bucólica, como se pode observar nos postais do início do século XX, que retratam a vista do Alto do Morro da Jacutinga (Figura 82) e os arrabaldes do Poço (Figura 83), onde predominava a presença do coqueiral e da vegetação densa, porém já modificada, possivelmente com a inserção de fruteiras e outras espécies à margem das construções.

---

<sup>65</sup> Cavalcanti (1998, p. 151).

**Figura 82 – A vegetação à margem das edificações em vista do Alto do Morro da Jacutinga (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 83 – A vegetação em panorama do Poço (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

Também entre os relatos do século XIX que descrevem a riqueza da natureza local, são diversos os registros em que se pode observar a presença marcante dos coqueiros em toda a costa de Maceió. Em viagem à província das Alagoas no ano de 1859, o alemão Robert Avé-Lallemant enfatizou a presença de regiões alagadiças e a beleza tropical e singela do coqueiral que, em menores proporções, ainda marca a paisagem de Maceió até os dias atuais:

[...] A baixada, a leste do farol, é igualmente **pantanososa e arenosa**. **Numerosos coqueiros** cobrem a vasta superfície, na qual se vêem espalhadas, nos lugares mais firmes, toda a sorte de habitações humanas as mais pitorescas.[...] ao norte, a bonita cidade, em muitos pontos superada pelos **esguios coqueiros**; e no fundo mais distante, o mar resplandecente, cujo eterno rojar engrinalda a praia branca com a névea espuma da rebentação. Quadro simples de cidade marítima da região tropical, mas por certo um **chromo altamente cativante**. [...] A brisa do mar sopra incessantemente da praia para a cidade; baralham-se sem cessar o **sussurro das palmeiras e o marulho das ondas** [...] (AVÉ-LALLEMANT, 1859, p. 289 - grifos nossos).

A beleza do coqueiral também foi enfatizada por Thomaz Espíndola: “Em grande parte da sua extensão é esta cidade cercada de bellos coqueiros que lhe dão o aspecto de uma paisagem assás pitoresca” (ESPÍNDOLA, 1871, p. 184). O cronista Félix Lima Júnior, em sua obra que relata saudosamente as recordações de Maceió no início do século XX, também enfatizou a presença do coqueiral na cidade:

De qualquer ponto da cidade, - exceto, naturalmente, das ruas mais centrais – eram avistados **coqueiros**, soldados humildes daquele imenso Exército de palmáceas que se estende de Canavieiras, no Sul da Boa Terra, até a Bahia da Traição, no extremo Norte da Paraíba. Nesta capital o **coqueiro se estende pela orla do oceano**, do Pontal da Barra às margens do Sauassui, e por entre suas palmas zune o vento (LIMA JUNIOR, 1966, p. 21 - grifos nossos).

A vegetação, na segunda metade do século XIX, continuou a exercer a função de marco referencial, dividindo esse papel com as edificações inseridas na cidade. É o que se observa no *Roteiro da Costa do Brasil*, publicação de 1864 elaborada pelo Tenente-Capitão de fragata M. A. Vital de Oliveira. Nele, são citados o coqueiral existente no Jaraguá, uma gameleira e diversas edificações que se destacavam por sua imponência em relação às singelas edificações remanescentes do período inicial de sua povoação:

Demandar a Barra da Pajuçara. Vindo-se do Norte deve-se navegar em atenção ao porto de Maceió; e aproximando-se na distancia de duas milhas procurar-se-há divulgar a Barreira da Lama: reconhecida esta **ver-se-há uma casa de telha isolada à sombra de uma gameleira** [...] Depois da ponta de Jaraguá fica a enseada e o porto deste nome onde depois de menos de milha fica a cidade de Maceió [...] **Fronteira ao porto, e à beira-mar, está a povoação do mesmo nome, com casas em todo o correr da praia, destacando dos matos interiores, e entre coqueiros que bordam aquella mesma praia** [...] A margem da costa que vai da ponta de Jaraguá até defronte de Maceió é agradável à vista para quem vem de fora, não só pelos coqueiras que se estendem pela praia ate o Sul da cidade, como pelo bonito espraído que na baixa mar faz de uma branca arêa fina (OLIVEIRA, 1864, p. 239-241 – grifos nossos).

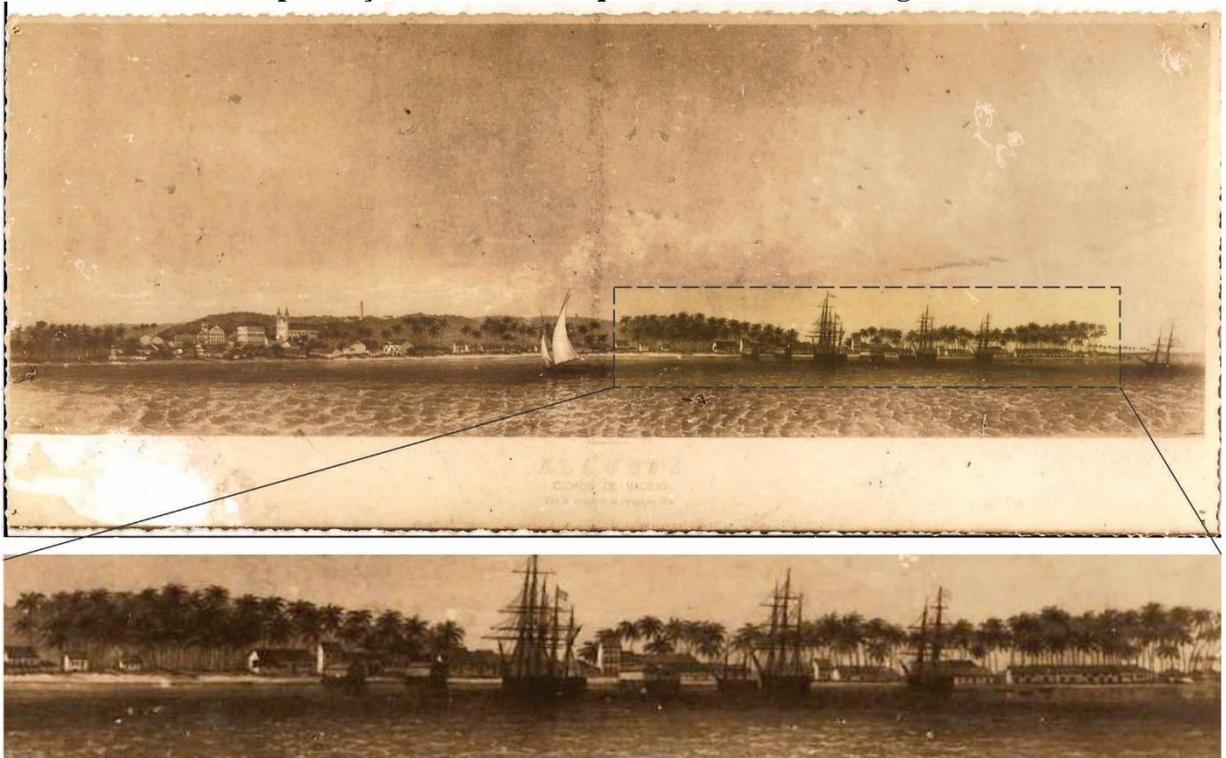
Na descrição feita por Oliveira (1864), é interessante destacar dois pontos: o primeiro diz respeito à afirmação de que as casas à beira-mar destacavam-se dos “matos interiores”, termo provavelmente utilizado para designar a vegetação nativa avistada por trás do casario construído. É provável que o uso do termo “destacar” tenha sido utilizado no sentido de “separar”, o que traria ao texto a conotação de oposição entre o edificado, considerado civilizado, e o “mato interior” ou vegetação nativa, considerado não civilizado, o que parece ser enfatizado pelo uso do termo “mato”.

É o panorama que também se pode avistar na litografia de Manuel Ricardo Couto Pinto, datada de 1864, onde se observa a vegetação recobrando o Morro da Jacutinga e o entorno do núcleo urbano de Maceió, além da presença marcante do coqueiral, especialmente na região do Jaraguá. O segundo ponto a destacar é o aspecto pictórico dos coqueiros em meio às construções, que tornavam a vista “agradável” (Figura 84).

De fato, diversas são as iconografias do início do século XIX que retratam a presença marcante do coqueiral, considerado pelos viajantes e cronistas um elemento valorizador da paisagem de Maceió, através de termos como “agradável”, “bello”, “esguio” e “cativante”. No entanto, embora bastante citado nos relatos por sua característica pitoresca que compunha a paisagem, a relação do homem com o coqueiro naquele momento parecia se limitar à exploração para fins diversos. Dos coqueiros se aproveitava o fruto, exportado para diversos países, o tronco e a folhagem, para uso em cobertas e paredes de taipa nas construções mais

simples. Essa relação de exploração do coqueiro evidencia-se com a Lei nº 380, de 26 de julho de 1861, que determinou a criação de um imposto provincial sobre cada coqueiro que desse fruto no município de Maceió (GALVÃO; ARAUJO, 1872, p. 250).

**Figura 84 – Litografia de Manuel Ricardo Couto Pinto (1864) e pormenor em destaque com a presença marcante do coqueiral na Praia de Jaraguá**



Fonte: Acervo digital do APA. Tratado pela autora.

Apesar dos relatos que exaltam a beleza do coqueiral, durante o século XIX parece não ter existido uma intenção dos agentes construtores da cidade em mantê-lo na paisagem por seu caráter estético ou paisagístico. A partir do ano de 1861, já se identificam normativas que proibiam seu plantio e permanência, assim como também de outras árvores não especificadas, sob pena de multa:

Art 10 – Fica **proibida a plantação e conservação de coqueiros e outras arvores** que a juízo do fiscal da câmara, com recurso para esta, **poderem causar danos nos quintaes das casas desta cidade, ou se acharem plantados às margens das estradas em menor distancia de vinte palmos**, devendo ter para esse fim sessenta; os contraventores que sendo intimados da parte do referido fiscal, não derrubarem as arvores proibidas no prazo de trinta dias, serão multados em dez mil réis e no duplo nas reincidências, além de pagarem as despesas que fizer a câmara na derrubada das arvores e sua conducção para os depósitos permitidos, si não for possível queimarem-se (RESOLUÇÃO Nº 386, 1861. In: GALVÃO & ARAÚJO, 1872 – grifo nosso).

Essa proibição se repetiu na reforma do *Código de Posturas* de 1878, artigo 148, § 2 (MACEIÓ, 1878), porém não se esclareceram os motivos da proibição. A resolução de 1861 dá um indício sobre os motivos dessa proibição, atestando que se tratava de uma prevenção de danos nos quintais e estradas, mas não esclarece o tipo de dano. Embora não tenham sido encontrados mais detalhes que expliquem essa proibição em Maceió, é plausível supor que a causa esteja baseada em questões higienistas.

De acordo com Teixeira (2009, p. 300), em meados do século XIX na província do Rio Grande do Norte o coqueiro e as plantas em putrefação, entre outros fatores, eram causa de miasmas e deveriam ser destruídos. Da mesma forma, o Presidente da província do Rio Grande do Norte, Cazimiro José de Moraes Sarmiento, determinou, para a cidade de Natal tornar-se mais sadia, entre outras ações, que deveria ser destruída ou desbastada uma densa área de coqueiral existente no entorno do bairro da Campina da Ribeira, pois

[...] exalam durante a noite gaz acido carbônico, gaz deletério, conduzem os vapores, e entretêm perigosa humidade, por isso quando são em tamanha quantidade, que formam uma matta, como ali, empecem a saúde de quem habita mui junto, ou pelo meio d'ellas (SARMENTO, 1847, p. 11-12)<sup>66</sup>.

Embora não se possam afirmar com certeza as causas da proibição do plantio do coqueiro em Maceió, avançando no tempo, observa-se que a relação de desvalorização por parte dos agentes construtores da cidade com essa espécie se estendeu até o século XX. Assim, em 1955 o poder público foi citado pela população como culpado pelo descaso que gerou o tombamento e a morte do coqueiro *Gogó da Ema*, conhecido internacionalmente:

Nunca se pôde compreender o **esquecimento a que o governo relegou** o coqueiro-aleijão, cujo defeito o tornou motivo histórico para nossa capital. **Estranhável o descuido do poder público**, depois que a fama da inditosa palmeira atravessou os limites do estado para torná-la **conhecida no país e no estrangeiro, através de postais, gravuras, fotografias, panfletos e “posters”**, nos interessantes aspectos colhidos pela habilidade dos fotógrafos amadores e profissionais, nas manhãs tranqüilas e cheias de luz, como nas noites poéticas, com a lua a surgir dentre as nuvens, através da sua fronde majestosa a dominar a paisagem. O “Gogó-da-Ema” vivia por todas as partes: na vitrine dos estúdios; nos álbuns de seus mostruários; na bela coleção de fotografias colorizadas que enriqueciam e encantavam o atelier de Arnaldo Goulart; nas telas de José Paulino; nas luxuosas latas dos biscoitos “Brandim”. **Por toda a parte estava o “Gogó-da-Ema** (VERAS FILHO, 2015 – grifo nosso).

<sup>66</sup> SARMENTO, Cazimiro José de Moraes. Discurso apresentado pelo illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Cazimiro José de Moraes Sarmiento, Presidente da provincia do Rio Grande do Norte, na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 7 de setembro de 1847. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1847. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/835/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

O referido coqueiro, localizado na Praia de Ponta Verde, cujo formato do tronco lembrava o pescoço da ave, parece denotar uma mudança no *status* dessa espécie vegetal no contexto urbano. De acordo com Duarte e Manhas (2017), essa mudança parece ter ocorrido apenas por volta da década de 1940, já que o *Gogó da Ema* não foi citado por Moreno Brandão em sua obra de 1937 intitulada *Vade-mecuum do turista em Alagoas*<sup>67</sup>. No entanto, no romance de Graciliano Ramos de 1936, alguns elementos naturais, como os coqueiros, as praias e os canais, já haviam sido citados por um de seus personagens como “preciosidades alagoanas” (RAMOS, 1936, p. 44).

É provável que essa mudança no *status* do coqueiro, que passou a ser visto pela população como um marco na paisagem, tenha ocorrido com mais ênfase após o início do desenvolvimento do turismo na cidade. Embora a expansão turística em Maceió haja ocorrido apenas a partir da década de 1970, o início das atividades turísticas em Maceió aconteceu desde o final do século XIX e início do século XX, quando foram inseridos os primeiros hotéis, como o Bela Vista Palace Hotel em meados de 1920 (VASCONCELOS; ARAUJO; RAMOS, 2016). Possivelmente a partir dessa mudança, o *Gogó da Ema* tornou-se um elemento natural símbolo para o turismo local, permanecendo na paisagem até o ano de 1955<sup>68</sup>, quando veio ao chão. Sua imagem foi bastante veiculada, havendo sido citado em músicas, poemas, e retratado em fotografias e postais que pareciam demonstrar apreço pela vegetação tão característica da região (Figura 85).

De forma semelhante, de acordo com Sarmiento (2002), o local conhecido como *Sete Coqueiros*, na Praia de Pajuçara, também faz parte, até os dias atuais, de um conjunto de imagens veiculadas no turismo que fazem uso dos elementos naturais, como a água do mar, a areia, o sol e a vegetação, representada pelo coqueiro, de forma a caracterizá-los como símbolos da cidade (Figura 86).

---

<sup>67</sup> A obra, publicada originalmente em 1937, anuncia de forma visionária a potencialidade turística do estado de Alagoas a partir da enumeração de alguns lugares pitorescos. O autor destaca aspectos históricos, lendas e costumes locais.

<sup>68</sup> A queda do “Gogó da Ema” ocorreu no ano de 1955 e foi lamentada pela população local, tendo sido atribuída, entre outros fatores, à sua idade já adulta e às obras de construção do Porto do Jaraguá, que acentuou o avanço do mar na região onde o coqueiro se encontrava. Apesar de algumas ações paliativas e de tentativas para reerguê-lo, na tarde de 27 de julho de 1955 o coqueiro não resistiu. Em sua homenagem, uma pequena praça na região recebeu um monumento e foi batizada com seu nome.

**Figura 85 – População posando para fotos ao lado do Gogó da Ema (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 86 – Sete Coqueiros na Praia de Pajuçara (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA

Ainda de acordo com a autora, os coqueiros são elementos naturais recorrentes nas imagens veiculadas no turismo e compõem, junto com outros símbolos, uma imagem turística de Maceió que remete à imagem idílica, de tropicalidade. No entanto, esta é uma concepção do século XX que está possivelmente relacionada ao desenvolvimento do turismo local, visto que a documentação aqui analisada atesta que desde os primeiros séculos do povoamento de Maceió, e ao longo do século XIX, a vegetação nativa e, também, o coqueiro eram elementos menosprezados pela população e pela gestão pública.

### **3.6 O ideário embelezador e higienizador na nova capital da província**

O processo mais intenso de transformação urbana de Maceió pode ser observado mais claramente a partir do ano de 1839, quando, na Resolução nº 11, de 9 de dezembro, foi elevada à categoria de cidade e de capital da província de Alagoas (GALVÃO; ARAÚJO, 1870, p. 359). A partir desse momento, era latente a necessidade de criação de uma imagem de capital civilizada e salubre, fazendo jus ao novo posto alcançado. A transferência das principais repartições públicas e de todo o corpo administrativo da cidade de Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro) para Maceió deu início a uma transformação na paisagem pautada, principalmente, pelos ideários de salubridade e do embelezamento. Nesse sentido, a vegetação assumiu aos poucos uma função importante.

Além da construção de edificações como hospital, cadeia e mercado, ocorreram alterações no espaço urbano que visavam melhorias nas principais vias de comunicação e transporte de mercadorias, com ações que envolviam desde aterro, calçamento, limpeza e melhoramentos diversos, até o plantio de árvores. Assim, o aspecto urbano de Maceió foi se

modificando, tendo como principais condutores dessa transformação os gestores e engenheiros da província.

A análise das *Fallas e Relatórios Provinciais* e dos documentos manuscritos do APA mostra que, entre 1839 e 1860 (quando houve uma redução nos cofres provinciais que diminuiu consideravelmente a quantidade de obras de melhoramentos na cidade), as principais propostas buscavam o provimento de uma melhor infraestrutura urbana. Essas obras podem ser subdivididas em duas categorias principais, de acordo com suas funções: obras cujas características visavam principalmente à melhoria do transporte de mercadorias e pessoas, como o melhoramento das vias de comunicação com o interior, abertura e calçamento de ruas principais, limpeza e melhoramento do Canal da Ponta Grossa; e obras com finalidades predominantemente higienistas, como drenagem de áreas alagadas, construção de cadeia, hospital, casa de mercado, além de estudos para encanamento e distribuição de água potável.

A atenção com a infraestrutura de abastecimento d'água, que também se fez notar forte na tônica discursiva dos agentes construtores da cidade, é bem evidenciada durante a gestão de Antonio Nunes de Aguiar, no ano de 1849. No relatório em que registrou a sua saída da presidência da província, Aguiar enfatizou a importância do encanamento de água potável e a abertura do Canal da Ponta Grossa por questões de salubridade, ressaltando também as ações já empreendidas para a realização de um plano de arruamento para fins de embelezamento da capital:

Das necessidades que soffre esta Capital, a maior é, sem duvida, a de agua potável [...] Vem depois a abertura do canal da Ponta Grossa até encontrar o riacho Maceió. Estas duas obras [...] não só concorrerão para o **engrandecimento desta Cidade**, como também são indispensáveis para a sua **salubridade**. [...] Para o **aformoseamento** da capital mandei o referido official de Engenheiros organizar um **plano de arruamento**, que por intermédio da Camara Municipal terá de chegar à presença de V. Ex.<sup>a</sup> convem que seja immediatamente posto em execução, sem que outra Camara possa por si alteral-o, afim de **evitar maiores irregularidades e defeitos**, do que aquelles que hoje encontramos n'esta nascente Cidade [...]" (AGUIAR, 1849, p. 9 – grifos nossos)

Os reflexos mais fortes do embelezamento urbano, no entanto, podem ser observados em Maceió a partir da segunda metade do século XIX, através de obras que visavam, além da criação de uma nova imagem da cidade, o desvencilhamento com o passado colonial. Essa intenção evidencia-se na fala de José Bento da Cunha e Figueiredo, que presidiu a província de Alagoas entre os anos de 1849 e 1853, quando relatou o “atraso” da capital e abordou a necessidade de seu “embellezamento e asseio”:

Sois vós testemunhas, Snrs., do **vergonhoso atraso**, em que se acha esta cidade a respeito da regularidade na edificação dos prédios, calçamento e direcção das ruas: não podeis portanto deixar de proporcionardes alguns meios com que possa a Camara Municipal concorrer para o **embellezamento e asseio da capital** (FIGUEIREDO, 1851, p. 23 – grifos nossos).

Com esse objetivo, durante sua gestão foram concluídas as obras da Igreja Matriz, do Mercado Público, da Casa de Inspeção do Algodão e do calçamento da Ladeira do Algarve. Além disso, foi assentada a primeira pedra da construção do Cemitério Público da Piedade e foi instituído o Conselho de Obras Públicas, órgão que muito colaborou com mudanças mais expressivas na paisagem de Maceió.

Constata-se que as ações com finalidades higienistas na cidade de Maceió se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX, quando se iniciou um surto de cólera na província. A partir daquele momento, passaram a ser frequentes nos relatórios e falas provinciais tópicos intitulados *Salubridade*, além de diversos documentos redigidos por médicos que explanavam a situação da província nesse quesito e onde se teciam diversas medidas para o “embelezamento e asseio”, especialmente da capital.

Nesse sentido, data de 1855 um documento elaborado pelo médico sanitarista Dr. Joze Sesinando Avelino Pinho, membro do Congresso Geral de Higiene da Bélgica, em que ele fez uma análise das condições higiênicas da capital, identificando as possíveis causas dos miasmas e sugerindo algumas medidas para melhorar a salubridade local. O autor criticou, entre outras coisas, o traçado das ruas e a ausência de meios apropriados para a coleta de esgotos e despejos. Além disso, Pinho (1855) afirmou que boa parte das áreas pantanosas da cidade fora diminuída consideravelmente em virtude de aterros e dessecaamentos “em proveito da cultura do capim, dos legumes, dos coqueiros”, corroborando uma das hipóteses levantadas nesta tese de que, apesar de possuir uma grande extensão de área pantanosa, a cidade de Maceió teve, desde os primórdios, sua vegetação nativa destruída em prol do cultivo de outras culturas para subsistência.

O médico sugeriu também a promoção de partidas de lazer nos arrabaldes do Morro do Farol, Bebedouro e Tabuleiro do Pinto, enfatizando “as impressões variadas e agradáveis” proporcionadas pelo contato com a natureza, com o ar mais puro e bucólico desses locais mais afastados do centro da cidade (PINHO, 1855, p. 10). Ele concluiu seu relatório sugerindo medidas para a melhoria das condições de higiene da cidade, entre as quais se podem destacar o plantio de arvoredo à margem dos caminhos que levavam ao interior da província, a remoção de monturos, esterquilínios e despejos orgânicos nas ruas e uma vistoria nos quintais, pois,

segundo o autor, “se as ruas de Maceió são tão porcas, como não serão os quintaes das casas?”. Sugere assim a remoção do lixo e a proibição de novos depósitos nesses locais (PINHO, 1855). Esse questionamento do autor indica que os quintais de Maceió eram espaços desvalorizados pela população e pela gestão, onde se depositavam lixo e demais dejetos.

Dando continuidade às ações de cunho higienista, no ano de 1856, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da província de Alagoas, afirmou que a capital se encontrava em péssimas condições higiênicas, em virtude de sua proximidade com pântanos, charcos e do monte que atrapalhava a ventilação. Como forma de solucionar alguns desses problemas, empreendeu algumas ações, entre as quais se destacam a limpeza da cidade, a remoção do matadouro para fora do núcleo urbano principal, além de iniciar as obras do hospital de caridade e do cemitério público (ALBUQUERQUE, 1856, p. 10).

Anos depois, as intervenções higienistas ganharam ainda mais força com a conhecida obra do médico Thomaz Espíndola, intitulada *Geographia Alagoana ou Descrição physica, política e histórica da província das Alagoas*, cuja primeira versão foi elaborada no ano de 1860. Em sua segunda edição, o médico descreveu detalhadamente as características físicas das principais cidades, vilas e povoações de Alagoas, tecendo algumas recomendações para torná-las mais higiênicas. No caso de Maceió, ele afirmou que:

O estado de sua superfície é um pouco lisongeiro pela quantidade de vegetaes que encerra; e poderia sê-lo mais, **se fosse adoptado o uso das plantações nas praças, guardando-se sempre a livre circulação do ar**: ellas teem a dupla vantagem de **purifical-o e de amenisar o clima** [...] (ESPÍNDOLA, 1871, p. 187 - grifos nossos).

O autor defendeu a ideia de que as árvores poderiam deixar a cidade mais salubre se plantadas de forma a permitir a livre circulação do ar, e que plantações nas proximidades da lagoa poderiam servir de barreira às suas emanações, sugerindo a plantação de “árvores resinosas como os tamarinheiros [sic]” em praças e estradas públicas (ESPÍNDOLA, 1871, p. 197). Além dessas recomendações, fez diversas críticas relativas ao sistema construtivo empregado, material utilizado nas construções, localização de edificações tais como mercado, matriz, teatro, hospital, cadeia, cemitério e matadouro. Criticou ainda o traçado das ruas, que dificultava a livre circulação do ar no interior das edificações, e a falta de cloacas na cidade:

Em Maceió ellas não existem; as travessas, as ruas e os quintaes são os logares onde a povoação deposita as substancias excrementícias!!! (ESPÍNDOLA, 1871, p. 196).

Para o melhoramento e a higienização da capital, Espíndola (1871) sugeriu algumas medidas, como a dessecação dos pântanos; a limpeza e asseio das ruas; o nivelamento, calçamento, alinhamento, alargamento e aumento dos becos e ruas; a limpeza e construção de muro no cemitério dos coléricos; e o **aumento da arborização de praças e estradas públicas**. Entende-se que foi a partir dessas recomendações, possivelmente já elaboradas por Espíndola no ano de 1860 (primeira edição), que a arborização nos espaços públicos de Maceió ganhou força. As primeiras propostas de arborização foram concluídas no ano de 1868, conforme se verá adiante.

Além dessas recomendações, Espíndola também fez um detalhado e importante levantamento estatístico e geográfico de Alagoas; nele, enumerou as principais espécies do reino vegetal, subdividindo-as em: medicinais, floríferas, alimentícias e frutíferas. Algumas observações feitas pelo autor mencionam as espécies mais comuns e esclarecem a relação que se estabelecia entre homem e vegetação naquele momento. Ele iniciou sua enumeração afirmando que havia muitas espécies que nasciam e cresciam espontaneamente na província, sendo usadas para fins diversos: medicinal, marcenaria, construção naval e civil, cordoaria, tinturaria e alimentação.

Sobre as espécies usadas para fins alimentícios, Espíndola as subdividiu em espécies alimentícias e frutíferas, sendo as mais comuns as exóticas cana-de-açúcar, arroz, inhame, café, e as frutíferas mangueira, laranjeira, figueira e videira. Entre as espécies nativas, foram enumeradas a mandioca, o milho, a batata o feijão e o cajueiro. No que diz respeito às hortaliças, Espíndola afirmou que eram pouco abundantes, por serem consideradas artigos de luxo. Sobre as espécies floríferas, afirmou:

[...] são pouco abundantes, e há todas **exóticas**, dentre as quaes são mais frequentes a **roseira, o jasmineiro e o mogori** (ESPÍNDOLA, 1871, p. 87 - grifos nossos).

A partir desse levantamento realizado em toda a província, é interessante observar que entre as espécies mais comuns, tanto alimentícias quanto frutíferas, predominam as espécies exóticas. Essa mesma constatação pode ser feita nas espécies floríferas; mesmo sendo pouco comuns, também predominam as exóticas. Tal preferência por espécies aclimatadas no Brasil em detrimento das nativas da flora local se repete tanto nos pequenos quintais e jardins privados, como nas escolhas de espécies plantadas nos espaços públicos de Maceió durante o século XIX.

### 3.7 A vegetação, os caminhos e os primeiros espaços públicos na Planta de Mornay (1841)

Antes mesmo de sua elevação à categoria de cidade e capital, um dos pontos determinantes para o desenvolvimento de Maceió foi a encomenda que Melo e Póvoas fez, em 1820, ao engenheiro José da Silva Pinto de uma planta<sup>69</sup> da então vila, traçando suas ruas, caminhos, edificações e contendo uma proposta para sua futura expansão. Essa é a primeira representação cartográfica mais detalhada de Maceió que se conhece até o momento<sup>70</sup>, mostrando seu arruado e as principais edificações.

Posteriormente, o engenheiro inglês Carlos de Mornay, ao assumir o cargo de direção de obras públicas da província em 1839, foi encarregado de promover atualizações nessa primeira planta de 1820, que resultam na planta que se conhece hoje, existente no IHGB (Figura 87). Esta última planta, datada de 1841, analisada em diversos aspectos por Cavalcanti (1998)<sup>71</sup>, fornece ricas informações sobre a configuração urbana de Maceió desde o ano de 1820 até 1841, o que auxilia a refletir sobre o papel exercido pela vegetação naquele momento.

Conforme mostrou Cavalcanti (1998, p. 210-213), a análise da planta permite a espacialização dos grupos sociais em Maceió naquele período. Na região mais central e mais antiga, conhecida na época como vila de Maceió, localizava-se a maioria das casas cobertas com telha cerâmica e alguns sobrados, habitados pelas camadas mais abastadas da cidade, em sua maioria comerciantes e proprietários de engenhos e fazendas. Nas regiões mais afastadas do núcleo central e mais próximas das regiões alagadiças, como as margens do Riacho Maceió, do Alagadiço do Olho d’Agoa e nas imediações da Lagoa do Reguinho, encontravam-se as casas mais simples, de taipa, cobertas com palha e habitadas pelas camadas mais pobres, como os escravos, negros, mestiços e índios que trabalhavam na região portuária, como assistentes de pequenos artesãos e na pesca, por exemplo.

Na planta também foram representados os elementos naturais mais significativos da vila e que interferiam em seu processo de ocupação e expansão: encostas, canais, cursos d’água e áreas pantanosas. Nesse sentido, diante dos obstáculos naturais para sua expansão, observa-se que no início do século XIX o desenvolvimento do espaço urbano de Maceió foi se

---

<sup>69</sup> Esta planta elaborada em 1820 atualmente está desaparecida, mas Cavalcanti (1998), com base em documentação primária e iconografias posteriores, reconstituiu e analisou o ambiente da vila, trazendo à tona a configuração espacial de Maceió no início do século XIX, auxiliando na compreensão do papel da vegetação naquele momento.

<sup>70</sup> Até então as representações cartográficas de Maceió, como os mapas disponíveis no AHEx, por exemplo, são em sua maioria cartas geográficas ou topográficas que não fornecem detalhes sobre o arruado ou as edificações ali existentes.

<sup>71</sup> Em sua tese, Cavalcanti (1998), além de fazer uma reconstituição da planta de 1820 com base em documentação primária, analisa detalhadamente questões sociais, espaciais e econômicas da planta de 1841.

consolidando em torno do local mais importante para o povoado na época: o Largo da Capela, e foi se expandindo em direção à boca da Cambona e à região da Cotinguiba, em direção à laguna.

**Figura 87 – Planta da Villa de Maceió (1841)**



Fonte: IHGB.

Figura 88 – Legenda da Planta da Villa de Maceió (1841)

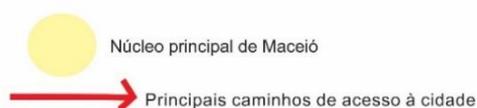
Taboa de referencia	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rua da Boca de Maceió.</li> <li>2. Aterro e Estiva</li> <li>3. Rua da Estrada do Poço</li> <li>4. Ladeira da Rua Nova</li> <li>5. Ladeira da Rua do Commercio</li> <li>6. Ladeira e barroca do Calabouço</li> <li>7. Ladeira da Rua da Igreja</li> <li>8. Igreja de N. S. dos Prazeres</li> <li>9. Rua da Igreja</li> <li>10. Pelourinho. N. S. já não existe</li> <li>11. Largo do Pelourinho</li> <li>12. Rua do Rosário</li> <li>13. Capella do Rosario</li> <li>14. Rua da Ladeira</li> <li>15. Rua do Commercio</li> <li>16. Rua do Alecrim</li> <li>17. Rua do Ferreiro</li> <li>18. Rua da Rosa</li> <li>19. Capella do Livramento</li> <li>20. Rua da Boa-vista</li> <li>21. Rua Nova</li> <li>22. Travessa de Bento Ferr<sup>a</sup></li> <li>23. Travessa do Rosario</li> <li>24. Travessa do Alecrim</li> <li>25. Bêco do Pe. Francisco</li> <li>26. Travessa de Pedro Fernandes</li> <li>27. Rua da Cotinguiba</li> <li>28. Cambona e Estrada do interior</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a. Palacio</li> <li>b. Casa da Camara</li> <li>c. Armazem do Almoxarif<sup>o</sup></li> <li>d. Casa da Junta</li> <li>e. Casa da G<sup>da</sup> do Trem</li> <li>f. Patteo do Trem</li> <li>g. Trem Real</li> <li>h. Poço do Trem</li> <li>i. Calabouço</li> <li>l. Casa da G<sup>da</sup> da Cadea</li> <li>m. Cadea</li> <li>n. Hospital</li> <li>o. Aquartelamento</li> <li>p, p,, Assougue do Concêlho</li> <li>q, q,, Alinhamentos projectados p<sup>a</sup> as novas ruas.</li> <li>R, r,, Alinham<sup>tos</sup> projectados p<sup>a</sup> as novas travessas.</li> <li>S, s,, Alinham<sup>tos</sup> projectados p<sup>a</sup> os novos largos ou praças.</li> <li>T, t,, Casas da Polvora e da G<sup>da</sup> dela</li> <li>[vermelho] Casas cobertas de telhas</li> <li>[cinza] Casas cobertas de palhas.</li> <li>[Amarelo] Obras de Madeira</li> <li>[azul] Casas q. se tem construído desde o anno de 1820 até o presente de 1841.</li> <li>NB a, d,h,p,qq,rr,ss,tt, existem hoje em 1841 como em 1820; e b, c, e, f, q, i, l, m, n, o, não existem nas obras Reais [ilegível] o trem Real.</li> </ol>
<p>E. Igreja do Senhor dos Martyrios que se está construindo.  G. Quartel novo da Guarda da Casa da Polvora e do Telegrafo  L. Igrêja Matriz de Nossa Senhora dos Prazêres  M. Moinho de vento de serrar madeiras.  Q. Quartel da Tropa de Linha  R. Igrêja Nova de Nossa Senhora do Rosário  S. Mastro dos Signaes do Telegrafo  AB. A linha aonde principia a Planta de Jaraguá</p> <p>[??] Tem esta Cidade, 166rgan a Bôca de Maceio até a Cambona do Machado, aonde finda, casas cobertas com têlha, que pagão Decima 342; Ditas, que não pagão decima 277; Ditas cobertas com palha que também não pagão 199, sendo 818 o total 166rgan em março de 1841.</p>	

Fonte: IHGB.

Ainda tratando de sua expansão, novas vias importantes foram traçadas, como a Rua Augusta, o prolongamento das Ruas do Rosário (atual Rua do Sol) e da Igreja (atual Rua do Imperador), e a consolidação da Estrada do Trapiche da Barra e do Poço. As vias existentes, como a Rua do Palácio, Rua do Alecrim e Rua da Boa Vista, já mais delimitadas, foram também consolidadas fazendo a ligação dos principais pontos da cidade que estavam relacionados ao trânsito de pessoas e, principalmente, de mercadorias que chegavam ou partiam para os povoados circunvizinhos por via lagunar, ou para outras províncias, por via marítima.

Havia alguns “caminhos” que já estavam esboçados naquele período, porém ainda não consolidados, como a Rua Nova e a Rua da Contiguiba. Na planta, Mornay traçou diagonais que consolidavam esses e outros caminhos e que ligavam os principais pontos do povoado: a região portuária do Jaraguá, através da Rua da Boca de Maceió e dos prolongamentos das Ruas Nova e da ladeira da Rua da Igreja; o interior da província, através da Estrada da Cambona e do Poço; e a região lagunar, através da Estrada do Trapiche da Barra. Essa estrada passava nas imediações da Lagoa do Reguinho, que seguia em direção ao Canal da Ponta Grossa ou Levada e, desse ponto, se ligava com a laguna. Alguns desses “caminhos” de acesso a Maceió serão abordados adiante por configurarem pontos focais de arborização urbana: a Rua da Boca, a Estrada do Trapiche da Barra e a estrada de ligação entre Maceió e Jaraguá, conhecida como Estrada do Saraiva (Figura 89).

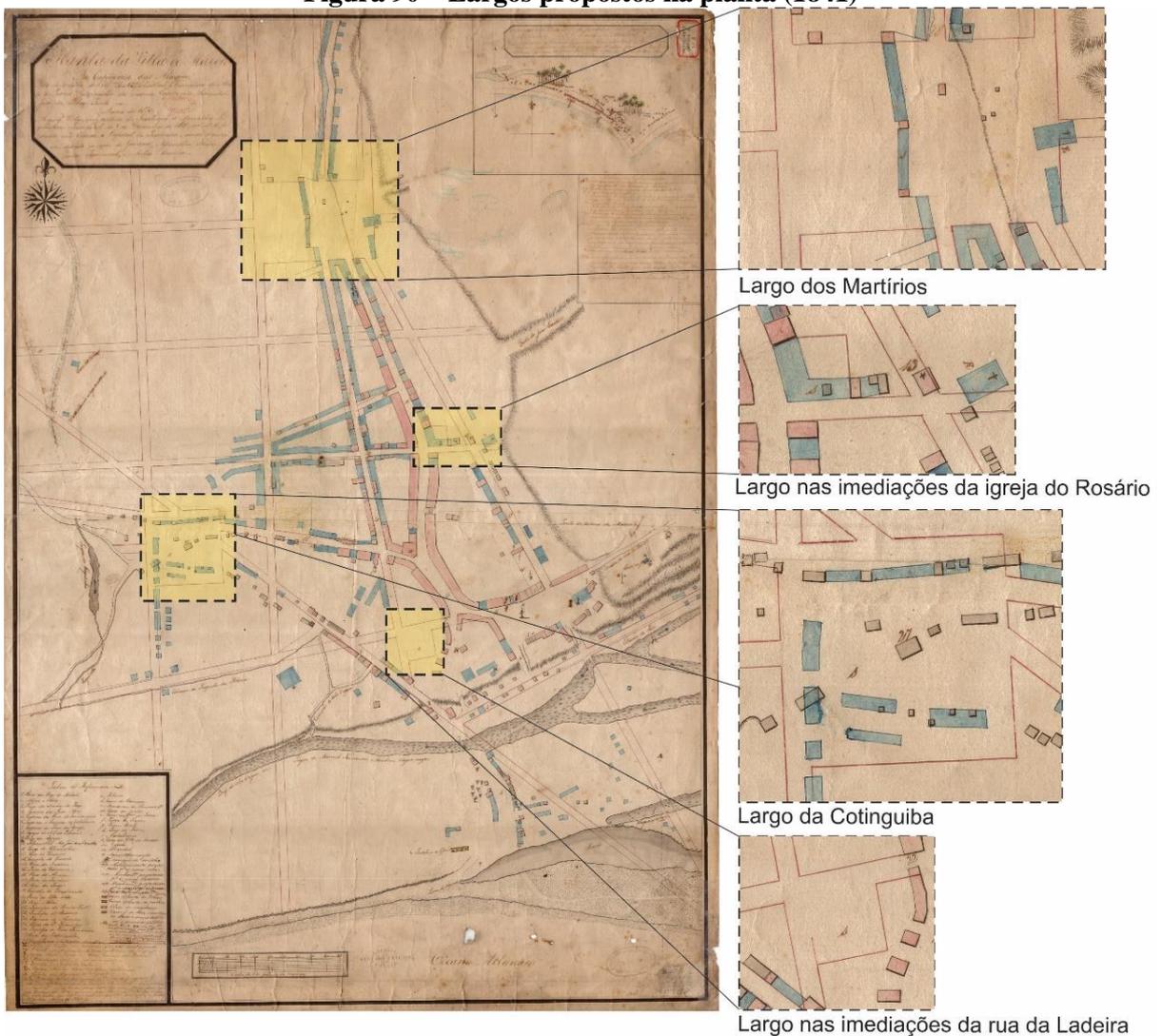
**Figura 89 – Principais caminhos de acesso à Maceió na planta (1841)**



Fonte: IHGB. Tratado pela autora.

Além do traçado de novas ruas, quatro novos espaços públicos foram propostos, assinalados no desenho como “s.s. alinhamentos projectados para os novos largos ou praças”: o Largo da Cotinguiba (atual Praça Marechal Deodoro), o Largo dos Martírios (atual Praça Marechal Floriano Peixoto) e outros dois espaços públicos de menores proporções, um nas imediações da Igreja do Rosário e outro nas imediações da Rua da Ladeira (próximo à atual Praça dos Palmares), como se observa na Figura 90. Os dois espaços públicos de maiores dimensões idealizados desde o início do século XIX, o Largo da Cotinguiba e o Largo dos Martírios, foram executados e se tornaram espaços descampados, numa configuração típica de largo colonial, desprovidos de vegetação, traçado ou mobiliário. Entre os espaços menores, apenas um foi executado, nas imediações da Rua da Ladeira, porém um pouco deslocado para o Sul de sua localização inicial proposta.

**Figura 90 – Largos propostos na planta (1841)**



Fonte: IHGB. Tratado pela autora.

Apenas a partir da segunda metade do século XIX, esses e outros largos passaram por processos de aterramento e nivelamento para fins de embelezamento e salubridade, como parte de propostas de arborização urbana. Somente no final do século XIX e início do XX, esses largos foram alvo de propostas com inserção de vegetação, canteiros, bancos e outros elementos com finalidades estéticas e de sociabilidade, como será visto adiante.

Costa (1939, p. 76), criticando severamente a forma de implantação de Maceió, que buscava se adaptar às condições geográficas locais, afirmou que havia na planta de Mornay uma intenção estética, que visava “corrigir o aleijão urbano” em que se transformara a cidade, mas que o plano proposto não havia sido seguido, crescendo a vila “desordenadamente, à mercê dos interesses de cada um”. No entanto, apesar da afirmação de Costa (1939), ao comparar a planta de 1841 com o traçado urbano atual, verifica-se que boa parte do traçado proposto foi executada e permanece no tecido urbano atual, e que três entre os quatro espaços públicos propostos foram executados, porém em menores dimensões (Figura 91).

**Figura 91 – Sobreposição do traçado proposto na planta da Villa de Maceió (1841) com o tecido urbano atual**



Fonte: IHGB; Google Earth, respectivamente. Tratados pela autora.

No que diz respeito à vegetação na planta, observa-se uma presença quase inexpressiva de sua representação. Um grupo de árvores foi representado na lateral esquerda na Rua da Boca de Maceió, numa localização que sugere ser no fundo das edificações. Já do lado direito, mais próximo do Riacho Maceió, existe um grupo ainda menor de árvores, também representado entre as edificações. Outro grupo foi representado na Rua do Ferreiro (prolongamento da Rua do Alecrim), nas imediações do atual Largo dos Martírios. Essa vegetação está numa região de edificações construídas após 1820, mais afastada do núcleo urbano principal de Maceió (Figura 92).

**Figura 92 – Vegetação representada na *Planta da Villa de Maceió* (1841)**



Fonte: IHGB, tratado pela autora.

Apesar de toda a devastação da mata nativa desde o início do período colonial, é fato que regiões de mata e coqueiral estavam presentes nos arredores ainda não construídos da cidade, mas deixaram de ser representadas intencionalmente, configurando o que Harley (2009) denominou “silêncio dos mapas”. É plausível supor, mais uma vez, que tal omissão sinalizava

o ideário predominante da época, que considerava a vegetação como elemento oposto à civilidade. É preciso considerar que em 1841, Maceió era, de fato, uma pequena cidade com feições ainda bastante rústicas: poucas edificações imponentes (a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres – uma das principais edificações públicas do período – ainda estava em construção<sup>72</sup>); muitas casas térreas, geminadas e cobertas com telha; ruas sujas e tortuosas; muitos alagadiços contornando toda a cidade e regiões de mata e coqueiral em seu entorno ainda não ocupado. No entanto, se se considera que, em seu novo papel de cidade e capital, fazia-se necessária a criação de uma imagem de cidade civilizada, coerente com seu novo posto, estaria justificada a ausência da vegetação no mapa.

Na povoação do Jaraguá, a representação da vegetação chama atenção pela distorção da escala. Dois grupos de coqueiros de dimensões desproporcionais em relação às edificações foram representados no que parece ser a divisa da povoação com outras regiões: com a cidade de Maceió, a Noroeste, e com a região ainda pouco habitada da Pajuçara, a Nordeste (ver Figura 92). Acredita-se que essa desproporcionalidade do coqueiral decorre, possivelmente, da intenção do autor da planta em enfatizar a maciça presença do coqueiral na região, conforme já mostrado anteriormente e, também, de uma tentativa de realçar Jaraguá como um arrabalde ainda pouco desenvolvido, fora do núcleo urbano com um pouco mais de infraestrutura conhecido como Maceió.

### **3.8 A função da vegetação nos quintais (século XIX)**

Outro dado importante que a *Planta da Villa de Maceió* (1841) revela é a configuração espacial que permitiu a implantação de quintais nos fundos dos lotes, especialmente nas quadras localizadas na região mais central e valorizada de Maceió naquele momento. A leitura da planta mostra que o traçado da vila seguiu os moldes de implantação característicos das cidades coloniais brasileiras, à semelhança do que ocorreu com a primeira capital de Alagoas, a cidade de Marechal Deodoro. Era uma implantação que tentava se adaptar às condições físicas locais, seguindo o fluxo dos principais caminhos de escoamento de mercadorias, e que costumava formar quadras extensas, em sua maioria quadriculares, possibilitando a existência de lotes estreitos e compridos. Essa configuração favorecia a implantação de edificações geminadas, de

---

<sup>72</sup> A primeira pedra da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, que foi construída após a demolição da capela homônima que ali existia, foi lançada no ano de 1840, mas sua obra só foi concluída no ano de 1859, sendo inaugurada festivamente na presença de D. Pedro II (LEÃO, 2010).

duas-águas e com um espaço livre de edificações nos fundos, que comumente abrigava os quintais.

Os quintais brasileiros eram, provavelmente, adaptações ao nosso clima e costumes dos quintais ou quintas portuguesas, caracterizados por serem propriedades rurais. De acordo com Silva (1789, p. 543) e Bluteau (1728, p. 66), o quintal era um pedaço de terra murado dentro da cidade ou vila, com predominância de árvores frutíferas. Como mostrou Carapinha (1995), à semelhança dos quintais portugueses – e guardadas as devidas proporções –, nas cidades brasileiras os quintais agregavam funções de horta, horto, pomar, lazer e de educação, sendo, muitas vezes, uma extensão da cozinha (LOUREIRO, 2008). Era nos quintais que se realizavam diversas atividades necessárias à vida dos habitantes das casas: abertura e fiação de algodão, criação de animais e plantação de ervas medicinais. Os fundos dos quintais também serviam como abrigo dos cavalos que eram utilizados como meio de transporte dos moradores e como local de depósitos fecais e de águas servidas, justificando, em algumas cidades, a existência das ruas de serventia, como ocorria nos quintais de Olinda-PE (LOUREIRO, 2008; FREYRE, 1936).

Um estudo publicado recentemente sobre a temática<sup>73</sup> atesta que a presença de quintais vegetados em Maceió pode ser verificada a partir da análise conjunta dos *Códigos de Posturas* que regulamentavam seus usos, da iconografia e da planta elaborada por Mornay (LEÃO; CAVALCANTI; FERRARE, 2017). A planta mostra que em 1841 já existiam algumas quadras com perímetro adensado nos trechos compreendidos especialmente entre a Rua do Rosário (atual Rua do Sol), Rua do Comércio, Travessa do Alecrim, Rua da Ladeira e Rua da Boa Vista (Figura 93). O espaço vazio no interior dessas quadras e a existência de iconografias posteriores, que revelam a presença de vegetação por trás das edificações, confirmam a existência de quintais vegetados em alguns pontos da cidade.

Diversos panoramas de Maceió, especialmente os representados em bilhetes postais que retratam a cidade no início do século XX, dão indícios dessa presença da vegetação nos quintais, sobremodo nas quadras compreendidas entre a Rua do Rosário e Rua do Comércio, e nos fundos dos lotes entre a Rua do Rosário e a encosta do Morro da Jacutinga, de onde se pode deduzir que havia a criação de animais pela presença de um cavalo, representado no bilhete postal. Embora sejam registros posteriores à planta de 1841, o porte da vegetação retratada,

---

<sup>73</sup> Estudo desenvolvido pela autora desta tese em coautoria com Josemary Ferrare e Veronica Robalinho Cavalcanti, publicado nos Anais do I Congresso Internacional de Doctorados em Arquitectura, que ocorreu em novembro de 2017, em Sevilha – Espanha (LEÃO; CAVALCANTI; FERRARE, 2017).

configurando uma densa massa vegetada no interior das quadras, revela que possivelmente essas árvores já haviam sido plantadas ali anos antes, conforme se observa nos panoramas A e B (Figuras 94 e 95).

**Figura 93 – Detalhe da planta da *Villa de Maceió* com a configuração das quadras e quintais**



Fonte: IHGB. Tratado pela autora.

A observação mais atenta da Figura 94 revela também a presença de um elemento construído no fundo de um dos lotes, possivelmente uma latrina, e de fechamentos laterais que dividiam os lotes e delimitavam os quintais (Figura 96). A ausência de marcação desses fechamentos na planta de Mornay leva a crer que ou eles foram construídos *a posteriori* ou não foram representados na planta, pela impossibilidade de Mornay acessar essa área privada das edificações. Acredita-se que, possivelmente, em um momento inicial esses espaços centrais das quadras configuravam vazios urbanos que depois foram incorporados aos lotes das casas que estavam situadas no perímetro dessas quadras (LEÃO; CAVALCANTI; FERRARE, 2017).

**Figura 94 – Panorama A – Massa vegetada nos quintais dos lotes da Rua do Comércio (início do século XX)**



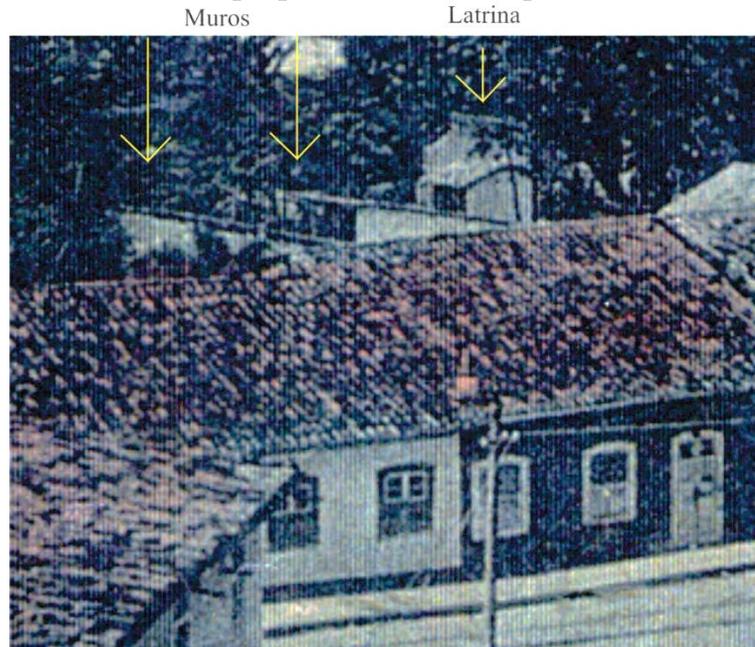
Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 95 – Panorama B – Massa vegetada nos quintais da Rua do Rosário e do Morro do Jacutinga (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 96 – Pormenor do panorama de Maceió com destaque para os muros dos quintais**



Fonte: Acervo digital do MISA (s/d). Tratado pela autora.

Outro dado importante que os panoramas revelam é a presença de “falsas fachadas” em lotes vazios que abrigavam uma vegetação densa em seu interior. O fechamento dos terrenos em forma de edifício dentro da cidade estava previsto no *Código de Posturas* da Câmara de Maceió desde 1845 e tinha como principal função, segundo o Código, evitar o lançamento de despejos ali (GALVÃO; ARAÚJO, 1874, p. 150). Além disso, é sabido que o ideário predominante naquele momento intencionava dotar a recém-criada cidade e capital da província de uma imagem de cidade civilizada e próspera, o que não era condizente com terrenos vazios que abrigassem despejos na área mais valorizada da cidade. Assim, os proprietários de terrenos localizados nos pontos principais da cidade deveriam construir muros em forma de edifícios na frente ou nos fundos de terrenos, configurando uma tentativa de construção dum cenário de cidade embelezada e limpa:

**Aquelle que tiver terreno próprio ou aforado no alinhamento das ruas desta cidade deverá tapa-lo no prazo de um anno, de maneira que nelle não possa lançar despejo. O que porém tiver terreno na rua da Bôcca de Maceió, ladeira do Commercio, rua do mesmo nome e Bôa-vista até o largo dos Martyrios, ruas da Matriz e Rosario até a igreja, rua do Sol pelo lado dos quintaes da rua do Commercio, rua Nova e Livramento até a praça da Cotinguiba, travessa da Bôa-vista, do Açougue, da Alegria, da Palha, da Levada e rua da Lama, será obrigado dentro do referido prazo a amurar a frente em forma de edificio: o infractor será multado em cinco mil réis, sendo-lhe marcado novo prazo pelo fiscal (GALVÃO; ARAÚJO, 1874, p. 150-151 – grifos nossos).**

O código supracitado, cujo modelo tomava como parâmetro a cidade do Rio de Janeiro, onde a passagem de esgotos nos quintais era mais intensa, previa punição para o proprietário que impedisse a passagem através de seu quintal dos esgotos advindos das casas dos vizinhos:

Todos aquellos por cujos quintaes correrem as aguas dos vizinhos para irem ter á rua ou valla para seu esgoto destinada, não o poderão embaraçar: os que o contrario fizerem pagarão cinco mil réis e se fará o esgoto á sua custa (GALVÃO; ARAÚJO, 1874, p. 151).

Outro elemento a ser considerado é o fato de que, em alguns momentos, era nos quintais e fundos dos lotes que os moradores realizavam suas necessidades fisiológicas, devido à ausência de banheiros no interior das casas e sobrados. Por esse motivo, o asseio e esgotamento dos quintais foi uma temática recorrente nas falas e ações dos agentes construtores da cidade. Nesse sentido, a reforma do *Código de Posturas* da Câmara Municipal de Maceió, do ano de 1878, proibia conservar nos quintais “ciscos, immundicias, animaes mortos ou cloacas abertas” e continuava com a determinação imposta pelo código de 1845, de que os proprietários de casas por cujos quintais passassem águas destinadas ao esgoto não poderiam impedir a passagem destas (MACEIÓ, 1878).

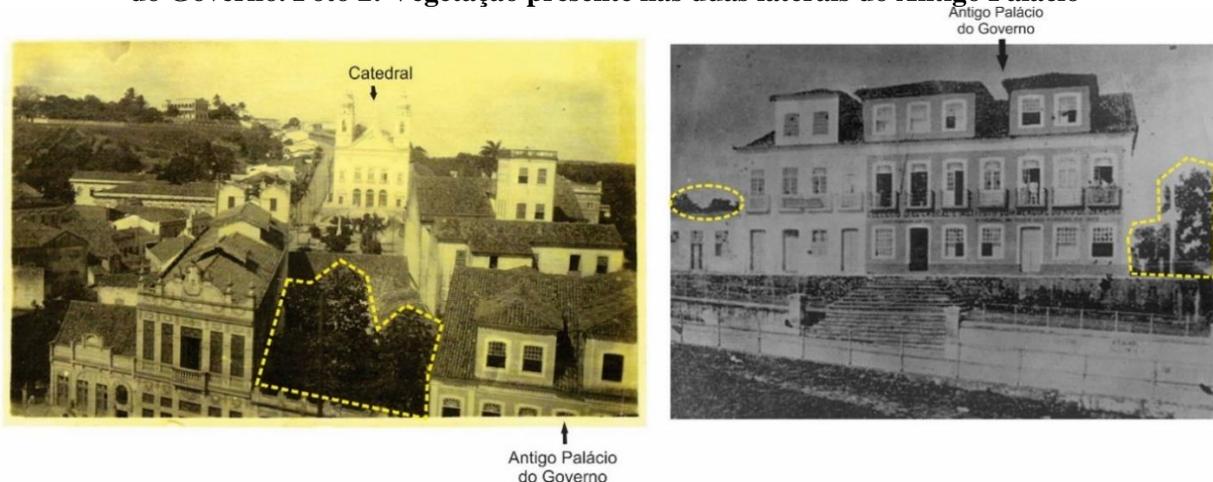
Segundo Cavalcanti (1998), as águas de esgoto, o lixo, os excrementos e as águas servidas costumavam ser despejados nos quintais ou no mar, assim como ocorria nas cidades maiores, como Recife e Rio de Janeiro, por exemplo. No caso de Maceió, a Resolução nº 386, de 8 de agosto de 1861, previa locais adequados ao lançamento desses dejetos, normalmente em regiões predominantemente pantanosas e desvalorizadas da cidade, nas proximidades de onde residiam as classes mais pobres:

Art. 12. Os lixos, immundicias e matérias fecaes, so poderão d'ora em diante ser **lançados no mar além do hospital militar em procura dos Páos Seccos – ou na Alagôa** e logares adjacentes ao caminho dos referidos Paos Seccos - **depois da linha da Levada, n' Agoa Negra em direccção à Ponta Grossa**, ou serão sepultados com a profundidade de um palmo pelo menos, e cobertos com terra no campo **à margem do riacho Maceio [...]** (GALVÃO; ARAÚJO, 1872, p. 178 – grifos nossos).

Assim, por abrigarem funções que não deveriam ficar à mostra, como local de depósito de dejetos e esgotos, e para fins de embelezamento da cidade, os quintais e terrenos vazios deveriam ser murados em “forma de edifícios”, ou seja, deveria ser criada uma “fachada falsa”, de modo a afastar da vista da população o seu conteúdo. É o que se pode verificar em algumas imagens do início do século XX que retratam o antigo Palácio do Governo, situado na Rua da Ladeira, e a presença de uma “fachada falsa” com massa vegetada, possivelmente no quintal de

uma das casas existentes no Largo do Pelourinho. Outra iconografia confirma a presença de vegetação nos terrenos localizados nas duas laterais do mesmo palácio (Figura 97).

**Figura 97 – Foto 1: “Fachada falsa” com massa vegetada na lateral esquerda do Antigo Palácio do Governo. Foto 2: Vegetação presente nas duas laterais do Antigo Palácio**



Fonte: Acervo digital do MISA (s/d). Tratado pela autora.

Alguns anos depois, em 1855, sob a influência do higienismo, essa recomendação de criar “fachadas falsas” com finalidades estéticas foi bastante criticada pelo médico sanitarista Dr. Sezinando Pinho, pois, segundo ele, impedia a ventilação necessária. Corroborando esse pensamento, posteriormente Espíndola também teceu algumas críticas:

A câmara municipal entendeu que para **aformoseamento da cidade** deveria obrigar os proprietários da rua do Commercio a **fecharem em fôrma de casas os seus quintaes**, que deitam para a rua do Sol: **êrro intolerável!** Estes muros **impedem a circulação do ar e interceptam a entrada da luz** (ESPÍNDOLA, 1871, p. 192 – grifos nossos).

Apesar dessas críticas, na reforma do *Código de Posturas* da Câmara Municipal de Maceió de 1878, a recomendação de fechar os lotes permaneceu e se estendeu para todas as ruas, travessas e laterais de praças de Maceió e de Jaraguá:

Art 25. Os proprietários de terrenos abertos ao lado das praças, ruas e travessas na cidade e na povoação de Jaraguá, serão obrigados a nelles edificar frentes ou grades de ferro com as respectivas calçadas; e, nas outras povoações, muros ou cercas, frentes ou grades de ferro; ficando sujeitos ao imposto estabelecido por lei municipal aquelles que o não fizerem no prazo de um anno contado da data da aprovação do presente código (MACEIÓ, 1878, p. 10).

Os lotes deveriam ser fechados com gradis de ferro ou cercas, adotando-se um alinhamento especial:

Art 4. As grades ou gradis de ferro, construídos nos terrenos abertos aos lados das praças, ruas e travessas, bem como as cercas nos casos em que são por este código toleradas, terão um alinhamento especial, organização [vinte centímetros] do estabelecido para as outras edificações (MACEIÓ, 1878, p. 6).

As normativas que visavam ao embelezamento da cidade e que previam o alinhamento das edificações influenciavam diretamente nos usos e na configuração espacial dos quintais. Além das determinações já citadas referentes ao asseio destes, era proibido começar a construção a partir do quintal, de forma a impedir que as edificações não seguissem o alinhamento das fachadas, elemento essencial para o embelezamento da cidade, sendo permitida nos quintais apenas a construção de telheiros, como se observa na Resolução nº 262, de 8 de maio de 1854:

Art. 3. Fica vedado a qualquer o costume de **começar a edificação de casa dentro dos limites desta cidade do fundo para a frente, com prejuízo do aformoseamento desta; permittindos-e apenas a factura de telheiros para deposito de materiaes nos quintaes de edificios projectados**, sendo esses telheiros além de cem palmos a contar da linha da frente dos mesmos edificios, conforme a cordoação que deva ter a respectiva rua ou travessa: pena de demolição à custa do contraventor, e multa de dez mil réis (GALVÃO; ARAÚJO, 1872 – grifos nossos).

Como já exposto, a presença de quintais vegetados era comum nas edificações durante o período colonial brasileiro e permaneceu na tipologia de implantação de edificações nos lotes durante os séculos posteriores. Neles, a maioria das espécies plantadas estava relacionada à subsistência e foram bastante registradas em relatos e gravuras de viajantes que aqui estiveram e se admiraram com a exuberância visual, olfativa e degustativa da flora local. Entre as espécies utilizadas na alimentação e que possivelmente eram plantadas nos quintais, em especial na região Nordeste, destacam-se a mandioca, o abacaxi, o caju, o maracujá e as palmáceas (utilizadas também na ornamentação das ruas em dias festivos e nas construções). Além da subsistência, os quintais eram utilizados no cultivo de ervas medicinais usadas na confecção de remédios caseiros (LOUREIRO, 2008).

O historiador Félix Lima Júnior cita de forma saudosa algumas das espécies existentes em Maceió no início do século XX, que possivelmente faziam parte dos quintais e que costumavam florescer no mês de outubro: pitangueiras, cajueiros, mangueiras e abacateiros (LIMA JÚNIOR, 1976). No entanto, não foram encontrados registros documentais que relatem com mais precisão o tipo e a função das espécies plantadas nos quintais de Maceió nessa época.

As iconografias do início do século XX que retratam as quadras mais centrais da cidade indicam que, pelo porte da vegetação ali existente, possivelmente eram árvores frutíferas de

pequeno a médio porte que tinham, como umas das funções, além do provimento dos frutos, prover sombra aos moradores. Essa suposição se dá a partir da observação da pequena dimensão dos quintais, especialmente se comparados com os quintais coloniais de outras cidades, como os de Olinda-PE e Marechal Deodoro-AL, que ocupavam no mínimo 50% do lote ou mais. No caso de Maceió, os quintais compreendidos entre a Rua do Comércio e a Rua do Rosário ocupavam em média cerca de 20% da área total do lote, de acordo com o *Mapa topográfico da cidade de Maceió de 1960*<sup>74</sup>, o que não permitia a plantação de árvores frutíferas de grande porte. É possível que a planta de 1960 represente algumas ampliações das edificações, reduzindo assim a dimensão dos quintais (Figura 98).

**Figura 98 – Comparação entre a dimensão dos quintais (destaque na cor verde) das cidades de Maceió, Olinda e Marechal Deodoro**



Fonte: Cavalcanti (1998); Loureiro (2008); Ferrare (2002b), respectivamente.

Como também era comum no período colonial brasileiro, supõe-se que à sombra dessas árvores eram criados animais como cães, porcos, cavalos e aves (galinhas, patos, perus, entre outros) (LOUREIRO, 2008). Nesse sentido, Lima Júnior traz à tona a existência dos quintais de dimensões maiores, onde se criavam animais nas residências mais afastadas da área central de Maceió:

[...] no Reginaldo, nas Mangabeiras, no Pontal da Barra, no fundo dos quintais, à noite e pelas madrugadas, se arrastavam, silenciosamente, raposas e gambás, roubando criações domésticas, enquanto os patos grasniam, assustados, os gansos davam alarme, imitando os seus antepassados do Capitólio, e as galinhas d'Angola, trepadas nas árvores, alertavam os donos [...] (LIMA JÚNIOR, 1966, p. 21).

Nesse mesmo sentido, Graciliano Ramos, em sua obra *Angústia* (1936), forneceu algumas informações sobre a configuração espacial e os usos atribuídos aos quintais na primeira metade do século XX. Os quintais retratados no romance, separados dos terrenos vizinhos por

<sup>74</sup> Material cedido pela professora Veronica Robalinho Cavalcanti.

cercas de arame, ao tempo que definiam um limite, refletindo uma vontade de afastamento, comungavam e fundiam-se com o entorno, pois, por não obstruírem a visão, permitiam a visualização da vida dos vizinhos aos moldes de alguns jardins portugueses (RAMOS, 1936; CARAPINHA, 1995). No romance, mangueiras sombreavam, mamoeiros forneciam frutos, roseiras perfumavam e canteiros de alfaces dividiam espaço com lixo, águas estagnadas e galinhas nos quintais. Era ali que se localizava o banheiro, o telheiro e uma prensa de farinha; onde eram exercidas atividades como lavagem de utensílios e o enchimento de dornas<sup>75</sup>. Apesar de, em muitas passagens da obra, o quintal ser referido como local “sujo, feio e pobre”, esse foi o palco principal do romance entre Luís Alves e Marina, os personagens principais da obra. Era no quintal que Luís lia no silêncio, à sombra da mangueira e, contraditoriamente, encontrava a paz (RAMOS, 1936).

A escassez de relatos sobre os quintais de Maceió e sua referência na legislação como local de passagem de esgotos, onde se localizavam as privadas e latrinas e que deveriam ser murados, afastando-os da vista da população, levam à conclusão de que eram locais onde a privacidade deveria ser guardada; eram de uso restrito dos moradores e menosprezados pela população e pela gestão, juntamente com a vegetação ali existente.

A preocupação do poder público com a manutenção e limpeza dos quintais podem ser observadas na Resolução nº 386, de 1861, que assim determinava:

Art. 11. Os moradores das casas desta cidade serão obrigados a conservar limpos de esterquilínios e imundiças seus quintaes, e bem conservadas e cobertas as latrinas ou privadas que nelles houver [...] (GALVÃO; ARAÚJO, 1872, p. 178).

Pela análise aqui empreendida, é plausível afirmar que nesse primeiro momento os quintais, popularmente conhecidos como “quintais com fruteiras”, foram os primeiros locais em que se plantaram espécies arbustivas e frutíferas de forma intencional na cidade; embora também mantivessem sua função de provimento de alimentos e de criação de animais, eram espaços desvalorizados pela população e pela gestão, servindo comumente como depósito de esgotos e lixo.

Sob influência do ideário higienista e embelezador, ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte das cidades brasileiras mais desenvolvidas economicamente, a vegetação foi sendo inserida no contexto urbano à medida que começaram a ocorrer mudanças nos hábitos da sociedade e, principalmente, quando a rua e os espaços públicos adquiriram um

---

<sup>75</sup> Recipientes de madeira utilizados para armazenar líquidos.

novo papel, passando de locais marginalizados a locais de socialização das elites. Essa foi uma mudança crucial que possibilitou uma nova relação com a vegetação e com a natureza local. Nesse contexto, a vegetação também mudou seu *status*: de algo temido e menosprezado, presente nos fundos dos quintais, a elemento ordenado pelo homem, de caráter higiênico e embelezador, que remetia à ideia de contemplação, beleza, higiene e civilidade.

Entre outras cidades que representaram bem esse processo de mudança do *status* da vegetação no âmbito urbano no século XIX, Rio de Janeiro e Recife são as duas principais que exerceram uma influência maior na construção cultural dessa relação cidade x vegetação em Maceió. O Rio de Janeiro, por ser a capital do Império e por ter se transformado no modelo de civilidade a ser reproduzido; e Recife, pela ligação que Maceió sempre teve, por haver pertencido à província de Pernambuco e por esta ser a maior e mais próxima cidade desenvolvida, onde a cultura da arborização e do ajardinamento urbano era muito forte<sup>76</sup>. Diante do exposto, questiona-se: *quais as principais ações tomadas pelos agentes construtores da cidade de Maceió que buscavam inserir ou preservar a vegetação no núcleo urbano no século XIX?*

### 3.9 Arborizar os caminhos: higiene e embelezamento nas primeiras propostas de arborização urbana

Diversos documentos redigidos pelos Presidentes da província de Alagoas demonstram que, a partir da segunda metade do século XIX, assim como em outras cidades brasileiras (Recife-PE<sup>77</sup> e Caxambu-MG<sup>78</sup>, por exemplo), a plantação de árvores em praças, ruas e subúrbios era uma das principais necessidades da cidade e revelava, junto com outras ações, uma forte intenção de ordenamento urbano que refletiam o ideário civilizador. Naquele momento e até as primeiras décadas do século XX,

Cidades **modernas e civilizadas** deveriam ser **belas, higiênicas**, com ar e água puros e renovados, ruas limpas, niveladas, bem traçadas e, sobretudo, **arborizadas e floridas**. Estes preceitos concorriam inclusive para os valores “morais” que se atribuía à sociedade. No dizer dos médicos e de engenheiros, era dever do poder público organizar políticas e destinar recursos para estas finalidades. Deste modo, a **natureza remodelada e recriada pelo homem possuía um poder simbólico eficaz nos**

<sup>76</sup> A paulatina inserção da vegetação de forma ordenada para fins diversos no Recife, que denota uma modificação em seu *status*, foi estudada por Silva (2007; 2016).

<sup>77</sup> Sobre o plantio de árvores em Recife. Ver: Hora (2015).

<sup>78</sup> Sobre o plantio de árvores e ajardinamento das “cidades das águas mineiras”, como Caxambu. Ver: Magalhães (2015, p. 153).

**preceitos urbanísticos, civilizatórios e morais daquele período** (MAGALHÃES, 2015, p. 155 – grifos nossos).

A prática de arborizar estradas e locais pantanosos com finalidades de aformoseamento e de higienização era frequente nas cidades brasileiras e se estendeu por vários anos. Árvores como casuarinas e eucaliptos eram comumente utilizadas para fins higiênicos, pois são espécies de caule lenhoso, que necessitam de muita água para se desenvolver e, por isso, acreditava-se que tinham a capacidade de dessecar o terreno onde eram plantadas.

No caso do Recife, em meados do século XIX deu-se início ao processo de arborização urbana, que aconteceu de forma gradual mediante um projeto modernizador da cidade, a partir da iniciativa do poder público e da participação da sociedade. Durante as gestões do Barão de Boa Vista e do Barão de Lucena, dois entusiastas do projeto civilizador recifense, foram implementadas diversas propostas para arborização, como a plantação de figueiras e gameleiras em alguns locais da cidade e a reforma e a plantação de áreas ribeirinhas (HORA, 2015). Houve, por parte do poder público, incentivos para arborizar determinados trechos principais da cidade, como o Largo do Colégio, a Ribeira, o Pátio da Santa Cruz, o Aterro dos Afogados, as Ruas do Sol, da Aurora e da Cadeia. As principais espécies indicadas para o plantio nesse período foram aroeiras, gameleiras brancas e vermelhas, espinho-de-judeu, trapiá, visgueiro, caneleira ou mangueira (HORA, 2015, p. 99).

Além das questões estéticas e higiênicas, com a instauração da República, em algumas cidades, como João Pessoa, por exemplo, a necessidade de arborização de ruas e praças relacionou-se também com o ideário do progresso, que colocava em polos opostos a cidade colonial, considerada atrasada, e as cidades republicanas, belas, limpas e modernas (MOURA FILHA *et al.*, 2008; MOURA FILHA, 2000).

A rigor, no decorrer do século XIX foram encontradas normativas e recomendações que visavam ordenar a inserção da vegetação na cidade de Maceió e nas estradas para fins higiênicos e de embelezamento, preocupação também recorrente nas *Fallas e Relatórios da Província*. Anos antes das recomendações feitas por Espíndola em 1871 sobre o plantio de árvores para fins higiênicos, identificou-se uma tímida preocupação da gestão com a vegetação na cidade, presente no *Código de Posturas* da comarca de Maceió do ano de 1845, portanto, seis anos após a transferência da capital. Nele, constava a proibição do “corte de árvores e madeiras à beira das estradas e caminhos, excepto quando o forem para o melhoramento dos mesmos”.

No ano de 1854, a Resolução nº 262, de 8 de maio, proibia arrancar as árvores das ruas, estradas e praças, e esclarecia a sua importância como elemento de sombreamento, além de sinalizar a existência de elementos para a sua proteção, como as grades de madeira, que

permaneceram como elementos de proteção até o século XX, conforme mostram alguns postais do início desse século.

Art. 17. Ninguém poderá arrancar, abalar ou effender e damnificar por qualquer maneira as **plantações de árvores públicas para dar sombras nas ruas, estradas e praças desta cidade e seus limites**: os infractores pagarão cinco mil réis da cadeia, si antes não fizerem o pagamento, além da organização da quantia que se houver despendido conforme as arvores plantadas, e rateadamente pelo numero das que forem damnificadas na conformidade acima, incluída a destruição e damnificação da **grade que defende a arvore** (GALVÃO; ARAÚJO, 1872, p. 372 – grifos nossos).

A análise documental realizada indica que a arborização de ruas e estradas no início da segunda metade do século XIX foi crescendo gradualmente e tinha como principais funções higienizar, sombrear, drenar as áreas alagadas e embelezar. Os principais pontos de acesso à cidade e a via de ligação entre os dois principais bairros na época, locais de maior fluxo de pessoas e mercadorias, receberam propostas de arborização, o que já demonstra a presença de um projeto civilizador que tinha a árvore como um de seus principais símbolos e que visava criar uma imagem de cidade civilizada, embelezada e higiênica aos moldes do que ocorreu com o Rio de Janeiro, sob a influência de Paris, após a reforma de Haussmann. Essas pequenas ações referentes à arborização de Maceió anunciavam intervenções de maior vulto que viriam a acontecer, especialmente na gestão de José Bento Figueiredo Júnior<sup>79</sup>, entre 1868 e 1871, considerado um dos maiores entusiastas do projeto civilizador e embelezador de Maceió.

A análise documental revelou também que as primeiras intenções de plantio de árvores em locais públicos remontam ao ano de 1849. Trata-se de um documento elaborado pelo Presidente da província Antonio Nunes de Aguiar, atestando que, naquele momento, a inserção de vegetação na cidade tinha como funções principais o embelezamento e a higienização da cidade, determinando sua plantação em praças e nas proximidades de povoações:

Também é necessário promover a **plantação de arvores frondosas em nossas praças**, e nnas proximidades das povoações; porque alem de ser isto um **embelezamento** para estas, serve para **modificar o efeito de certas emanações deletérias** (AGUIAR, 1849, p. 11 – grifos nossos).

<sup>79</sup> José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1833-1885) foi um pernambucano, formado em Direito pela Faculdade de Olinda que governou a província de Alagoas entre 1868 e 1871. Seu Governo, assim como o de seu pai, foi um dos mais longos numa província onde as administrações costumavam ser muito curtas: apenas no ano de 1867, que precedeu seu Governo, Alagoas teve cinco Presidentes. Possivelmente esse tempo maior de Governo, juntamente com sua visão de futuro, possibilitou que parte de suas ideias fossem concretizadas e que ele pudesse realizar algumas melhorias urbanas em Maceió.

No ano de 1855, a necessidade de plantação de árvores em praças e subúrbios também se fez presente na fala do Presidente da província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, juntamente com outras necessidades de Maceió, como: encanamento de água potável, desobstrução do Canal da Ponta Grossa, relocação do matadouro público, melhoramento da iluminação urbana, conclusão da Planta da Cidade e seu nivelamento, e a criação do cargo de engenheiro da Câmara. O ofício nº 80, datado de 1858, indicou haver naquele momento apenas uma pessoa encarregada do plantio de árvores nas praças e ruas da cidade; recomendou o emprego de mais seis trabalhadores para essa finalidade, o que indica um aumento no interesse da gestão em arborizar as ruas e praças e, conseqüentemente, uma demanda maior de trabalhadores para tal finalidade (OFÍCIO Nº 80, 1858 – APA – Caixa 0816).

Quase vinte anos após as primeiras intenções de plantio de árvores em Maceió, constata-se que a arborização de ruas e estradas para finalidades estéticas e higiênicas permaneceu no teor discursivo dos relatórios provinciais. Em 1868, quando José Bento Figueiredo Júnior assumiu a presidência da província de Alagoas, já haviam se passado quase trinta anos desde que a capital fora transferida de Marechal Deodoro para Maceió. Foi durante a sua gestão, entre 1868 e 1871, que Maceió passou por um surto de desenvolvimento urbano e cultural. De acordo com Cavalcanti (1998, p. 302), ao assumir o Governo, ele elaborou um projeto geral de modernização que, primeiramente, visava ao nivelamento das ruas e à construção de um sistema de esgoto. Mas suas ações não se restringiram às questões de infraestrutura; Figueiredo Júnior pode ser considerado um grande entusiasta da arborização da cidade, com uma proposta para civilizar e embelezar Maceió.

No que diz respeito ao plantio de árvores, Figueiredo Júnior (1868) afirmava ser “necessário cuidar na arborisação das praças publicas e mesmo de algumas ruas mais largas, como uma medida de hygiene publica”. Nesse sentido, pautado também pelo ideário do embelezamento, os principais acessos à cidade foram alvo de propostas de arborização: o acesso à laguna, aqui denominado “caminho lagunar”; o acesso ao porto, localizado no Jaraguá, denominado “caminho portuário”; e o acesso à região onde foi implantada a estação ferroviária central, denominado “caminho ferroviário” (Figura 89, p. 167).

### 3.9.1 A arborização do “caminho lagunar”: o *boulevard* do Canal da Ponta Grossa, a Estrada do Trapiche da Barra e a Rua Augusta

A análise de documentação primária atesta que alguns caminhos de acesso à região lagunar de Maceió, por onde chegava e partia boa parte dos mantimentos que abasteciam a capital, foi alvo de propostas de arborização, que ocorreram desde o início da segunda metade do século XIX. Eram caminhos por onde fluíam principalmente as mercadorias, mas que, em contrapartida, estavam situados um pouco afastados do núcleo urbano principal, em regiões alagadiças e desvalorizadas.

A primeira proposta de arborização do “caminho lagunar” foi idealizada em 1852 pelo Presidente da província, José Bento da Cunha e Figueiredo, quando propôs uma melhoria para o Canal da Ponta Grossa, prevendo a sua arborização:

[...]Canal da Ponta-grossa. Despendeu-se o anno passado na escavação deste canal a quantia de 4:597\$253. E já está necessitando de novo reparo, e há de sempre necessitar em quanto se lhe não fizer uma obra radical que á meu ver é: a factura de **dois paredões ou caes em linha recta** desde sua fóz na lagôa até o logar em que existem umas cacimbas, **plantando-se sobre os aterros dos lados duas linhas de arvoredos adaptados á segurança e aformoseamento das paredes do canal**, na forma do plano que mandei levantar [...] (FIGUEIREDO, 1852, p. 26 – grifos nossos).

Apesar de o plano citado não ter sido encontrado nos acervos, dificultando uma análise mais aprofundada sobre a proposta, a descrição acima permite a clara identificação do ideário do embelezamento atrelado às questões estruturais, na tentativa de que as raízes das árvores segurassem os “paredões” laterais do canal, garantindo a sua segurança. No entanto, essa proposta não foi executada, e ao longo dos anos essa região continuou sendo alvo de diversas propostas que visavam à melhoria do transporte de pessoas e mercadorias e que envolviam desde sua limpeza, desobstrução e aterro até alterações do curso do canal; em algumas situações, envolviam sua arborização.

Nesse mesmo sentido, um manuscrito inédito encontrado nos arquivos locais, datado de 1853, enviado pelo engenheiro Christiano Azevedo Couto ao Conselho de Obras Públicas da capital, confirma a existência de um projeto que previa a mudança do curso do canal e de um arruamento perpendicular na sua lateral. A leitura do documento permite a identificação de uma intenção estética e de recreação, que corrobora o papel da arborização no processo civilizador empreendido pela gestão, conforme explicita trecho da justificativa do projeto:

[...] Compreende a mesma planta, além da nova direcção dada ao Canal, que se vê projetada com tinta encarnada o projeto de um futuro arruamento ao lado do Canal em quadras de 100 braças de extensão e 80 palmos de largura com ruas transversais no sentido perpendicular, findando em espécie de **boulevard** em uma **espaçosa praça** que deve ligar a casa do mercado com a casa do desembarque do canal, sendo tudo **coberto por linhas de arvorêdo**, o que não deixará de honrar aquelle ponto o mais **aprasível e magestoso**, attraíndo por sua **amenidade** a população nas **horas de recreio** [...] (COUTO, 1853 – APA, Caixa.0848 – grifos nossos).

Por esse teor discursivo, a proposta, não executada, indica que havia tanto uma intenção estética como também de recreio e “amenidade” ambiental para com a paisagem urbana. Com efeito, a inserção do *boulevard* previa colaborar com o conforto térmico, proporcionando sombreamento nos momentos de lazer da população, bem como criar uma perspectiva bastante interessante da rua arborizada, margeando o canal nas imediações da Laguna Mundaú e continuando até desembocar em uma espaçosa praça – a Praça do Mercado, em frente ao Mercado público, construído no ano de 1848<sup>80</sup>. Em 1854, o então Presidente da província, José Antonio Saraiva, criticou a localização da bacia do canal proposta na planta elaborada pelo engenheiro Christiano Azevedo e solicitou uma nova planta, mantendo e ressaltando, entretanto, a importância da plantação de um arvoredo na praça do Mercado (SARAIVA, 1854, p. 22). É provável que o projeto do *boulevard* não tenha sido executado principalmente por se localizar numa área alagadiça, de habitação popular pouco valorizada, onde se achavam “os campos para enterro de animais, cemitérios, asilos (de mendigos e alienados), hospital, mercado e demais atividades “insalubres”, “perigosas” e depreciativas do espaço urbano” (CAVALCANTI, 2002).

Uma importante via de acesso à região lagunar que teve um trecho efetivamente arborizado em meados do século XIX foi a Estrada do Trapiçe da Barra. Esse caminho fazia a ligação entre a região central de Maceió, a região lagunar e o interior da província, passando pelo primeiro cemitério público de Maceió (Figura 89, p. 167). De acordo com Figueiredo Júnior (1868), a arborização desta estrada foi concluída no ano de 1868 e reforça a hipótese de que em meados do século XIX o cemitério público e seu jardim configuravam uma das principais ações executadas do projeto civilizador e higienizador de Maceió, conforme será abordado na próxima seção.

Sobre as árvores ali plantadas, Lima Júnior (1962, p. 12) afirma que havia entre elas três gameleiras em frente ao cemitério público, que foram derrubadas em 1935 por ordem do

---

<sup>80</sup> O Mercado, projeto de autoria do engenheiro José Pedro de Azevedo Scharamback, foi construído pelo Presidente da província João Capistrano Bandeira de Melo e reformado, em 1902, pelo engenheiro Luigi Lucarini (AMORIM, 2010).

Tenente Nelson de Almeida Pontes, do 20º Batalhão de Caçadores. No entanto, não foram encontrados registros iconográficos que mostrem essa importante via de acesso arborizada. Um cartão-postal do início do século XX, existente no IHGAL, mostra a lateral do cemitério e parte de sua estrada de acesso, mas a arborização da rua não é englobada no enquadramento da fotografia (Figura 99). Além disso, podem-se visualizar árvores de médio porte plantadas na parte interna frontal do cemitério, confirmando que ali, possivelmente, já havia sido implantado um dos jardins públicos da capital, o que será abordado na seção 4.

**Figura 99 – Cemitério Público de Maceió em cartão postal (s/d)**



Fonte: Costa: Cabral (1902).

A arborização da Estrada do Trapiche foi concluída em 1868, quase dez anos após as ações efetivas de arborização da cidade do Recife, por exemplo, o que seria um tempo suficiente para que as ideias de arborização fossem propaladas e aceitas pelo poder público e pela população (Ver Quadro 1).

Quadro 1 – Cronologia da arborização do “caminho lagunar”

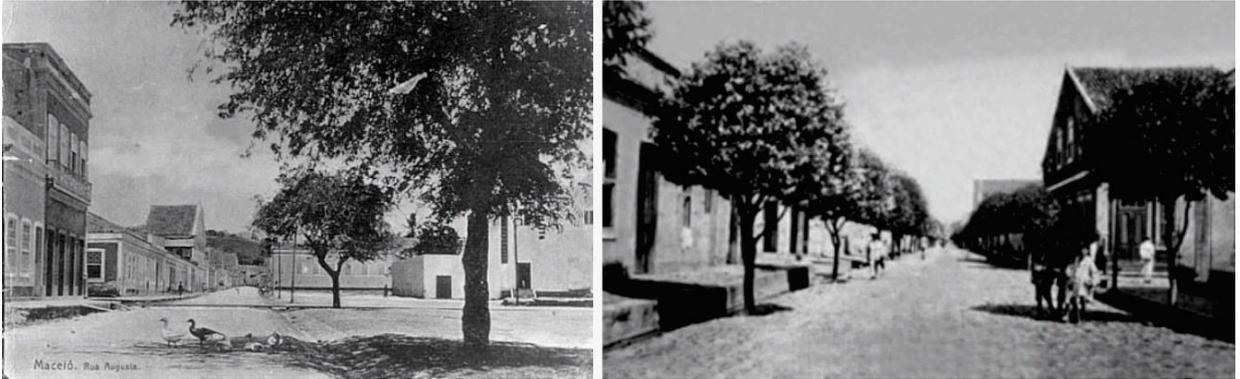
ANO	DESCRIÇÃO	FONTE
1852	Necessidade de arborizar o canal da Ponta Grossa	Fala de José Bento Figueiredo em Fallas e relatórios provinciais
1853	Proposta de <i>boulevard</i> para o Canal da Ponta Grossa	APA – Caixa 0848
1868	Câmara conseguiu completar arborização da Estrada do Trapiche	Relatório Silvério Fernandes de Araújo Jorge em Fallas e relatórios provinciais

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados coletados no APA e nas *Fallas e Relatórios provinciais*.

Outra via que foi arborizada e dava acesso à região lagunar, fazendo a ligação entre a região mais central de Maceió e a Praça do Mercado, foi a Rua Augusta, atualmente conhecida como Rua das Árvores. A arborização desse importante caminho de fluxo de mercadorias tinha uma clara função higienista, visando drenar as áreas alagadiças. Isso pode ser constatado a partir de documentos que atestavam a necessidade de esta rua passar por um processo de aterro e nivelamento no ano de 1882 (OFÍCIO N° 52, 1882 – APA – Caixa 1446).

Na Rua Augusta foram plantados oitizeiros (*Licania tormentosa*), espécie nativa e endêmica brasileira (FORZZA, 2010<sup>a</sup>, p. 856). Para Lima Júnior (1962), as árvores foram plantadas durante a gestão de Clodoaldo da Fonseca, entre 1912 e 1915, quando houve uma iniciativa de arborização de diversas ruas e praças da cidade, inclusive utilizando oitis, porém não foram encontrados documentos que confirmem a sua arborização nesse período. No entanto, é possível supor que os oitizeiros foram plantados anteriormente, devido ao porte já mediano das árvores retratadas em fotografias e postais dos primeiros anos do século XX, dando indícios de que haviam sido plantados ali anos antes dos registros fotográficos (Figura 100).

Talvez a arborização da Rua Augusta haja ocorrido em meados de 1868, durante as ações de arborização que se deram na cidade e que envolveram também o plantio de árvores na Praça do Mercado, localizada em seu entorno. Possivelmente por serem espécies nativas, portanto adaptadas ao clima e solo local, são uma das raras permanências dessas primeiras iniciativas de arborização urbana na paisagem atual.

**Figura 100 – Rua Augusta arborizada (início do século XX)**

Fonte: Acervo digital do MISA.

### 3.9.2 A arborização do “caminho portuário”: a Estrada do Saraiva (Aterro do Jaraguá)

Outro caminho arborizado na segunda metade do século XIX foi o caminho de ligação entre Maceió e a região portuária do Jaraguá (Figura 89, p. 167). O início de sua arborização remonta ao ano de 1854 e esteve relacionado à finalização das obras de aterro daquela região. Assim como a arborização do “caminho lagunar”, também envolveu questões de ordem higiênica. Em sua fala dirigida à Assembleia Provincial no ano de 1854, o Presidente José Antonio Saraiva citou o andamento da obra de construção do Aterro do Jaraguá, conhecida posteriormente como Estrada do Saraiva (atual Avenida da Paz), e enfatizou que para a sua conclusão restava apenas o plantio do arvoredo (SARAIVA, 1854, p. 21). O ideário do embelezamento na arborização desse caminho fica evidente em relatórios dos anos de 1855 e 1859, que solicitavam o replantio e tratamento das árvores que “a **enfeitam** pelo lado do mar” e que se encontravam mortas (GAMA, 1859 – grifo nosso).

Os cuidados com a arborização desta importante via de ligação, iniciada no ano de 1854, estendeu-se por aproximadamente 14 anos, durante os quais várias árvores foram encontradas mortas, procedendo-se então a ações de tratamento e replantio, conforme mostram diversos documentos oficiais, entre relatórios provinciais e ofícios enviados e recebidos pelo SOP, no período compreendido entre 1854 e 1868 (Quadro 2).

No ano de 1868, a arborização desta estrada foi declarada como completa, segundo relatório emitido por Silverio Fernandes de Araújo Jorge, vice-Presidente da província (JORGE, 1868).

Quadro 2 – Cronologia da arborização do “caminho” portuário



Ano	Descrição	Fonte
1854	Estrada do Saraiva quase concluída, faltando plantar o arvoredo e calçar testada da ponte de Maceió	Fala de José Antonio Saraiva em Fallas e relatórios provinciais
1855	Árvores encontradas mortas	APA Caixa 0848
1855	Replântio de arvoredo	APA Caixa 0848
1855	Retirada de 2 árvores que estavam dentro dos oito palmos marcados pela postura para calçadas e passeios	APA Caixa 0848
1859	Tratamento e replântio de árvores que secaram do lado do mar	APA Caixa 0816
1868	Câmara conseguiu completar sua arborização com gameleiras	Relatório Silvério Fernandes de Araújo Jorge, em Fallas e relatórios provinciais
1911	Derrubada das gameleiras	LIMA JÚNIOR (1962)
1912	Plantio de <i>ficus benjamin</i> e de amendoeiras	LIMA JÚNIOR (1962)
1915	-	-

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados coletados no APA, nas Falas e Relatórios provinciais e na historiografia local.

De acordo com Lima Júnior (1976), a espécie plantada foi a gameleira (*Ficus doliaria*), uma espécie nativa brasileira, de porte volumoso, atributos relevantes para o provimento de sombra neste importante trajeto entre as duas principais localidades naquele período (SILVA, 2016, p. 383). Imagens do início do século XX mostram as árvores plantadas, as 27 gameleiras, que ali permaneceram até o ano de 1911, quando foram derrubadas com a justificativa de que suas raízes danificavam o calçamento das ruas e os alicerces dos prédios e de que as árvores abrigavam morcegos que lançavam seus excrementos nas portas das habitações ali existentes (Figura 101).

**Figura 101 – Gameleiras na Estrada do Saraiva (Aterro do Jaraguá) (s/d)**



Fonte: Acervo digital do APA.

Ainda de acordo com o autor:

Eram vinte e sete árvores da família das moréias (*ficus doliaria*), enormes, copadas, frondosas, já muito velhas, maiores de oitenta anos, algumas talvez centenárias [...] (LIMA JÚNIOR, 1976, p. 83).

Apesar dos protestos de alguns moradores que alegavam que as gameleiras, além de prover sombra, já faziam parte da paisagem do bairro, as árvores foram derrubadas e o calçamento da rua a paralelepípedo foi executado.

No início do século XX o Governador Clodoaldo da Fonseca mandou plantar ficus em substituição às gameleiras. No entanto, a espécie não se adaptou às condições locais e as árvores, empurradas pelo vento que vinha do mar, inclinaram-se para a rua e tiveram suas folhas queimadas. Apesar das tentativas de protegê-las com esteiras presas em caibros, as árvores acabaram sendo derrubadas e substituídas por algumas amendoeiras, algumas das quais ainda permanecem na paisagem atual (LIMA JÚNIOR, 1962).

### 3.9.3 A arborização do “caminho ferroviário”: a Rua da Boca de Maceió

A Rua da Boca de Maceió, um dos principais acessos da cidade, estava situada numa região alagadiça, que foi aterrada e saneada em meados do século XIX e, assim como outros caminhos de acesso, também foi alvo de propostas de arborização (Figura 89, p. 167). Desde o

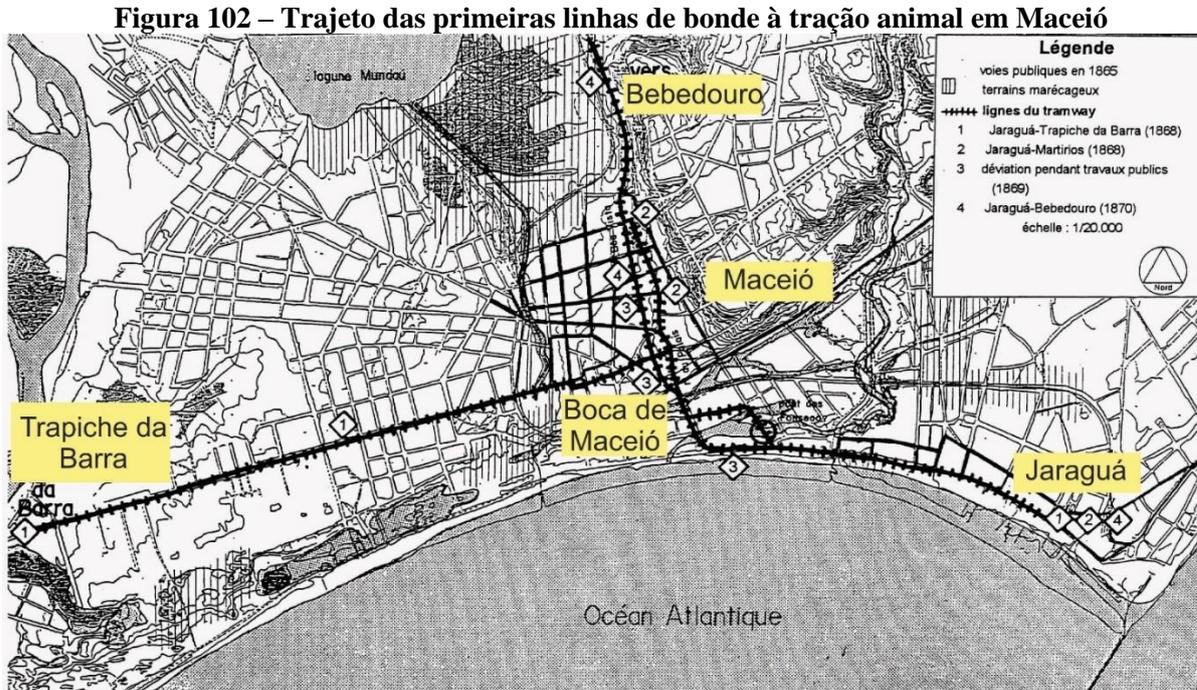
ano de 1858, encontram-se relatos sobre a necessidade urgente de dessecar os pântanos da região da Boca de Maceió (AMARAL, 1858, p. 31). No entanto, foram tomadas medidas paliativas até o seu efetivo aterro, como a construção de bombas de esgoto para a canalização das águas pluviais que ali se estagnavam, como confirma o relatório do Presidente da província em 1866:

[...] A rua da Bocca de Maceió era atravessada por uma espécie de **levada, que muito afeiava e dificultava a passagem dos carros**, não obstante a despeza que se fazia com a conservação se um pontilhão de madeira, que por seu estado de ruina não podia deixar de ser substituído por um novo. Mandei fazer em lugar deste pontilhão uma bomba [de esgoto] de alvenaria, que além da duração que promete, tornou o pavimento da rua unido em toda a sua largura, **dando fácil saída às águas pluviaes, que se estagnavam, formando um pântano próximo ou quasi no centro desta cidade**. Despendeu-se com esta obra pouco mais de novecentos mil réis (900\$000), sendo feita por administração (PIMENTEL, 1866, p. 21-22 – grifos nossos).

Pelo teor discursivo do relatório, além de ser uma obra urgente para a melhoria da circulação, ficou evidente a preocupação com a questão estética na região central da cidade. Além das questões estéticas, higiênicas e de drenagem, Cavalcanti (1998, p. 221-223) explica o quão penoso era o trajeto entre Maceió e Jaraguá, feito através da Rua da Boca de Maceió, especialmente para os pedestres. Segundo a autora, na primeira metade do século XIX, esse trajeto era realizado por um caminho de areia, sem sombreamento, que contava com alguns obstáculos. Primeiro, o pedestre precisava atravessar o pântano Olho d'Água ou Agoa Negra, que se fazia através de um estiva de madeira. Em seguida, caminhava-se pela Rua da Boca de Maceió, com cerca de 30 metros, até chegar a um pequeno cruzamento. A partir daí, o pedestre contava com três opções de trajeto: a primeira seria seguir paralelamente ao Riacho Maceió até o Pântano do Curtume, atravessar a ponte e seguir o caminho que se dirigia à beira mar, e dali seguir para Jaraguá; a segunda opção seria, ao sair da Boca de Maceió, fazer a travessia do riacho de jangada e seguir à beira-mar até Jaraguá; e a terceira opção, economicamente mais viável, seria seguir pela Boca de Maceió e atravessar o riacho na maré baixa. Em todas as opções de trajeto, era inevitável a passagem pela Rua da Boca de Maceió e, dada a sua importância, era inegável o papel da arborização tanto para tornar o trajeto mais agradável quanto para drenar e embelezar essa importante via de ligação.

De acordo com Cavalcanti (1998), as ações de aterramento da região da Boca de Maceió estiveram relacionadas com o início da construção do *tramway* que ligava Maceió a Jaraguá, cujas discussões para a implantação iniciaram-se no ano de 1864. Como demonstra a autora, os trilhos da ferrovia passavam exatamente sobre os pântanos da Boca de Maceió, o que implicou

o efetivo aterro da região. Possivelmente, o aterro já fora concluído em 1868, quando, no dia 25 de março, foi inaugurada a linha de bondes entre Jaraguá e Maceió; esta, tempos depois, foi estendida até a região do Largo dos Martírios e do Trapiche da Barra, conforme se pode visualizar na Figura 102 (CAVALCANTI, 1998; BARROS, 1868, p. 23).



Fonte: Cavalcanti (1998, p. 330).

A construção dessa linha, que posteriormente também se estendeu até Bebedouro, juntamente com a navegação a vapor (ambas de responsabilidade da Companhia Bahiana), melhoraria consideravelmente o fluxo de pessoas e, principalmente, de mercadorias, indicando um progresso bastante significativo para a província. Sua implantação em Maceió, cuja população, de acordo com Cavalcanti (1998, p. 327), não chegava a 16 mil habitantes, ocorreu quase que simultaneamente à implantação do serviço no Rio de Janeiro, capital com mais de 200 mil habitantes.

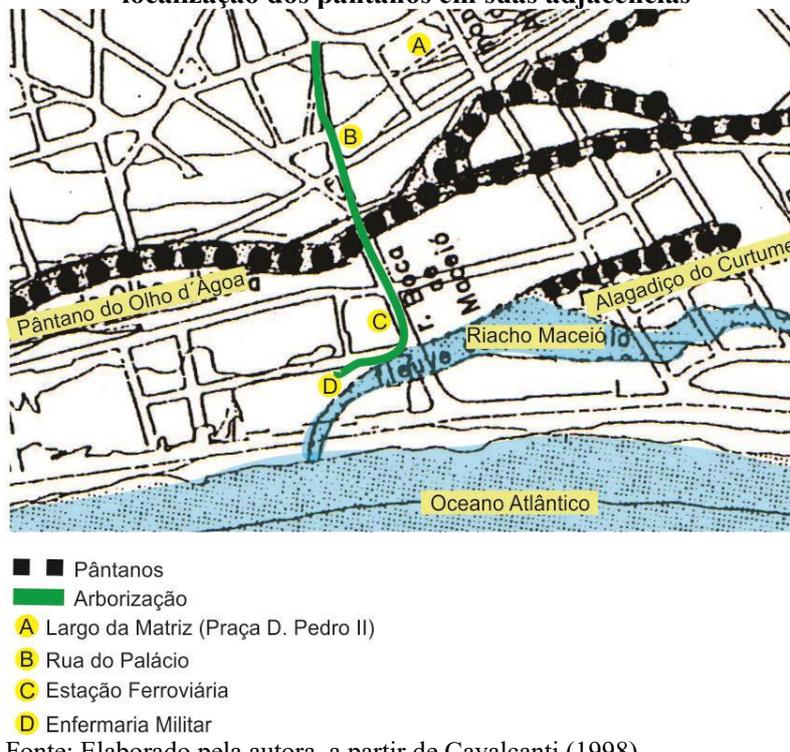
Em relatório presidencial do ano de 1870, José Bento Figueiredo Júnior, em meio a diversas obras de melhoramento urbano, enfatizou a importância “da arborização, calçamento e esgoto das ruas [...] como medidas a bem da salubridade, [assim como] dessecar as águas pantanosas, e aterrar a levada”. Sobre as obras de aterro na região da Boca de Maceió, nas imediações da Ladeira do Palácio e ruas adjacentes, afirmou:

Com a quantia de 35:000\$000 rs, obteve-se um melhoramento notável que **aformosêa** um dos pontos mais importantes da cidade, faclita o transito que d’antes fatigava, e atende a condições desejaveis quanto à via-ferrea. Só resta agora **arborizar os**

**passeios lateraes:** para o que tenho dado as precisas providencias (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1870, p. 49 – grifos nossos).

A documentação analisada indica que a ação de arborização proposta em 1870 por Figueiredo Júnior para o “caminho ferroviário” baseava-se no ideário higienista e embelezador. Além de ser uma região alagadiça, a arborização proposta visava ao embelezamento do entorno de edificações e ruas importantes, por onde circulava uma das primeiras linhas de bondes, como o palácio, a Rua da Boca de Maceió, a futura Estação Ferroviária e a Enfermaria Militar (Figura 103).

**Figura 103 – Arborização do “caminho ferroviário” e localização dos pântanos em suas adjacências**



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cavalcanti (1998).

A arborização da região parece ter sido impulsionada pela importante modificação na região, que teve início com os estudos para a implantação de uma ferrovia ligando Maceió à vila de Imperatriz (atual cidade de União dos Palmares), elaborados pelo engenheiro da província Hugh Wilson, no ano de 1871, por ordem do Presidente Figueiredo Júnior (Figura 104). As obras dessa importante melhoria para o transporte de mercadorias e pessoas entre a capital e o interior iniciaram-se por volta de 1880 e a principal estação da ferrovia, a Estação Central da Alagoas *Railway* ou *Great Western*, estava localizada na Rua da Boca, sendo concluída em 1891 (Figura 105). Cavalcanti (1998, p. 381) comprova que a linha férrea passava

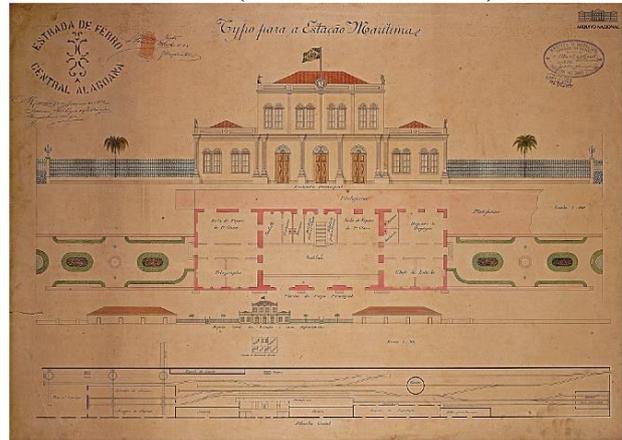
exatamente sobre a região pantanosa da Boca de Maceió, atestando que nesse momento as obras de saneamento e drenagem já estariam concluídas.

**Figura 104 – Estudos *Technicos* da Estrada de Ferro Central (1871)**



Fonte: AHEx.

**Figura 105 – Projeto da Estação Central de Maceió (final do século XIX)**



Fonte: AN. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>.

Não foram encontrados maiores indícios de que a proposta de arborização da Rua da Boca de Maceió e suas imediações, idealizada em 1870 durante a gestão de Figueiredo Júnior, tenha sido executada. No entanto, os documentos oficiais revelaram que a arborização daquela região esteve diretamente relacionada à inauguração da Estação Central da Alagoas *Railway*, no ano de 1891 (CAVALCANTI, p. 381), portanto cerca de vinte anos após a primeira proposta de Figueiredo Júnior. Considerada pelo Indicador Geral do Estado de 1902 como um dos principais edifícios de Maceió (COSTA; CABRAL, 1902), a edificação simbolizava o progresso, a porta de entrada e saída de mercadorias de Maceió para o interior da província, justificando assim sua arborização como parte das ações empreendidas sob a influência do ideário civilizador e embelezador vigente naquele momento (Figuras 106 e 107).

**Figura 106 – Região aterrada nas imediações da estação ferroviária Alagoas *Railway* (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 107 – Árvores plantadas à frente da estação ferroviária Alagoas *Railway* (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

No entanto, a mensagem enviada pelo intendente municipal Manoel Sampaio Marques, em 1906, indica que ocorrera apenas no início do século XX a arborização dessa região (ver Quadro 1, p. 187). Seguindo um plano de melhoramento e saneamento proposto para a cidade, foi arborizada a região da Rua da Boca de Maceió (Figura 108), atual Barão de Anadia, passando pela pequena praça localizada na frente do Antigo Palácio (atual Praça dos Palmares); e da Praça da Enfermaria Militar (Figura 109), edificação que atualmente abriga a 20ª Circunscrição de Serviço Militar, localizada naquelas imediações:

[...] Acham-se nesses dous trechos cerca de cem arvores, todas viçosas promissoras de cômas frondosas e magnificas, sobresahindo o **oiti-sylvestre**, a **carolina**, o **eucalyptus**, o **ficcus benjaminis**, a **aglaia odorata**, que plantei para experiências. Ao meu leal amigo sr. Coronel Pedro Lima, alagoano que se recommenda ao amor desta terra, devo o offrecimento de differentes especimens de bellas arvores para a effectividade desse magno assumpto. Este anno pretendo com a vinda do nosso inverno arborisar outras ruas, pois, na actualidade é-me sobremodo penoso, sendo que para **conservar as que foram plantadas** muito tem gasto esta Municipalidade, devido ao **sol que tudo queima e arruina**. Não fecho este período sem que leve ao vosso conhecimento um facto de tal gravidade que me peza contal-o. Um despreoccupado qualquer, despiedoso, estúpido e selvagem, **arrancou todos os olhos ou rebentos das arvores plantadas** na rua Barão de Anadia (MARQUES, 1906, p. 7 – grifos nossos).

A mensagem de Marques reflete o ideário embelezador quando enfatiza a importância do plantio de “bellas arvores”, “frondosas e magníficas”, e descreve as dificuldades de manutenção das espécies plantadas. O intendente citou dois fatores que contribuíam para a destruição das árvores: a forte incidência do sol e o vandalismo da população. É possível afirmar que essa destruição se dava pela escolha de espécies não nativas da flora local, que não se adaptavam às condições climáticas de Maceió. A mensagem também denota a relação conflituosa entre a população e a vegetação, reforçando a hipótese levantada nesta tese.

**Figura 108 – Árvores recém-plantadas, protegidas por cercas de madeira, na Rua da Boca, s/d**



Fonte: Acervo digital do IHGAL.

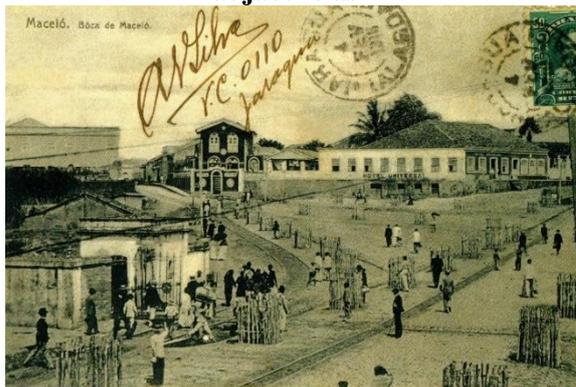
**Figura 109 – Árvores recém-plantadas, protegidas por cercas de madeira, nas imediações da Enfermaria Militar, início do século XX**



Fonte: IHGAL.

Visando minimizar os danos causados pela população às árvores recém-plantadas, uma das medidas utilizadas foi a colocação de cercas de madeira. Nesse sentido, alguns postais e fotografias do início do século XX retratam as árvores na Rua da Boca de Maceió e adjacências protegidas com as cercas em momentos diversos de sua fase de crescimento. Essas imagens são um dos poucos registros das ações de um projeto civilizador que fez uso da arborização urbana com finalidades higiênicas, estéticas e de sombreamento, e das ações paliativas para conter o vandalismo da população (Figuras 110 e 111).

**Figura 110 – Cercas de madeira protegendo árvores recém-plantadas na Rua da Boca e adjacências**



Fonte: Tenório; Dantas (2008).

**Figura 111 – Árvores já crescidas na Rua da Boca, s/d**



Fonte: APA.

No que diz respeito às espécies utilizadas na arborização, a documentação analisada permite concluir que durante o século XIX não costumava haver nos documentos oficiais a especificação das espécies arbóreas a serem plantadas nas vias públicas. Isso só ocorreu no

século XX, quando as espécies eram escolhidas pela “sua folhagem, beleza e resistência” (VASCONCELLOS, 1915, p. 20).

**Quadro 3 – Cronologia da arborização do “caminho do ferroviário”**

	Ano	Descrição	Fonte
	1858	Necessidade de dessecamento dos pântanos da Boca de Maceió.	Fala de Angelo T. do Amaral em Fallas e Relatórios provinciais
	1866	Construção de pontilhão de alvenaria sobre a levada existente na Rua da Boca de Maceió.	Relatório de Barros Pimentel, em Fallas e Relatórios provinciais
	1868	Inauguração do primeiro trecho da linha de bonde à tração animal entre Maceió e Jaraguá	Relatório de Barros Pimentel, em Fallas e Relatórios provinciais
	1870	Providencias para arborização dos passeios laterais da Ladeira do Palácio e ruas adjacentes.	Relatório de Figueiredo Junior em Fallas e Relatórios provinciais
	1884	Inauguração da via férrea Maceió – Imperatriz, cuja linha passava pelo pântano da Boca e possível conclusão das obras de saneamento e drenagem da região	Cavalcanti (1998, p. 379)
	1891	Inauguração da garagem central da Alagoas Railway, na Rua da Boca de Maceió	Cavalcanti (1998, p. 381)
1906	Plantio de aproximadamente 100 árvores, das espécies oiti-sylvestre, carolina, <i>eucalyptus</i> , <i>ficus benjamins</i> , <i>aglaia odorata</i>	Mensagem do Intendente Dr. Manoel S. Marques em 1906	

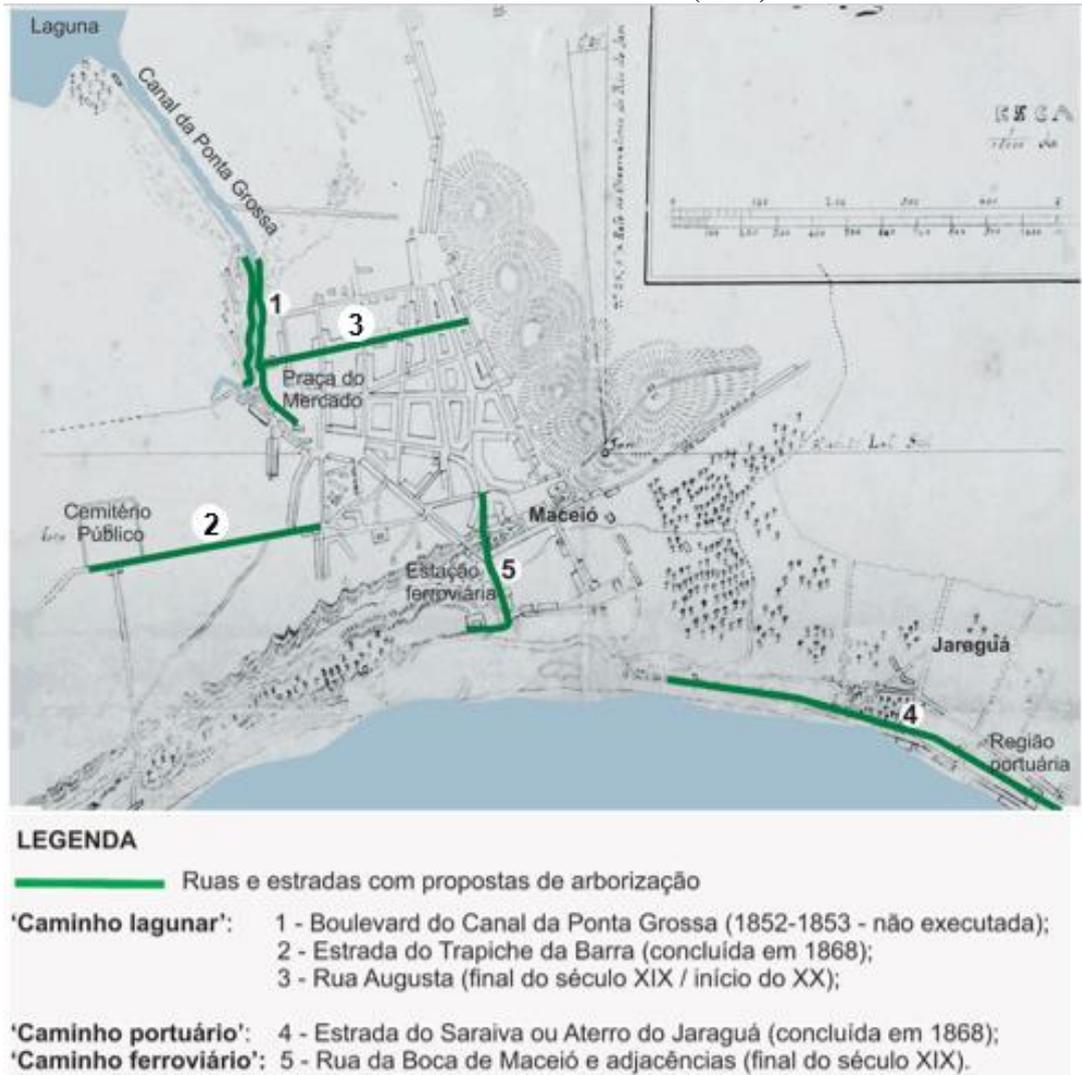
Fonte: Elaborado pela autora.

Em síntese, a pesquisa documental em fontes primárias revelou diversas propostas de arborização de ruas e estradas no período compreendido entre 1852 e 1868. Essas propostas contemplavam os três principais acessos de Maceió: o “caminho lagunar”, através do Canal da Ponta Grossa (1) e da Rua Augusta (3), que findavam na Praça do Mercado, e o acesso ao cemitério público (2); o “caminho portuário”, através da Estrada do Saraiva ou Aterro do Jaraguá (4); e o “caminho ferroviário”, através da Rua da Boca de Maceió e adjacências (5), conforme pode ser observado na Figura 112.

Acredita-se que essas propostas de arborização foram pautadas pelas seguintes justificativas: 1) o conforto proporcionado pelo sombreamento dessas imprescindíveis vias de ligação, por onde circulavam mercadorias e pessoas, cujo trajeto se fazia a pé ou no lombo de animais; 2) o embelezamento proporcionado pelo efeito da plantação de árvores em linha reta nos caminhos de acesso às principais edificações relacionadas ao poder político e econômico da cidade, dando início a uma mudança no *status* da árvore no âmbito urbano; 3) a influência

higienista, que pregava o plantio de árvores para melhorar a qualidade do ar; e 4) o uso da árvore como artifício para drenar as estradas, prática bastante comum entre os séculos XIX e XX, e que pode ser constatada pelo uso da arborização de ruas em locais predominantemente alagadiços.

**Figura 112 – Síntese das propostas de arborização dos caminhos em pormenor da Planta da Cidade de Maceió (1865)**



Fonte: AHEx. Tratado pela autora.

Ao longo de todo o século XIX, principalmente a partir da segunda metade, foram encontrados nos relatórios oficiais da província e normativas (leis, decretos e resoluções diversas), relatos sobre a necessidade de arborização urbana e proibições de plantio e de corte de árvores, visando principalmente ao embelezamento urbano, à higienização e ao sombreamento. Nesse sentido, vale salientar também as normativas que proibiam cortar, fazer

queimadas ou roçados nas proximidades dos cursos d'água, como forma de preservação dos mananciais e de prevenir o assoreamento, conforme sintetizado no Quadro 4, a seguir:

**Quadro 4 – Cronologia das normativas acerca da arborização urbana em Maceió**

ANO	TÍTULO	DESCRIÇÃO	LOCAL	FONTE
1845	<i>Código de Posturas</i> da Câmara de Maceió	Proibição de corte de madeiras e árvores em estradas  Proibição de corte de árvore, lenha ou mata; fazer carvão, queimada ou roçados em terrenos onde houver nascente de água ou riachos	Estradas e caminhos que ligam Maceió aos povoados circunvizinhos  Terrenos nas imediações de nascentes de água ou riachos	<i>Compilação das Leis Provinciais</i> (IHGAL)
1854	Resolução nº 262, de 8 de maio de 1854	Proíbe arrancar, abalar ou ofender e danificar as plantações de arvores públicas que dão sombra nas ruas, praças e estradas	Ruas, praças e estradas de Maceió e seus limites	<i>Compilação das Leis</i> (APA)
1857	Lei nº 308 de 31 de março de 1857	Autoriza as Câmaras Municipais a plantar árvores frondosas	Cidades, vilas e estradas de Alagoas	<i>Compilação Leis Provinciais</i> (1835 a 1872) Tomo VII (APA)
1861	Resolução nº 386, de 8 de agosto de 186	Proíbe plantação de coqueiros e outras árvores que possam causar danos nos quintais ou que se acharem plantados nas estradas a uma distância menor que 20 palmos.	Quintais e estradas	<i>Compilação das Leis</i> (APA)
1869	Resolução nº 526 – artigo 8	Proíbe fazer roçados ou cortar arvoredos existentes à margem do Riacho do Poço	Margens do Riacho do Poço, em Maceió	<i>Compilação Leis Provinciais 1835 a 1872</i> . Tomo V (APA)
1878	<i>Reforma do Código de Posturas</i> da Camara de Maceió	Proíbe: 1.Cortar árvores à margem das estradas; 2.Fazer cerca com espinhos ou plantar árvores com espinhos à margem das estradas; 3.Fazer roçados ou queimadas à margem das estradas ou à margem dos rios; 4.Lançar fogo nas matas, capoeiras ou pastos 5.Plantar coqueiros dentro das cidades 6.Arrancar, cortar ou danificar árvores públicas	Estradas, terrenos à margem de rios.	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da *Compilação de Leis provinciais e Códigos de Posturas* (1845-1878).

Apesar das proibições de corte de árvores e das recomendações de arborização nas praças e estradas, essas não eram ações prioritárias nos discursos da maioria dos agentes construtores da cidade. De fato, observou-se que as principais tentativas de arborização de ruas, mais especificamente, dos principais caminhos de acesso ao centro urbano, concretizaram-se no ano de 1868, na gestão de Figueiredo Júnior, que exerceu, como nenhum outro agente

construtor da cidade, um importante papel na arborização não somente de ruas, mas também de praças, como será visto a seguir.

Para Freyre (1937), de forma geral, havia uma falta de cuidado com a arborização urbana das cidades litorâneas do Nordeste, justificada pela forma de colonização da região:

Essa distância entre o colono branco e a mata, entre o dono de terra e a floresta, explica o nosso **quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região**, quando se trata de arborizar as ruas das cidades do litoral. Explica a indiferença com que deixamos que a arborização das cidades do Nordeste vá se estandardizando no **fico benjamim e no eucalipto australiano** (FREYRE, 1937, p. 76 – grifos nossos).

Corroborando a afirmação de Freyre (1937), observou-se que, apesar das tentativas de alguns agentes construtores para arborizar os principais caminhos, a população de forma geral parecia não aprovar a ideia e colaborava com a destruição das espécimes plantadas. Identificou-se também que em Maceió as espécies inicialmente utilizadas no século XIX foram as nativas gameleiras (*Ficus doliaria*), posteriormente substituídas pelas exóticas figueiras (*Ficus benjamina*). Já no século XX, identificou-se um maior cuidado com a especificação das espécies (como o oiti-sylvestre, a carolina, o *Eucalyptus* e a *Aglaia odorata*, por exemplo), em sua maioria exóticas, sendo estas discriminadas nos documentos oficiais.

### 3.10 Arborizar as praças

Na segunda metade do século XIX, a arborização de Maceió começou a se estender para outros pontos além dos “caminhos” e ganhou força com as ações civilizadoras e embelezadoras empreendidas por Figueiredo Júnior. Os principais largos e praças que foram alvo de propostas de embelezamento e arborização podem ser visualizados na Planta da Cidade de Maceió, elaborada pelo engenheiro Carlos de Boltenstern, em 1865 (Figura 113). Situados geralmente nas imediações de edificações importantes que simbolizavam o poder religioso, político e econômico, esses locais constam na planta como espaços vazios, descampados, como a Praça do Mercado, o Largo da Matriz, a Praça da Cotinguiba, o Largo dos Martírios, a Praça do Quartel e o Largo do Jaraguá. Possivelmente, a falta de demarcação desses espaços públicos na planta ocorreu porque naquele momento eles ainda não haviam sido urbanizados, ou seja, não havia ajardinamento, e tampouco fechamento na forma de gradis.

**Figura 113 – Planta de Maceió elaborada por Boltensstern (1895), com largos e praças em pormenor**



Fonte: AHEX. Tratado pela autora.

As primeiras propostas para praças e largos da cidade tinham como objetivo inicial “aformosear” esses locais. Ocorreram na década de 1850 e nem sempre incluíam o plantio de árvores. Naquele momento, “aformosear” era, muitas vezes, sinônimo de aterrar, nivelar, drenar ou calçar esses locais e suas adjacências. É o que se constata num ofício enviado pelo engenheiro José de Azevedo Schrambach, datado de 1858, que relatou o estado das obras de aterro e o nivelamento das ruas da capital, em especial nas imediações da Praça da Matriz:

A ladeira que fica ao lado esquerdo do palacete da Assembleia legislativa provincial, a qual se achava em estado intransitavel pelos grandes buracos produzidos pelas enxurradas, **já esta completamente aterrada e em estado de ser calçada de pedras:** o que me parece indispensavel visto como não poderá de outra maneira resistir á massa de aguas que por alli se despenhão nas occasiões das grandes chuvas: para amparar o aterro foi necessario construir em toda a extensão do lado esquerdo um pequeno muro de pedra e cal que esta prompta e feito com solidez: o declive ficou o mais doce que era possivel e depois de calçado resistira a ladeira ás maiores enxurradas foi necessario estender o aterro até quase um terço do largo da matriz por aquelle lado; **ficou assim aquella praça aformoseada** (OFÍCIO, 1858 – APA-CAIXA. 0816 – grifos nossos).

Fica evidente que o “aformoseamento” das praças e ruas não necessariamente envolvia a arborização, mas ações de aterro e calçamento. Cerca de dez anos depois, um relatório apresentado por Figueiredo Junior ainda demonstrava a intenção de aformosear duas praças da cidade:

Lembra-se com razão o aformoseamento da praça dos Martyrios, e da Cotinguiba, a qual terá a vantagem de dar um certo impulso ás edificações naquella parte da cidade (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1869).

Nesse caso, a intenção de “aformosear” tinha como intuito impulsionar o crescimento e o adensamento urbano naquelas imediações; isso estava diretamente relacionado com seu aterro, nivelamento e calçamento, o que pode ser constatado no mesmo relatório, quando Figueiredo Júnior sugere que as praças, especialmente a da Matriz e dos Martírios, não estavam aformoseadas, pois se achavam sem calçamento e malcuidadas. No que diz respeito ao plantio de árvores, afirmou que “[...] importa muito tratar da arborização da cidade, embora lentamente. Este serviço exige maior cuidado que dispêndio” (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1869, p. 19).

Apesar da ausência de plantas e da escassez de documentos específicos que confirmem a data exata do início da arborização e das espécies plantadas em todas as praças, é possível asseverar que foram diversas as tentativas de plantio de árvores desde a década de 1850. No decorrer do século XIX, foram plantadas árvores nas Praças da Matriz, do Mercado, dos Martírios, da Cotinguiba e do Quartel. Essa arborização ocorreu antes mesmo de serem gradeadas ou ajardinadas, o que, segundo Silva (2016), era comum em algumas cidades brasileiras.

Efetivamente, as ações de arborização de praças e estradas teve início após a Lei nº 308, de 31 de março de 1857, que assim determinava:

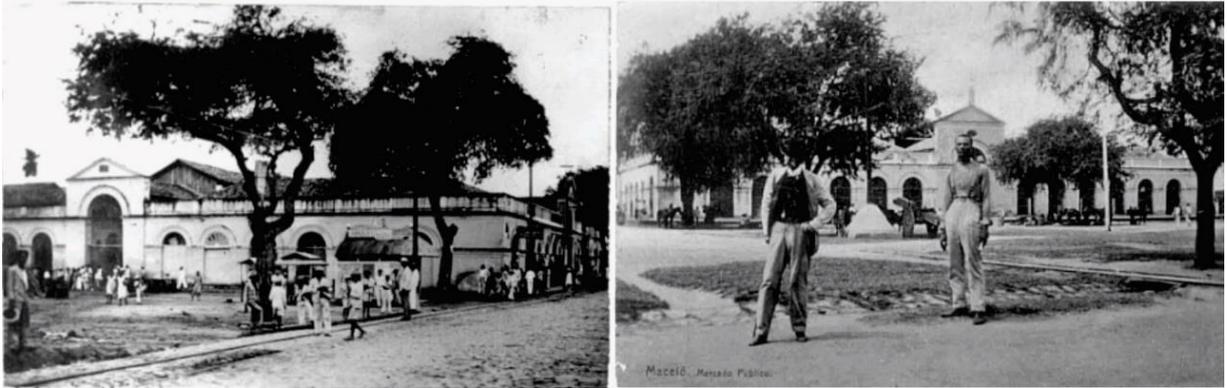
Arborisação – das praças publicas das cidades e villas e nas estradas geraes, que sirvam de aformoseamento [...] São autorisadas as camaras municipaes a fazer, sendo levadas em conta e autorisadas nas leis do orçamento municipal [...] (GALVÃO; ARAÚJO, 1872, p. 50).

O primeiro registro encontrado na documentação primária que trata de uma proposta para a arborização de praças data de 1854, portanto, anterior à Lei nº 308, e fez parte da proposta de embelezamento e melhorias para o Canal da Levada e imediações do Mercado, já tratada anteriormente, mas que não foi executada. No entanto, os documentos que atestam a efetiva arborização da Praça do Mercado datam de 1868:

Propoe a Camara Municipal como melhoramentos de seu município: o calçamento das ruas, organização das estradas e praças e três pontes; [...] **A mesma câmara já conseguiu organizar a praça do mercado** e mandou também organizar a estrada que desta cidade segue até o cemitério público, e completar a organização da estrada do Saraiva. [...] No plano traçado para a edificação da cidade e do mercado **não se tendo deixado praça pelo lado da rua Augusta, a câmara, autorizada por esta presidência, desapropriou o terreno necessário a formar esta praça e arborisou-a** [...] (ARAÚJO, 1868, p. 6-7 – grifos nossos).

A conclusão da arborização desta praça ocorreu simultaneamente à arborização da Rua Augusta e da Estrada do Trapiche, durante a gestão de Figueiredo Júnior, indicando que, desde aquele momento, havia um plano de embelezamento para a cidade que envolvia ações de arborização de forma não pontual (Figura 114).

**Figura 114 – Praça do Mercado arborizada em fotografias do início do século XX**



Fonte: Acervo digital do MISA.

De acordo com Lima Júnior (1962, p. 12), as espécies plantadas na antiga Praça do Mercado, posteriormente denominada Praça Tavares Bastos, eram tamarineiras (*Tamarindus indica* L.), espécie não endêmica do Brasil (FORZZA, 2010b, p.1096), que foram derrubadas em sua maioria no ano de 1911 pelo Dr. Luís Mascarenhas, sob a alegação da colocação da estátua do Visconde de Sinimbu.

Alguns anos após a Lei nº 308 e a proposta de arborização do Canal da Levada e suas imediações, a existência de arborização em outras praças, como a dos Martírios, foi identificada num ofício elaborado pela “Comissão de Nivelamento”, em 1859. A existência dessa comissão confirma as ações de nivelamento e aterro como prioritárias para o embelezamento da cidade. Nesse documento, foi solicitada a remoção das grades de madeira que protegiam as árvores existentes na referida praça, que se encontravam mortas, e que “só servem de atravancar aquelle largo, e tomar-lhe a belleza”. A Comissão sugeriu ainda uma nova plantação de arvoredos no próximo inverno e o aproveitamento das grades de madeira, que seriam retiradas para outros fins, denotando assim que a arborização, embora importante, não era a prioridade (COMISSÃO, 1859 – APA – Caixa 0816).

No que diz respeito à arborização da Praça da Matriz, embora não se tenha encontrado documentação que comprove a data exata de sua arborização, acredita-se, com base na sua importância como núcleo inicial da cidade e símbolo dos poderes religioso, político e

econômico, que convergiram principalmente para ela as primeiras propostas de arborização e embelezamento urbano no século XIX.

Nesse sentido, é plausível supor que as ações iniciais para a sua arborização tenham ocorrido após a Lei nº 308 e as ações de “aformoseamento” que se deram em 1858, impulsionada com a inserção do monumento a Dom Pedro II e seu gradil circundante, que ocorreu em 1861. No entanto, quase vinte anos após a Lei nº 308, o “aformoseamento” desta e de outras praças através de ações de arborização e nivelamento persiste na fala dos agentes construtores da cidade, como se observa no relatório do Presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, em 1872:

Nivelamento e Arborização. Estão exigindo prompto **nivelamento e arborização** especialmente as praças da **Matriz e dos Martyrios**. Heide [sic] brevemente mandar levantar a planta e organizar o orçamento destas obras, afim de oportunamente decretal-as, de preferencia, a da praça da Matriz, por ser de mais fácil e barata execução. É um melhoramento, que muito **aformoseará a cidade nestes dous pontos, sem duvida dos mais importantes**. No jardim deste paço [palacete da Assembléa] já existem algumas mudas, que **facilmente serão transferidas para a praça da Matriz**. Logo que fôr a praça nivelada, e nas proximidades do inverno, mandarei arborisal-a (CUNHA, 1872, p. 48 – grifos nossos).

A arborização da Praça da Matriz parece ter sido efetivada e se mantido, ao contrário da Praça dos Martírios, que aparece em postais do início do século XX como um local descampado. A manutenção da arborização da Praça da Matriz possivelmente ocorreu pela representatividade do local, ponto de convergência da população e, naquele momento, *locus* dos poderes religioso, administrativo e político, bem como pela proximidade do Jardim do Palacete, de onde se podiam extrair mudas.

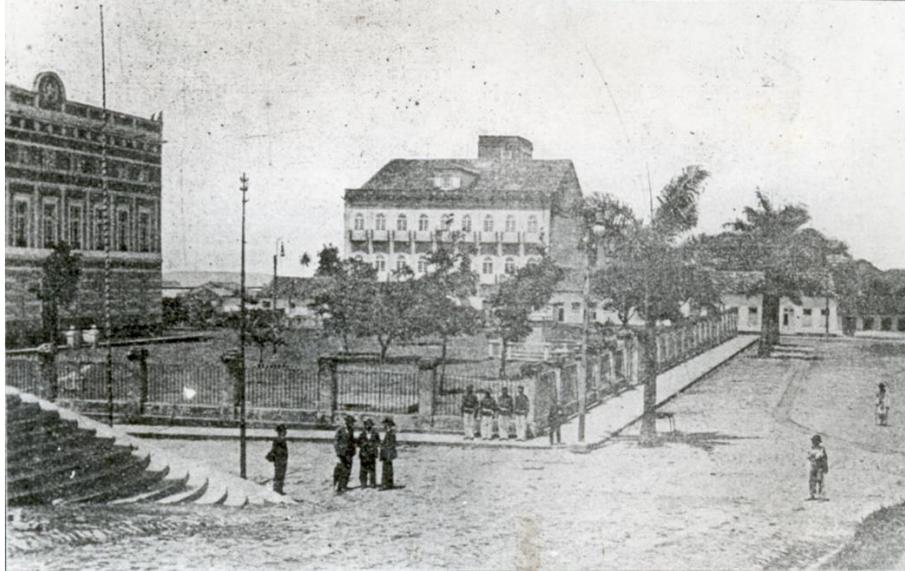
Documentos posteriores, enviados pelo engenheiro da província e datados de 1882, que solicitavam sua reforma não explicitam a necessidade de arborizá-la. No orçamento, consta apenas:

[...] o calçamento de quatro raios da Praça de Pedro 2º, a partir da estátua, para a Matriz, Thesouraria da Fazenda, Paço d’Assembleia e Travessa do Barão de Atalaia, feito a pedra bruta com a largura de dois metros (ORÇAMENTO, 1882 – APA – Caixa 1446).

Meses depois, o mesmo engenheiro enviou um novo orçamento para a conclusão dos serviços de melhoramento da praça, com os valores para obras de nivelamento, rebaixamento dos canos que abasteciam o chafariz ali existente e calçamento. Em nenhum dos dois documentos foi citada a arborização da praça, o que leva a crer que já existiam ali algumas

árvores que se mantiveram com os melhoramentos propostos. Isso pode ser observado a partir dos primeiros registros fotográficos que mostram a praça já arborizada após a inserção de um gradil que a converteu numa extensão do Jardim do Palacete da Assembleia, o que ocorreu durante a administração de Gabino Besouro, entre 1892 e 1894 (COSTA; CABRAL, 1902, p. 279) (Figura 115).

**Figura 115 – Praça D. Pedro II gradeada e arborizada (entre 1892 e 1894)**



Fonte: MISA.

A Figura 115 mostra árvores de médio e pequeno porte no interior da praça, aparentemente sem calçamento ou traçado; a presença de quatro palmeiras imperiais já crescidas no perímetro externo da praça e o monumento em homenagem ao imperador. Não foram encontrados documentos que comprovem a data exata e o contexto de inserção dessas palmeiras, porém, por configurarem um símbolo de nobreza e poder e diante de seu porte, acredita-se que seu plantio esteve relacionado à visita de D. Pedro II àquela localidade, durante a inauguração da Igreja Matriz, em 1859, e à presença de edificações importantes em seu entorno. De acordo com Lima Júnior (1962, p. 10), essas quatro palmeiras e outra plantada posteriormente na parte central “morreram à falta de cuidado”.

Em 1902, durante a administração de José de Barros Wanderley de Mendonça, a praça foi alvo de um plano geral de embelezamento e o gradil foi retirado<sup>81</sup> (COSTA; CABRAL, 1902). Nessa reforma do início do século XX, quando a praça foi ajardinada, novas espécies e novos elementos foram ali introduzidos, denotando as mudanças ocorridas com a instauração

<sup>81</sup> De acordo com Araújo (2002), este gradil foi relocado para o Palácio do Governo, inaugurado em 1902, na Praça dos Martírios.

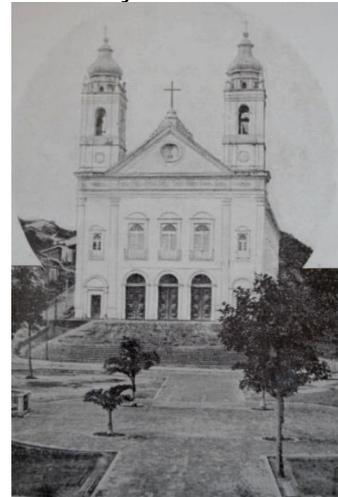
da República e com a chegada do novo século. Além da inserção de um traçado em formato cruciforme pontuado com quatro palmeiras imperiais, delimitando canteiros para o plantio de grama e arbustos, alguns bancos foram dispostos ao longo desse traçado, sugerindo a criação de um espaço para convívio (Figura 116). O traçado parece ter sido inserido de forma a direcionar o olhar do observador, criando efeitos estéticos e de perspectiva que valorizavam as edificações imponentes e importantes de seu entorno: o Palacete, a Matriz, a Administração dos Correios e o sobrado do Barão de Jaraguá (LEÃO, 2010) (Figura 117).

**Figura 116 – Praça D. Pedro II ajardinada e traçado em cruz pontuado com palmeiras imperiais**



Fonte: MISA.

**Figura 117 – Traçado na Praça da Matriz**



Fonte: Marroquim (1922, p. 97).

Outra praça arborizada ainda durante o século XX foi a do Quartel, atual Praça da Independência, que aparece retratada nos postais do início do século XX. Desde o ano de 1871 foram encontrados documentos que atestam ações de nivelamento nesta praça, sugerindo a intenção de “aformoseá-la” (JARAGUÁ, 1871 – APA – Caixa 0258). Apesar de não haver precisão quanto à data de sua plantação, supõe-se que ocorreu em meados do século XIX, já que foram citadas como “históricas” no romance de Pedro Nolasco Maciel, escrito em 1899:

Quem viu e lembra-se dos históricos gameleiros da Praça do Quartel, aquelas **árvores colossais e venerandas** que tinham visto despontar o sol do dia 1º de janeiro de 1800, e que **forneciam sombra para abrigar** centenas de crianças, mulheres e velhos, chorando dia e noite, em procura de parentes recrutados, os quais, às vezes, já tinham sido embarcados furtivamente pela madrugada chuvosa [...] (MACIEL, 1899, p. 224 – grifos nossos).

A espécie ali plantada foi a gameleira (*Ficus doliaria*), que pode ser observada numa fotografia do início do século XX (Figura 118), que retrata uma fração do Tiro Alagoano à sua sombra (LIMA JÚNIOR, 1962, p. 12).

**Figura 118 – Parte da copa de uma gameleira em frente ao Quartel (1912)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

No que se refere à Praça dos Martírios, apesar das tentativas de arborização e aformoseamento que ocorreram desde 1859 (COMMISSÃO, 1859 – APA – Caixa 0816), sua arborização só conseguiu ser efetivada e se manter na paisagem no início do século XX. É o que confirmam diversos cartões-postais e fotografias que retratam a região como um grande descampado, sem nenhuma arborização, entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. A Figura 119 mostra a praça desprovida de qualquer tipo de vegetação. De acordo com Araújo (2002, p. 26), é um cartão-postal cuja fotografia tem data estimada entre 1896 (quando casas foram desapropriadas e demolidas para a construção do Palácio do Governo, que não aparece ainda na imagem) e 1902 (data em que a imagem foi publicada no Indicador Geral do Estado).

**Figura 119 – Ausência de arborização na Praça dos Martírios (1896-1902 c.a)**

Fonte: IHGAL.

Da mesma forma, outras imagens mostram a praça sem arborização, até mesmo em momentos importantes para a cidade no início do século XX, como na inauguração do Palácio dos Martírios (1902) e na recepção ao vice-Presidente da República Affonso Penna (1906). Esse conjunto de imagens indica que a ausência de arborização e de mobiliário perdurou até o início do século XX (Figuras 120 e 121).

**Figura 120 – Palácio dos Martírios (1902-1905)**

Fonte: MISA.

**Figura 121 – Ausência de arborização na Praça dos Martírios durante a recepção à Affonso Penna (1906)**

Fonte: IHGAL.

A documentação analisada atesta que, apesar das tentativas de arborizar a praça dos Martírios, que remontam ao ano de 1859, a praça só conseguiu ser efetivamente arborizada, e

assim se manter, com a mudança de centralidade que ocorreu em Maceió, iniciada no final do século XIX e que se consolidou nos primeiros anos do século XX.

A principal centralidade de Maceió, desde os primeiros anos de povoamento da região, era o núcleo inicial da cidade, nas imediações dos poderes religioso, político e econômico – o Largo ou Praça da Matriz –, que abrigava a mais antiga e importante irmandade da cidade. Para este local convergiam as principais ações de embelezamento. De acordo com Cavalcanti (1998), no século XIX, o Largo dos Martírios localizava-se numa área periférica e desvalorizada de Maceió, nas imediações de uma capela cuja irmandade havia sido fundada pelos pobres e escravos. Com o passar do tempo e após a morte de seus fundadores, os mais pobres foram excluídos desta irmandade, que ganhou importância. Por volta de 1874, uma nova e mais imponente igreja foi construída, e suas festas e procissões tornaram-se as mais importantes da cidade.

Esse parece ter sido o ponto inicial da mudança de centralidade da Praça da Matriz para a Praça dos Martírios, que ganhou impulso com a instauração da República e com a construção do Palácio dos Martírios (cujas obras se iniciaram em 1893, sendo concluídas em 1902) e da Intendência Municipal (projetada em 1902 e concluída em 1910), no entorno da praça. Ambas as edificações foram projetadas pelo arquiteto Luigi Lucarini e certamente contribuíram para a valorização da praça e de seu entorno imediato. A partir dessa mudança de centralidade foram efetivadas ações de embelezamento que incluíam a arborização e que visavam à criação de uma nova imagem de cidade atrelada ao ideário republicano.

Nesse contexto, em 1908 foi elaborado um projeto para a praça pelo pintor Rosalvo Ribeiro<sup>82</sup>, que havia retornado de uma temporada de 13 anos de estudos em Paris. No projeto, ele propôs o ajardinamento da praça, onde foram plantados vários estratos vegetais. Num traçado delimitando canteiros para a plantação de grama, foram instalados bancos em estilo *art nouveau*, postes e outros elementos em ferro fundido, importados da Europa, e uma estátua em homenagem ao marechal Floriano Peixoto. A partir desta data, as imagens da praça a mostram urbanizada e com a presença de vegetação (Figuras 122 e 123).

---

<sup>82</sup> Rosalvo Ribeiro foi um alagoano nascido em Marechal Deodoro em 1865. Aos vinte anos ingressou na Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, e em 1888 viajou a Paris com uma bolsa concedida pelo Governo alagoano para estudar na Academia Julian. Posteriormente, ingressou na École des Beaux-Arts, onde produziu pinturas representativas e consagrou-se como pintor. Ribeiro retornou a Maceió em 1901, quando assumiu o projeto de estátuas e praças para a cidade e lecionou desenho em escolas locais.

**Figura 122 – Árvores recém-plantadas e elementos em ferro propostos por Rosalvo Ribeiro para a Praça dos Martírios, recém-inaugurada**



Fonte: APA.

**Figura 123 – Árvores atingindo um maior porte na Praça dos Martírios, após implementação do projeto de Rosalvo Ribeiro**



Fonte: MISA; APA, respectivamente.

Outro projeto elaborado por Rosalvo Ribeiro no início do século XX foi para a Praça da Cotinguiba (atual Praça Marechal Deodoro), localizada em frente ao Teatro Deodoro. De acordo com Moura Filha (2000), no final do século XIX e início do XX, o discurso de embelezamento e aformoseamento das cidades brasileiras ganhou evidência e pode ser observado na inserção dos teatros e outras edificações monumentais, construídos nesse período. Para a autora, o teatro podia ser considerado “um dos equipamentos que melhor representava os conceitos de progresso e civilização almejados pela sociedade”, que continuavam ligados às preocupações com a estética e a higiene das cidades. Essa importância do teatro na paisagem urbana justifica,

portanto, a reforma da praça à sua frente com o projeto de Ribeiro, de modo a criar um local que valorizasse sua fachada e propiciasse a integração antes e depois dos espetáculos.

Inaugurada em 3 de maio de 1910, alguns meses antes da inauguração do Teatro Deodoro, de acordo com Araújo (2002), o projeto da praça foi inspirado na *Place de La Concorde* de Paris. A praça recebeu um traçado simétrico, tendo seus passeios delimitados por balaustradas de alvenaria e, em seu centro, a estátua equestre do marechal Deodoro. Em suas quatro extremidades foram colocadas estátuas da autoria de Mathurin Moreau, advindas da Fundação Val D’Osne. Da mesma fundição também são as luminárias distribuídas ao longo da praça (AZEVEDO, 2014). Árvores foram plantadas ao longo dos passeios, e foram inseridos canteiros simétricos nas proximidades das balaustradas e da estátua do marechal Deodoro. O traçado rígido e simétrico, o ponto focal central definido pela estátua equestre e o uso das estátuas em ferro fundido importadas da França demonstram mais uma vez como o ideário de modernidade nos projetos de remodelação das praças de Maceió no início do século estava vinculado ao gosto e estilo parisienses, como se observa na Figura 124 (LEÃO; FERRARE, 2016b).

**Figura 124 – Projeto de Rosalvo Ribeiro para a Praça da Cotinguiba (Praça Deodoro), início do século XX**

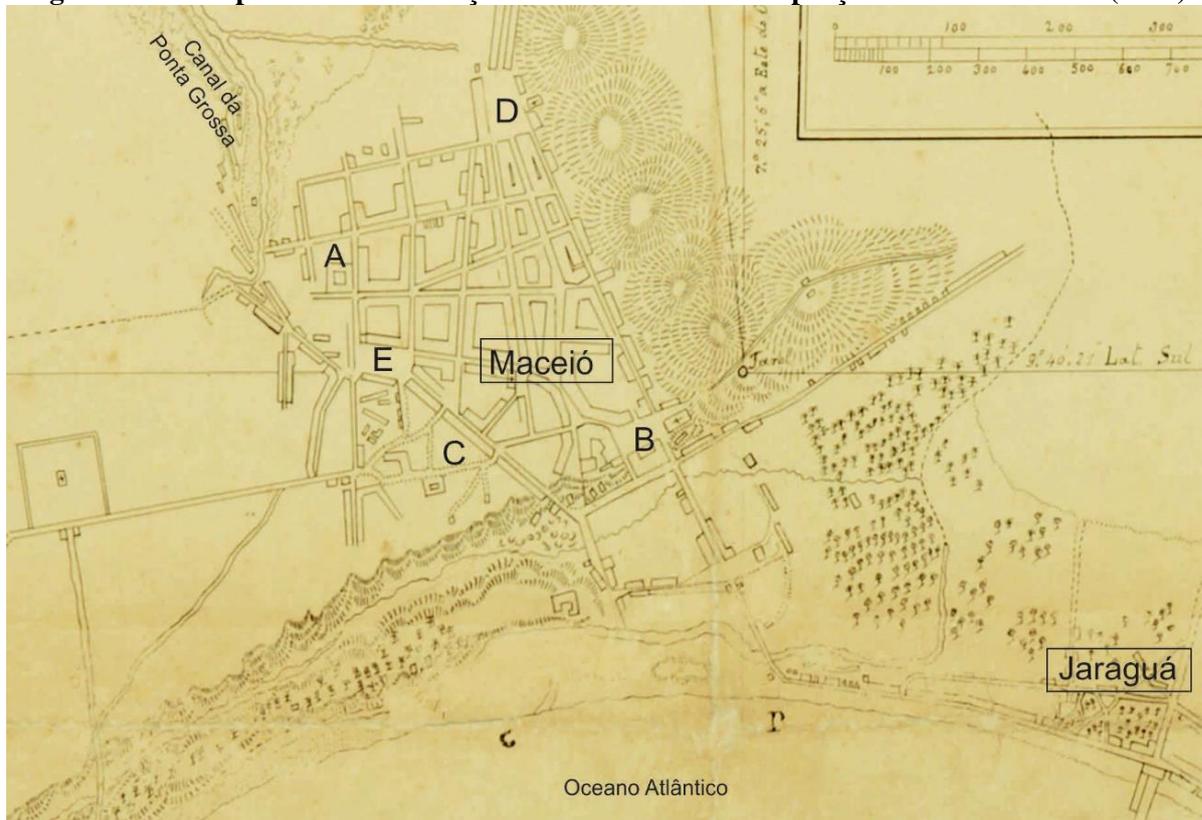


Fonte: IHGAL.

A documentação analisada indica que as primeiras ações para “aformosar” largos e praças de Maceió não estavam diretamente relacionadas ao plantio de árvores, mas sim a ações de aterro, nivelamento e calçamento. As primeiras intenções de arborização desses locais

remontam à década de 1850 e à Lei 308, de 1857, porém as primeiras ações efetivas de conclusão de arborização datam de 1868, efetivadas durante a gestão de Bento Figueiredo Júnior. Diferentemente de outros gestores que recorreram à arquitetura como forma de embelezar a cidade e dotá-la de um melhor aspecto, Figueiredo Júnior demonstrou, desde o início de sua gestão, uma grande preocupação com a arborização dos espaços públicos e das ruas, como forma de embelezar e também de higienizar a cidade. Durante sua gestão, foi arborizada a Praça do Mercado e foi proposta a arborização das Praças da Matriz, dos Martírios e da Cotinguiba, em 1869 (Figura 125).

**Figura 125 – Propostas de arborização e aformoseamento de praças da cidade Maceió (1865)**



**Praças Aformoseadas e Arborizadas:**

- A - Praça do Mercado - construção e arborização (concluída em 1868);
- B - Praça da Matriz - proposta de aformoseamento (1868);  
reforma e calçamento (1882);  
inserção de gradil (1892 - 1894);  
retirada do gradil, plano geral de embelezamento e ajardinamento (1902).
- C - Praça do Quartel - nivelamento (1871);  
arborização (final do século XIX).
- D - Praça dos Martírios - proposta de nivelamento e aterro (1859);  
proposta de aformoseamento e arborização (1869);  
projeto de Rosalvo Ribeiro (1908);
- E - Praça da Cotinguiba - proposta de aformoseamento e arborização (1869);  
projeto de Rosalvo Ribeiro (inaugurado em 1910).

Fonte: Pormenor da planta da cidade de Maceió (1865). Elaborado pela autora (AHEX).

No século XX, após a instauração da República e a criação de novas centralidades, a necessidade de arborização continuou a permear o discurso dos agentes construtores, ainda pautado pelo ideário higienista e embelezador. É o que se pode constatar no Indicador Geral do Estado, publicação de 1902, onde, na Parte V, escrita pelo Dr. Alfredo Rego e intitulada *Hygiene*, foram tecidas algumas considerações acerca das condições higiênicas da capital, que confirmam a latente necessidade de dessecar os pântanos e de arborizar a cidade, como medidas de higiene pública.

Segundo o autor, as medidas para a dessecação dos pântanos não seriam de difícil execução na capital, se conduzidas por um especialista, devido às condições físicas favoráveis (fácil declividade para o mar e para a lagoa, fraca espessura da camada impermeável do solo, entre outros fatores). Rego sugeriu a *drainage* combinada com a cultura (plantação de vegetais apropriados) para a dessecação dos pântanos das margens e adjacências do Canal da Levada e Lagoa do Norte, o que, segundo o autor, não seria muito dispendioso. Ele cita como exemplo de sucesso desse método sua utilização na Argélia, Itália, Córsega e litoral da França, sugerindo ainda como planta adequada para esta finalidade o *Eucalyptus globulus*, conhecido por seu poder absorvente e por seu rápido crescimento (REGO, 1902, p. 122-126). De fato, já no início do século XX, a documentação aqui analisada confirma que esta foi uma das espécies utilizadas para tal finalidade.

No que diz respeito às ruas e praças, Rego anota que sua importância ultrapassava as questões estéticas, sendo elementos essenciais para um ar renovado ou menos carregado de impurezas:

Mais que a simples **preceitos de esthetica**, obedecem as medidas d'esta ordem a **exigências higienicas** do mais alto valor. Nas cidades sem praças e de ruas estreitas, tortuosas e mal orientadas a aeração só se faz de um modo muito incompleto, não se dando, portanto, uma satisfactoria **renovação do ar** já utilizado e viciado (REGO, 1902, p. 125 – grifos nossos).

No que concerne à arborização urbana, o autor observa:

A sciencia ensina e a pratica tem sancionado que a **arborisação das praças e ruas é um dos excellentes recursos para a purificação do ar das cidades**. As arvores além das vantagens da **sombra**, tao agradável nas estações quentes, e de servir para **attenuar a incommoda impetuosidade dos ventos**, proporciona ao ambiente, pelo phenômeno da respiração, uma certa quantidade de **oxygenio**, fixando ao mesmo tempo o carboro. [...] Ainda pelo lado do solo, as arvores por intermédio de suas raízes, não só absorvem a humidade, como já sabemos, mas também aproprião-se, para a própria nutrição de uma bôa quantidade das matérias orgânicas que ahi encontra, as quaes deixão portanto de servir de elemento para a infecção d' este meio. [...] Julgamos não devermo-nos impressionar com as infundadas accusações de ser a arborisação das

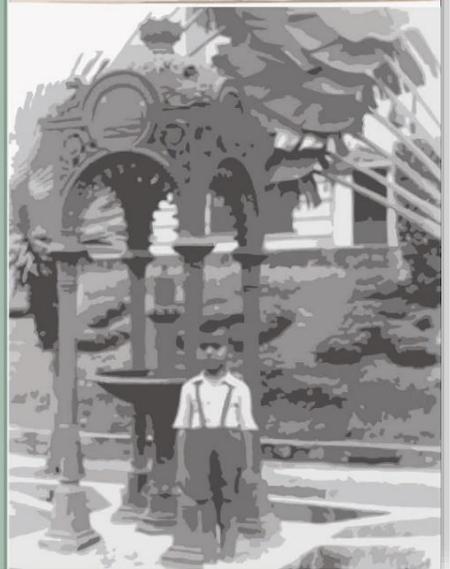
ruas publicas uma causa de humidade para as habitações, porquanto o que a hygiene aconselha não é a criação de florestas, mais sim a **plantação methodica de arvores distanciadas umas das outras e convenientemente afastadas das habitações** (REGO, 1902, p. 126 – grifos nossos).

É interessante observar que, apesar das vantagens da arborização enumeradas pelo autor (purificação do ar, provimento de sombra e fornecimento de oxigênio), ele enfatiza que a arborização das ruas não era a causa principal da humidade, como se acreditava, e conclui que, segundo os preceitos do higienismo, não se deviam criar grandes áreas arborizadas de forma aleatória, mas sim plantar árvores de forma planejada, **distanciadas entre si e das habitações de forma conveniente**.

Nota-se, portanto, que no início do século XX, os especialistas ainda recomendavam que a vegetação fosse plantada afastada das edificações. Assim, apesar da mudança no *status* da vegetação já iniciada no século XIX, verificada a partir do momento em que esta adquiriu valores estéticos e higiênicos, ainda parece permanecer no ideário local a crença de que a árvore deveria ser mantida a certa distância das habitações, ou “à beira do casario”, como era comum nos primeiros anos do século XIX.



tem nas quadras interiores de esse quarteiro  
 32 cantineas redondas e as 4 choroelas  
 fôrmas de esse interior e todo de  
 madeira no 2o andar, e em no 3o um  
 tanque e chafiz, e em no 4o um  
 terraço coberto com terraço, e as  
 freixas, palmeiras e e não se ra, e  
 um m. 1/2 de uma, e se sazem com e  
 e hui ago, e ante, medite de em e  
 de m. 1/2, um eiss, uma hui e em e  
 celumme nos eiss e os rtes m. 1/2  
 e os m. 1/2, e abaku la le. e. de  
 e tem cerca de 20 geras de estuque  
 e rebucos.



## 4

### A VEGETAÇÃO E OS JARDINS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Não houve povo que evoluindo não se congregasse em cidade.  
Não houve cidade que evoluindo não contivesse jardins.  
(MARX, 1935, p. 1)

Nas últimas décadas do século XIX, além da arborização de ruas e praças, a prática de implantar espaços ajardinados visando ao lazer, especialmente nas cidades mais desenvolvidas economicamente, arraigava-se no ideário dos agentes construtores das cidades. A presença do jardim público na cidade era sinônimo de civilização porque, entre outras coisas, nele eram inseridos elementos da cultura europeia, considerada mais civilizada, como postes, chafarizes e elementos decorativos importados, além da vegetação fina e delicada, composta por espécies exóticas aqui aclimatadas, em variados estratos, como arbustos floridos e árvores de médio a grande porte. O hábito de frequentar esses jardins, gradeados e com acesso controlado, era mais frequente entre a elite, denotando também um *status* de civilidade.

A inserção dos jardins públicos sinalizava uma mudança crucial no *status* da vegetação na cidade, a revelar mudanças culturais nos hábitos da população e na relação entre habitante e vegetação. A vegetação, que outrora deveria ser mantida “à margem do casario” e nos fundos dos quintais, passaria a ocupar o papel de protagonista de uma nova tipologia urbana: o jardim público, local destinado ao plantio da vegetação e ao usufruto público, que, nas palavras de Segawa (1996), era um “monumento à vegetação”.

Na segunda metade do século XIX, Maceió ainda era uma pequena cidade em desenvolvimento e carente de infraestrutura urbana, onde, para os agentes construtores, “ser civilizado era defender a extinção dos pântanos da cidade, era lutar para que o ambiente tropical se parecesse o mais possível com as terras europeias”, precisando para isso “negar os atributos inerentes à região” (CAVALCANTI, 2000, s/p). Conforme se mostrou na seção anterior, essa relação de negação das características naturais do ambiente local afetou diretamente a forma de urbanização da vegetação, com a escolha de espécies não nativas da flora local e a não permanência na paisagem das espécies plantadas. No entanto, seguindo o exemplo de outras cidades, a partir da segunda metade do século XIX, também foram inseridos jardins públicos em Maceió. Haveria a vegetação mudado seu *status* de elemento desvalorizado para elemento valorizador da paisagem?

#### 4.1 As propostas de espaços ajardinados em pontos estratégicos

A partir da segunda metade do século XIX, foram construídos os jardins públicos de Maceió, que tinham como finalidade principal o lazer. A análise da documentação primária aponta terem sido efetivamente implantados três jardins públicos:

JARDINS PÚBLICOS. Existem n'esta capital **tres jardins**, que se achão em bom estado. **Pelo lado científico nenhuma importancia tem** esses estabelecimentos; **servem apenas de recreio publico** nas tardes calmosas e estão collocados: - um junto ao palacete d'assembléa provincial, outro no cemiterio publico da capital e o terceiro na praça de Santa Maria em Jaraguá (REPARTIÇÃO, 1874, p. 4 – grifos nossos).

Embora o primeiro jardim tenha sido efetivamente implantado no ano de 1857, desde a gestão de José Bento da Cunha e Figueiredo (1849-1853) já haviam se explicitado as primeiras intenções de criação de jardins e passeios públicos em Maceió. No ano de 1850 ele definiu os locais que, na segunda metade do século XIX, iriam abrigar os principais jardins públicos da capital: o Jardim do Cemitério Público, o Jardim do Palacete e o Jardim de Jaraguá. Acredita-se que os dois últimos tiveram sua localização definida sobretudo pela proximidade de edificações importantes para Maceió naquele momento: o Palacete da Assembleia Provincial, inaugurado em 1853, e a Igreja matriz de N. Sra. Dos Prazeres, na região central de Maceió; o Consulado Provincial, inaugurado em 1870, e a Igreja de N. Sra. Mãe do Povo, no bairro de Jaraguá.

Ainda em 1850, segundo Figueiredo (1850, p. 23-24):

Da planta e orçamento, que mandei organizar e que farei chegar à vossa presença, conhecereis que com a modica despesa de 12:000U reis poderemos conseguir a abertura e calçamento da rua projectada; e em frente da casa do Lyceo, (onde ter-se-ha algum dia de edificar o Palacio do Governo) **uma espécie de passeio publico, ou terraplano plantado em forma de jardim**, em cujo centro poderá levantar um pequeno monumento em memoria do Fundador do Imperio (FIGUEIREDO, 1850, p. 23-24).

A planta e o orçamento a que Figueiredo se referiu não foram encontrados, mas uma planta posterior, datada de 1868, indica onde possivelmente deveria se situar o passeio público proposto: em frente à casa do Lyceo (marcada em “h” na planta). É provável que ele estivesse se referindo ao local onde seria construído o Palacete da Assembleia (b), em frente à Igreja Matriz (A), na praça homônima (1), e onde, em 1867, foi criado o jardim público conhecido como Jardim do Palacete (Figura 126).

Figura 126 – Localização do Lyceo na planta da cidade de Maceió (1868)



Fonte: Cavalcanti (1998, p. 69).

Além dos três jardins públicos comprovadamente executados, foram encontrados registros de propostas para a criação de um espaço ajardinado no tabuleiro do Farol, no Alto do Morro do Jacutinga. A planta da Cidade de Maceió, elaborada em 1868 por Boltensstern, indica a localização privilegiada desses espaços ajardinados propostos: no Alto do Morro do Jacutinga, no entorno do Farol; no interior do Cemitério Público; na pequena elevação nas proximidades da Matriz de N. Sra. Dos Prazeres e ao redor do Palacete da Assembleia; e nas imediações da Igreja de N. Sra. Mãe do Povo e da ponte de embarque e desembarque, conforme se observa na Figura 127.

A análise da documentação primária atesta que o primeiro jardim público construído em Maceió foi o jardim localizado no Cemitério Público de N. Sra. da Piedade, no arrabalde do Trapiche, sendo este jardim recorrentemente citado nos *Almanaks Administrativos da Província das Alagoas* (1874, 1876, 1877 e 1878). Diferentemente dos demais jardins e passeios propostos, que tinham como uma das principais funções o lazer, sua implantação esteve diretamente relacionada com as ações higienistas que ganharam força a partir do início da segunda metade do século XIX.

**Figura 127 – Localização das propostas para o passeio e jardins públicos na planta (1868)**



Fonte: AHEx. Tratado pela autora.

Datam de 1850 os primeiros estudos para a implantação desse cemitério público fora dos limites da cidade de Maceió, obra considerada urgente naquele momento, logo após a primeira epidemia de febre amarela, que vitimou muitos habitantes da cidade e acarretou a proibição da prática de enterramentos nas igrejas, devido às “emanações mephíticas” provenientes da decomposição dos cadáveres (FIGUEIREDO, 1850, p. 21).

Foram nomeadas duas comissões compostas por médicos e engenheiros da cidade, pelo Presidente do Conselho de Obras Públicas e pelo Presidente da Câmara Municipal, incumbidas de escolher o melhor local para a implantação do novo cemitério. Para tanto, as comissões partiram de dois princípios de análise: o primeiro, em que foram analisadas a direção dos ventos e a composição do solo; e o segundo, em que consideraram a posição topográfica do terreno e os lugares adjacentes. Foram analisados dois terrenos: um nas imediações da Cambona e outro na lateral direita da estrada que ligava Maceió ao arrabalde do Trapiche. Embora nenhum dos dois locais fosse considerado ideal pelas comissões, optou-se pela implantação da pedra inicial no terreno localizado na Estrada do Trapiche (FIGUEIREDO, 1850).

O local escolhido foi o areal à margem da estrada que conduzia ao Trapiche e ao Pontal da Barra, então deserto, coberto de **cajueiros bravos, pitangueiras, murtas, mapirungas, catolés e cactos** [...] (LIMA JÚNIOR, s/d, p. 61 – grifos nossos).

É interessante observar que, apesar da presença de espécies nativas brasileiras (arbóreas, frutíferas e arbustivas), típicas de áreas de restinga, o parecer para a escolha do local a ser implantado o cemitério atestava que o terreno escolhido “**não pode entreter verdejante vegetação** e por isso os arbustos que ali se devisa são **tênuos e desequidos**” (FIGUEIREDO, 1850, p. 18 – grifos nossos). O parecer denota uma desvalorização dos terrenos onde havia vegetação nativa, instalando neles edificações insalubres e depreciativas, como os cemitérios, corroborando a hipótese inicial proposta nesta tese de que se construiu culturalmente uma relação de menosprezo pela vegetação nativa desde o período colonial, que perdurou no século XIX.

O projeto do cemitério com sua pequena capela, cuja autoria não é consensual entre alguns historiadores<sup>83</sup>, foi bastante dispendioso e levava em consideração, além dos princípios higienistas, os princípios do embelezamento:

Se for concluído em todas as suas partes o cemitério com todas as dimensões do plano, será um dos estabelecimentos mais dignos da atenção publica pela sua **beleza** (ALBUQUERQUE, 1856, p. 38 – grifo nosso)

O cemitério foi concluído no ano de 1855 e, possivelmente, o jardim foi plantado logo em seguida, já que um ofício emitido em 26 de julho de 1856 solicitou ao Presidente da província a nomeação de Francisco José da Silva, como jardineiro do local (OFÍCIO, 1856 – APA – Caixa 848).

Embora estudos recentes<sup>84</sup> tenham mencionado o Jardim do Palacete da Assembleia, ajardinado em 1867, como o primeiro jardim público da capital, a documentação aqui apresentada comprova que o Cemitério Público foi o primeiro local a receber ajardinamento, unindo funções higiênicas e estéticas num mesmo projeto. Um manuscrito inédito existente no acervo do APA fornece maiores informações sobre a configuração espacial desse jardim e do forte apelo estético ali existente. Trata-se de uma descrição do estado do cemitério anos após a conclusão de sua obra, mais precisamente em 1869, elaborada pelo engenheiro provincial Carlos de Mornay, com a finalidade de efetuar os reparos ali necessários. Essa descrição detalhada confirma as intenções estéticas presentes no jardim através do uso de passeios,

<sup>83</sup> De acordo com Espíndola (1871, p. 180), o projeto foi de autoria do engenheiro Marcolino Rodrigues Costa. Segundo Costa (1939), o autor do projeto foi José Pedro de Azevedo Scharamback.

<sup>84</sup> Esses estudos demonstravam os resultados parciais obtidos na pesquisa documental em coautoria com Josemary Ferrare nos Anais do 4º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (LEÃO; FERRARE, 2016a). No entanto, com o aprofundamento da pesquisa nas fontes primárias, detectou-se a construção do Jardim do Cemitério Público anos antes da implantação do Jardim do Palacete da Assembleia.

canteiros em diferentes níveis de altura, chafariz, caramanchões, jarros de louça matizados e de estuque, entre outros elementos decorativos (DESCRIPÇÃO, 1869 – APA – Caixa 2.474).

Mas por que um cemitério, edificação considerada insalubre, e seu respectivo jardim ganharam importância como elementos embelezadores da cidade, fazendo uso de elementos decorativos em sua composição? De acordo com Teixeira (2009), o cemitério foi uma nova tipologia que surgiu com o processo de secularização, mas que continuou guardando certa relação com o sagrado, revelando, ao mesmo tempo e antagonicamente, elementos duma cidade profana e sagrada. O autor constatou que nas cidades do estado do Rio Grande do Norte por ele estudadas, havia uma relação espacial entre a localização da Igreja Matriz e os primeiros cemitérios, localizando-se estes num eixo imaginário que acompanhava a orientação longitudinal da matriz.

Essa relação espacial entre a igreja e o cemitério, citada em alguns documentos estudados pelo autor, parecem remeter à própria noção do sagrado, que envolvia o percurso do sol, a relação entre a vida e a morte, o nascer e o pôr do sol. Ainda segundo o autor, a influência do pensamento católico nos cemitérios se refletiu inclusive na nomenclatura “campo-santo”, que lhes era dada, já que o local do enterramento era importante para a salvação das almas.

Teria o cemitério público de Maceió um caráter de sagrado, justificando assim a importância dada a seu jardim? No parecer que determinou a escolha do local para a construção do cemitério não se encontrou nenhuma referência a seu posicionamento em relação à Matriz de N. Sra. dos Prazeres, mas a atenção dada a seu projeto, buscando arborizar a rua que lhe dava acesso, o “caminho lagunar”, demonstra a importância do caráter sagrado dessa edificação, que ultrapassava as questões depreciativas da insalubridade do meio a que estava exposta.

Cavalcanti (1998) também lançou luzes sobre as motivações para a inserção de um jardim no cemitério, quando enfatizou a importância cultural da prática dos funerais e enterramentos durante o século XIX em Maceió, que resultaram em apropriações simbólicas do espaço urbano e denotavam a estratificação da sociedade. Segundo a autora, a posição social do morto definia a forma como era realizada a cerimônia de seu enterramento: quanto mais alta a posição na confraria à qual pertencia, mais atos religiosos e mais “pompa e circunstância” revestiam o ato do enterramento.

No caso dos fiéis que contribuíam mensalmente com doações à sua igreja, até meados do século XIX a cerimônia iniciava-se pomposamente com uma procissão que passava pelas ruas e largos da cidade e culminava com o enterramento no interior da capela ou igreja à qual o morto estava vinculado. Com a proibição dos enterramentos nos recintos da igreja e a



O caráter sagrado do jardim do cemitério público de Maceió e as sensações olfativas e de conforto que ele proporcionava foram citadas no discurso dos agentes construtores da cidade:

De certo, o visitante que neste lugar, vem, por tardes amenas, derramar de saudade uma lagrima sobre á campa do ente querido, sente de alguma forma uma **suavidade balsâmica**, aspirando o **perfume das funéreas flores** [...] (MURITIBA, 1874 – grifos nossos).

O segundo jardim público na cidade foi construído em 1867, nas imediações do “coração do povoado”: o Largo da Matriz. Esse jardim foi inserido no entorno do Palacete da Assembleia Provincial, e teve sua localização definida por José Bento Figueiredo em meados do século XIX, que previa a instalação de um espaço de lazer no local:

[...] **Palacete da Assembleia**. [...] Dificultoso me foi deparar com um bom local, para nelle plantar o Palacete: parece incrível que isso aconteça em uma Cidade nova, e ainda mui falhada. Pois o único lugar que me pareceu mais próprio de uma tal obra foi o largo da matriz. Do lado da ribanceira já existia um pequeno terreno de propriedade municipal: depois de muitas indagações e exames assentei de mandar comprar as cazinhas de taipa que ficavão no alinhamento desse terreno, para ahi edificar, como com effeito se está edificando o Palacete, entre as ladeiras do Algarve e do Commandante Superior Mendonça, com **espaço sufficiente para formar-se um pequeno Passeio publico, onde os habitantes desta Cidade poderão entreter as vistas nas horas de distracção** [...] (FIGUEIREDO, 1851, p. 18-19 – grifos nossos).

É interessante observar que o palacete, edificação em estilo neoclássico projetada pelo engenheiro José Pedro de Azevedo Scharamback, já previa, desde o início de sua concepção, um espaço livre à sua volta para abrigar um espaço ajardinado. Vale salientar que naquele momento não era comum em Maceió a construção de edificações soltas no lote, sendo o palacete a primeira edificação com tal configuração.

A maioria das edificações de Maceió era implantada em lotes estreitos e compridos, impossibilitando os recuos laterais. A partir de 1845, encontram-se na legislação local diversas restrições com relação à implantação de recuos frontais, com a finalidade de obter o alinhamento e o consequente embelezamento da cidade. Para fiscalizar as construções novas que se faziam a partir daquele momento, a Câmara nomeou arruadores, a quem competia “alinhar”, “perfilar” e “regular” as frentes dos edifícios (MACEIÓ, 1845).

Essa situação só começou a ser modificada a partir da reforma do *Código de Posturas* da Câmara Municipal de Maceió, aprovada pela resolução provincial nº 806, em 1878, que permitia “edificar casas affastadas do alinhamento, assentando na frente grades ou gradis de ferro” (MACEIÓ, 1878, p. 8). Essa foi uma importante mudança que possibilitou, a partir daquele momento, a implantação dos jardins na parte frontal das edificações. Ademais, a

recomendação do uso de grades de ferro na parte frontal dos lotes, possibilitando a visualização dos jardins, indica uma mudança no *status* da vegetação e nos modos de habitar, já tratados anteriormente.

Voltando ao Palacete da Assembleia, sua construção durou cerca de três anos e foi considerada uma das mais belas da capital naquele momento, envolvendo a desapropriação de algumas casas e a construção de um talude:

O paredão em forma de talud que sustenta a área da parte do mar e os lados do edifício, está quase acabado. O aterro acha-se em meio. **Esta obra é um dos mais belos ornamentos da capital**; e quando estiver concluída será um **ponto de recreio e distracção, de que tanto necessita esta Cidade**, além de ser indispensável para segurança do edifício (PINTO, 1853, p. 15 – grifos nossos).

Vale salientar que o jardim do Palacete, cujo efetivo ajardinamento ocorreu apenas em 1867, estava localizado nesse talude sobre uma pequena elevação, de onde se avistava um trecho do mar, nas imediações do Palacete da Assembleia e da Igreja Matriz, representando os poderes político e religioso. Possivelmente, a escolha do local para sua construção estava relacionada tanto com a representatividade das edificações em seu entorno, quanto com a visão parcial do horizonte marítimo que do talude se podia avistar. Conforme Segawa (1996), alguns jardins funcionavam como mirantes para a apreciação do horizonte marítimo, associando o hábito de passear a uma nova forma de olhar e usufruir a paisagem. Uma passagem do romance de Pedro Nolasco Maciel confirma essa função de mirante para o horizonte marítimo e para os barcos atracados no mar a partir do adro da Igreja Matriz, nas imediações do Jardim do Palacete:

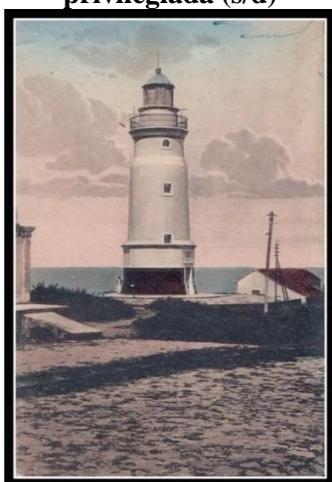
Estando Dona Maria e Zulmira na Igreja Matriz, na missa conventual, [...] Porém os devotos e devotas **achavam-se no adro, alguns a olharem para o mar, apreciando o belo panorama**, os vapores Trent, Cordoba, Brazil, Jacuípe, Marquês de Caxias, a barca norueguesa Málaga, o palhote Vieira, a Java encalhada na praia com o carregamento de carvão; o riacho Maçaió derrubando a ponte dos Fonseca [...]. (MACIEL, 1899, p. 219 – grifos nossos).

Outra proposta de espaço ajardinado que tirava partido da visão do horizonte marítimo foi sugerida no ano de 1858, num relatório emitido pela Diretoria de Obras Públicas. Tratava-se da criação de um passeio público, através do

[...] estabelecimento de uma **alameda do taboleiro do morro do faról** compreendido entre este e o paiol da pólvora, será de muita utilidade para os habitantes desta cidade, que nas tardes calorosas a procurarão para gozarem dos **belos ares e lindas vistas** (DIRECTORIA, 1858, p. 3 – grifos nossos).

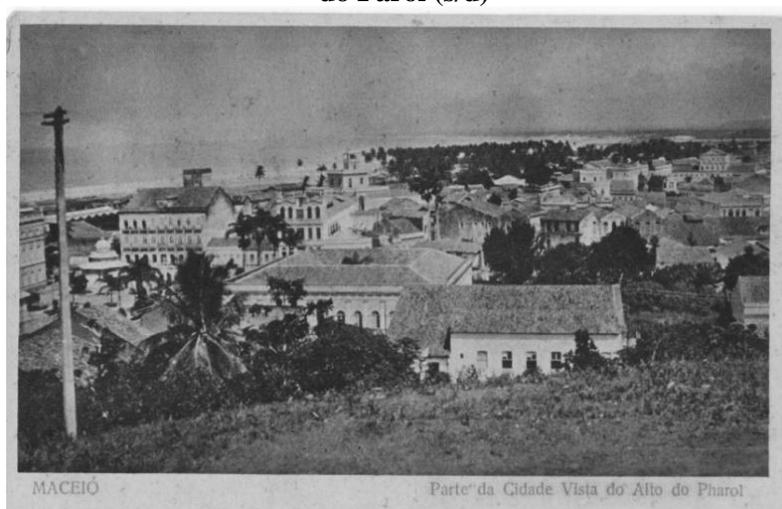
A presença de uma alameda sugeria, de acordo com Silva (2016, p. 181), o plantio de árvores e a inclusão de percursos, configurando, de fato, a intenção de criar um passeio público que não estivesse vinculado a nenhuma edificação, como foi o caso do jardim do Palacete. Além disso, é notável a intenção de valorizar a vista proporcionada pela localização privilegiada do farol<sup>85</sup>, no Alto do Morro da Jacutinga, de onde se podia avistar uma parte da cidade e o oceano ao fundo (Figuras 129 e 130). Como registrou Avé-Lallemant (1859, p. 290), “desse farol goza-se belíssimo panorama da cidade, terra e mar”.

**Figura 129 – Cartão postal do farol e sua localização privilegiada (s/d)**



Fonte: Campello (2009).

**Figura 130 – Vista do alto do bairro do Farol (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

A proposta não foi executada e, onze anos depois, Figueiredo Júnior enfatizou novamente a vantagem de criação de um espaço de lazer no entorno do farol e a obtenção de uma visão panorâmica do oceano:

O fácil nivelamento do alto do pharol, com **assentamento de grades e bancadas**, ofereceria um **ótimo recreio publico** pelo vastíssimo **horizonte que dalli se descortina** (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1869, p. 190- grifos nossos).

Apesar das duas propostas e do belo panorama que dali se podia avistar, por que o passeio do farol não foi executado no século XIX? Como possíveis causas figura o fato de que, quando foram elaboradas essas propostas, o bairro onde estava localizado o farol, no Alto do Morro do Jacutinga, era considerado “fora do perímetro urbano da cidade” (FORTES, 2011a, p. 52), com poucas edificações, tendo este bairro se desenvolvido apenas no século XX. A partir

<sup>85</sup> O farol foi construído no ano de 1856, no Morro ou Planalto do Jacutinga, e lá permaneceu até 1949, quando ocorreu o deslizamento do solo da borda do tabuleiro. Após a construção do equipamento e com a expansão urbana que ocorreu naquelas imediações, o bairro onde estava situado recebeu a denominação de Farol (FORTES, 2011a).

de então, o bairro do Farol, também conhecido como Jacutinga, ganhou *status*, sendo descrito pelo Indicador Geral do Estado de Alagoas como um bairro novo, da elegância, “procurado pela população abastada”, de onde “descortina-se, para qualquer lado da cidade, um panorama admirável” (COSTA; CABRAL, 1902, p. 31). No entanto, no final do século XIX, quando foram elaboradas as propostas, a ausência de edificações, especialmente de edificações importantes para a cidade, que demonstrassem os poderes econômicos, políticos ou religiosos no entorno do Farol, pode ter colaborado para a não execução do passeio, apesar da bela vista que dali se descortinava.

A visão panorâmica, as vistas marítimas e, mais ainda, a presença de edificações importantes que demonstravam o poder político, econômico e religioso, parecem ter, de fato, influenciado na escolha para localização e na efetiva implantação dos jardins e passeios públicos propostos no século XIX. É o que se pode constatar a partir de outra proposta de jardim público, no bairro portuário de Jaraguá, localizado numa praça em frente ao prédio da Casa da Inspeção do Algodão (que posteriormente cedeu lugar ao Consulado Provincial), a uma quadra do mar, nas proximidades da ponte de embarque e desembarque (Figuras 131 e 132). A abertura dessa praça, que abrigaria a partir de 1872 o jardim de Jaraguá, também ocorreu durante a gestão de Bento Figueiredo e influenciou, junto com o movimento portuário, na implantação em seu entorno da Casa de Inspeção do Algodão:

Casa da inspeção do algodão. [...] Julgo ter harmonizado os interesses dos habitantes de Maceió e de Jaraguá, não esquecendo-me dos conductores de lã, fazendo collocar a Inspeção no lugar em que se está edificando – junto á ponte e no centro de uma localidade que, prendendo os dois povoados, virá a ser o **bairro mais fresco, salubre e mais regular da capital**. [...] A Inspeção fica situada ao lado de uma **praça de perto de 300 palmos quadrados**, que fôra aberta mediante a compra e demolição de algumas casinhas de palha, que davão triste aspecto ás **portas da Cidade** (FIGUEIREDO, 1851, p. 18-19 – grifos nossos).

Posteriormente, foi autorizada pela lei 338, de 30 de abril de 1858, a construção do Consulado Provincial (Figura 133), projetado pelo engenheiro Carlos de Mornay, mas inaugurado apenas em 1869, um ano antes da elaboração do projeto para o jardim de Jaraguá. A construção do Consulado, posteriormente ocupado pela Recebedoria Central, cuja função principal era arrecadar impostos, foi certamente o que impulsionou, junto com as demais edificações relacionadas ao movimento portuário e comercial do entorno, a criação desse jardim público.

**Figura 131 – Ponte de embarque, construída em uma das laterais da Casa de Inspeção do Algodão (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 132 – Ponte de embarque, nas imediações do Jardim Público do Jaraguá (s/d)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 133 – Consulado Provincial (s/d)**



Fonte: Acervo digital do APA.

Essa região portuária onde foi proposta a instalação do jardim de Jaraguá, inaugurado em 1872, exerceu importante papel como local simbólico, por onde chegavam as novidades dos navios, marcando a entrada da cidade e configurando um local de atração para a população. A localização desse jardim público possivelmente também levou em consideração a brisa marítima e a visão do mar que das imediações se podia avistar (LEÃO; FERRARE, 2014).

#### 4.2 Os jardins e o abastecimento de água

Um dos fatores essenciais para a construção e a manutenção dos jardins públicos em Maceió na segunda metade do século XIX foi a implantação do encanamento de água e a instalação de chafarizes em pontos estratégicos. A necessidade de distribuição de água potável

e as dificuldades para sua implementação foram assuntos recorrentes, que remontam ao ano de 1826, quando foi proposta a canalização do Riacho Bebedouro para alimentar o povoado de Maceió (CAVALCANTI, 1998, p. 315). Tratava-se de um melhoramento urgente para a capital, visto que o acesso à água potável para usos diversos era difícil; alguns habitantes precisavam andar cerca de uma légua para extrair água de pequenos poços (MELLO, 1846, p. 36).

De acordo com Espíndola (1871), na primeira metade do século XIX, a população com menor poder aquisitivo costumava se abastecer nas águas das cacimbas mais próximas ao núcleo urbano, existentes no Poço, Cambona e arredores do Canal da Ponta Grossa. A população mais abastada costumava se abastecer com águas de melhor qualidade, existentes nas cacimbas mais afastadas, como as localizadas em Fernão Velho e Bebedouro, adquiridas mediante o pagamento de 10 réis por pote, e dali eram transportadas pelos escravos até as residências (ESPÍNDOLA, 1971, p. 190). Até o início do século XX também era comum ver pelos principais pontos da cidade os aguadeiros, que comercializavam água em barris, com o auxílio de carroças puxadas por animais (Figura 134), desempenhando um papel fundamental para possibilitar que a água chegasse às residências daqueles que não possuíam escravos para transportar os baldes de água ou não podiam adquirir uma pena d'água<sup>86</sup> (SILVEIRA, 2009, p. 47).

**Figura 134 – Aguadeiro no Largo dos Martírios em Maceió, 1905**



Fonte: Acervo digital do APA.

<sup>86</sup> De acordo com Silveira (2009), o termo pena d'água referia-se ao encanamento domiciliar de água. Nos documentos oficiais pesquisados na tese, observa-se que em Maceió o termo pena d'água era utilizado para designar os pontos de distribuição de água privados ou públicos, como, por exemplo, no ofício nº 6 de 1887, que relata a falta de água na "pena d'água do jardim do paço da assemblea", uma edificação pública (APA – Caixa 940).

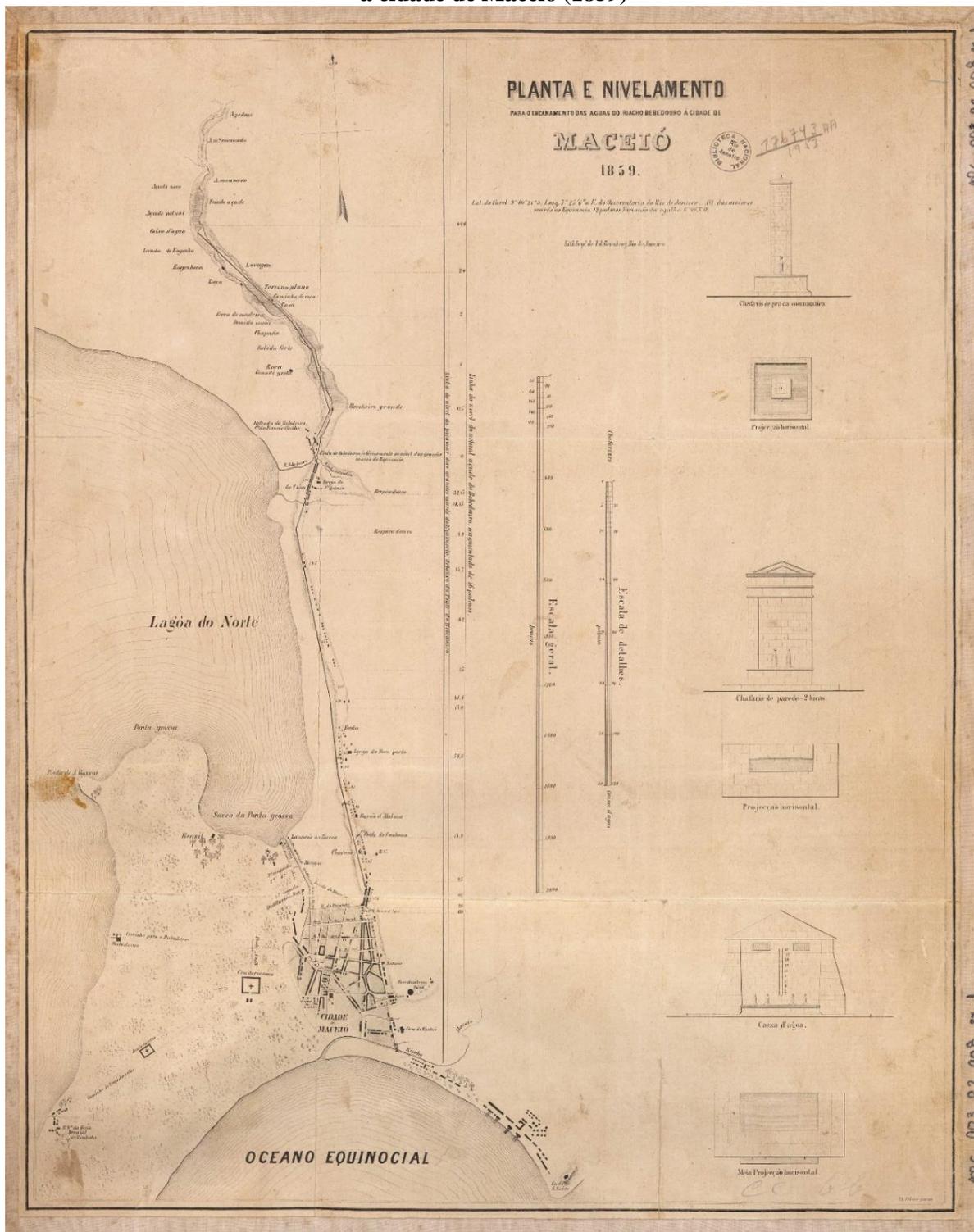
Foi apenas a partir do ano de 1845, concomitantemente à aprovação do *Código de Posturas* da Câmara de Maceió (aprovada pela Lei nº 32, de 1845), que foram tomadas medidas mais efetivas para o abastecimento de água na capital. A primeira ação foi a criação da Lei Provincial nº 34, de 12 de dezembro de 1845, que estimulava companhias privadas nacionais ou estrangeiras a efetuarem os trabalhos de encanamento das águas do Riacho Bebedouro ou Jacarecica para Maceió e Jaraguá, e sua distribuição através de chafarizes, mediante a concessão de exclusividade nos serviços de abastecimento durante um período de 30 a 50 anos. Poucos demonstraram interesse, como o engenheiro francês Louis Léger Vauthier, residente à época na cidade do Recife:

[...] já recebi huma carta do Engenheiro Wautier, residente em Pernambuco e encarregado em chefe das obras d'essa Provincia, que se propõe a vir tomar occularmente todas as informações e fazer os necessários exames do terreno para o encanamento dos indicados rios, e erecção dos Chafarizes necessários; fazendo á sua custa todas as despesas com esta inspecção, afim de conhecer, se lhe será conveniente contractar a obra e encarregar-se da empresa (MELLO, 1846, p. 36).

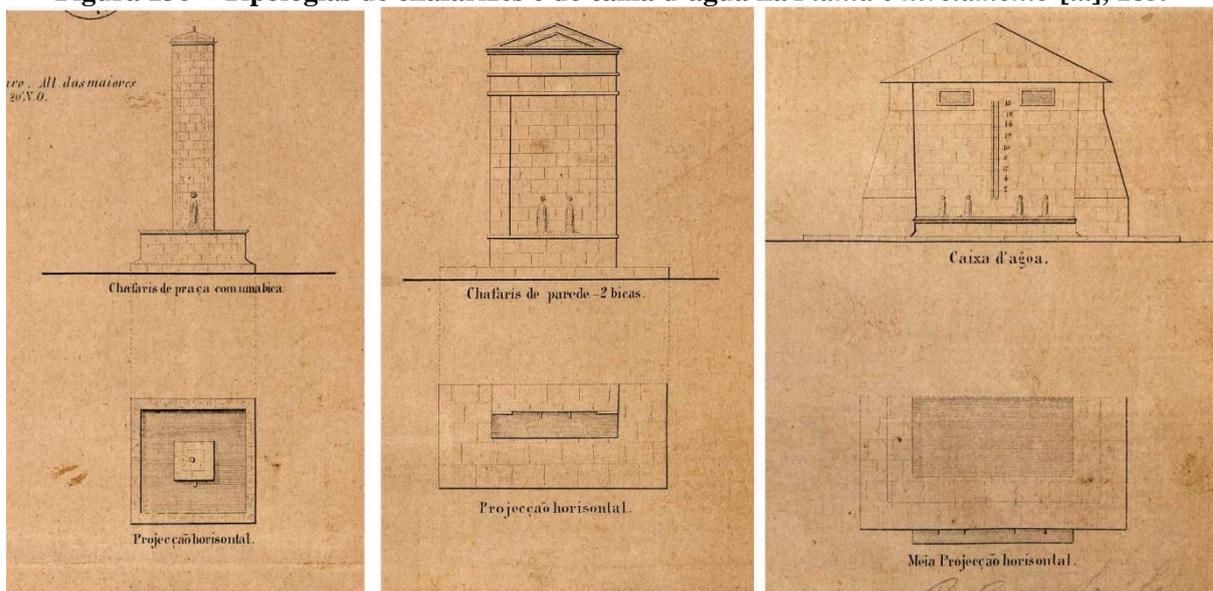
No entanto, nenhuma empresa foi contratada. Após diversos estudos e discussões, apenas em 1859 foi contratado um engenheiro, vindo do Rio de Janeiro, para elaborar a *Planta e nivelamento para o encanamento das águas do Riacho Bebedouro à cidade de Maceió*, pertencente ao acervo da BN (Figura 135). A assinatura do contrato para o encanamento das águas, no entanto, só ocorreu em 1863 (ESPÍNDOLA, 1871, p. 190).

A planta previa a construção de uma caixa d'água na Praça dos Martírios, que faria a distribuição de água para os chafarizes, penas e bicas espalhados pela cidade. Na planta, constava o modelo de duas tipologias de chafarizes: “Chafaris [sic] de praça com uma bica” e “Chafaris [sic] de parede – 2 bicas”, que, pelo desenho, é possível supor serem construídos em pedra. O “Chafaris [sic] de praça”, também chamado de “Pilastra com bica”, era uma espécie de coluna quadrada, com uma torneira em ferro, inserida numa bacia também quadrada, que possivelmente armazenava e fazia o escoamento da água excedente. O “Chafaris [sic] de parede” possuía duas torneiras e tinha o acabamento superior em formato de frontão triangular, assim como a caixa d'água, denotando que já havia, desde os primeiros modelos, uma intenção estética em sua elaboração (Figura 136).

Figura 135 – Planta e nivelamento para o encanamento das águas do Riacho Bebedouro à cidade de Maceió (1859)



Fonte: BN.

**Figura 136 – Tipologias de chafarizes e de caixa d'água na *Planta e nivelamento* [...], 1859**

Fonte: BN.

A planta não definia a localização e a quantidade de chafarizes a serem instalados, porém o “Termo de Contrato”, assinado em 12 de março de 1864, em anexo ao Relatório Provincial do ano de 1864, esclarece a localização de alguns pontos de distribuição de água encanada, como o do Largo da Cadeia, da Praça do Mercado, da Praça dos Martírios e das imediações da ponte de desembarque:

[...] O engenheiro civil Joaquim Pires Carneiro Monteiro obriga-se a fazer as obras necessárias para o encanamento do riacho Bebedouro para a cidade de Maceió e a construir três chafarizes, dos quaes dous dentro da cidade e um em Jaraguá. Os chafarizes serão collocados nos lugares seguintes: O primeiro no centro do largo da cadêa com três bicas com torneiras. Além dos mencionados chafarizes mais duas pilastras, sendo uma torneira em Jaraguá em lugar adequado para mais facilmente fazerem aguada os navios fundeados no porto e outra em frente á praça do Mercado com duas torneiras, emais duas bicas na caixa d'água no largo dos Martyrios. Nos dous chafarizes da cidade, bem como ao lado da pilastra do Mercado haverá tanques para bebedouros [...] (TERMO DE CONTRACTO, 1864).

Acredita-se que os chafarizes projetados na planta de 1859 foram executados e se constatou que em 1873 o número de chafarizes cresceu; além da caixa d'água dos Martírios, foram registrados sete chafarizes localizados: na Praça dos Martírios, Praça do Mercado, Praça da Cadeia, Praça do Quartel de Polícia, Rua do Comércio, Rua do Saraiva e nas imediações da ponte de desembarque, em Jaraguá (MORENO, 1874; CAVALCANTI, 1998, p. 319).

Sobre a presença de chafarizes nos jardins públicos, em 1869 Figueiredo Júnior já havia demonstrado intenção de construir um chafariz no jardim do Palacete, criticando a aparência dos chafarizes já existentes e afirmando que os chafarizes que distribuíam água “pecam contra

as regras da mais modesta elegância” (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1869, p. 21). A partir daquele momento, evidenciou-se que a importância dos chafarizes havia ultrapassado as questões utilitárias de abastecimento de água, sendo considerados elementos importantes para o embelezamento urbano de Maceió, como relatou Paulo Joaquim Telles Júnior, administrador do encanamento da cidade, em 1874:

**Nenhuma elegância tem os chafarizes;** me parece que **aquelles que são mais vistos pelos nossos visitantes**, deverão ter pelo menos, um **gradil de ferro** feito em roda com a precisa segurança, e ladrilhada a sua área, ficaria assim embora singelo, porém mais eloquente; entretanto se isso não for possível, entendo que não se deve prescindir de fazer uma calçada em roda do que se acha colocado no largo do quartel de policia, afim de evitar-se por esse meio que estejam continuamente quebrando-se potes de pessoas que ali vão buscar agua. [...] (REPARTIÇÃO, 1874 – grifos nossos).

Aliando as funções utilitárias e de embelezamento, pode-se constatar que, a partir de 1869, o uso dos chafarizes em ferro fundido circundados por gradis, calçadas e ladrilhos estava presente no ideário dos agentes construtores da cidade de Maceió e deveriam ser colocados nos locais “mais vistos pelos nossos visitantes”: os jardins públicos.

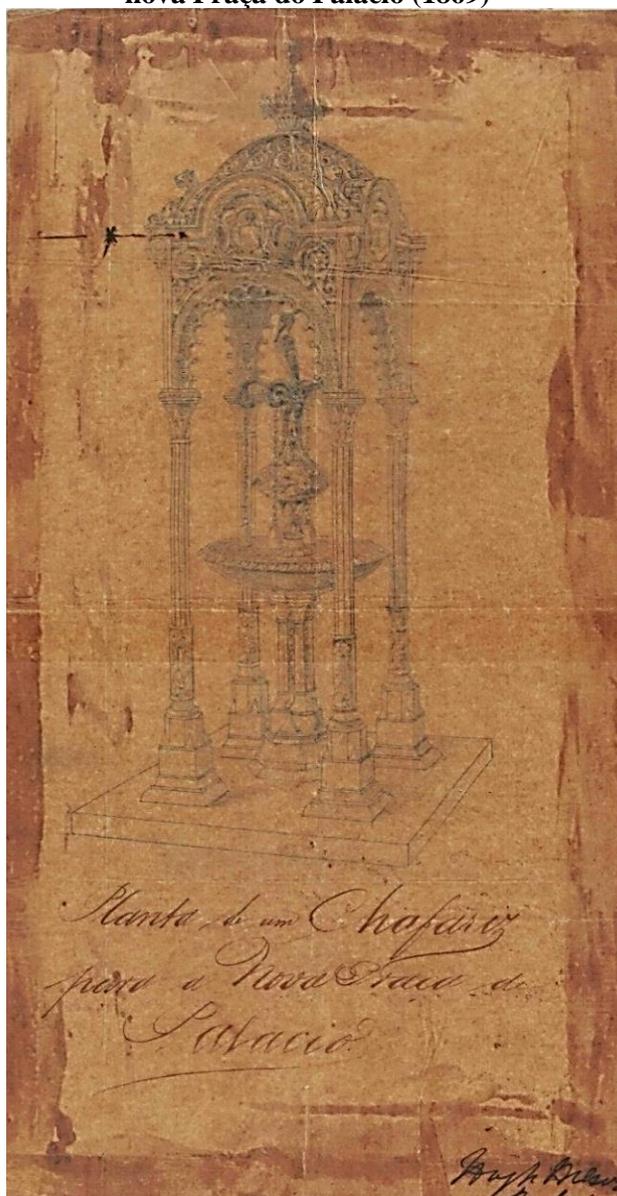
Nesse sentido, foram encontrados no APA diversos documentos oficiais manuscritos e inéditos, datados entre 1869 e 1870, trocados entre o Presidente da província e o SOP, nas pessoas dos engenheiros Carlos de Mornay e Hugh Wilson, que tratavam da inserção dos chafarizes em ferro fundido. Um dos primeiros documentos a esse respeito foi enviado à Figueiredo Júnior em 24 de agosto de 1869. Nele, foi submetido à aprovação do Presidente um desenho de chafariz em ferro para a nova Praça do Palácio (Figura 137), “sendo este do systema **maiz moderno e aprovado na Europa**”, que custaria aos cofres públicos o valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis). Um segundo chafariz foi sugerido para o jardim público do Palacete, do mesmo modelo, porém com menores dimensões, que custaria 800\$000 (oitocentos mil réis) (INFORME, 1869 – APA – Cx. 2.474 – grifo nosso).

As discussões sobre os detalhes de modelo e compra dos chafarizes se prolongou por algum tempo, e em 27 de junho de 1870, os engenheiros da província remeteram novos esboços de chafarizes, sendo estes agora destinados à Praça de N. Sra. Mãe do Povo e ao Jardim do Palacete da Assembleia (INFORME, 1870 – APA – Cx. 1.365). Esses croquis, elaborados possivelmente pelo engenheiro Hugh Wilson, não foram detalhados o suficiente, faltando a indicação de escala, dimensões e especificação do material a ser utilizado, comprometendo assim a aprovação de seu orçamento:

Os dois esboços dos Chafarizes para a Praça de N. S. Mãe do povo, e Palacete d'Assemblea Provincial, dão edea [sic] de um original elegante, apesar de não explicar o Senr. Engenheiro Wilson se elles são de ferro, marmore, ou granito. A falta, p<sup>m</sup>, de uma escala indicativa das braças ou metros cubicos da obra de alvenaria, que tem de ser efectuada p<sup>a</sup> sua collocação, deixam de orientar-me p<sup>a</sup> conhecer se o preço, pelo qual o Senr. Wilson se compromette a fazer a obra, é ou não excessivo (BRAGA, 1870 – Cx. 1365).

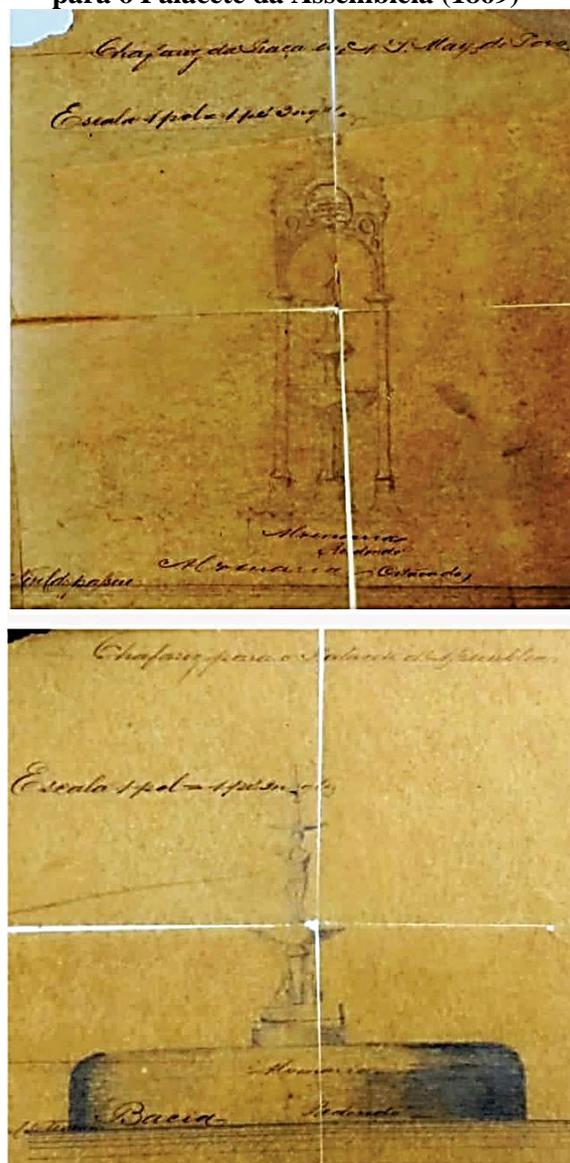
Alguns dias depois, o engenheiro fez as devidas complementações nos croquis, indicando as escalas do desenho, e remeteu-os novamente (Figuras 138).

**Figura 137 – Croqui de um chafariz para a nova Praça do Palácio (1869)**



Fonte: APA (Caixa. 2474).

**Figura 138 – Croquis de chafarizes para a Praça de N. Sra. Mãe do Povo em Jaraguá e para o Palacete da Assembléia (1869)**



Fonte: APA (Caixa. 1365).

Aprovados, alguns anos depois os dois chafarizes foram instalados, porém um deles teve sua localização alterada em relação à primeira proposta. É o que atesta um documento enviado por Ildefonso de Paulo Mesquita Cerqueira, contador provincial, que esclarece que o chafariz inicialmente projetado para o Largo do Palácio havia sido relocado para a Praça de N. Sra. Mãe do Povo:

[...] por Offício de 3 de setembro de 1869 autorizou ao Sr. Engenheiro Frederico Mery a **fazer a aquisição de um Chafariz para o largo do Palacio**, pela importancia de Rs 1:200\$000, - bem como por Offício de 24 de agosto do mesmo anno já havia autorizado ao Engenheiro Carlos de Mornay a **encomendar um Chafariz para o jus fim do Palacete d'Assembléa provincial**, pela importancia de Rs 500\$000. Da conta junta **vê-se que o Engenheiro Frederico Mery collocára na praça de N. Senhora Mai do Povo em Jaraguá um Chafariz [...]** Se este Chafariz é o mesmo que devia ser collocado na rua do Palacio, a despesa está autorizada [...] Quanto a despesa, com o Chafariz para o jardim do Palacete, só poderá ser effectuada depois que estiver ele collocado no lugar competente [...] (INFORME, 1870 – APA - Caixa. 1365 – grifo nosso).

Por que o chafariz inicialmente projetado em ferro fundido para o Largo do Palácio foi relocado para a Praça de N. Sra. Mãe do Povo, onde já havia um chafariz de modelo mais simples? Embora não se tenha encontrado nenhum documento que justificasse essa mudança, pode-se creditar essa alteração à contratação e execução de um plano para o fechamento e ajardinamento desta praça, que ocorreu em 1869, transformando-a em jardim público (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1870, p. 49). Com forte apelo estético, fica evidente que havia uma intenção dos agentes construtores da cidade de embelezar os principais pontos aglomeradores, e este jardim em especial, que se localizava na principal porta de entrada de Maceió naquele momento: a região portuária.

Diante disso, é plausível supor que os novos chafarizes em ferro fundido fossem inseridos nos dois jardins públicos da capital, principais pontos aglomeradores de pessoas, e, no caso da Praça de N. Sra. Mãe do Povo, em substituição ao antigo chafariz em pedra ou alvenaria lá existente, corroborando a ideia de que ambos foram pontos-chave no processo de embelezamento urbano empreendido pela gestão pública em fins do século XIX. Os croquis dos chafarizes, embora bastante danificados, permitem a constatação de que Maceió, em seu ritmo e dentro das suas possibilidades financeiras, tentou acompanhar o estilo em voga naquele momento nas principais capitais, como o Rio de Janeiro e Recife, entre outras.

Em consonância com os ideais estéticos da capital do Império, o chafariz proposto para a Praça N. Sra. Mãe do Povo (Figura 139) se assemelhava ao chafariz *Ciboruim*, comercializado pela fundição escocesa MacFarlane & Co. O *Ciboruim*, ainda existente na Praça Francisco Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro (Figura 140), é um bebedouro em ferro fundido, formado

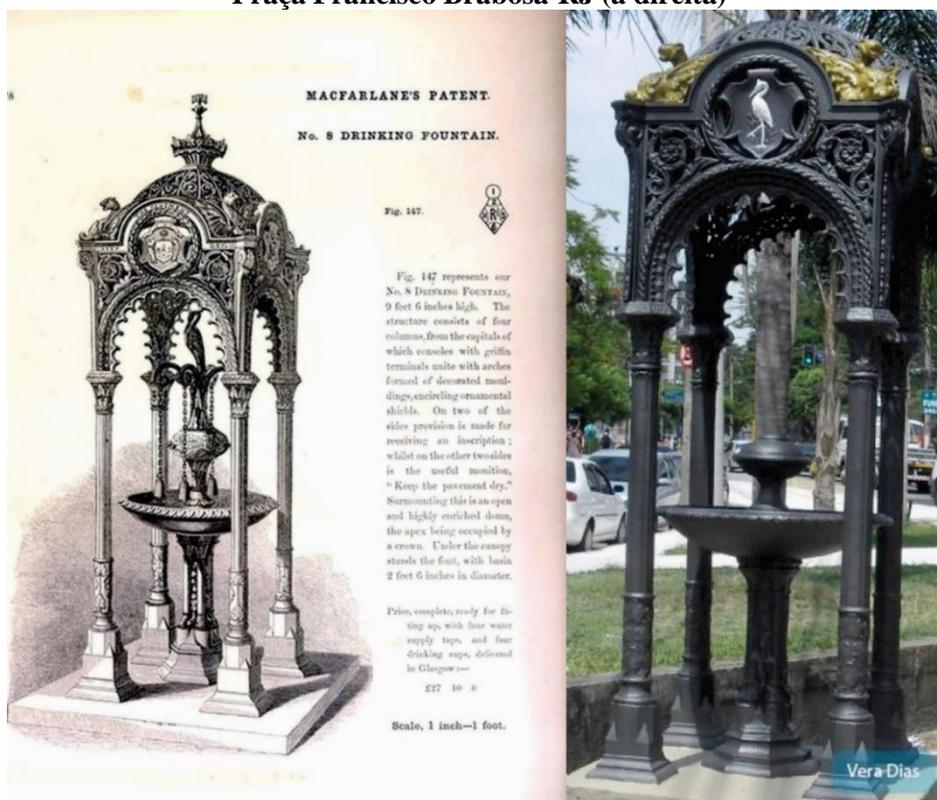
por uma bacia central elevada, coberta por um dossel ricamente trabalhado e sustentado por quatro colunas (DIAS; BUENO, 2015, p. 326).

**Figura 139 – O chafariz e o Jardim Público do Jaraguá**



Fonte: IHGAL.

**Figura 140 – Catálogo da *MacFarlane* (à esquerda) e Fonte *Ciboruim* na Praça Francisco Brabosa-RJ (à direita)**



Fonte: Domínio público e Dias; Bueno (2015, p. 326), respectivamente.

Embora não se tenha encontrado referência direta aos catálogos das fundições europeias nos documentos consultados, acredita-se que os croquis elaborados tentaram reproduzir os modelos existentes nesses catálogos. Possivelmente a encomenda desses chafarizes era feita por intermédio dos engenheiros das cidades mais desenvolvidas, como Recife e Rio de Janeiro, e as peças eram recebidas diretamente no porto de Jaraguá, assim como ocorreu com as peças de ferro utilizadas na construção da ponte de embarque e desembarque, em Jaraguá, e da ponte sobre o Riacho Maceió (INFORME, 1870 – APA – Caixa 0258).

O chafariz do Jardim do Palacete foi instalado ainda em 1870 e, de acordo com o jardineiro do local, Vicente Ferreira de Andrade Costa, servia principalmente para aguar as plantações ali existentes, já que o jardim, embora público, localizava-se no perímetro cercado do Palacete da Assembleia (INFORME, 1870 – APA – Caixa 2.474). Dito isso, fica evidente que, além da função estética, a efetivação dos canais de distribuição de água e a instalação de chafarizes no interior dos jardins públicos foram essenciais para a implantação e a manutenção desses jardins.

Além do chafariz, a irrigação da vegetação era realizada através de bacias de depósito de água:

O jardim do Palacete tem recebido alguns melhoramentos, sendo o mais importante a collocação de um chafariz que já funciona, restando ainda como complemento mto necessario d'esse melhoramento o assentamento de canos de derivação que **levem agoa do chafariz ás bacias de deposito para a irrigação** (RELATÓRIO, 1871 – APA – Caixa 0258 – grifo nosso).

Além dos depósitos de água, eram utilizadas também bombas para irrigar a água. É o que se identifica a partir de um documento que informa sobre a encomenda de três bombas próprias para irrigação, que contavam com duas braças de mangueira sobressalente, custando aos cofres públicos cerca de 200\$000 (duzentos mil réis) (INFORME, 1870, APA – Caixa 0258). Possivelmente eram bombas do tipo “Gould” ou semelhantes a esta, cujo funcionamento permitia que o usuário segurasse a mangueira com uma das mãos e com a outra manuseasse o equipamento, que bombeava água diretamente de um balde, conforme pode se observar em um anúncio do jornal O Estado de São Paulo, do ano de 1878 (Figura 141).

**Figura 141 – Bomba portátil  
Gould para regar jardins (1878)**



Bombas portateis para jardins, de Gould  
10—i

**AO YANKEE**  
2 A—Rua Direita—2 A

Fonte: Jornal o Estado de São Paulo,  
22 out. 1878. Disponível em:  
<http://acervo.estadao.com.br>.

No que diz respeito à comercialização da água dos chafarizes, a existência de contratos datados de 1872 indica que havia arrematantes de rendimentos de cada um dos chafarizes existentes na cidade, como o de Jaraguá, da Rua do Comércio e da Praça do Mercado, por exemplo. Mediante pagamento e assinatura de contrato, os arrematantes ficariam encarregados da conservação do chafariz arrematado e por seu devido concerto, quando necessário, devendo mantê-lo aberto diariamente das seis horas da manhã às sete horas da noite, cobrando vinte réis por balde de água comercializado (CONTRACTO, 1872 – APA – Caixa 5.713).

No entanto, o fornecimento de água pelos chafarizes não era realizado de forma regular e comumente foi objeto de reclamações, conforme se observa num ofício enviado pelo engenheiro fiscal ao Presidente da província, datado de 1882 (OFÍCIO nº 135, 1882, APA – Caixa 1.446). Para resolver esse problema, tentando garantir a regularidade no abastecimento de água, foi sugerida uma tabela onde se definia uma escala de dias e horas em que se forneceria água aos chafarizes.

**Tabela 1 – Distribuição d’água do encanamento**

LOCAL	DIAS E HORÁRIO
Maceió	Segundas, quartas e sextas-feiras e sábados durante a noite
Palácio e Largo da Matriz	Terças-feiras durante a noite, e de dia das 2 horas às 3 da tarde nas segundas e sextas-feiras
Jaraguá	Nas quintas-feiras e domingos durante a noite

Fonte: OFÍCIO, n. 135, 1882 – APA – Caixa 1446.

Uma melhoria considerável no abastecimento de água nas residências, porém ainda insuficiente, pode ser percebida no Indicador Geral do Estado, de 1902, onde consta que, com a criação da Companhia das Águas de Maceió, em 1889, a cidade passou a ter em funcionamento 990 penas d’água, dois chafarizes e uma caixa d’água (COSTA; CABRAL, 1902, p. 257). A consequente melhoria no acesso à água encanada nas residências possivelmente ocasionou um crescente desuso de alguns chafarizes públicos, diminuindo sua permanência na paisagem e motivando sua retirada para outros locais.

Foi o que ocorreu com o chafariz existente no Jardim de Jaraguá, por exemplo, que foi relocado para o Mercado Público após a reforma do prédio, projetada por Luigi Lucarini e inaugurada em 1902. Em 1903 o intendente municipal, Wanderley de Mendonça, enfatizou a importância desse projeto que atendia às regras de higiene da época, e assim justificou a inserção do chafariz: “[...] todas essas secções dão acesso para a área central, que é bastante larga e espaçosa, em cujo centro colloquei **elegante chafariz de ferro fundido**, que **inaproveitável se achava abandonado no jardim de Jaraguá**” (AMORIM, 2010, p. 71 – grifos nossos). No entanto, não foi encontrado nenhum outro registro que confirme a inserção desse chafariz no interior do Mercado Público.

Apesar da possível relocação do chafariz do Jardim de Jaraguá para o novo Mercado Público, algumas imagens das primeiras décadas do século XX indicam que esse chafariz e o do Palacete da Assembleia foram relocados para a Praça dos Martírios, após a implantação da reforma projetada por Rosalvo Ribeiro. É o que se constata numa fotografia anônima, sem datação, que circulou em forma de cartão-postal entre 1910 e 1911 e que retratava a Praça dos Martírios ainda em processo de urbanização (CAMPELLO, 2009, p. 93). No postal, podem-se avistar algumas árvores de pequeno porte, denotando que foram recém-plantadas, e o chafariz do Palacete da Assembleia inserido numa espécie de canteiro de alvenaria em formato geométrico, confirmando sua relocação para esta praça no início do século XX (Figura 142).

Outra imagem pertencente ao APA, que mostra a praça já urbanizada, comprova que os dois chafarizes em ferro foram inseridos na Praça dos Martírios, porém em locais diferentes ao retratado no postal anterior (Figura 143). Além disso, algumas fotografias de meados do século

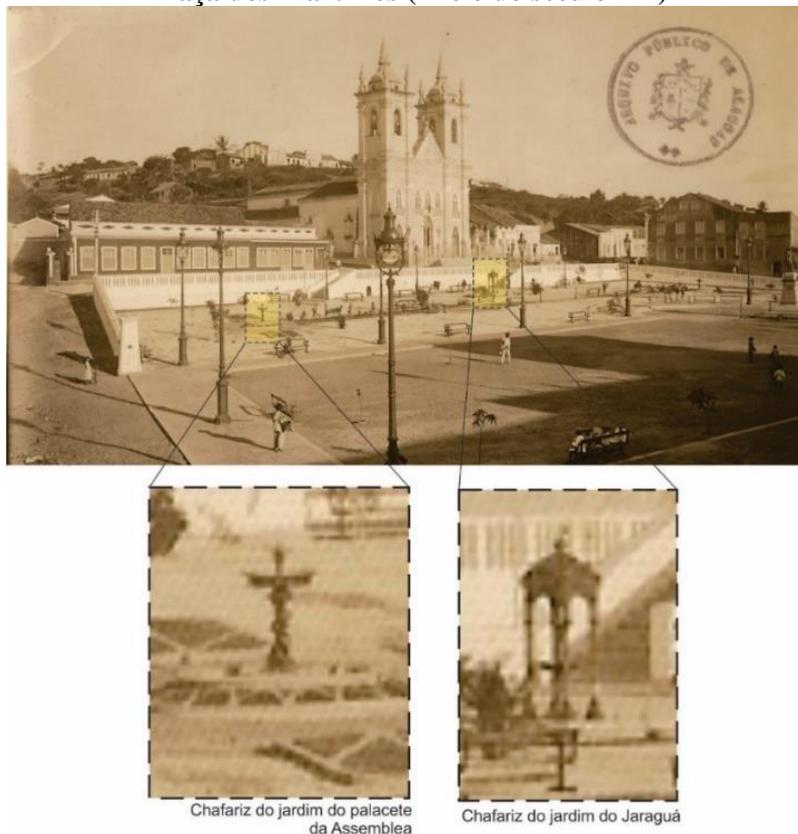
XX mostram o chafariz pertencente ao jardim de Jaraguá em conjunto com algumas palmáceas e um espelho d'água, servindo como pano de fundo de fotografias de moradores (Figura 144).

**Figura 142 – Detalhe de cartão postal retratando o chafariz do Jardim do Palacete da Assembleia, relocado para a Praça dos Martírios (início do século XX)**



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 143 – Chafarizes dos jardins públicos relocados para a Praça dos Martírios (início do século XX)**



Fonte: APA. Tratado pela autora.

**Figura 144 – Chafariz do jardim do Jaraguá relocado para a Praça dos Martírios em fotografias do século XX**



Fonte: Acervo digitalizado da Unidade Executora Municipal (UEM), cedidas pelo arquiteto Sandro Gama de Araújo.

No decorrer do século XX, os chafarizes em ferro, tão importantes para história da cidade pelo caráter estético e utilitário que desempenharam para a cidade e para a manutenção dos jardins públicos, desapareceram da paisagem urbana de Maceió e, juntamente com outras peças em ferro fundido, como os postes existentes no bairro de Jaraguá e na região central de Maceió, não se sabe para onde foram relocadas.

### 4.3 A vegetação e a configuração espacial dos jardins públicos

O plantio de forma ordenada de espécies diversas, especialmente as exóticas, e de diferentes estratos, como o arbustivo e o arbóreo, era comum nos jardins públicos brasileiros do século XIX. No entanto, em Maceió, assim como Recife, Fortaleza e João Pessoa, não foram encontrados os memoriais botânicos desses locais que pudessem elucidar as espécies ali plantadas (SILVA, 2016). No caso de Maceió, isso foi agravado pela total ausência de plantas, projetos ou imagens que pudessem retratar a configuração espacial dos jardins e a localização, identificação, origem e quantificação das espécies ali plantadas. Espera-se que, com a finalização do processo de catalogação e restauração dos acervos locais, sejam encontrados alguns desses projetos e plantas, citados nos documentos oficiais e que, portanto, acredita-se terem existido, e que eles possam permitir uma melhor compreensão sobre a configuração espacial e as espécies plantadas nos jardins públicos de Maceió.

Apesar dessa ausência de documentação, foi possível entender um pouco da configuração espacial e do funcionamento dos jardins através da rica – e inédita – documentação manuscrita do APA. Essa documentação é composta por ofícios e informes

recebidos e remetidos pelos engenheiros da província e pelos responsáveis pela manutenção dos jardins públicos, e foram complementados com as *Fallas e Relatórios Provinciais*.

Sobre o primeiro jardim construído em Maceió, o jardim do cemitério, cuja implantação ocorreu por volta de 1855/1856, não foram encontrados registros que detalhem as espécies ali plantadas. No entanto, a análise do primeiro regulamento para este cemitério, elaborado no ano de 1857, mostra a incorporação da vegetação no cemitério. O artigo 13º, Capítulo II, assinala a existência de um plano ou projeto onde estariam indicados os locais adequados para o plantio de diferentes espécies:

[...] Art. 13º Ao jardineiro, que será um dos serventes mais apto, compete:  
[parágrafo] 1. **Plantar árvores, arbustos e flores** nos logares, que lhe forem indicados pelo administrador, de **conformidade com o risco adoptado**, e cuidar da sua cultura e conservação [...] (REGULAMENTO, 1857 *apud* GALVÃO; ARAÚJO, 1872, p. 6706 – grifos nossos).

Além disso, o regulamento esclarece alguns pontos importantes:

[...] Art. 42. As **plantações** serão feitas sem exceção alguma, na porção do terreno concedido à cada sepultura, e deverão estar dispostas de modo que **não prejudiquem as sepulturas vizinhas, e não embarquem a vista ou passagem dos caminhos, e os intervalos de separação.**

Art. 43. Toda a plantação, que for reconhecidamente nociva, deverá ser esganhada ou abatida, si necessário for, logo que o administrador o requisitar, e no caso do concessionário se eximir á requisição, depois que se lavrar um termo do ocorrido, que o administrador assignará, remetendo copia ao concessionário, a planta será esganhada ou abatida [...] (REGULAMENTO, 1857 *apud* GALVÃO; ARAÚJO, 1872, p. 676 – grifos nossos).

O primeiro ponto que se pode destacar é que, além da área do jardim público, cada túmulo dispunha de um local específico para o plantio de vegetação. Pela leitura do regulamento, pode-se inferir que a escolha das espécies plantadas nesses locais ficava a critério de cada família proprietária do jazigo. No entanto, nas sepulturas deveriam ser plantadas espécies que não atrapalhassem a visibilidade, a passagem ou a delimitação das sepulturas, ou seja, deveriam ser plantadas apenas espécies de pequeno porte ou rasteiras.

Em segundo lugar, destaca-se o fato de que toda a vegetação plantada era fiscalizada pela administração do cemitério que, até 1880, estava vinculada à Santa Casa de Misericórdia. Continuando o regulamento acerca das disposições sobre a vegetação, o artigo 76 do capítulo VIII determinava que o plantio de árvores e o asseio do cemitério deveriam ser realizados apenas pela administração.

Os pontos acima enfatizados mostram que, como já havia mostrado Cymbalista (2002, p. 96) nos cemitérios de São Paulo, em Maceió também havia preocupação com a incorporação da vegetação como um elemento plástico no cemitério, tanto nas representações funerárias quanto na própria vegetação plantada. O autor destaca ainda que a maneira como a vegetação era utilizada também sinalizava a hierarquia dos túmulos e, em alguns casos, reforçava a monumentalidade dos túmulos, aumentando o espaço vazio entre um túmulo e outro.

No que diz respeito à configuração espacial do jardim do cemitério, embora não tenham sido encontrados planos, projetos ou fotografias, a análise da documentação primária manuscrita do SOP indica que havia um plano para cemitério, com grande apelo estético, que incluía o jardim e fazia uso de diversos elementos decorativos. Data de 1855 um ofício remetido pela Diretoria de Obras Públicas em Maceió ao Presidente da província, que tratava da aquisição em Pernambuco de 16 “jarros de louça matisadas de 3 a 4 palmos de altura, conforme os que se usão nos jardins”, para colocação na parte externa da capela do cemitério (OFÍCIO, 1855, APA – Caixa 0848).

Esses jarros eram de louça portuguesa da Fábrica de Santo Antônio do Porto, que eram comercializados, assim como outros objetos decorativos, pelas lojas do Recife – PE. Eram pintados nas cores azul e branco, com pinturas de brasões, caveiras e leões em relevo, tendo, em um dos lados de sua base, a inscrição “F.<sup>a</sup> de S.<sup>to</sup> Antonio Porto”, e noutro, “Cemiterio Publico” (Figura 145). Os jarros que embelezavam o cemitério e seus jardins estavam dispostos ao longo do caminho principal de acesso à capela e em sua fachada, onde ainda existem alguns exemplares (CAVALCANTE, 2013).

**Figura 145 – Jarros de louça portuguesa existentes atualmente no Cemitério Público**



Fonte: Autora (2018).

Num dos poucos documentos que tratam desse jardim, encontra-se uma descrição detalhada que demonstra a forte intenção estética que havia em sua concepção, reforçando a hipótese de que em meados do século XIX o cemitério público e seu jardim configuraram uma das principais ações executadas do projeto civilizador, embelezador e higienizador de Maceió. Trata-se de uma descrição do cemitério e um orçamento para reparos, elaborado pelo engenheiro Carlos de Mornay em 1869, cujo teor, pela riqueza de detalhes, auxiliam na compreensão da configuração espacial deste jardim:

Sua extensão em exterior é de 606 palmos em quadro [...] A frente é gradeada de ferro sobre um pé de muro de 4 ½ palmos de altura com pilares quadrados de 6 ½ palmos de altura [...] No centro tem uma capella ornada de pilastras e outros enfeites [...] É marcado um espaço em redor para ladrilho de 9 palmos de largo na frente e de 17 nos lados e atraz. Em frente da capella tem um cruzeiro de madeira lisa sobre uma base enfeitada de estuque, e tem 2 linhas de grades de ferro do portão para a capella como também em linha paralela á frente tendo: 92 pilarotes redondos de 6 palmos de alto e 1 ½ de diâmetro sobre um pequeno pé de muro de 1 palmo de alto, cujo pé de muro ia em continuação para se feichar 2 quadros, ocupando todo o espaço em frente de uma linha tirada pela frente da capella. Tem nos **passeios exteriores a esses quadros 32 canteiros redondos e mais 4 elevados em forma de vasos**. O interior é todo subdividido em canteiro, no centro de um **tanque e chafariz em uma espécie de edificio enfeitado com torreão, balaústres, frisos, pilastras** e no centro do outro um **modelo de uma paisagem com casinhas, lagôa, ponte, monte e em cada um tem um carramanchão com 4 columnas enroscadas**, 2 assentos em estuque e mármore, e abobada de verga de ferro, e tem cerca de 20 jarros de estuque espalhados. No passeio da frente de **8 obeliscos e 16 jarros** excepto os canteiros redondos já mencionados. Tem mais 60 jarros vidrados (DESCRIPÇÃO, 1869 – APA – Caixa 2474 – grifos nossos).

A importância da estética no jardim do cemitério público evidenciou-se ainda mais quando Mornay sugeriu para administrador do serviço o fotógrafo Abílio Coutinho<sup>87</sup>, assim justificando:

Devo advertir a V. Exa. que este serviço, que além de ser difícil de avaliar-se com justesa, **depende de certo gosto para faser [sic] realçarem os enfeites do jardim** se, está no caso de ser executado por administração. Ela última razão [sic], creio que V. Exa. acertará com vantagem [sic] se chamar para administrador deste serviço ao Sr. Abilio Coitinho, que tem **conhecimento de obras, já viajou em varios países, e como artista mostra apurado gosto [sic]** (DESCRIPÇÃO, 1869 – APA - Caixa 2474 – grifos nossos).

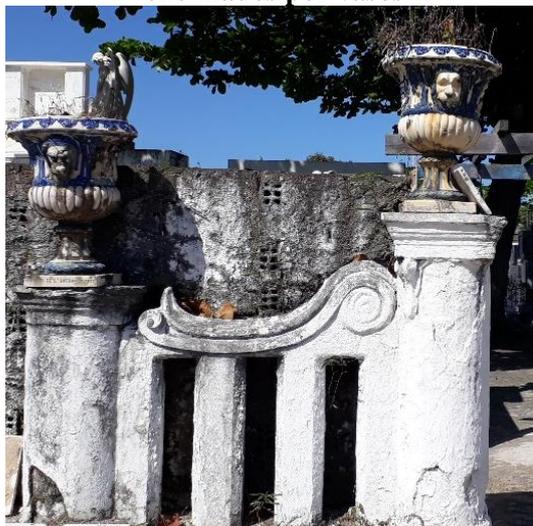
Pela descrição de Mornay, o jardim à frente da capela do cemitério contava com elementos decorativos diversos além dos já conhecidos jarros de louça, que precisavam ser realçados, o que deveria ser feito por alguém com “apurado gosto” estético: eram canteiros de

<sup>87</sup> Abílio Coutinho foi um fotógrafo que integrou a comitiva de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior pela província de Alagoas no ano de 1869. Registrou diversas cidades alagoanas, como Penedo, Pão de Açúcar, Porto Real do Colégio, Piranhas e Maceió.

formatos e alturas diferentes, bancos, obeliscos, jarros, chafariz fazendo uso da água como elemento decorativo, além do que se acredita ser uma pintura de paisagem. Não há, entretanto, nenhuma descrição sobre a vegetação ali existente; tampouco no orçamento foi destinada alguma quantia para a aquisição de sementes ou mudas.

Sobre os outros elementos decorativos citados por Mornay, alguns deles permanecem na paisagem atual do cemitério, embora bastante degradados, como os vasos portugueses. Atualmente podem ser visualizados alguns pilares encimados por vasos e segmentos de um balaústre com detalhe de voluta, colocados de forma simétrica nas laterais do passeio principal, que podem ser resquícios do projeto original (Figura 146).

**Figura 146 – Pilares com balaústre encimados por vasos**



Fonte: Autora (2018).

Esses pilares com balaústres demarcam o passeio e direcionam a dois caramanchões de madeira que, embora não sejam os originais descritos por Mornay, parecem permanecer, de forma modernizada, no local original (Figura 147).

**Figura 147 – Caramanchões colocados simetricamente nas laterais do passeio principal do Cemitério Público**



Fonte: Autora (2018).

No tocante às permanências da vegetação, existem atualmente ao longo dos passeios e na parte posterior à capela algumas árvores de médio e grande porte, porém, não foram encontradas comprovações da data em que foram plantadas (Figura 148).

Figura 148 – Árvores existentes atualmente no Cemitério Público



Fonte: Autora (2018).

Sobre o Jardim do Palacete da Assembleia, encontrou-se um documento que, mesmo contendo vários trechos ilegíveis<sup>88</sup>, esclarece que houve preocupação em especificar as espécies e as quantidades que deveriam ser ali plantadas. Em ofício datado de 1857, o engenheiro Schrambach, responsável pelas obras do palacete e seu jardim, determinou que:

[...] para as plantações dos passeios aos lados da assembléia são precisas 40 árvores que poderão ser [ilegível] que **são indígenas** de [ilegível] **e da América do Sul**, e não há a menor duvida que elles **se darão bem neste clima**, com as folhas muito largas e dão muita **sombra**. **Em muitos passeios na Europa e na América do Norte há plantadas muitas árvores dessas**. Em frente do Palacete podem ser plantadas 5 pés de [ilegível] dos **climas quentes**, muito lindas [...] (SCHRAMBACH, 1857, APA, s/n *apud* LEÃO, 2010, p. 68 – grifos nossos).

Pelo trecho acima transcrito, apesar da preocupação com a adaptação ao nosso clima, há indícios de que não eram espécies nativas da flora local. Eram espécies que se adaptariam bem às condições climáticas locais, de origem indígena de algum local da América do Sul, que deveriam garantir o provimento de sombra com suas largas folhas. É interessante também salientar que a escolha das espécies teve como parâmetro as existentes nos passeios da Europa

<sup>88</sup> Esse documento foi encontrado pela autora nos acervos ainda não catalogados do APA durante a pesquisa empreendida em 2009 para a dissertação de mestrado intitulada “A história da paisagem da praça Dom Pedro II em Maceió – AL”. No entanto, naquele momento não foi possível fotografar o documento e sua leitura e transcrição ficou incompleta. Em nova pesquisa empreendida pela autora para a elaboração da tese, iniciada no ano de 2015, o referido documento não foi encontrado. Isso se deve ao fato de que os acervos locais ainda não se encontram devidamente catalogados, o que configura uma das grandes dificuldades da pesquisa.

e da América do Sul, ou seja, conforme salientou Freyre (1936), havia uma preferência por tudo aquilo que era importado, especialmente o que era produzido na Europa, como peças decorativas de mobiliário, estilos arquitetônicos no traçado dos caminhos e, também, pelas espécies mais utilizadas nos jardins europeus.

Apesar das intenções de Schrambach, sua proposta de ajardinar o local não obteve êxito e o jardim só foi plantando efetivamente no ano de 1867, conforme consta no relatório do Presidente da província, Pereira de Alencastre (1867, p. 14 – grifos nossos):

JARDIM DO PALACETE. A assembléa provincial ordenou o ajardinamento da área que circunda o palacete da mesma assembléa; mas o credito que marcou para essa despesa foi insufficiente. Compreendendo a necessidade desse melhoramento, mandei dar-lhe execução, fazendo-o contemplar na ordem dos trabalhos públicos, sujeito às despesas do respectivo credito.

**O jardim se acha prompto e entregue ao publico.** Reconhecendo que obras desta natureza não podem subsistir sem conservação, **nomeei um jardineiro** com a gratificação mensal de 40\$000 réis. Não errei na escolha que fiz do conservador; **o jardim sob sua direcção, vae-se aperfeiçoando e completando, e breve preencherá todos os fins para que foi estabelecido.** Já hoje é o **único ponto de reunião e recreio** que se proporciona á população desta capital

O Jardim do Palacete era o “único ponto de reunião e recreio” da cidade naquele momento, diferenciando-se, pois, do Jardim do Cemitério, cuja função primordial era, além das questões que envolviam a espiritualidade, propiciar conforto aos parentes que iam visitar seus entes queridos. Já no final do século XIX, o Jardim do Palacete era palco de retretas musicais e, além das espécies ali plantadas, possuía bancos e “lampeões” do lado do mar que, por permanecerem acesos inutilmente, já que o jardim era fechado à noite, foram relocados para a ponte dos Fonecas, que fazia a ligação entre Maceió e o bairro de Jaraguá (OFÍCIO nº 118, 1871 – APA – Caixa 0258).

O uso intenso e festivo do jardim foi assim descrito no romance de Maciel (1899, p. 229):

À tarde, estava anunciado que a música da polícia tocaria no jardim do palacete do congresso os diversos hinos escritos por maestros alagoanos [...] A multidão ouviu de pé, silenciosa, uns agrupados em derredor das estantes, outros trepados nos bancos do jardim; a calçada, do palacete do lado da matriz, regurgitando de povo, homens, senhoras, crianças, acompanhadas de aias, o chalé fronteiro repleto de pessoas gradas, o Governador do Estado, o Dr. Intendente, deputados, senadores, magistrados.

Ainda sobre as espécies ali plantadas, o ofício nº 138, enviado ao Presidente da província em 10 de novembro de 1876, relatou a intenção de plantar algumas roseiras neste jardim, informando que alguns “objectos pedidos pelo jardineiro são destinados a garantir contra as

formigas as roseiras que pretende plantar no Jardim do Palacete [...]” (OFÍCIO nº 138, 1876 – APA – Caixa. 5.451).

Esse jardim foi recorrentemente citado nos Almanaks Administrativos<sup>89</sup> desde o ano de 1873 como um “lindo e pequeno jardim”, existente nos lados Norte, Sul e Leste da edificação homônima (ALMANAK, 1873, p. 99), embora sejam inexistentes as imagens que o retratem por completo. Algumas fotografias retratam o Palacete da Assembleia registrando um trecho desse jardim, havendo uma delas integrado uma série de 25 fotografias que representaram Maceió e seus arrabaldes na Exposição de História do Brasil<sup>90</sup>, que aconteceu no ano de 1881, na Biblioteca Nacional (Figura 149).

**Figura 149 – Palacete da Assembleia provincial, em Fotografia da Exposição de História do Brasil, 1881.**



Fonte: IHGB.

Além dessa fotografia, outras imagens e alguns cartões-postais que circularam no início do século XX mostram o Palacete da Assembleia em destaque e um pequeno trecho de seu

<sup>89</sup> Os Almanaks tiveram origem na Alemanha por volta de 1455; no Brasil, surgiram a partir da criação da Imprensa Régia, em 1808. Tinham como função, além de guiar os leitores e listar os santos do dia, informar sobre tarifas de serviços variados, horários e passagens de trens, contendo anúncios e descrevendo os municípios das províncias com informações diversas sobre educação, economia, política, bem como enumerar os principais edifícios públicos, as ruas, as praças e jardins públicos (TRIZOTTI, 2010).

<sup>90</sup> A exposição tinha como objetivo construir a história do país, reunindo em um catálogo mapas, pinturas e fotografias das províncias do Brasil.

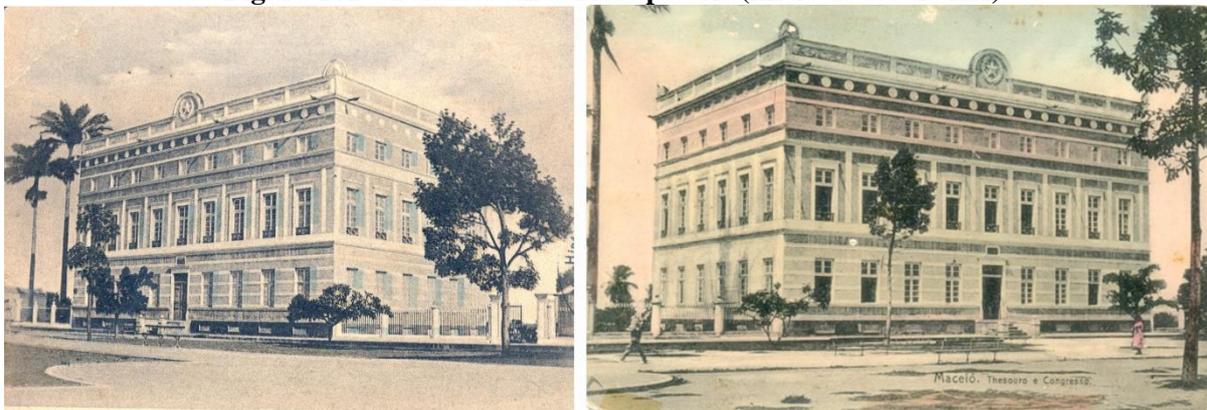
jardim nas laterais. Algumas imagens registraram duas palmeiras imperiais, arbustos e espécies arbóreas em suas laterais (Figuras 150 e 151).

**Figura 150 – Palmeiras e árvores de médio porte no Jardim do Palacete da Assembleia (s/d)**



Fonte: APA.

**Figura 151 – Palacete em cartões postais (início do século XX)**



Fonte: Campello (2009).

A visão desse “lindo e pequeno jardim” servia também como pano de fundo da Praça da Matriz e formava, junto com ela, um interessante espaço ajardinado e arborizado no “coração da cidade”, emprestando-lhe um caráter civilizado e embelezado.

Acerca da configuração espacial do jardim de Jaraguá, um documento enviado pelo engenheiro Frederico Mery ao Secretário do Governo atesta que remontam ao ano de 1869 uma planta e o orçamento para o melhoramento da Praça de N. Sra. Mãe do Povo, que, depois de

ajardinado e gradeado, recebeu a denominação de Jardim de Jaraguá (OFÍCIO, 1869 – APA – Caixa 2.474). O termo de contrato para a construção da praça “defronte do novo edifício do consulado e ponte de ferro de desembarque em Jaraguá” foi celebrado em 1869 entre o Presidente da província, Figueiredo Júnior, e o engenheiro civil Hugh Wilson. O termo esclareceu que a execução deveria ser “feita de conformidade com a **planta, descrição, orçamento** e alterações indicadas pelo engenheiro da província”, indicando que houve um desenho elaborado por Hugh Wilson; este, no entanto, não foi encontrado nos acervos consultados (TERMO DE CONTRACTO, 1870 – grifo nosso).

De acordo com o contrato, o jardim deveria possuir portões no mesmo padrão das grades, para impedir o acesso de animais; os lampiões deveriam ser instalados de forma a serem utilizados com gás líquido ou carbônico; no centro deveria ser instalado um lampião com coluna e ser construídos “assentos de alvenaria e cimento”. No entanto, não há nenhuma descrição sobre a vegetação a ser plantada, apenas uma especificação indicando que “o contractante fará os 8 canteiros de alvenaria e os preparará ao ponto de receberem as plantas, que o Governo mandará collocar e conservar” (TERMO DE CONTRACTO, 1870). O início da execução da praça ocorreu em 1870:

Praça de Nossa Senhora Mãe do Povo – Notava-se aqui a falta de uma praça perfeitamente **regular e arborizada**. Além do pequeno jardim do Palacete, não havia outro ponto que servisse de refrigério e recreio à população. O bairro do Jaraguá carecia absolutamente de um conforto semelhante. Contractei em 20 de dezembro do anno passado a execução do plano, pelo qual ficará **fechada com muro, gradeamento e portão de ferro** a praça de Nossa Senhora Mãe do Povo no referido bairro, em frente do novo edifício do Consulado, que tem dos lados duas casas symetricas e elegantes, uma para abrigo da guarda, e outra junto à ponte de desembarque. O viajante, ao saltar, ficará agradavelmente impressionado, deparando com uma **praça de estylo moderno, tendo em frente um elegante chafariz, no centro bancos, canteiros e arborisação, e sobre os pilares do muro lampeões que mais tarde podem ser iluminados com gaz carbônico** (FIGUEIREDO JUNIOR, 1870, p. 49 – grifos nossos).

A execução dos bancos existentes no centro do passeio proposto na planta envolveu a remoção e a relocação de um antigo chafariz que ali havia e sua substituição pelo novo chafariz, em ferro fundido (ver Figura 138, p. 235), que havia sido encomendado na mesma época (INFORME, 1870 – APA – Caixa 1.365). As obras do jardim foram executadas pelo engenheiro Frederico Mery, durante a administração de Figueiredo Júnior, e custaram, com o chafariz do centro, mais de 10:000\$000, exceto as arvores e as flores, que só foram plantadas posteriormente (ESPINDOLA, 1871, p. 182).

Apesar do empenho de Figueiredo Júnior, o jardim de Jaraguá não foi concluído durante sua gestão, mas apenas em 1872, durante o Governo de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que

retomou as obras do jardim. Em relatório de 1872, após assumir o Governo, Cunha abordou o custo e o abandono da obra e seu interesse em retomá-la, solicitando ao engenheiro os reparos necessários e sugerindo o início da plantação no começo da estação do inverno:

Jardim de Jaraguá. Tendo custado esta obra 10:326\$440 rs, e encontrando-a em abandono, mandei proceder pelo engenheiro fiscal aos necessários preparos, afim de, **no começo da estação invernosa, fazer as devidas plantações**. Será um recreio muito agradável, que terá no futuro a população de Jaragua. Já que tão avultada despeza se fez com esta obra, que muito concorrerá para o **aformoseamento do porto** cumpre que o governo não abandone-a, e ao contrário lhe dê todo possível aperfeiçoamento. Infelizmente alguns malfazejos, refractários á todos os **princípios de civilização**, têm **estragado parte do gradeamento de ferro**, o que mandarei opportunamente reparar, estabelecendo a mais exacta vigilancia, para que não se reproduza facto tão deponente da bôa educação d'um povo.” (CUNHA, 1872, p. 48-49 – grifos nossos).

Fica evidente no relatório de Cunha o papel do jardim de Jaraguá como elemento embelezador da região portuária e que refletia as ações do ideário civilizador.

Além da função de embelezar essa porta de acesso à cidade, o jardim tinha uma importante função de lazer, sendo bastante utilizado pela população, especialmente durante as festas religiosas promovidas pela igreja em seu entorno. O jardim tinha seu uso intensificado especialmente durante a festa religiosa anual de N. Sra. Mãe do Povo, sendo ali instalados equipamentos temporários, como máquinas de fabricar sorvete, por exemplo, mediante a concessão de licença ao proprietário do equipamento, que deveria se responsabilizar pelas “despesas de limpeza e iluminação interna d’aquelle jardim, ficando além disso obrigado a reparar qualquer prejuízo que se possa dar nas grades, passeios e bancos” (COMUNICADO, 1882 – APA – Caixa 5.451).

Sobre a vegetação, a análise dos documentos oficiais mostra que o plantio nos jardins públicos de Maceió, de forma geral, costumava ser realizado anos após a conclusão das obras que inseriam muros, grades e passeios. Em um primeiro momento, não havia preocupação com a especificação das espécies a serem plantadas. Constatou-se que o plantio dos jardins esbarrava em três dificuldades principais: a espera pela “estação invernosa”, ou seja, o período com maior ocorrência de chuva, que favorecia o plantio; a dificuldade de aquisição de mudas e sementes de determinadas espécies que eram adquiridas em outras cidades; e, por fim, a própria população, além dos animais, que arrancavam a vegetação plantada e destruíam os elementos construídos dos jardins (OFÍCIO, 1870 – APA – Caixa 1.365):

Tem por ora esta capital dois jardins de serventia publica: - o do Palacête provincial, e o de Santa Maria em Jaraguá. Este ainda não está plantado, já por que **faltão sementes para esse fim**, e já por que a **estação calmosa**, que atravessamos não

permittio a **transplantação de alguns vegetaes apropriados** que por ventura se podesse obter [...] **Não havendo jardins particulares na Cidade onde se possa procurar sementes, seria conveniente mandar vir do Rio de Janeiro sementes e mudas de flora destinados aos jardins publicos da capital**, e para isso será necessario que se marque uma quota no orçamento da Provincia (RELATÓRIO, 1871 – APA - Caixa 0258 – grifos nossos).

Sobre a aquisição de mudas e sementes para os jardins públicos, elas costumavam ser adquiridas no Rio de Janeiro e, principalmente, na cidade do Recife, pela proximidade e acesso mais fácil e por contar com um número maior de profissionais e de estabelecimentos comerciais. Convém salientar que as mudas e sementes também poderiam ser adquiridas no Jardim Botânico de Olinda que, desde a criação do Passeio Público do Recife, entre 1838 e 1840, já fornecia árvores para seu ajardinamento (SILVA, 2007, p. 39). É o que confirma o Ofício nº 145, enviado pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá, ao informar a ida do jardineiro responsável pelos jardins à capital de Pernambuco. Ainda segundo o documento, o jardineiro escolhia as mudas e plantas que julgasse mais adequadas, podendo “gastar com a aquisição das mesmas até a quantia de 100\$000 reis” (OFÍCIO nº 145, 1871 – APA – Caixa 258). Tem-se conhecimento, a partir de informações coletadas por Freyre (1936), que desde o ano de 1839 já constavam no Diário de Pernambuco anúncios expressivos de comerciantes de flores, entre eles o Sr. Ramel, membro da sociedade real de agricultura da França, que residia em Recife e ali comercializava espécies finas e caras, como

[...] arvores, arbustos uns que só dão flores outros fructos, como rosas do Japão, as camélias, magnólias, cletoras, depreas, Rhodendrum Kalmias, jasmims, peonias, arborca mestrosderos, andromedas, arabas, e roseiras de mais de 200 variedades, cebolas e flores como jacinthos, tulipas, junquillos, narcisos, lírios, amarílis, dalias raiaunculos e animonas [...] hortaliças, árvores de fruto como pereiras, macieiras, ameixeiras, pessegueiros, damasqueiros, cerejeiras, amendoeiras, grosmeiras, ribes-preto, avelãzeiras, nogueiras, castanheiros (marrons), vinhas “das melhores espécies da França” e “um grande número de outras plantas” [...] (FREYRE, 1936, p. 255).

No entanto, o limite orçamentário de 100\$000 réis, estabelecido no Ofício nº 145, supracitado, demonstra a pouca atenção que era dada à vegetação nos jardins. Pode-se julgar baixo o valor estabelecido para a aquisição de mudas e sementes, considerando que, no mesmo período, a instalação do chafariz em ferro no Jardim de Jaraguá custou um valor total de 1:602\$620 (um conto, seiscentos e dois mil, seiscentos e vinte réis), ou seja, aproximadamente 16 vezes mais que o valor a ser gasto com toda a vegetação do jardim (INFORME, 1870 – APA – Caixa 1.365). Também no mesmo ano, a recompensa dada para quem descobrisse as pessoas que estavam danificando a mureta e o gradil de ferro do jardim de Jaraguá era no valor de

50\$000 (OFÍCIO, 1870 – APA – Caixa 1.365), ou seja, metade do valor destinado à compra de vegetação.

Apesar de durante o século XIX os jardins públicos terem se disseminado pelo Brasil, indicando a mudança de *status* da vegetação, nas cidades menores e com orçamento reduzido, como Maceió, alguns gestores consideravam que os espaços de recreio e, especialmente os jardins públicos, eram obras dispendiosas, de luxo e, portanto, desnecessárias.

Em 1859, o relatório elaborado pelo inspetor da tesouraria da província enfatizou a importância de obras que melhorassem as vias de comunicação e circulação de mercadorias, ao tempo que teceu críticas às iniciativas de criação de espaços de recreio:

Obras Públicas [...] Sendo, pois, tempo de **prescindir de obras dispendiosas de luxo e de recreio na capital**, algumas das quaes perdidas, devemos cuidar do **grande meio infalível de civilizar nossa província**, de a fazer prosperar, e mesmo de inocular em seus habitantes o amor ao trabalho. Assim promoveremos também o aumento de suas rendas (GRAÇA, 1859, p.15 *apud* GAMA, 1859 – grifos nossos).

Quase 12 anos depois, apesar de já haver um consenso entre alguns gestores de Maceió sobre a importância higiênica, já apontada por Espíndola (1871), e embelezadora dos espaços ajardinados, eles ainda eram considerados obras desnecessárias em meio a um orçamento reduzido e a tantas carências de infraestrutura que a cidade reclamava, como aterros e drenagens, distribuição de água, calçamento de ruas e melhorias no transporte. É o que se confirma no relatório sobre o andamento das obras públicas no ano de 1871, enviado pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá ao Presidente da província:

**Infelizmente [sic] no Brasil os jardins publicos não são olhados com o cuidado que merecem, e antes são reputados objectos de luxo**; entre tanto prestão-se ao estudo da **Botânica** e sobre tudo á **conservação de plantas** muitas veses [sic] **importantissimas por suas virtudes medicinaes** e que pouco a pouco vão desaparecendo de entre nós (RELATÓRIO, 1871 – APA – Caixa 0258 – grifos nossos).

Sua importância como elementos embelezadores da cidade, locais de lazer e integração social fica mais evidenciada a partir da segunda metade do século XIX, quando alguns agentes construtores da cidade de Maceió se empenharam em construir e manter jardins públicos com a finalidade principal de criar uma imagem de cidade civilizada, tomando como inspiração as cidades europeias, nos moldes do que ocorria nas cidades maiores do país.

Diante da documentação analisada, pode-se concluir que desempenharam um papel de destaque na implantação e manutenção dos jardins públicos os presidentes da província José Bento da Cunha e Figueiredo e José Bento Figueiredo Júnior, os engenheiros Christiano

Azevedo Couto, Carlos de Mornay, José Pedro de Azevedo Scharamback, Jacintho de Jaraguá e Frederico Mery.

No entanto, apesar das tentativas dos agentes construtores da cidade, em Maceió esses jardins não funcionaram como locais de valorização da vegetação, como em outras cidades brasileiras, tais como Recife ou Rio de Janeiro. Na capital alagoana, a vegetação parece ter assumido um papel secundário e não denotava uma mudança significativa consensual na relação entre os agentes construtores, a população e a vegetação. Isso também pode ser confirmado a partir das ausências de plantas, mapas e imagens que retratassem os jardins públicos durante o século XIX. Acredita-se que, por refletirem uma relação de desvalorização da vegetação, que foi construída desde o início de seu povoamento, os jardins públicos entraram em decadência e não permaneceram durante muito tempo na paisagem.

#### **4.4 Funcionamento, manutenção e decadência dos jardins públicos**

Conforme se constatou, os dois principais jardins públicos voltados ao lazer e usufruto em Maceió, o Jardim do Palacete e o de Jaraguá, foram elementos essenciais no discurso de alguns agentes construtores para a criação de uma imagem de cidade civilizada e bela na segunda metade do século XIX. Durante o período em que permaneceram na paisagem, diversos documentos, que serão analisados a seguir, fornecem informações acerca de seu funcionamento e relatam as principais dificuldades para a sua manutenção, lançando luzes sobre as possíveis causas de sua decadência.

Como era comum em outras cidades, os jardins públicos tinham o acesso controlado e com horário de visitação bem definido. O Jardim do Palacete, por exemplo, era aberto à visitação de segunda-feira à sábado, das 15:00h às 18:00h, e aos domingos, das 6:00h às 18:00h, durante o ano de 1877. Provavelmente o horário mais amplo de domingo se devia ao fato de as missas e eventos promovidos pela igreja acontecerem com mais frequência neste dia da semana, logo, o jardim teria uma maior visitação, exigindo um horário mais estendido (LEÃO, 2010).

Em Maceió, assim como apontado por Silva (2016) em outras cidades nordestinas como João Pessoa, Recife e Fortaleza, os jardins públicos eram cercados por uma mureta de alvenaria, encimada por um gradil em ferro, intercalada por pilares, e seu acesso se dava por meio de portões em ferro, com cadeados para fechamento (Figuras 152 e 153). Apesar de ter como função principal o controle de acesso de pessoas e animais, a documentação do SOP relatou

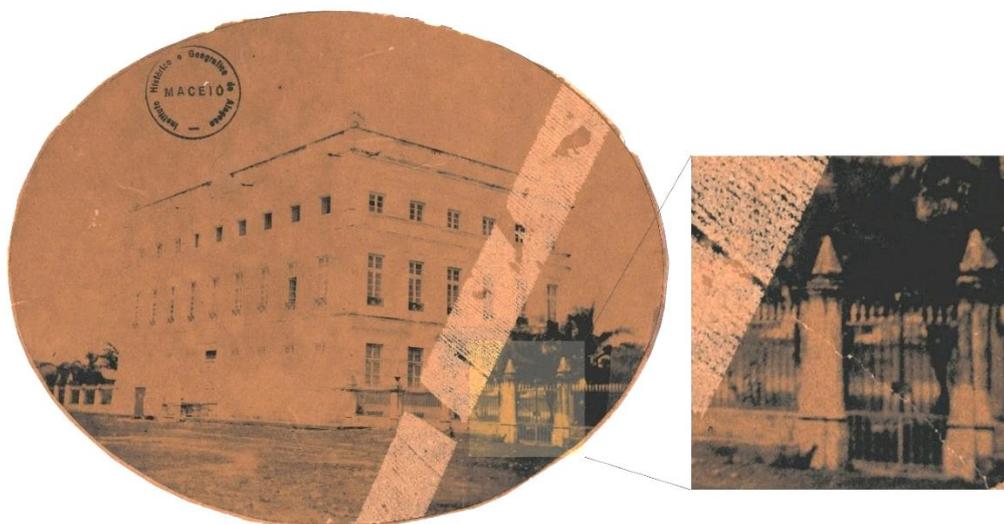
com frequência a destruição causada pelos animais no interior dos jardins públicos de Maceió. Para solucionar esse problema, por diversas vezes o jardineiro solicitou arame para reforçar o gradil, evitando assim a entrada de cabras e “animais daninhos” que viessem a destruir as plantações (OFÍCIO, 1877 – APA – Caixa 2.474). Além do reforço no gradil, no ano de 1877 foi solicitada também a contratação de mais um servente, além de um que já havia, para auxiliar o jardineiro no controle do acesso aos jardins, especialmente aos domingos, quando o horário de visitação era mais amplo (SOLICITAÇÃO, 1877 – APA – Caixa 2.474).

**Figura 152 – Gradil em ferro circundando o jardim do Jaraguá (final do século XIX)**



Fonte: IHGAL.

**Figura 153 – Gradil e portão do jardim do Palacete da Assembleia (1881)**



Fonte: IHGAL.

Além de controlar o acesso dos animais, fazia-se necessário também controlar a conduta dos usuários no interior dos jardins públicos, a exemplo do que ocorria em cidades maiores, como o Rio de Janeiro. É o que se constata a partir de um ofício enviado ao Presidente da província, datado de outubro de 1870, em que foi solicitada “a confecção de um regulamento para os mesmos jardins, afim de que possam os respectivos encarregados obstem os repetidos abusos de alguns frequentadores mal intencionados” (INFORME, 1870 – APA – Caixa 0258). Esse regulamento não foi encontrado nos acervos consultados, nem foram encontrados outros documentos que se refiram a tal regulamento. Pode-se deduzir, portanto, que não foi elaborado um documento com normas de conduta específico para os jardins públicos de Maceió. Nesse sentido, é possível que algumas normas de conduta de outras cidades que possuíam um regulamento, como o Rio de Janeiro, por exemplo, tenham sido aplicadas em Maceió.

No que diz respeito aos funcionários que trabalhavam nos jardins, foi possível identificar, com base na documentação analisada, que o primeiro jardineiro de Maceió foi contratado no ano de 1856. Era Francisco José da Silva, contratado para o jardim do cemitério, recebendo trezentos mil réis anuais pelos serviços prestados, ou seja, vinte e cinco mil réis mensais (SOLICITAÇÃO, 1856 – APA – Caixa 848). O primeiro regulamento do cemitério público de 1857 esclarece que o jardineiro era um dos serventes mais aptos e a ele competia o plantio, a cultura e a conservação das espécies, além da limpeza do terreno, sendo, neste último trabalho, auxiliado pelos demais serventes (REGULAMENTO, 1857 *apud* GALVÃO; ARAÚJO, 1872).

Mesmo com a criação do jardim do Palacete em 1867, a manutenção desses dois jardins continuou sendo feita por apenas um jardineiro. No entanto, a partir de 1870, com a plantação do jardim de Jaraguá e o aumento do fluxo de trabalho, foram contratados outros serventes que auxiliavam o jardineiro, na época, Vicente Ferreira de Andrade Costa, em trabalhos diversos como controle de acesso ao jardim, preparo e fortificação do terreno, plantio e manutenção da vegetação.

Com o ajardinamento do Palacete e a criação do jardim de Jaraguá, o jardineiro e seus serventes passaram a dedicar mais tempo para cuidar destes jardins, mais visíveis e frequentados pela sociedade, ficando o jardim do cemitério em segundo plano. O relatório do Presidente da província já informava que, desde o ano de 1868, o jardim do cemitério havia se estragado por “falta de zelador” (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1868, p. 8). É o que se constata também num ofício enviado pelo engenheiro João Luiz Pires Lopes, em 1870, ao indicar que, neste período, a manutenção do jardim do cemitério estava sob a responsabilidade do “minguado pessoal incumbido da limpeza, e do serviço das covas”, encontrando-se este jardim

“todo minguado de formigueiros”, solicitando que o jardineiro do Palacete se encarregasse também da

[...] conservação dos canteiros, plantio das arvores, e trato das existentes no referido Cemiterio, assim como do plantio e conservação das arvores e arbustos que se devem plantar na praça e passeio da rua de Palacio [imediações da Boca de Maceió], e na praça de Nossa Senhora Mãe do Povo em Jaraguá (OFÍCIO, 1870 – APA - Caixa 0164).

Dados coletados nos documentos do SOP e nos Almanaks da província, organizados na Tabela 2, comprovam que, na maioria das vezes, havia apenas um jardineiro para cuidar de todos os jardins públicos da cidade, sendo ele auxiliado por um ou dois serventes. Vale salientar que esses espaços estavam separados por uma distância média de três quilômetros, que poderia ser realizada de três formas: a pé, no lombo de animais ou através da linha 1: Trapiche da Barra – Jaraguá (Figura 102, p. 192). É possível que esse deslocamento ocorresse com mais frequência através das duas primeiras opções, visto que era necessário fazer o deslocamento com os instrumentos utilizados no ofício de jardineiro e por serem as opções economicamente mais viáveis.

**Tabela 2 – Relação dos jardineiros contratados para os jardins públicos de Maceió (1856-1881)**

Ano	Jardineiro	Local	Fonte
1856	Francisco José da Silva	Jardim do cemitério	APA / Caixa 0848
1870	Vicente Ferreira de Andrade	Jardins públicos	APA / Caixa 2474
1876	Manoel Antonio SAVEDRA	Jardim do palacete	ALMANAK, 1876, p. 49.
	Vicente Ferreira de Andrade	Jardins públicos	PESSOA, 1877.
1877	Gerônimo Gomes Pereira Jambo	Jardim do Jaraguá	ALMANAK, 1877, p. 118.
1878	Gerônimo Gomes Pereira Jambo	Jardins públicos	ALMANAK, 1878, p. 82.
1879	Manuel da Costa Mesquita	Jardins públicos	ALMANAK, 1879, p. 135.
1881	Manuel da Costa Mesquita	Jardins públicos	ALMANAK, 1881, p. 84.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No ano de 1877, o relatório do Presidente Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa discorreu sobre essa grande rotatividade de jardineiros e o reduzido orçamento destinado aos jardins públicos:

Jardins Publicos. **Nomeei** por acto de 17 de junho o cidadão **Vicente Ferreira de Andrade Costa, para o lugar de jardineiro**, encarregado dos jardins públicos desta capital, que vagou pelo **falecimento de Manoel Antonio SAVEDRA**. Tendo aquelle empregado pedido **demissão**, nomeei por acto de 16 do corrente para o referido lugar o cidadão **Jerônimo Gomes Pereira Jambo**. Voltada a averba unicamente para um servente que coadjuve neste serviço o mesmo jardineiro, e **nenhuma quantia para aquisição de sementes e plantas, muito mal se vae conservando o plantio feito em sua criação** (PESSOA, 1877, p. 35 – grifos nossos).

No relatório exposto acima, faz-se necessário destacar dois pontos importantes para a compreensão da manutenção e decadência dos jardins públicos em Maceió. O primeiro ponto é a ausência de verba para a aquisição de sementes e plantas exóticas, denotando o descuido e a falta de interesse na manutenção da vegetação nesses espaços. Os jardins públicos, onde a vegetação deveria ser a principal protagonista, em Maceió ela assumiu um papel secundário.

O segundo ponto que se destaca diz respeito ao ofício do jardineiro. É interessante observar que na segunda metade do século XIX, entre 1876 e 1881, o leque de profissões e de estabelecimentos comerciais em Maceió havia aumentado consideravelmente, denotando uma diversificação nos serviços e uma mudança nos hábitos da sociedade: havia professores de desenho, música, canto e piano, engenheiros civis, arquitetos, modistas, alfaiates, lojas de fazenda, de ferragens, de vidro, fábrica de chapéus, restaurantes, hotéis etc. No entanto, apesar do número diversificado de profissionais e estabelecimentos, poucos eram os jardineiros (ALMANAK, 1876; ALMANAK, 1881). Acredita-se que uma das principais causas desse número reduzido de jardineiros na cidade estava relacionada com o fato de que o gosto pelos jardins não era um hábito comum entre a população, não havendo, inclusive, jardins privados na cidade. A demanda era pouca, havendo apenas três jardins que requeriam cuidado.

Os poucos jardineiros que havia eram trabalhadores com baixa remuneração (cerca de vinte e cinco mil réis mensais), provavelmente sem formação alguma, nem na área de botânica, nem em horticultura ou paisagismo, já que um dos primeiros profissionais diplomados e capacitados nesta área a chegar ao Brasil para atuar nos jardins foi Glaziou<sup>91</sup>, que chegou ao Rio de Janeiro em 1858. Possivelmente, os jardineiros que trabalhavam em Maceió seguiam as orientações de traçado existentes em plantas elaboradas pelos engenheiros do SOP, que também não eram especializados na área de botânica ou horticultura.

No que diz respeito à manutenção dos jardins públicos em Maceió e suas plantações, foram diversos os documentos encontrados que citavam a necessidade de fortificação dos terrenos e a destruição das plantações causada pelas formigas nos jardins públicos. Em 1871, o engenheiro Jacintho de Jaraguá havia informado que, anualmente, se poderia gastar a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) para “revolver a terra e fortifical-a” a fim de se conservarem as plantações do jardim do cemitério público (OFÍCIO, 1871 – APA – Caixa 0258). No mesmo ano, o engenheiro solicitou autorização ao Presidente da província “para fazer as despesas necessárias com o amanho do terreno e aquisição de plantas” e árvores do jardim de Jaraguá (OFÍCIO nº 231, 1871 – APA – Caixa 0258).

---

<sup>91</sup> Auguste François Marie Glaziou era diplomado em engenharia civil e fez cursos teóricos e práticos de botânica e horticultura no Muséum d’Histoire Naturelle, em Paris (DOURADO, 2008, p. 98).

As formigas pareciam ser uma das principais causas de destruição das plantas dos jardins. Para remediar este problema, era frequente a solicitação por parte dos jardineiros de “cacos de barro” ou vasos de folhas de flandres<sup>92</sup>, visando impedir a destruição causada por elas (SOLICITAÇÃO, 1877 – APA – Caixa 2.474). Nesse sentido, há indícios de que parte da vegetação plantada costumava ser trocada no período do inverno, conforme relata em 1877 o “jardineiro encarregado dos jardins públicos”:

Devendo continuar com as plantações dos jardins, visto como tinham **diversas plantas que já necessitam ser mudadas**, mesmo para aproveitar o **bom tempo do inverno**; peço a V S<sup>a</sup> se digne mandar fornecer-me **cincoenta cacos de folha de flandres, para impedir a destruição das formigas**; dous aguadores para regar as flores nos dias de sol, e [ilegível] cadiados para fechar os portões dos jardins do Jaraguá, cuja despeza não se pode elevar a mais de vinte e sete mil reis (SOLICITAÇÃO, 1877 – APA - Caixa 2474 – grifos nossos).

Além da destruição causada pelas formigas, animais e até mesmo pelos usuários, outras causas colaboraram para o estrago dos jardins, como o número insuficiente de jardineiros e serventes; a manutenção incorreta causada pelo desconhecimento ou até mesmo descaso dos responsáveis; a falta frequente de água nas “penas” de abastecimento para aguar as plantações; a falta de adubação adequada, bem como o orçamento reduzido e, principalmente, o plantio de espécies inadequadas ao clima e solo local.

Em 1876, um documento enviado pelo jardineiro Gerônimo Gomes ao engenheiro Manoel Cândido da Rocha Andrade, assim esclarece os principais motivos da destruição do jardim do palacete:

A pena que dita agua para o jardim do Thesouro Provincial, a mais de cinco meses não funciona, cuja **falta d’agua** é bastante [ilegível] às plantas que necessitam ser aguadas. Os **formigueiros**, no referido jardim, aumentão excessivamente [...] as formigas tem conseguido fazer grandes destruições [...] Por isso é de suma necessidade cuidar da extinção d’elas [...] Pela **falta de esterco** para estrumar a terra em que se achão as plantas, estas se achão infesadas e definhando pelo que **não podem brotar flores**; por isso precisa-se de dez carroçadas de esterco para o fim mencionado. Com **um servente** somente é quase impossível fazer o serviço dos dois jardins e com especialidade regar as flores, pois este serviço não admite demora, desde que é preciso fazê-lo em horas determinadas (SOLICITAÇÃO, 1876 – APA - Caixa 2474 – grifos nossos).

O péssimo estado em que se encontravam os jardins e as limitações de orçamento podem ter ocasionado a determinação do engenheiro fiscal da província para que um agente do Exército local se tornasse responsável pelos jardins:

<sup>92</sup> As folhas de flandres (material laminado composto por ferro e aço, revestido com estanho) eram comumente utilizadas para afugentar ratos e formigas (O AUXILIADOR, 1846).

Cumprindo o que me foi ordenado por officio de hontem, tenho a honra de informar a V Excia que os jardins públicos do Paço da Assembleia Provincial e praça da Matriz de Jaraguá estão a cargo do Tenente honorário do Exército – Manuel da Cunha Mesquita [...] (OFÍCIO Nº 198, 1882 – APA - Caixa 1446).

Sobre a manutenção da vegetação, a documentação analisada e os relatos que tratam da arborização urbana indicam que havia uma predileção pelas espécies que não eram nativas da flora local, muitas delas não havendo resistido após o plantio, como as árvores da Estrada do Saraiva, que precisaram ser replantadas várias vezes. Acredita-se que essa mesma preferência por espécies exóticas também ocorreu nos jardins públicos, já que eram tidos como pontos focais no plano de embelezamento empreendido pela gestão pública, especialmente nas últimas décadas do século XIX. Tinham como parâmetro estético as cidades europeias e, por consequência, adotavam algumas dessas “plantas finas, delicadas e caras” como símbolo de civilidade (FREYRE, 1936).

O fato é que, nas últimas décadas do século XIX, os jardins se encontravam em péssimo estado de conservação e entraram em decadência, conforme indicam diversos documentos do SOP. A partir do ano de 1881, foram frequentes nas Fallas, Relatórios da Província e documentos do SOP orçamentos e solicitações para consertos e manutenção dos jardins públicos da capital, especialmente do jardim de Jaraguá, sendo recorrentes as menções à necessidade de contratação de serventes para auxiliar os “zeladores” dos jardins.

Pinturas dos gradis e portões em verniz na cor preta; reparos nos gradis, portões e cadeados; reboco e caiamento dos pilares e dos muros eram os itens mais frequentes nas propostas orçamentárias. No entanto, eram poucas as solicitações de cuidados com a vegetação já existente, restringindo-se principalmente à manutenção básica, como a retirada dos “mattos” e parasitas, conforme menciona um ofício datado de 1882:

O engenheiro fiscal da província chama a atenção do Snr. Encarregado dos Jardins desta capital, que se achão em um **estado deplorável e digno da maior censura, pela falta de tracto**; responsabilidade esta que cabe ao mesmo Snr. Encarregado [...] Terminado determina que sejam limpos os aludidos jardins, para o que marca o prazo de 15 dias, no qual deve o Snr. encarregado apresental-os **livres dos mattos e parasitas que os damnificação** (OFÍCIO, 1882 – APA - Caixa 1446 – grifos nossos).

A ausência de cuidado com a vegetação nos jardins públicos se confirma com um Orçamento para conservação dos jardins da capital, enviado pelo engenheiro Manuel Candido da Rocha Andrade em 1882, cujo conteúdo foi reproduzido no Quadro 5, sem verba alguma destinada para a vegetação:

**Quadro 5 – Orçamento para conservação dos jardins desta capital**

<b>Jardim do Paço d'Assembléa</b>	
Reboco e caiamento interno	28,640
Conserto das derivações d'água do encanamento	15,120
Pintura a verniz preto do gradil e portões	29,780
<b>Jardim de Jaraguá</b>	
Reparo dos portões e gradil e cadiados	49,700
Reboco e caiamento interno e externo	33,560
Pintura do gradil e portões	65,000
<b>Somma</b>	<b>221,800</b>

Fonte: Orçamento (1882. APA, Caixa 1446).

No caso do jardim de Jaraguá, eram comuns também solicitações e orçamentos para a reconstrução dos pilares e dos muros que apoiavam os gradis, frequentemente destruídos por “pessoas mal-intencionadas” (OFÍCIO nº 549, 1884 – APA – Caixa 1.446). O relatório redigido pelo engenheiro fiscal Manoel Cândido da Rocha Andrade, em 1882, enfatizou o péssimo estado dos jardins, especialmente o de Jaraguá, atribuindo o problema à existência de apenas um jardineiro. Como solução, sugeriu a transformação do jardim de Jaraguá em praça arborizada:

**JARDINS PÚBLICOS. Um jardineiro é todo o pessoal destinado à limpeza, conservação e plantio dos jardins** que tem esta capital, o do Paço d'Assembléa e o do Jaraguá. Este pessoal é insuficiente, razão por que **o estado dos ditos jardins é péssimo**. Faltando-lhes a necessária limpeza, pouco conservados e **sem novas plantações, o que existe vicente [sic] e viçoso é devido à fertilidade do solo e à natureza da planta**. Contudo força a dizer que o jardineiro procura com suas forças melhorar o que pode; mas quando tem uma quadra capinada, já outra reclama o mesmo benefício; quando está sem trabalhos no de Jaraguá o da cidade começa a encher-se de vegetação nociva e vice-versa. Me parece que será melhor **demolir o gradil e as pilastras do jardim Jaraguá, deixando-o aberto, visto que passará a ser simplesmente uma praça arborizada, e como as arvores d'alli não carecem mais de outros cuidados que não sejam as das podas periódicas**, poderá o jardineiro concentrar os seus cuidados no jardim do Paço d'Assemblea de modo a torna-lo nas devidas condições. Com este alvitre não há dispêndio, e pode-se aproveitar o material resultante da demolição das paredes daquelle jardim para obras publicas, ou vendendo-o em hasta publica ou particulares (ANDRADE, 1882, p. 9 – grifos nossos).

Mais uma vez, constata-se que novas plantações, em substituição das espécies que não se adaptaram bem às condições locais, parecia ser um hábito comum, quase inerente à manutenção de um jardim bem cuidado. O engenheiro enfatizou ainda que o que existia de vegetação viçosa se devia à natureza da planta e ao solo fértil, ou seja, eram espécies bem

adaptadas às condições locais. Não parecia haver, portanto, uma preocupação em escolher as espécies pela sua adaptabilidade ao clima e solo locais; as espécies nativas da flora local, como arbustos e vegetação de pequeno porte, não eram largamente utilizadas.

Um aspecto que merece reflexão no relatório de Andrade é a diferenciação feita entre o jardim público e a praça arborizada. As palavras do engenheiro sugerem que um jardim público gradeado possuía diversas espécies que demandavam um maior cuidado; possivelmente eram espécies arbustivas, floríferas, mais finas e delicadas, além de árvores. Já na praça arborizada, sem a presença dos gradis, haveria a predominância de árvores, que não necessitavam de manutenção tão frequente – talvez as espécies já conhecidas e utilizadas na “arborização dos caminhos”.

Silva (2016, p. 76), ao analisar etimologicamente o significado dos vocábulos *jardim* e *praça*, esclarece que, no último quartel do século XIX, a praça é um local descoberto, de uso público, com pouca ou nenhuma vegetação. Já a praça ajardinada é uma praça com a presença de um jardim que, quando gradeado, é chamado de jardim público. No caso específico do jardim público de Jaraguá, o relatório de Andrade indica que a diferenciação entre o jardim público e a praça ajardinada vai além da presença de um gradil circundante. Para o engenheiro, essa diferenciação se dava pelas espécies ali plantadas e sua manutenção. Assim, no jardim público haveria uma maior diversificação de espécies, que incluíam espécies mais delicadas e que solicitavam maior manutenção; já na praça ajardinada, além da retirada do gradil, haveria o domínio de árvores e espécies que “não carecem mais de outros cuidados que não sejam as das podas periódicas” (ANDRADE, 1882).

Vale salientar que a retirada do gradil e dos portões, deixando o livre acesso, já denotam mudanças políticas e sociais que se consolidaram no século XX e permitiram o livre acesso dos logradouros públicos à população em geral, e não somente a alguns segmentos sociais (SILVA, 2016, p. 265).

Voltando ao estado de conservação dos jardins, o do Palacete parecia ser o mais conservado e que requiritava menos reparos. Possivelmente pelo fato de estar situado no perímetro cercado do Palacete da Assembleia, já contando com um porteiro que costumava cumprir o papel de jardineiro, aplicando formicida para combater as formigas que circundavam a edificação e limpando os “matos” (OFÍCIO, 1888 – APA – Caixa 5.451).

Enquanto isso, o jardim de Jaraguá parecia ser o que mais solicitava reparos e continuava a ser alvo de degradações, como as frequentes destruições nos pilares e derrubadas das grades e portões. Em 1884, mais uma vez, o engenheiro fiscal sugeriu

[...] a demolição do restante das pilastras e seu gradil, aproveitando-se os tijolos na obra da cadeia e destinando o gradil ao cemitério público, ou então vender-se todo o material em hasta pública, sendo o produto recolhido ao Thesouro Provincial (OFÍCIO Nº 549, 1884 – APA - Caixa 1446).

Continuando em péssimo estado de conservação e com verbas insuficientes para os consertos e reformas necessárias no jardim de Jaraguá, em 1888 foi novamente proposta a sua demolição para transformação em praça arborizada e a venda de seu acervo em leilão, possivelmente os gradis, portões e postes em ferro (OFÍCIO nº 16, 1888 – APA – Caixa 5.451). No entanto, apenas no início do século XX foi autorizada a sua demolição para transformá-lo em praça pública, através da lei nº 87, de 26 de janeiro de 1905 (MARQUES, 1906).

Da mesma forma, o jardim do Palacete restou sem maiores cuidados até os primeiros anos do século XX, quando foi restaurado. Este último parece ter permanecido na paisagem, embora sem a denominação de “jardim público”, até meados do século XX, quando já se visualizam no Mapa Topográfico da Cidade de Maceió, datado de 1960, edificações que funcionavam como anexos ao Palacete, construídas no local do jardim público.

Diante do conteúdo da documentação aqui analisada, comprova-se a importância dos jardins públicos na segunda metade do século XIX, para alguns agentes construtores da cidade, enquanto elementos higienizadores, embelezadores e formadores da imagem de uma nova cidade, a capital da província. Foram inseridos neles os elementos mais modernos que os cofres públicos puderam adquirir, como chafarizes em ferro fundido, gradis e portões. Porém, partindo-se do entendimento de Segawa (1996) de que o “jardim público” é um monumento a si mesmo, ou seja, um monumento à vegetação, pode-se afirmar que, no caso específico de Maceió, a vegetação ocupou um papel secundário nos jardins públicos. Tal assertiva é amparada em documentos que atestam o reduzido orçamento destinado à aquisição de mudas e sementes; a pouca ou até inexistente manutenção das espécies plantadas; o uso de espécies que não se adaptavam às condições locais; a quantidade insuficiente – e até a ausência – de jardineiros; o desconhecimento de como lidar com as pragas, de como fertilizar o solo e a consequente manutenção incorreta dos jardins públicos.

O gosto pelo cultivo e preservação da vegetação na cidade tornou-se mais frequente a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, sobretudo após a criação de um Horto Florestal em Maceió, que tinha como objetivo a “divulgação e aclimatação de plantas úteis para agricultura, ornamentação, pomares e arborização das ruas” (FONSECA, 1915, p. 8). De acordo com Vasconcellos (1915, p. 20), a partir de sua criação, “se desenvolveu entre nós o cultivo da árvore, generalizando-a pela

cidade”. Assim, no início do século XX, observa-se que teve início um maior cuidado com a especificação das espécies a serem plantadas, além de terem sido propostos o ajardinamento de algumas praças e jardins públicos existentes e a criação de novas praças ajardinadas.

Nesse período ocorreram também importantes mudanças na arquitetura residencial, sob a influência dos preceitos higienistas e do movimento eclético, que favoreceram a implantação de jardins nos recuos laterais e frontais dos lotes residenciais, aumentando o gosto pelos jardins e pelo cultivo da vegetação em Maceió. A vegetação, que no século XIX estava presente apenas nos fundos dos quintais residenciais “sujos e feios”, no século XX passou a ocupar os recuos laterais e frontais, tornando-se elemento valorizador da edificação, conforme será visto a seguir.

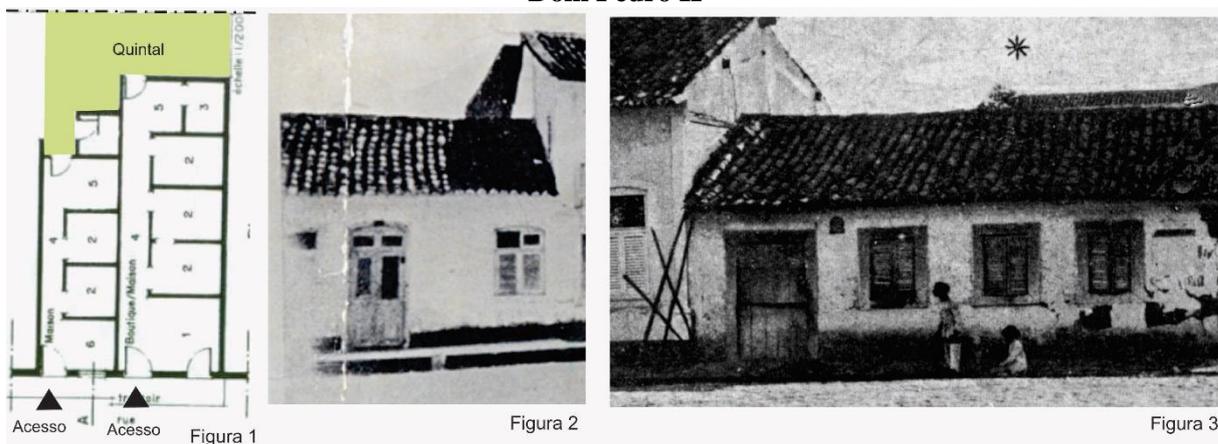
#### **4.5 Da porta dos fundos à porta da frente: o papel da vegetação nos jardins residenciais no século XX**

Marcada por grandes mudanças, a chegada do século XX foi caracterizada pelo ideário republicano, que transformou a vida urbana e os usos dos espaços públicos, denotando uma nova forma de a população ver e se relacionar com a vegetação. Embora o século XX não esteja inserido no recorte temporal da presente tese, faz-se necessário pontuar algumas questões que auxiliam na compreensão do papel da vegetação em Maceió, abrindo novos horizontes para pesquisas futuras.

A primeira questão relevante trata das modificações na disposição da edificação dentro dos lotes que permitiram a inserção de jardins laterais e, posteriormente, de jardins frontais nas residências. Conforme já abordado na seção 3, na primeira metade do século XIX as edificações residenciais de Maceió não possuíam recuos laterais ou frontais, tão só quintais nos fundos dos lotes que, apesar de permitirem o plantio de vegetação para finalidades diversas, eram desvalorizados pela população.

Na parte mais central e antiga de Maceió, como, por exemplo, nas edificações localizadas no entorno do Largo da Matriz, observa-se essa tipologia de edificação térrea, sem recuos laterais ou frontais, que foi aqui denominada *Tipologia 1* (Figura 154). Com características do período colonial brasileiro, eram edificações geminadas, construídas sobre o limite das ruas, com cobertura de duas-águas, lançando parte das águas das chuvas sobre as ruas, e a outra parte sobre os quintais. Para Reis Filho (1970, p. 24), essa configuração conferia às ruas de vilas e cidades coloniais um aspecto uniforme e monótono, acentuado pela ausência do verde, já que nesse período inexistiam jardins privados ou públicos e arborização urbana.

**Figura 154 – Tipologia 1. Planta baixa e alguns exemplares da Tipologia 1, localizados na Praça Dom Pedro II**



Fonte: Cavalcanti (1998); Costa (1939); acervo digital do MISA (s/d); respectivamente.

A partir da análise iconográfica, identificou-se outra tipologia, denominada *Tipologia 2*, formada por sobrados de dois ou mais pavimentos, que possuíam apenas um recuo posterior nos fundos da edificação. O sobrado de José Antonio de Mendonça, conhecido como Barão de Jaraguá, construído na primeira metade do século XIX no Largo da Matriz, é um exemplo dessa tipologia de sobrado com quintal.

Segundo Cavalcanti (1998, p. 259), uma das portas da fachada da edificação dava acesso ao quintal que, possivelmente, tinha como uma de suas funções abrigar o veículo do proprietário. Além disso, é provável que o quintal assumisse outras funções, como a subsistência, através do plantio de frutíferas e outras espécies. Embora não tenham sido encontradas referências ao tipo de vegetação ali plantada ou ao uso que era dado a este quintal, pode-se aferir que ali foram plantadas árvores a partir das análises realizadas na seção 3 e de imagens atuais de satélite que mostram a presença de vegetação nos fundos da edificação na atualidade (Figuras 155 e 156).

É o que se observa também em outras edificações existentes no Largo da Matriz, como o sobrado pertencente a José Elias Pereira, onde foi instalada a primeira Casa de Câmara, em 1816. A presença de um quintal com vegetação se constata por fotografias do início do século XX que retratam a parte superior da copa de uma árvore possivelmente em seu quintal (Figura 157).

**Figura 155 – Tipologia 2. Quintal na planta baixa do sobrado do Barão de Jaraguá**



Fonte: Cavalcanti (1998, p. 261); Google Maps, respectivamente.

**Figura 156 – Fachada do sobrado do Barão de Jaraguá**



Fonte: Acervo digital do MISA (s/d).

**Figura 157 – Tipologia 2. Parte da copa de uma árvore no quintal do sobrado de José Elias Pereira**



Fonte: Costa (1939, s/p).

Uma maior interação das edificações com a vegetação ocorreu sob a influência higienista, que alterou os modos de morar. As mudanças de hábitos trazidas pela nobreza

portuguesa e a influência da Revolução Industrial e do Ecletismo acarretaram alterações nas técnicas construtivas e nos programas de necessidades das habitações brasileiras. Somadas a isso, as leis e os códigos de posturas foram essenciais para a consolidação desses novos modos de morar e de construir, impondo normas pautadas pelos princípios higienistas e de embelezamento, definindo, como mostrou Teixeira (2009, p. 271), materiais a ser utilizados, alinhamentos, alturas das edificações, recuos, estilos arquitetônicos e, em alguns casos, até a cor dos componentes das fachadas.

Uma das primeiras modificações significativas ocorreu para favorecer a ventilação nas chamadas alcovas; com essa finalidade, durante o século XIX e início do XX, a implantação das edificações nos lotes começou a sofrer algumas alterações. Na segunda metade do século XIX surgiu um novo critério de circulação dentro das casas, caracterizado pela chamada forma de “morar à francesa”: a moradia devia ser dividida em três setores: estar e receber, repousar e serviço. Essa forma de distribuição exigia um acesso direto da rua ao setor de serviços, o que fez com que, junto com a questão da ventilação, surgisse a necessidade dos recuos laterais (LEMOS, 1993). Assim, as casas começaram a ser construídas soltas nos lotes, com recuos laterais que, muitas vezes, se uniam aos recuos posteriores já existentes dos quintais. Esses recuos laterais, muitas vezes modestos e localizados numa das laterais, em alguns casos começaram a abrigar jardins que agregavam valor estético à edificação.

Essa configuração de implantação no lote de edificação térrea com um recuo na lateral é a tipologia que se denominou de *Tipologia 3*, existente em edificações construídas a partir do final do século XIX e início do século XX, em Maceió. Em algumas situações, o recuo lateral era de dimensões bastante reduzidas, impossibilitando a criação de um jardim e permitindo apenas a ventilação de alguns cômodos, como na residência do Dr. Sócrates Cabral, localizada no Largo da Matriz (Figura 158). Em outros casos, é possível observar recuos um pouco maiores, que permitiam a ventilação e a implantação de jardins laterais, como em outra edificação localizada no entorno do Largo da Matriz (Figura 159), e em uma edificação vizinha ao Palacete dos Machado, localizada na Estrada do Saraiva, à direita da Figura 160.

Em síntese, no que diz respeito aos jardins residenciais, observa-se que o Largo da Matriz abrigou ao longo dos anos diversas tipologias que exemplificam a evolução da inserção dos espaços ajardinados nos lotes, desde as edificações com quintais até os sobrados com jardins laterais. Além disso, este largo abrigou em seu entorno o primeiro jardim público da cidade, tendo o próprio largo se tornado, durante alguns anos, uma extensão desse jardim. Assim, pode-se afirmar que no século XIX o Largo da Matriz, enquanto núcleo principal da

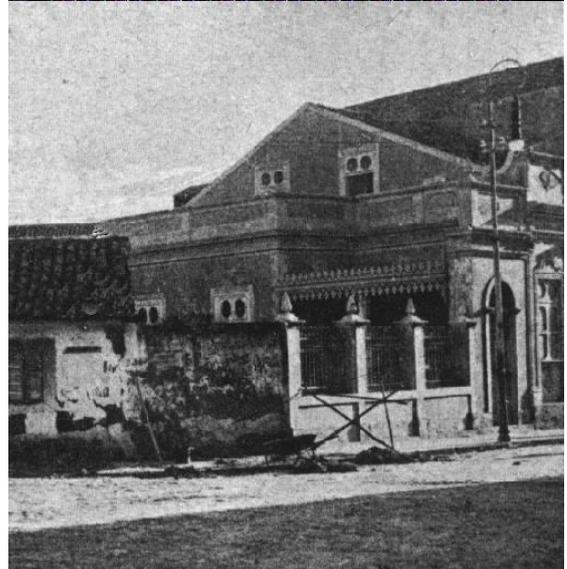
cidade, foi um exemplo emblemático das alterações que ocorreram entre a sociedade e a vegetação ao longo dos anos (Figura 161).

**Figura 158 – Tipologia 3. Recuo lateral esquerdo de pequenas dimensões na residência do Dr. Sócrates Cabral**



Fonte: Acervo digital do APA.

**Figura 159 – Tipologia 3. Recuo lateral esquerdo com espaço para jardim**



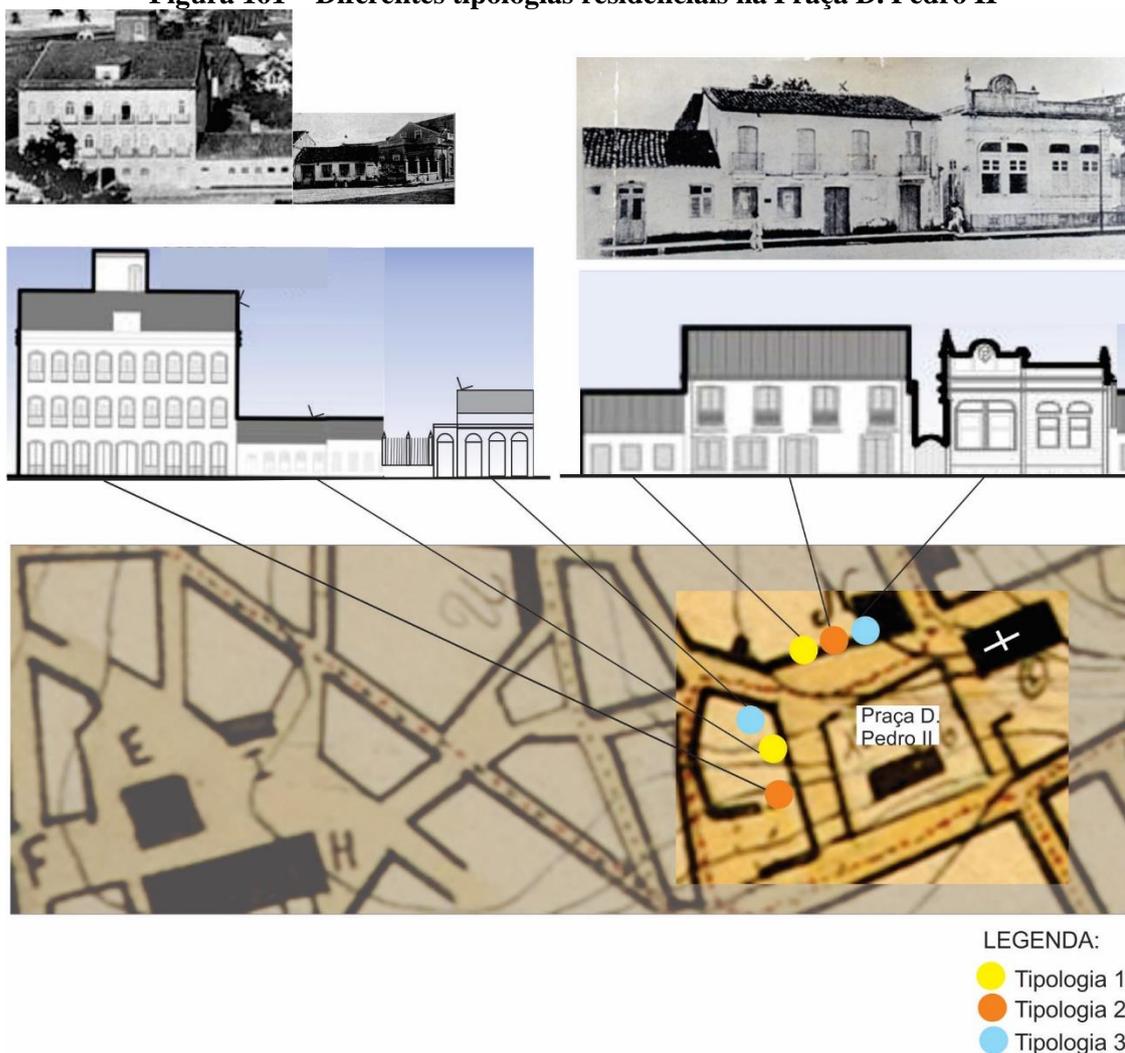
Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 160 – Tipologia 3. Recuo lateral direito de maiores proporções com jardim em edificação à direita do Palacete dos Machado**



Fonte: Acervo digital do APA.

Figura 161 – Diferentes tipologias residenciais na Praça D. Pedro II



Fonte: Autora (2018).

Aos poucos, as residências inseridas em lotes maiores foram se afastando dos dois lados limítrofes; somente depois, ocorreu o afastamento frontal das vias públicas, tanto por questões de ordem higiênica como por questão de privacidade da residência em relação à rua. É o processo que Reis Filho (1970) chama de fusão de duas formas tradicionais da arquitetura: as chácaras e os sobrados, num esforço de reconciliação do homem com a natureza, que se deu em decorrência dos excessos de concentração urbana.

Em Maceió, esse afastamento dos limites laterais do lote pode ser observado em imagens de algumas mansões de estilo eclético, os chamados *palacetes*, inseridos nas áreas nobres de Maceió e nas áreas de expansão urbana, onde os novos lotes de maiores dimensões permitiam construções soltas no lote. A partir de então, começaram a surgir edificações de dois ou mais pavimentos, com recuos laterais e posterior a que se denominou *Tipologia 4*, e que

possibilitou a implantação e a valorização dos jardins residenciais laterais, que se deixavam visualizar através dos gradis em ferro trabalhado.

Como exemplo dessa tipologia, pode ser citado o palacete dos Machados (atual Museu Théo Brandão), localizado no Aterro de Jaraguá (Figura 162). Edificado em fins do século XIX, foi construído numa localização com visão privilegiada, tendo sua fachada principal voltada para a beira-mar da Estrada do Saraiva (atual Praia da Avenida) e a vista lateral direita e posterior voltada para o Riacho Salgadinho, na época bastante valorizado (FERRARE; DUARTE, 2017).

**Figura 162 – Tipologia 4: planta baixa e fotografia do *Palacete dos Machado***



Fonte: Ferrare; Duarte (2017, p. 42). Acervo digital do MISA (s/d) respectivamente.

Vale ressaltar que a implantação desses recuos só foi possível graças às mudanças que ocorreram nos códigos de posturas. Inicialmente, a reforma do *Código de Posturas* de Maceió, de 1878, já havia permitido a implantação dos jardins na parte frontal das edificações. Posteriormente, a reforma do *Código de Posturas* de 1911 determinou que “todos os compartimentos de um prédio, qualquer que seja o seu destino, terão aberturas directas para a rua, pátio, área ou quintal” (MACEIÓ, 1911, p. 39), possibilitando que a edificação se soltasse de todos os limites do lote e permitindo a inserção de jardins em volta de toda a residência (*Tipologia 5*).

Essa mudança na configuração dos lotes geralmente de maiores dimensões, pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, permitiu também que o jardim inserido agregasse valor estético e econômico à edificação, denotando o início de um processo onde a presença dos jardins em seu entorno era considerada como símbolo de *status* dos ricos proprietários. Os

jardins, primeiramente laterais e depois frontais, passaram a adquirir valores diferentes: do valor utilitário, ao valor humano, até chegar ao valor estético, quando se aproximou e fez parte, como nunca antes havia ocorrido, das residências urbanas.

É a partir desse momento que se percebe mais claramente a influência europeia na configuração espacial dos jardins que, em alguns casos, eram inspirados nos parques europeus e introduziam novos desenhos, novos cenários, novas espécies e composições paisagísticas (ARAGÃO, 2008, p. 57). Nesse período, era comum a substituição dos muros pelos gradis de ferro, deixando visualizar os jardins bem cuidados, com predominância de espécies exóticas.

Com a chegada do século XX, o jardim brasileiro foi se adaptando ao

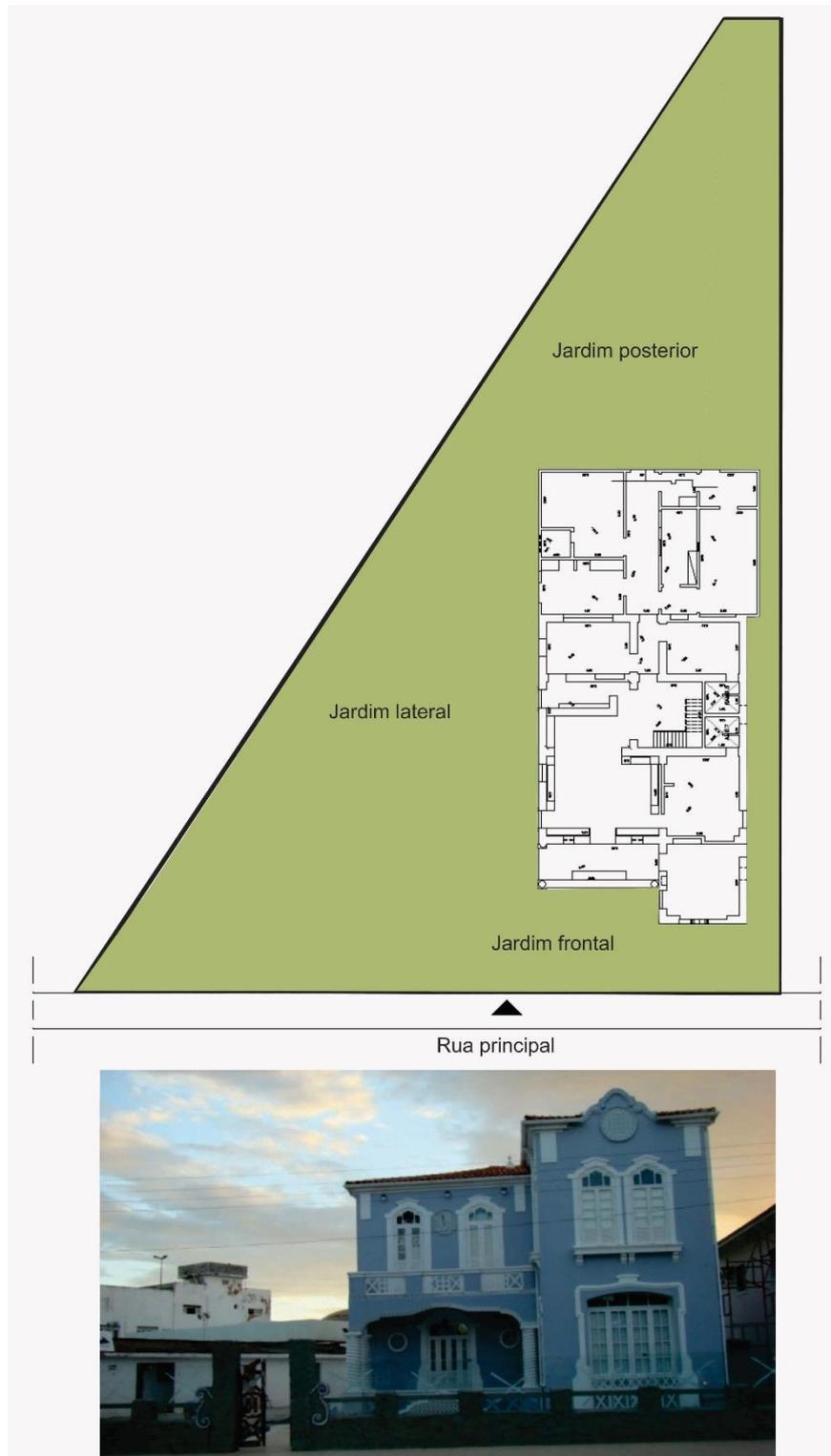
[...] traçado mais rígido, geométrico, com linhas retas ou sinuosas; à separação de funções: horta, pomar, árvores floríferas, gramados e plantas ornamentais; ao emprego mais enfático de plantas de origem europeia em meio à vegetação nativa e a outras espécies já aclimatadas; à moda das topiarias e dos arbustos bordejando os caminhos (ARAGÃO, 2008, p. 57).

Em Maceió, identificaram-se exemplares de edificações da *Tipologia 5*, que possibilitavam uma maior integração do homem com a natureza a partir do jardim em seu entorno, como é o caso da edificação que pertenceu ao poeta Jorge de Lima. Localizada nas imediações da Praça Sinimbu, antiga Praça Euclides Malta, às margens do Riacho Salgadinho, o palacete foi construído nas primeiras décadas do século XX, em estilo neocolonial (Figura 163).

Além da casa de Jorge de Lima, alguns exemplares da *Tipologia 5* podem ser visualizados nos chalés e bangalôs que marcaram a paisagem do bairro do Farol no início do século XX<sup>93</sup>. Essa tipologia era construída em lotes geralmente amplos, mantendo os quintais e inserindo recuos laterais e frontais, onde havia jardins que adotaram novos elementos como bancos, passeios pavimentados, recantos, caramanchões, pergolados, fontes e chafarizes que remetiam ao pitoresco. Para Silva, D. (2016), o bangalô localizado no Farol marcou a transição entre a privacidade herdada das edificações coloniais e o *status* que esse novo estilo de morar representava para a cidade.

<sup>93</sup> Nas primeiras décadas do século XX, o bairro do Farol ou Jacutinga, anteriormente ocupado pela população humilde de Maceió, passou a ser habitado pelas camadas mais abastadas da sociedade, que ali construíam suas imponentes residências. Esse novo bairro passou a ser conhecido por sua elegância, salubridade e amenidade do clima (FORTES, 2011a; COSTA; CABRAL, 1902).

**Figura 163 – Tipologia 5: planta Baixa e fotografia atual da edificação que pertenceu a Jorge de Lima**



Fonte: Projeto de Restauração da Casa de Jorge de Lima (CAETANO, 2007); autora, 2016, respectivamente.

Para Silva (2016, p. 111 – grifos nossos), o bangalô

[...] permitia o desfrutar de **jardins de entrada, laterais e dos quintais arborizados**, recantos essenciais de **integração da família em sua intimidade e sua visibilidade para o exterior**. A casa expôs-se mais para a cidade que a convidava para uma interação mais íntima com a rua, inclusive por parte das mulheres, e abria-se aos olhares dos transeuntes que a observam com admiração, delineando uma fase significativa da modernização da cidade.

Além desse novo estilo de morar, cabe enfatizar que os chalés e bangalôs consolidaram principalmente a mudança de *status* da vegetação nos lotes residenciais. Após um longo processo que perdurou durante o século XIX, a vegetação se firmou como elemento embelezador e valorizador das edificações, especialmente se atrelada a elementos decorativos de outras culturas, como a europeia. É o que se constata no texto *A resposta*, de Lêdo Ivo<sup>94</sup>, que assim descreveu os jardins da casa do comerciante Seraphim Costa (Figura 164):

Ele morava no Farol, exatamente onde o bonde fazia a última curva. Os muros brancos, que cercavam o quarteirão, semi-escondiam a casa, também branca, além do **jardim que aparecia entre as grades, e em cujos canteiros florejavam espessuras e certas musguntas flores amarelas**, e um imenso besouro zoava. [...] O palacete branco vulgava **riqueza, luxo, secreto esplendor**. Além das portas fechadas, das presumíveis estatuetas de mármore, do **aroma das dalias**, do fino palor dos azulejos, das mudas venezianas, havia decerto um universo de opulência, que a nossa fantasia de meninos pobres mal podia imaginar [...] em seu palacete, na exuberância do **jardim equatorial**, no chão assombrado de árvores enlanguescidas pelo mormaço, **havia algo que era a fusão improfundável dos mais faustosos elementos nativos com uma substância remota e avoengueira**, como que a reprodução de antiga planta deixada do outro lado do mar e tacitamente reconstruída pela poupança e ambição do imigrante afortunado. Por isso, meu pai dizia *aqui*, querendo assim significar tudo o que era o império de Seraphim Costa: **as grades do jardim, os sinuosos canteiros colmeados de folhas e flores**, os calangros e insetos, a água espatifada de uma fonte, os familiares que não apareciam às janelas, talvez para não confundir a visão de todos os que, como eu, o imaginavam reinando solitário em sua mansão, sem quinhoar ostensivamente com ninguém o resultado, de sua vida vitoriosa, feita de zelo e siso. [...] (IVO, s/d – grifos nossos).

De acordo com o autor, o palacete e seu jardim eram uma fusão entre os elementos nativos e a reprodução de elementos importados do outro lado do mar, trazidos por Seraphim. Nesse jardim de clima equatorial, elementos de influência europeia, como as flores delicadas e os elementos decorativos, pareciam conviver em harmonia com os elementos da fauna local. A descrição de Lêdo Ivo atesta que essas mansões e seus jardins estiveram presentes no imaginário da época e confirma que, no século XX, a vegetação em seus mais variados estratos havia se

<sup>94</sup> Lêdo Ivo (1924-2012) foi um premiado poeta alagoano, integrante da Academia Brasileira de Letras, que publicou dezenas de romances e livros, como *Ninho de Cobras* (1973), em que retrata de maneira ácida os costumes alagoanos e as ruas, prédios e hábitos da Maceió da década de 1930.

consolidado em seu novo papel estético e valorizador da edificação, funcionando como elemento indicador da riqueza e do luxo de seus proprietários.

**Figura 164 – Casa de Seraphim Costa, conhecida como Villa Naydéa, e seus jardins, no bairro do Farol (s/d)**



Fonte: IHGAL.

Essa alteração do papel da vegetação se refletiu no *Código de Posturas* de 1911; neste, além da permanência da influência higienista e de embelezamento nas diversas normativas que regulamentam a configuração espacial das edificações públicas ou privadas e o uso dos espaços públicos, observa-se também uma preocupação com a manutenção da vegetação nos lotes particulares e terrenos públicos. Isso se constata na determinação de criação de “áreas ou pátios”, e também no parágrafo 5º do artigo 208, que proibia “cortar ou danificar as arvores fructíferas ou medicinaes, quer em terrenos particulares, quer em terrenos públicos” (MACEIÓ, 1911, p. 50).

No mesmo código, identifica-se uma preocupação explícita com a manutenção da vegetação, em especial das flores, e com a conduta no interior dos espaços públicos ajardinados, funcionando como uma espécie de regulamento de uso:

Art 183 – Nos jardins públicos ou praças ajardinadas é prohibido:  
 1º Colher flores ou caminhar por cima dos canteiros ou grammados;  
 2º Offender o decoro com palavras desenhos ou gestos injuriosos; promover desordens ou voserias e praticar scenas imoraea.  
 3º Dar entrada a cães e outros animaes que possam prejudicar as plantas.  
 4º O transito ou a entrada de cavalheiros, carruagens, automóveis, bicycletas e mais vehiculos, salvo licença especial.  
 Pena: Multa de 10\$000 e expulsão dos infractores (MACEIÓ, 1911, p. 45).

Em síntese, pode-se afirmar que, no século XX, as alterações na relação entre sociedade e vegetação tiveram reflexos no interior dos lotes residenciais urbanos, especialmente das classes mais abastadas, e também nos espaços públicos ajardinados, sob a influência principalmente do ideário republicano, do processo de secularização e a partir da criação de novas centralidades. Nesse contexto, praças existentes foram remodeladas e ajardinadas, e outras foram criadas, funcionando como espaços de integração social e, principalmente, como indicadores de civilização e modernidade.

#### 4.6 O ideário republicano e a chegada do século XX – dos jardins às praças: o que mudou?

Com a instauração da República,urgia a necessidade da criação de uma nova imagem para as cidades, que transmitisse a ideia de um novo Governo forte, estável e moderno. Além de mudanças nos âmbitos político, econômico e social, ocorreram alterações significativas na configuração espacial das cidades e da arquitetura, que refletiam as mudanças de pensamento trazidas com o novo regime político.

Os estados e municípios brasileiros passaram a gozar de mais autonomia econômica, possibilitando assim um maior investimento nas cidades e o vislumbre de novas possibilidades de progresso e desenvolvimento urbano. Buscando a renovação urbana, novos projetos foram implementados, com o alargamento e nivelamento de ruas, a construção e a renovação de praças através de ações de ajardinamento, e o surgimento de novas edificações, como os teatros, por exemplo, que representavam os novos hábitos de uma sociedade que almejava o progresso e a civilização, dando continuidade ao processo de secularização já iniciado desde o século XIX (AMARAL, 2009; MOURA FILHA, 2000).

Nesse panorama, entre fins do século XIX e o início do século XX, ocorreu um surto progressista em Maceió, ocasionado principalmente pelo aumento de investimentos na cidade, que se refletiu diretamente na arquitetura e no uso dos espaços públicos, intencionando modificar o aspecto colonial remanescente: “O necessário era fazer a cidade; urbanizá-la como que para lhe **tirar os ares passadistas que tinha**. Abrem-se e alargam-se ruas; **constroem-se praças**” (DIEGUES JÚNIOR, 1939, p. 201 – grifos nossos).

Nesse período, foram edificados prédios públicos, residências e palacetes com arquitetura imponente que, além de buscar criar essa nova imagem de cidade, ressaltavam a estética urbana, principalmente nos bairros do Centro, Bebedouro e, posteriormente, no bairro do Farol.

De acordo com Ferrare (1999), junto com as mudanças na arquitetura mudaram também os hábitos da população:

Foi exatamente a frenética atração pela rua que viria a fomentar uma expansão tipológica e estética no casario que ladeava as ruas urbanas tão apreciadas nos lentos passeios à pé, para os quais as pessoas da sociedade se adornavam, acompanhando o gosto das indumentárias da última moda, vinda dos grandes centros, para exibirem-se (FERRARE, 1999, p. 1).

A rua, anteriormente marginalizada, passou a ser frequentada pelas classes mais abastadas da sociedade, e as diversas intervenções realizadas nela e no seu entorno buscavam difundir esse ideal de modernidade. De acordo com Moura Filha (2000, p. 72), “a dualidade, cidade atrasada *versus* cidade moderna, começava a se impor”, e nos discursos dos agentes construtores da cidade se explorava cada vez mais a ideia de oposição entre cidade limpa e suja, bela e feia, moderna e atrasada. Sob tal tônica discursiva, condenava-se tudo que dizia respeito à cidade antiga, colonial, e foram tomadas providências para transformar a cidade em um local salubre, belo, moderno e civilizado.

Nesse contexto de mudanças progressistas e impulso à modernização, surgiu o movimento eclético na arquitetura, influenciando também os projetos de praças em Maceió. De acordo com Ferrare (1999), o movimento eclético favoreceu-se do encantamento da burguesia pela novidade, processo marcante nesse início de século e que incluía as praças e jardins como lócus de convergência. De fato, para estes espaços convergiam as mais variadas aquisições de equipamentos das municipalidades da “última moda”: bancos, coretos, gradis de ferro, estatuetas de ferro fundido e de bronze, entre outros elementos e materiais emergentes da industrialização, que “jorrava” novidades e que funcionavam como indicadores do grau de civilidade e modernidade da cidade.

Foi durante o Governo da família Malta em Alagoas<sup>95</sup>, especialmente no Governo de Euclides Malta, no início do século XX, que essas transformações urbanas foram postas em prática com mais ênfase, especialmente nas praças e jardins de Maceió, “embelezados” à moda eclética e reformados dotando a cidade de ares mais modernos. Fundador da *oligarquia Malta*, Euclides adquiriu popularidade e apoio em Maceió por meio de diversas obras públicas que visavam à modernização da cidade. Entre as principais obras de arquitetura, estão a construção do Teatro Deodoro, a finalização do Palácio dos Martírios (ambos projetados pelo arquiteto

---

<sup>95</sup> O longo período de quase uma década e meia em que a família Malta governou Alagoas (entre 1900 e 1912) ficou conhecido como “Era Maltina” (TENÓRIO, 1997) ou “Oligarquia Malta”, quando se alternaram no Governo do estado Euclides Malta e seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta.

italiano Luigi Lucarini) e a remodelação dos principais largos e praças, algumas com projeto do artista Rosalvo Ribeiro.

Entre os espaços públicos remodelados por Ribeiro, estão o jardim de Jaraguá, a Praça dos Martírios e a Praça Deodoro. Entre esses, o jardim de Jaraguá era o único espaço onde já havia sido executada uma proposta que envolvia o plantio de diferentes espécies, a inserção de canteiro, passeios e gradil circundando seu perímetro. Os outros dois espaços eram locais ainda descampados, que haviam sido alvo de tentativas infrutíferas de plantio de árvores sem um plano ou projeto específico, como se mostrou nas seções anteriores.

A proposta de Ribeiro para o jardim de Jaraguá envolvia a retirada do gradil, transformando-o em “praça ajardinada” (MARQUES, 1906), quando passou a ser denominado Praça Wanderley de Mendonça. Essa mudança na toponímia parecia refletir uma intenção de modernidade, especialmente no modo de vida da população e nos usos do espaço público. Espaços que anteriormente tinham seu uso controlado através dos muros, gradis e portões, com a chegada do século XX passaram a ser totalmente abertos ao público, denotando uma mudança ou uma intenção de mudança nos hábitos da população, que poderia naquele momento usufruir sem restrições da “praça modernizada” aos moldes europeus.

Apesar de não terem sido encontrados plantas ou projetos que ilustrem com maiores detalhes as propostas de Ribeiro para esses espaços, a documentação oficial e as iconografias do início do século XX indicam o uso de elementos que remetiam à ideia de progresso e civilidade, tomando como parâmetro os ideais estéticos europeus. Uso de traçados rígidos e simétricos, fontes, obeliscos, quiosques, caramanchões, balaústres de alvenaria, mobiliário, postes e esculturas em ferro fundido importadas da Europa figuravam entre os elementos mais utilizados em suas propostas (Figuras 165 e 166).

No que diz respeito à vegetação, como já exposto, vale salientar que a transformação do jardim em “praça ajardinada” ou “praça arborizada” sugeria o predomínio do plantio de árvores e espécies que solicitavam uma menor manutenção e uma diminuição no plantio de arbustos e espécies floríferas mais delicadas.

Nessas novas propostas, a vegetação costumava ser disposta de forma simétrica, como se observa na Praça Wanderley de Mendonça: a disposição de árvores e palmeiras imperiais, símbolo da nobreza, que dava ao local *status* de cartão-postal e enfatizava sua importância como porta de entrada de Maceió pela via marítima (Figura 165).

**Figura 165 – Praça Wanderley de Mendonça, após reforma projetada por Rosalvo Ribeiro (início do século XX)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

**Figura 166 – Praça Deodoro, após implantação de projeto de Rosalvo Ribeiro (início do século XX)**



Fonte: Campello (2009).

O traçado rígido e simétrico, os pontos focais centrais definidos por monumentos e o uso das estátuas importadas demonstram mais uma vez como o ideário de modernidade nos projetos de remodelação das praças de Maceió estava vinculado ao gosto e estilo europeu e ao emprego de peças em ferro fundido, ficando a vegetação em um plano secundário.

Além das já citadas praças, outros espaços públicos foram remodelados por Rosalvo Ribeiro durante a gestão Malta. Entre esses espaços, a obra de maior impacto foi a remodelação da atual Praça Sinimbu (Figura 167), inicialmente denominada Praça do Quartel da Polícia, Praça Dr. Campos Salles (pela lei nº 53, de 2 de março de 1899) e Praça Euclides Malta (pela lei nº 71, de 6 de janeiro de 1903), em homenagem ao Presidente da província que a remodelou (FORTES, 2011b).

**Figura 167 – Praça Sinimbu (Euclides Malta), ajardinada (início do século XX)**



Fonte: IHGAL.

O desenho da praça contava com canteiros de grama, bancos de madeira e ferro, estátuas e placas decorativas importadas, um pequeno lago com moinho de ferro ou cata-vento<sup>96</sup>, possivelmente associado a um poço ou cacimba, que garantia o suprimento da água, cais de alvenaria com gradil, escadaria às margens do Riacho Maceió e um coreto para música (Figura 168).

**Figura 168 – Quiosque e canteiros na Praça Sinimbu (início do século XX)**



Fonte: Acervo digital do MISA.

Outros espaços ajardinados também remodelados, porém em menor escala, foram o Jardim do Palacete e a Praça Dom Pedro II. É provável que a gestão tenha deixado em segundo plano as ações de remodelação desses locais por dois motivos. Primeiramente, porque a praça e suas imediações, onde se localiza o jardim do Palacete, havia deixado de ser o “coração da cidade”, ocorrendo o deslocamento de centralidade para a Praça dos Martírios. Ademais, foram criados novos equipamentos que geraram novas centralidades em Maceió, representando a modernidade tão almejada, como o Teatro Deodoro, o Porto de Jaraguá e as respectivas praças adjacentes.

As praças ajardinadas passaram a funcionar como símbolos desse processo de modernização urbana, como indicam algumas publicações da primeira metade do século XX, a exemplo do guia “Maceió no bolso”:

A capital alagoana é ornamentada por muitas praças públicas, bem cuidadas e **ajardinadas**, apresentando-se aos nossos visitantes como **logradouros de cidade civilizada**. Com efeito, as nossas praças são bem vistosas e situadas em lugares que se tornam atraentes e cheios de vida, sendo pontos preferidos de palestras das pessoas conceituadas no meio social alagoano (VIEIRA; BARBOSA, s/d, p. 78-79 – grifos nossos).

<sup>96</sup> De acordo com Silva. A. (2016), os moinhos ou cata-ventos foram instalados a partir do final do século XIX em espaços públicos brasileiros, usando a energia eólica como força motriz para puxar água de poços, cacimbas ou caixas d’água. No caso da cidade de Fortaleza, os moinhos eram de origem americana. Para saber mais sobre esses equipamentos, ver: Silva (2016, p. 303).

Nesse mesmo sentido, a publicação *Maceió em 1938* citou a existência de 29 praças, entre as quais destacaram-se as Praças Dom Pedro II, Martírios, Marechal Deodoro (Cotinguiba), Sinimbu (Euclides Malta) e General Lavènera (Wanderley de Mendonça) como pontos de apreciação turística, embora sem fazer menção à vegetação (Figura 169). A publicação definiu três opções de passeio a pé que passavam por essas praças, pelas principais edificações públicas, religiosas e pontos estratégicos de onde era possível avistar “deslumbrantes panoramas” da cidade, da laguna e do oceano:

Figura 169 – Praças como pontos turísticos (1938)

**Aiiô! Aiiô! TURISTAS . . .**

**para conhecer a cidade de Maceió convidamos VV. SS. para 3 bellos passeios a pé.**

**1o. PASSEIO CIRCULAR, VÊ A PLANTA LINHA AZUL PONTUADA.**

Aproximadamente é de 4 klm. Tempo medio 1, 5o minutos.

Ponto de sahida Relogio Oficial 42. Rua 2 de Dezembro Praça D. Pedro II (Monumento de D. Pedro II, Catedral, 2 edificios publicos) subindo por R. Ribeiro passamos o Pharol R. Dr. Oswaldo Sarmento donde encontramos a Capella de S. Gonsalo e vista magnifica para Jaraguá, Poço, Pajussara, Porto e Atlantico, Tomamos R. Com. Palmeira, travessamos Praça Gonsalves Lêdo, R. Bandeirantes, R. Ouro Preto chegamos na Estação Metereologica com seu deslumbrante panorama para Maceió, Levada, Lagoa do Norte. Pela P.C. Samuel Lins, batxamos para a Praça Floriano (Martirios) onde encontramos a Igreja dos Martyrios, Palacio do Governo, Prefeitura e para a R. Melho Moraes chegaremos ao Parque Rio Branco (Mercado novo) faremos volta pela R. Ladislau Netto até o edificio Escola Normal seguimos para R. Barão de Alagoas até a praça Marechal Deodoro, (Theatro Municipal, Liceu, Monumento) e pela R. Barão de Penedo chegamos ao Hotel B. Ilha Vista ou praça Palmares e Rua do Comercio voltamos ao ponto de nossa sahida.

**2o. PASSEIO AO AEROPORTO** Aproximadamente 4 klm. tempo 40 minutos (ida e volta)

Ponto de Sahida: Mercado Novo — 41 pela R. Cirillo de Castro e Aymores chegamos a Avenida Calabar ou Siqueira Campos até porto de aviação das Cfas. AIR CONDOR E PANAJR recomendamos este passeio para conhecer a vida rustica Alagoana em dias de mercado e em horas da chegada dos aviões.

Continua

**Aiiô! Aiiô! TURISTAS . . . continuação**

**3o. PASSEIO PRAIAS DE BANHOS** Av. da Paz, Sobral, Pajussara, etc. aproximadamente 2 klm'

Ponto de sahida: Catedral chegamos por Rua do Imperador até Pr. Sinimbu (Escola de Aprendiz Artifices e C. F. L. N. B. ) depois Av. da Paz de onde podemos apreciar a beleza das praias de Maceió e seguimos até Jaraguá por Rua Sá e Albuquerque chegamos a Associação Commercial, Praça Lavènera donde podemos ver todas as instalações do futuro porto. Para voltar tomamos qualquer bonde.

Para PASSEIO EM BONDE é recomendado os Bondes Ponta da Terra a Bebedouro. Para PASSEIO EM LANCHAS toma-se o bonde Trapiche até o fim da linha e lá informa-se quem contrata uma Lancha para um bellissimo passeio pela lagoa.

Fonte: Maceió (1938, s/p).

Ao longo do século XX, a análise documental e iconográfica indica que a vegetação ganhou mais importância nos espaços públicos, quando passou a ser frequente o uso de arbustos e árvores podadas com a técnica da topiaria, que dava formas diversas à vegetação e que solicitava, para isso, um mínimo de técnica e de conhecimento por parte dos jardineiros. Cabe

ressaltar também que, de acordo com Magalhães (2015, p. 81), manter a vegetação com esse tipo de poda era uma tarefa trabalhosa e dispendiosa, visto que no clima tropical brasileiro a vegetação cresce de forma vertiginosa.

Essa aparente valorização da vegetação nas praças fica evidente nas fotografias e postais, especialmente da Praça dos Martírios, o novo “coração da cidade”, que mostram arbustos e árvores podados em formato geométrico e de animais, dividindo espaço com espelhos d’água, caramanchões, bancos e fontes, como a de ferro fundido que pertenceu ao jardim do Palacete (Figura 170).

**Figura 170 – Topiaria, espelho d’água, caramanchão e fonte na Praça dos Martírios (século XX)**



Fonte: APA; Lessa (2015), respectivamente.

No que diz respeito à arborização urbana, observou-se que, com a chegada do século XX, as espécies utilizadas passaram a ser discriminadas, tendo como pressuposto as recomendações de alguns agentes construtores da cidade, com base no saber médico e científico, como as publicações do médico Alfredo Rego (1902).

Em 1907 o relatório do intendente municipal sinalizou seu empenho em arborizar algumas ruas e praças e enfatizou o auxílio de alguns moradores da região, que cederam gratuitamente espécies de árvores para o plantio (MARQUES, 1907). Nesse papel, destacou-se o Barão Felix de Wandesmet, proprietário da usina Brasileiro, na cidade de Atalaia, que costumava presentear seus amigos com flores cultivadas em sua propriedade (LIMA JÚNIOR, 1976, p. 89).

Entre as espécies mais utilizadas para a arborização urbana, figuravam o oiti, a carolina, o *ficus benjamim*, o *eucaliptus*, a aglaia, além de outras espécies exóticas. A criação de um horto florestal parece ter estimulado o plantio das árvores pela cidade em ruas importantes de novos bairros, como a Epaminondas Gracindo, em 1930, no bairro da Pajuçara.

[...] A arborização desta capital achava-se muitíssimo descuidada. A **criação do pequeno horto florestal** fundado pelo Estado, **desevolveu entre nós o cultivo da árvore**, generalizando-a pela cidade [...] várias ruas foram cuidadosamente arborizadas, podendo mencionar a Santos Pacheco, Conselheiro Saraiva, Libertadora Alagoana, Alegria, Macena, 15 de Novembro, Praça Pedro Paulino; sendo igualmente melhorado o ajardinamento das Praças Sinimbu e Floriano Peixoto. As árvores empregadas na arborização pública, mais recommendaveis pela sua **folhagem, beleza e resistência, foram: a mangueira, o oiti, a carolina, o ficus benjaminis, e eucaliptus, a aglaia** e etc (VASCONCELLOS, 1915, p. 20 – grifos nossos).

A destruição dos jardins pelas formigas, no entanto, permaneceu como um grave problema no discurso da gestão pública, sendo a elas atribuída a ausência de flores nos jardins da cidade:

Serviço de extinção de formigas. Uma das minhas cogitações mais positivas, mesmo antes de assumir o cargo que estou exercendo, a extinção de formigas, que tanto prejuízo nos causa, **devastando hortas e jardins, tornando-nos uma cidade onde as flores são raras**, ainda não pode ser atacada na minha administração com a eficiência que é mister dedicar-lhe. Ao elaborar a proposta orçamentaria para o exercício corrente, consignei a verba de 20:000\$000 para o serviço, que ainda não me foi dado regulamentar. As prefeituras de diversas capitais tenho me dirigido pedindo instrucções a respeito (LIMA, 1926, p. 46 – grifo nosso).

Nesse mesmo sentido, em 1930, o prefeito Ernandi Teixeira Basto afirmou que “realmente não vae exaggero na affirmativa de que temos uma **capital sem hortas e sem jardins** porque não consente a saua [...]” (BASTO, 1930, p. 10 – grifo nosso). Além da destruição causada pelas formigas, a ausência de jardins na cidade do século XX parece refletir os resquícios da relação conflituosa entre a população e a vegetação, vigente ao longo dos séculos. É o que se identifica na polêmica que envolveu a criação de um mercado de flores, em 1915, na Praça dos Palmares, durante o Governo de Clodoaldo da Fonseca. O mercado funcionou apenas durante alguns meses, comercializando avencas, crótons, palmeiras, jasmims, dalias, rosas e cravos. Na época, a iniciativa de sua construção foi bastante criticada, como observou, alguns anos depois, Lima Júnior (1976, p. 88-89):

Construir um prédio para vender flores numa cidade onde faltava tudo ou quase tudo: boa água que se pudesse beber sem o perigo do tifo; esgotos; mercados; calçamento na maioria das ruas. Numa capital que não tinha flores, sobrando em compensação, mosquitos e formigas; cujas casas e igrejas eram enfeitadas com flores de papel, à falta das naturais, que as saúvas impediam se cultivassem; onde os mortos iam para o cemitério em féretros; com coroas artificiais. E, apesar de tudo, resolvera um construir um mercado para venda de flores... Numa terra onde não havia flores, construir um mercado para elas! Além de disparate, perda de dinheiro arrancado ao povo [...].

De fato, pode-se afirmar que a chegada do século XX e as mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram com a instauração da República favoreceram o ajardinamento dos espaços públicos e a arborização urbana, resultando numa mudança no papel da vegetação na cidade. No entanto, ao longo do século XX – e até mesmo na cidade atual –, ainda se observa a escassez de arborização urbana, relatada em documentais oficiais desde o início do século XX, a carência de parques e jardins públicos<sup>97</sup> e a quase total ausência na paisagem atual das propostas efetivadas no século XIX para a arborização urbana e a criação de espaços ajardinados em Maceió.

---

<sup>97</sup> O primeiro Parque Municipal de Maceió foi inaugurado em 1978, no bairro do Bebedouro, e é visitado por cerca de 2 mil pessoas mensalmente (<http://www.maceio.al.gov.br/semuds/parquemunicipal/>). Apenas recentemente, em setembro de 2018, foi inaugurado um segundo parque, o Parque do Horto, onde há quase vinte anos havia o Horto Florestal do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



em consequencia de humer  
videm que se a no dirigidos do Comar a das da  
gosa lare de Rendonea de Mata, Koraia poron q  
sem esse as lareas e roas de q' uas e Rendonea de  
me na Comarca no curacao de suas indolitas com que  
experimentas a de vos q' uas reas de q' uas uas  
e las de a roas e roas as guas lareas de la  
me et M. E. C. enchen la xata. v' entre as la  
lare de Rendonea e Mata, Koraia



Com a planície a qual se estende a de  
tudo a esquerda da e pela direita das  
as roas de q' uas e roas de q' uas  
na de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas



Em nas quadras anteriores a esse quadro  
de a esquerda e direita as de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas  
as de q' uas e roas de q' uas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar as diferentes funções atribuídas à vegetação nas cidades brasileiras requer um olhar atento à história das transformações ocorridas tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados. Requer, além de tudo, a compreensão de que essas diferentes funções – sejam utilitárias, contemplativas, higiênicas, estéticas, de amenidade ou de lazer – são decorrentes de uma construção cultural estabelecida entre o homem e a vegetação ao longo de séculos. Elas refletem o ideário predominante de cada época, especialmente dos agentes construtores da cidade e detentores do poder, expressos nas iconografias reproduzidas desde o século XVI e na documentação primária de diferentes períodos.

A partir das reflexões levantadas por Freyre (1937), constatou-se que a forma de colonização do território brasileiro, especialmente no Nordeste, ocasionou uma relação conflituosa entre o homem e a mata nativa, marcada inicialmente pelo forte ideário da exploração, refletido nas diversas iconografias produzidas pelos cosmógrafos e cartógrafos que, desde a época dos Descobrimentos, enfatizavam o caráter exótico das terras recém-descobertas.

No caso de Alagoas, a historiografia, a documentação primária e as iconografias indicam que a ocupação do território caracterizou-se pela devastação da Mata Atlântica, principalmente para a exploração de madeiras, para a construção e funcionamento dos engenhos, bem como através de roçados e queimadas para a inserção de novas culturas, sobretudo a cana-de-açúcar e o algodão, além da criação de gado.

No decorrer do século XIX, o temor inicial pela mata nativa brasileira foi sendo paulatinamente amenizado, quando predominou um ideário baseado na busca por melhor conhecer as potencialidades de exploração dos recursos naturais do Brasil. Com esse objetivo, os holandeses e os naturalistas que aqui estiveram aplicaram um olhar mais atento para as especificidades locais, representando as terras brasílicas, sua fauna, flora e habitantes de forma mais detalhada.

Essas obras produzidas durante o século XVII marcaram um período em que a natureza, considerada no século XVI como selvagem e misteriosa, passou a ser descrita e estudada de maneira metódica pelos naturalistas, que esmiuçaram e desmistificaram os recursos naturais do Novo Mundo e mostraram aos europeus a potencialidade econômica oferecida pelo Brasil, permitindo um aumento significativo nas possibilidades de sua exploração.

Pautado por uma postura característica dos primeiros anos do período colonial, em que se acreditava que os recursos naturais eram inesgotáveis, o ideário de exploração dos agentes colonizadores continuou marcante no século XVIII. Além da extração de madeiras, também contribuiu para a devastação das espécies nativas brasileiras, especialmente na região Nordeste, a introdução de novas espécies de interesse econômico para Portugal. Relatos de viajantes e

representações iconográficas indicaram que, ao tempo que os colonizadores temiam e se encantavam pela mata exuberante, pelas frutas, como o caju, e pelas raízes da terra, como a mandioca, eles introduziram aqui novas espécies já aclimatadas em outras colônias, como a cana-de-açúcar e o coqueiro que, de tão marcante na paisagem atual, já é considerado uma espécie não endêmica e naturalizada (FORZZA, 2010a).

Nesse sentido, à semelhança do que ocorreu em outros países, como a Inglaterra, no Brasil as matas não cultivadas eram vistas como obstáculos ao progresso humano, sinônimo de rusticidade e perigo. De acordo com Thomas (1983), a civilidade remetia a uma paisagem cultivada, regular e simétrica, em oposição ao mundo natural desordenado e espontâneo. Esse ideal de civilidade, atrelado à devastação de grandes porções da Mata Atlântica nordestina para a inserção de novas culturas, colaborou com o estabelecimento de uma relação cultural de menosprezo pela vegetação nativa que perdurou durante todo o século XIX, cujos indícios podem ser percebidos até os dias atuais em Maceió.

Essa crescente devastação das matas brasileiras, a crise econômica de Portugal e o desenvolvimento da história natural favoreceram a disseminação de um ideário marcado pela tônica da conservação, quando ocorreram as primeiras tentativas para conservar a vegetação nativa existente nos bosques e áreas de Mata Atlântica brasileira. Sob tal propósito, na região de Alagoas, José de Mendonça Matos Moreira teve um papel primordial como Juiz Conservador das Matas, elaborando diversos documentos que auxiliaram no conhecimento acerca das funções exercidas pela vegetação no final do século XVIII e início do século XIX. A análise desses documentos elaborados por Moreira (1796) indicou que, naquele momento, a função da vegetação se restringia principalmente às questões econômicas e de subsistência e, em menores proporções, às funções medicinais.

Tanto em outros estados quanto em Alagoas, ainda no período colonial e ao longo do século XIX, outras funções foram atribuídas à vegetação. Isso pode ser constatado nos primeiros indícios de inserção de vegetação de forma ordenada, que ocorreram em propriedades religiosas, como no convento franciscano em Marechal Deodoro-AL, nos quintais residenciais de Maceió, nos engenhos e chácaras, que aliavam funções utilitárias, de subsistência e, por vezes, estéticas e de fruição. Vale salientar a existência do atípico jardim do engenho Buenos Ayres, cuja documentação analisada nesta tese indica ter sido o primeiro jardim privado ordenado – e comprovadamente executado – no estado, com finalidades utilitárias, estéticas, de contemplação e de lazer.

A rigor, no contexto brasileiro, essa inserção de forma ordenada para finalidades diversas, além da exploração econômica e da subsistência, denotou o início de uma alteração

na relação entre sociedade e vegetação e possibilitou a criação dos espaços ajardinados pelo homem. A partir de então, observou-se que a vegetação foi mudando seu papel nos aglomerados urbanos, passando a ser ordenada com finalidades científicas (nos jardins botânicos), estéticas, higiênicas e de lazer (nos jardins e passeios públicos) ao longo de todo o século XIX, ditado pelo ideário de embelezamento trazido com a Corte portuguesa. Parafraseando Machado de Assis (1895), o século XIX ficou, então, caracterizado como o “século dos jardins” no Brasil, especialmente na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, que foi tomada como modelo para as demais cidades do Brasil.

Em Maceió, embora sejam escassas as iconografias que retratem a vegetação no núcleo urbano nos primeiros anos de colonização, identificou-se que em meados do século XVIII a vegetação da região onde o povoado estava inserido também era destinada à exploração de madeiras e as terras ao cultivo para subsistência, o que contribuía para o desmatamento. Além disso, nos primeiros anos do século XIX, a iconografia, complementada com relatos posteriores de viajantes estrangeiros, indica que já havia diversos exemplares de coqueiro em toda a costa marítima, especialmente na região do Jaraguá, que serviam como marco referencial para os navegadores que pretendiam atracar naquele porto e que conferiam à região um caráter pictórico, descrito tão enfaticamente pelos viajantes. No entanto, apesar de seu aspecto pictórico e do aproveitamento do seu fruto, tronco e folhagem para finalidades diversas, o plantio do coqueiro no âmbito urbano foi proibido durante alguns anos, possivelmente por questões higienistas. Apenas no século XX, com o desenvolvimento do turismo local, o coqueiro aparece como um elemento natural símbolo da cidade.

Apesar da expressiva presença do coqueiral e da Mata Atlântica na paisagem de Maceió, é marcante a ausência de representação da vegetação nas iconografias do século XIX, com raras exceções. As análises empreendidas nesta tese levam ao entendimento de que essa ausência na representação da vegetação nas iconografias durante um longo período, que perdurou até o final do século XIX, quando foram implantados os jardins públicos, reflete a relação dicotômica existente entre civilização *versus* vegetação, apontada por Thomas (1983). De forma complementar, acredita-se que essa ausência também configura o que Harley (2009) denominou de *silêncio dos mapas*, ou seja, o elemento vegetação deixou de ser representado intencionalmente, reforçando a ideia de que a vegetação se situava no polo oposto à civilidade tão almejada. Essa dicotomia se evidencia também em alguns documentos elaborados no século XIX que enfatizam a separação e a oposição entre o núcleo urbano construído, considerado civilizado, e os “matos interiores”, termo usado para designar a vegetação nativa, sugerindo que esta deveria ser mantida “à beira do casario”.

Essa relação dicotômica permaneceu forte no ideário dos agentes construtores durante a primeira metade do século XIX e influenciou na tentativa de criação de uma imagem de cidade civilizada, após a elevação de Maceió à categoria de cidade e capital. A partir de 1839, a paisagem de Maceió começou a se modificar, com ações que visavam melhorias nas vias de comunicação e transporte de mercadorias e também o provimento de uma melhor infraestrutura urbana, pautadas principalmente pelo ideário do higienismo.

Com o passar do tempo, as influências higienistas e de embelezamento tornaram-se fortes na tônica discursiva dos agentes construtores da cidade e diversas ações foram tomadas visando à criação de uma imagem de capital civilizada e salubre. Conforme mostrou Cavalcanti (2000), ser civilizado naquele momento significava criar uma cidade que se parecesse com as cidades europeias, negando as características locais, drenando os pântanos existentes e, também, embelezando e higienizando os espaços públicos através do plantio de árvores. Nesse sentido, ao longo da segunda metade do século XIX, outras funções foram atribuídas à vegetação.

A análise das leis, resoluções e códigos de posturas do século XIX indica que as primeiras medidas que denotavam uma preocupação, mesmo que tímida, com a vegetação datam de 1845 e faziam parte das proibições de corte de árvores à margem de estradas e nas proximidades de nascentes e riachos. Foram normativas existentes no primeiro *Código de Posturas* da cidade, pautadas pelo ideário higienista, que visavam principalmente ao sombreamento, à preservação dos mananciais e à prevenção do assoreamento. Esses objetivos permaneceram nas diversas normativas publicadas posteriormente e na reforma do *Código de Posturas* (1878), acrescidos de uma preocupação em embelezar a cidade através de recomendações de plantio de árvores nas principais praças. Além disso, identificou-se uma preocupação em manter a arborização na paisagem, por meio de multas e punições aplicadas aos infratores que “arrancassem, cortassem ou danificassem as árvores públicas”. Essas punições e colocação de grades de madeira para a proteção das mudas recém-plantadas indicavam a rotineira destruição das árvores pela população, evidenciando assim o menosprezo pela vegetação.

A partir da análise e sistematização da documentação coletada identificou-se as primeiras propostas para a arborização urbana. Essas propostas tiveram como alvo os principais caminhos de acesso à cidade, relacionados ao fluxo de mercadorias, que direcionavam às principais edificações (cemitério, mercado, estação ferroviária) e suas principais “portas de entrada” (a laguna, o porto e a estação ferroviária). Foram identificadas propostas para arborização de três caminhos: o “caminho lagunar” (margens do Canal da Levada, Estrada do

Trapiche da Barra e Rua Augusta), o “caminho ferroviário” (Rua da Boca de Maceió e áreas adjacentes) e o “caminho portuário” (Estrada do Saraiva ou Aterro do Jaraguá).

Concluiu-se que a arborização desses caminhos tinha como funções a higienização e a drenagem desses locais, situados em regiões alagadiças, e o embelezamento desses pontos de acesso à cidade. Tratava-se, portanto, da tentativa de criação de uma nova imagem de cidade salubre e civilizada, pautada pelo ideário embelezador e higienista, que privilegiava as classes dominantes. Para tanto, previa, além da relocação de edificações insalubres e das classes menos favorecidas para as periferias, a drenagem e o plantio de árvores em regiões alagadas.

Ao longo do século XIX, a arborização de Maceió começou a se estender para outros locais, como as principais praças e largos, porém, na maioria das vezes, sem muito êxito, possivelmente pelo uso de espécies que não se adaptaram bem às condições locais, como solo, clima, maresia e, também, por atos de vandalismo da população, que comumente arrancava e danificava as espécies plantadas.

Em síntese, no que diz respeito à categoria arborização urbana, as primeiras propostas datam do ano de 1852 (*boulevard* do Canal da Ponta Grossa) e se estenderam até o século XX. Constatou-se também que no século XIX não era frequente nos documentos oficiais a especificação das espécies a serem plantadas, sendo a gameleira (*Ficus doliaria*) a espécie mais utilizada. Já no final do século XIX e início do século XX, o leque de espécies plantadas foi ampliado<sup>98</sup> e identificou-se um maior cuidado com a sua especificação, sendo estas discriminadas nos documentos oficiais, possivelmente por influência dos estudos de cunho higienista publicados no período.

No que diz respeito à categoria espaços ajardinados, as primeiras propostas datam de 1850 (proposta para passeio público em frente ao Lyceo), demonstrando que os agentes construtores da cidade, em especial os presidentes e engenheiros da província, tentavam alinhar suas ideias com o que já ocorria nas demais cidades maiores e mais desenvolvidas do país, como Recife e Rio de Janeiro. A análise documental revelou serem três os jardins públicos efetivamente executados: o jardim do cemitério público (1857), o jardim do palacete da Assembleia (1867) e o jardim do Jaraguá (1872).

A documentação primária analisada indica que, sob forte influência do ideário higienista e embelezador, o primeiro jardim público projetado e executado em Maceió foi o jardim do cemitério público (1857). Constatou-se que esse jardim fora ali construído como uma estratégia de convencimento para que os fiéis, especialmente os pertencentes às irmandades mais

<sup>98</sup> Passaram a ser utilizadas espécies como o oiti-sylvestre, a carolina, o *Eucalyptus*, a figueira, a *Aglaia odorata*, entre outras.

importantes, deixassem de ser enterrados nas igrejas e passassem a ser enterrados no cemitério, afastados da cidade. Possivelmente com esse mesmo objetivo, anos após a construção do cemitério, foi arborizado o caminho que lhe dava acesso: a Estrada do Trapiche (1868). Além disso, a construção do jardim naquele “areal” repleto de vegetação “tênue e dessejada”, localizado em uma região afastada e desvalorizada, era uma tentativa de higienizar e valorizar aquele terreno estéril, assim como ocorreu com alguns jardins e passeios brasileiros, como apontou Segawa (1996).

A documentação inédita trazida à tona nesta tese, elaborada por Carlos de Mornay em 1869, indica que o jardim era dotado de elementos decorativos importados e com forte apelo estético. A existência desse belo jardim no cemitério remetia à ideia de paraíso terrestre e possivelmente buscava manter o caráter sagrado do ritual dos enterramentos.

Os demais jardins, como o jardim do Palacete (1867) e o Jardim de Jaraguá (1872), tiveram seu local de implantação definido pela presença de edificações marcantes em seu entorno, símbolos do poder religioso (Matriz de N. Sra. dos Prazeres e Igreja de N. Sra. Mãe do Povo), político (Palacete da Assembleia) e econômico (Recebedoria Central).

Ao contrário do jardim do cemitério, que fora ali implantado como estratégia de convencimento e valorização, os outros dois jardins foram construídos em terrenos já valorizados, nas proximidades de pontos de convergência, da porta de entrada marítima da cidade e dos símbolos do poder (religioso, político e econômico), evidenciando o seu papel como elementos-chave na criação de uma imagem de cidade civilizada. A exemplo de outras cidades litorâneas brasileiras e como decorrência da valorização do horizonte oceânico que ocorrera a partir do século XVII, acredita-se que contribuiu para a escolha de sua localização a visão panorâmica do mar que deles se podia avistar.

A implantação do projeto de encanamento e distribuição de água, que se fazia através de chafarizes, foi fundamental para a construção e manutenção dos jardins públicos. Além da função utilitária desempenhada pelos chafarizes, auxiliados por mangueiras, aguadores e demais equipamentos, identificou-se a função estética por eles exercida em conjunto com a vegetação, bancos, gradis, portões, postes e demais elementos decorativos, em consonância com os padrões estéticos vigentes naquele momento.

Apesar de os jardins públicos terem sido considerados monumentos à vegetação, que alcançou o *status* de elemento valorizador da paisagem, a análise da documentação primária do SOP indica que, em Maceió, a vegetação assumiu um papel secundário nesses jardins públicos. Em todos os jardins estudados, o espaço do jardim era construído, gradeado e, apenas anos depois, ocorria o plantio da vegetação. Além disso, não havia muita preocupação em especificar

as espécies que ali deveriam ser plantadas, sendo utilizadas com frequência espécies exóticas e que, portanto, não se adaptavam bem às condições locais, necessitando ser trocadas periodicamente.

O descaso e a destruição em que se encontravam os jardins apareceram de forma frequente na documentação analisada a partir de 1881, ou seja, apenas nove anos após a construção do jardim do Jaraguá. Eram comuns as queixas de orçamento reduzido para a manutenção dos jardins; da destruição dos muros e gradis por pessoas mal intencionadas; dos animais e formigas que destruíam as plantações; das plantas destruídas e que precisavam ser trocadas com frequência sem, entretanto, contar com designação de erário para novas aquisições de mudas; além do número insuficiente de pessoal para cuidar dos jardins.

No que concerne aos espaços ajardinados privados, a análise da iconografia e dos códigos de posturas, complementada com clássicas obras literárias alagoanas, revelou que os quintais localizados nos fundos dos lotes das quadras mais centrais eram locais destinados ao plantio, especialmente de espécies frutíferas, e à criação de animais. Eram locais desvalorizados pela população e pela gestão, onde se localizavam as latrinas, e serviam comumente como depósito de esgotos e lixo.

Já no final do século XIX e início do século XX, as mudanças de pensamento trazidas com a instauração da República e as novas possibilidades que surgiram, impeliram novos partidos de implantação de edificações. Com as alterações que ocorreram nos códigos de posturas (1878 e 1911), as edificações ganharam recuos laterais e frontais e a vegetação passou do fundo dos quintais desvalorizados à porta da frente, através dos ornamentados jardins das residências das classes mais abastadas, valorizando assim a edificação e funcionando como *status* de riqueza e de luxo de seus proprietários. Ali, eram comumente plantadas espécies finas e delicadas do além-mar, aqui aclimatadas.

À luz do ideário republicano, mudanças nos hábitos da sociedade impulsionaram também a construção de novas praças e a renovação de praças e jardins já existentes, transformando-os em praças ajardinadas. Data desse período a transformação do jardim de Jaraguá em “praça ajardinada”, onde, além da retirada do gradil, havia a predominância de espécies que requisitavam menor manutenção.

No período compreendido entre 1900 e 1912, durante a gestão da família Malta, foram construídas e remodeladas diversas praças na cidade, como a Praça dos Martírios, a Praça Marechal Deodoro e a Praça Euclides Malta, projetadas por Rosalvo Ribeiro, inserindo nelas os equipamentos com apelo estético que remetiam à modernidade, tais como: estátuas

comemorativas, bancos, postes e esculturas em ferro, quiosques de madeira, canteiros com flores e árvores, como pode ser observado na Cronologia Síntese, na página 294.

Essas transformações nos espaços públicos representavam os novos hábitos de uma sociedade que almejava espelhar o progresso e a civilização, investindo no afastamento do passado colonial. Essas praças remodeladas eram locais destinados às classes mais privilegiadas, onde costumavam se reunir as “pessoas conceituadas do meio social alagoano” que por ali faziam longos passeios, exibindo os trajes da última moda.

A partir da análise das fontes primárias, constatou-se que o período mais rico na criação de propostas para arborização e criação de espaços ajardinados ocorreu entre o ano de 1850, com as primeiras propostas de espaços ajardinados, e o ano de 1872, com a conclusão da obra do jardim de Jaraguá, conforme pode ser observado na Cronologia Síntese.

Durante esse período, houve alguns agentes construtores que buscaram uma valorização da vegetação através de propostas de passeios, *boulevards*, jardins e edificações que contavam com espaço para a criação de jardins. Nesse sentido, destacaram-se os Presidentes da província José Bento da Cunha e Figueiredo e seu filho, José Bento Figueiredo Júnior, como agentes disseminadores ativos do ideário de cidade bela, civilizada e salubre. Cabe salientar também a atuação direta de alguns engenheiros da província na elaboração de possíveis projetos para os espaços ajardinados, na efetivação dessas propostas e em sua manutenção, tais como Carlos de Mornay, Christiano Azevedo Couto, José Pedro de Azevedo Scharamback, Hugh Wilson, Frederico Mery, Jacintho de Jaraguá e Manoel Cândido da Rocha Andrade.

Apesar da extensa pesquisa nas fontes primárias dos diversos acervos consultados, foram registradas lacunas que não permitiram um maior aprofundamento em algumas questões. Uma das lacunas diz respeito ao recorte temporal adotado na tese, que se ateve ao século XIX. Acredita-se que um estudo mais aprofundado sobre o papel da vegetação e da historiografia das praças ajardinadas no século XX é uma porta que foi deixada entreaberta para estudos futuros, em virtude da ampla documentação oficial, cartográfica e iconográfica, oferecendo inúmeras possibilidades de análise, em seus aspectos históricos, técnicos, sociais e estilísticos, entre tantos outros.

Todavia, a total ausência de plantas e projetos que permitissem a identificação da autoria, do traçado, da exata localização e origem de alguns equipamentos ali instalados, configura a maior lacuna. A ausência desses documentos impossibilitou uma melhor compreensão da configuração espacial dos jardins públicos e, sobretudo, inviabilizou a identificação das espécies botânicas utilizadas, impedindo o avanço das análises aqui empreendidas.

Talvez essa ausência seja remediada ou dirimida ao finalizar o processo de catalogação dos acervos locais, quiçá revelando novos documentos que complementem, aprofundem e questionem a documentação aqui analisada, desvelando novos horizontes de pesquisa. Talvez essa ausência seja, sobretudo, um “silêncio” que revela a pouca importância dada à vegetação e aos registros documentais que trataram de sua inserção em Maceió.

A elaboração desta tese exigiu que fosse percorrido um extenso período da história da cidade, recuando, por vezes, durante séculos à procura de representações iconográficas, documentos e relatos em busca de juntar os “cacos” dessa história. Foi necessário debruçar-se sobre as centenas de manuscritos na tentativa de montar esse mosaico. Detalhes e aspectos inéditos da arborização e dos jardins públicos na Maceió novecentista foram trazidos à tona.

Diferentes funções atribuídas à vegetação e os diversos ideários que nortearam as ações para a inserção e manutenção da vegetação na cidade foram identificados. Esse conjunto de informações revelou como se construiu culturalmente a relação entre o habitante de Maceió e a vegetação, permitindo que se lance para a cidade atual um novo olhar.

**ARBORIZAÇÃO URBANA**

Caminhos  
Praças

**CRONOLOGIA SÍNTESE**  
Urbanização da vegetação em Maceió no século XIX

XIX 1839 Elevação de Maceió à cidade e capital 1849-1853 Gestão de Bento da Cunha e Figueiredo 1868-1871 Gestão de Bento Figueiredo Júnior 1889 Instauração da República XX

**1839** Elevação de Maceió à cidade e capital

**1845** Primeiras normativas de proibição de corte de árvores no Código de Posturas

**1852** Primeira proposta de arborização do 'Caminho lagunar': Boulevard do

**1854** Início da arborização do 'Caminho portuário': a estrada do Saraiva  
Proposta para arborização da praça do Mercado

**1857** Resol. nº 308 - autoriza plantio de árvores para sombrear ruas, praças e estradas

**1868** Conclusão do aterro da região da Boca de Maceió e inauguração da 1ª linha de

**1869** Conclusão da arborização do Caminho portuário

**1869** Conclusão da arborização de dois trechos do 'Caminho lagunar': a estrada do Trapiche e a rua Augusta

**1869** Conclusão da arborização da praça do Mercado

**1869** Propostas para aformoseamento das praças dos Martírios e Cotiguba

**1868-1871** Nivelamento e arborização das praças da Matriz e dos Martírios

**1871** Estudos para construção de ferrovia entre Maceió e Imperatriz

**1889** Conclusão da arborização da praça do Quartel

**1906** Arborização do 'Caminho ferroviário': rua da Boca e adjacências



**ESPAÇOS AJARDINADOS**

Passesões | Jardins públicos  
Praças ajardinadas

**1850** Primeiras propostas de espaços ajardinados  
Proposta de passeio público / jardim em frente ao Lyceo  
Estudos para implantação do Cemitério Público

**1857** Plantio do 1º jardim público: Jardim do Cemitério

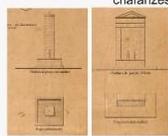
**1857** Plantio do jardim do Palacete

**1858** Proposta de alameda no Farol

**1859** Estudo para encanamento de água e inserção de chafarizes

**1867** Plantio do jardim do Palacete

**1869** Orçamento para reforma do jardim do Cemitério Público  
Encomenda de chafarizes em ferro fundido nos jardins públicos



**1872** Conclusão da obra do jardim do Jaraguá

**1881** Primeiros relatos de destruição dos jardins públicos

**1905** Demolição do jardim do Jaraguá

**1908** Projetos de Rosalvo Ribeiro para ajardinamento da praça dos Martírios e da praça Euclides Malta

**1910** Projeto de Rosalvo Ribeiro para ajardinamento da praça Deodoro





AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Brasília: Senado Federal, 2000.

ÁLBUM lembrança da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Chromo; Typo – Art – Nouveau, 1908.

ALMANAK da Província das Alagoas para o anno de 1873. Anno segundo. [s.l.]: Typ. Social de Amintas & Soares, 1873.

ALMANAK da Província das Alagoas para o anno de 1874. Anno terceiro. [s.l.]: Typ. Social de Amintas & Soares, 1874.

ALMANAK Administrativo da província das Alagoas para o anno de 1875, contractado por Amintas José Teixeira de Mendonça e José Leocadio Ferreira Soares. Maceió: Typographia Social, 1875.

ALMANAK Administrativo da província das Alagoas para o anno de 1876, contractado por Amintas & Soares. Quinto anno. Maceió: Typographia Social, 1876.

ALMANAK Administrativo da província das Alagoas para o anno de 1877, contractado por Amintas & Soares. Sexto anno. Maceió: Typographia Social, 1877.

ALMANAK Administrativo da província das Alagoas para o anno de 1878, contractado por Amintas & Filho. Sétimo anno. Maceió: Typographia Social, 1878.

ALMANAK Administrativo da província das Alagoas para o anno de 1879, contractado por Amintas & Filho. Oitavo anno. Maceió: Typographia Social, 1879.

ALMANAK Administrativo da província das Alagoas para o anno de 1881, contractado por Amintas & Filho. Decimo anno. Maceió: Typographia Social de Amintas & Filho, 1881.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias**: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à Instrucção Publica do Imperio com especialidade à dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithografia do Instituto Philomathico, 1868.

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de; FAUST, Cleverson. Do estaleiro do Recife à Ribeira das naus: logística, dinâmicas econômicas e sociais para a construção naval na capitania de Pernambuco (1755-1788). **Revista Navigator** v. 10, n. 19, p. 99-113, 2014.

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida. **As vitrines da civilização**: a modernização urbana do bairro commercial da cidade da Bahia (1890-1930). Tese (Doutorado) - PPGAU - UFBA, 2014.

AMARAL, Vanine Borges. **Expressões arquitetônicas de modernidade em Maceió**: uma perspectiva de preservação. Dissertação (Mestrado) - DEHA-FAU - Ufal, Maceió, 2009.

AMORIM, Vania Luiza Barreiros (Org.). **Luigi Lucarini**: vida e obra. Maceió: Grafmarques, 2010.

ANDRADE, Marco Antonio Pasqualini de. Grandjean de Montigny: um utópico no trópico.

*In: Atas do II Encontro de História da Arte da Unicamp-IFCH*. Campinas: UNICAMP, 2006.

ANDRADE, Juliana Alves de Andrade. **A Mata em movimento**: Coroa portuguesa, Senhores de engenho, Homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. Dissertação (Mestrado). CCHLA - UFPB, João Pessoa, 2008.

ANDRADE, Rubens de. A construção da paisagem urbana no Brasil: processos e práticas da arborização. *In: TERRA, C. G. et al. (Org.). Arborização: ensaios historiográficos*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2004.

ARAGÃO, Solange de. A casa, o jardim e a rua no Brasil do século XIX. *In: Em Tempo de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPg-HIS/ UnB, n. 12, Brasília, 2008b.

ARAGÃO, Solange de. **Ensaio sobre o jardim**. São Paulo: Global, 2008a.

ARAÚJO, Sandro Gama de. **Mirar a cidade de Maceió**. Visões sobre as praças Mal. Deodoro da Fonseca e Mal. Floriano Peixoto no início do século XX. (Trabalho Final de Graduação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.

ARAÚJO, João S. de Paula; SILVA, Angelo Márcio. A palmeira imperial: da introdução no Brasil-Colôna às doenças e pragas no século XXI. **Revista Ciência e Cultura**, v. 62, n. 1, p. 26-28, 2010.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de (Org.). **Geografia**. espaço, tempo e planejamento. Maceió: Edufal, 2004.

ASSIS, Machado de (1895). A semana. *In: Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. III.

ASSUNÇÃO, Paulo de. “**A Terra dos Brasis**”. A natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2000.

**ATLAS Histórico Escolar MEC-Fename**, 1980. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2018.

O AUXILIADOR da Indústria nacional. **Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**, Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, v. 1, n. 1, jun. 1846. (Nova Serie).

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1859). **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. São Paulo: USP, 1980.

AZEVEDO, Myllena Karla Santos. **Estudo sobre a construção da paisagem das praças Dom Pedro II, Marechal Floriano Peixoto, Marechal Deodoro** (Trabalho Final de Graduação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2014.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa; ASSIS, Virgínia Maria Almôdo de. **Fontes repatriadas**: anotações de história colonial, referenciais para pesquisa, índices do Catálogo da capitania de Pernambuco. Recife: UFPE, 2006.

- BARLÉUS, Gaspar (1647). **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau.** História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das provincias-unidas sob o Principe de Orange. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.
- BARROS, Carlina Rocha de Almeida *et al.* Maceió nos jornais: transformações urbanas do Riacho Maceió (1947-1949). **Urbana**, v. 6, n. 9 - Dossiê: Dimensões Simbólicas das Intervenções Urbanas, p. 173-193, 2014.
- BARROS, Theodyr Augusto de. **O processo de mudança da capital (Alagoas-Maceió):** uma abordagem histórica, 1819-1859. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.
- BEZERRA, Ricardo *et al.* **Roberto Burle Marx e o Theatro José de Alencar.** Um projeto em dois tempos. Fortaleza: Unifor, 2012.
- BITTENCOURT, Ednor Valente. (1987). **Picadas e ferroadas.** Memórias. Maceió: Edufal 1987.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Octavio (1919). **Canais e lagoas.** 3. ed. Maceió: Edufal, 2001.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. *In: Roteiro prático de cartografia:* da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e designio:** o Brasil dos engenheiros militares (XVI - XVIII). São Paulo: USP; Fapesp, 2011.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta:** Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- CAETANO, Gardênia. **Projeto de restauração da casa que pertenceu à Jorge de Lima.** Maceió, 2007.
- CAMPELLO, Maria de Fátima de Melo Barreto. **A construção coletiva da imagem de Maceió:** cartões postais 1903/1934. (Tese de Doutorado) CAC-MDU- UFPE, 2009.
- CAMPELLO, Maria de Fátima de Melo Barreto. A gravura “Antiga Matriz de Maceió” e a narrativa da Maceió colonial. **Seminário Internacional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.** Espaços narrados: a construção dos múltiplos territórios da língua portuguesa. São Paulo, 2012.
- CAMPELLO, Maria de Fátima de Melo Barreto. Sobre a biografia da Planta da Villa de Maceió e a cartografia do engenheiro inglês Carlos de Mornay em Alagoas. *In: OLIVEIRA, Francisco Roque de (org).* **Cartógrafos para toda terra:** produção e circulação do saber

cartográfico ibero-americano: agentes e contextos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, p. 601–619.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Melo Barreto; FERRARE, Josemary Omena Passos; FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Certidão de nascimento de Maceió. Caderno de Resumos. *In: 6º Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades*. Salvador: Eduneb, 2016.

CAMPELLO, Maria de Fátima de Melo Barreto; FERRARE, Josemary Omena Passos; FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Certidão de nascimento de Maceió. **Urbana: Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 9, n. 2 [16], p. 420-455, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8648582>.

CAMPO de Santana: projeto de urbanização [planta baixa]. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra25183/campo-de-santana-projeto-de-urbanizacao-planta-baixa>. Acesso em: 25 de abr. 2018.

CANDIDA, Simone; LIMA, Ludmilla de; BERTOLUCCI, Rodrigo. Conjunto de fontes compõe o cenário carioca desde o século XIX. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2009. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/conjunto-de-fontes-compoe-cenario-carioca-desde-seculo-xix-15727869>. Acesso em: 24 abr 2018.

CARAPINHA, Aurora. A Arte da paisagem e dos jardins no Brasil Colonial. *In: LAMEIRA, Francisco Ildefonso (Coord). V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. A arte no mundo português nos séculos XVI-XVII-XVIII*. Actas [...] Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio, 2001.

CARAPINHA, Aurora. **Da essência do jardim português**. Tese (Doutoramento) - Universidade de Évora - Portugal, 1995.

CARDIM, Fernão (1583-1601). **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.

CARNEIRO, Ana Rita Sá.; BERTRUY, Ramona Perez (Orgs.) **Jardins históricos brasileiros e mexicanos**. Recife: UFPE, 2009.

CARVALHO, Amanda Lima dos Santos. O Rio de Janeiro a partir da chegada da Corte Portuguesa: Planos, intenções e intervenções no século XIX. *In: XIII SHCU – Tempos e escalas da cidade e do urbanismo. Anais [...]*. Paranoá, Brasília, n. 13, 2014.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani**. Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne, Università di Bologna, v. 1, n 1, p. 136-157, 2009.

CAVALCANTE, Regina Barbosa Lopes. **A preservação do Cemitério Nossa Senhora da Piedade como patrimônio para Maceió-AL**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.

CAVALCANTI, Veronica Robalinho. O imaginário local e o ideário higienista: os (des)caminhos da construção da paisagem maceioense. *In: V ENEPEA. Anais [...]*. Recife, 2002.

CAVALCANTI, Veronica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. (Tese de Doutorado). Université de Paris I, 1998.

CAVALCANTI, Veronica Robalinho. Os (des)caminhos da paisagem de Maceió. **Tribuna de Alagoas**, Ed. especial, 2000, p. 9.

CENIQUEL, Mario. Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: os espaços livres urbanos no século 19. *In: Paisagem e Ambiente. Ensaios*, São Paulo, n. 8, p. 233-275, dez. 1995.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Antonio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinais da costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da America Portuguesa e do Brasil Império. *In: COSTA, Antonio Gilberto (Org). Roteiro prático de cartografia*: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Org.). **Indicador geral do estado de Alagoas (1902)**. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

COSTA, Craveiro (1939) . **Maceió**. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1981.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

DEAN, Warren. A Botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. **Conferência feita no Instituto de Estudos Avançados da USP**. São Paulo, 1989. Disponível em: [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos).

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIAS, Vera; BUENO, Alexei. **Os monumentos do Rio de Janeiro**: inventário 2015. Rio de Janeiro: Nau das Letras, 2015.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel (1948b). **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Acool, 1949.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel (1948a). **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió: Edufal, 2012.

- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel (1939). Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. *In*: COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1981.
- DEL PRIORI, Mary. **Histórias da gente brasileira**. Colônia. Rio de Janeiro: LeYa, 2016a, v. 1.
- DEL PRIORI, Mary. **Histórias da gente brasileira**. Império. São Paulo: LeYa, 2016b, v. 2.
- DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle Époque dos jardins**. Da França ao Brasil do século XIX e início do XX. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, SP, 2008.
- DOURADO, Guilherme Mazza. **Belle Époque dos Jardins**. São Paulo: Senac, 2011.
- DOURADO, Guilherme Mazza. Vegetação e quintais da casa brasileira. *In*: **Paisagem e ambiente**: ensaios, n. 19, p. 83-102, 2004.
- DUARTE, Abelardo. As características histórico-geográficas da cidade de Maceió. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, 1982-1983.
- DUARTE, Abelardo (1975). **Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina nas Alagoas**: a viagem realizada ao Penedo e outras cidades sanfranciscanas, à Cachoeira de Paulo Afonso, Maceió, Zona Lacustre e região norte da província (1859/1860). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.
- DUARTE, Rubens de Oliveira. **Orla lagunar de Maceió**: apropriação e paisagem (1960-2009). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.
- DUARTE, Rubens; MANHAS, Adriana. Pajuçara – da primeira moradia a cartão postal: a urbanização turística em Maceió e a criação de um novo olhar para a cidade. *In*: I CILITUR. **Anais [...]**. Recife, 2017.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, v. 1.
- ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>. Acesso em: 17 out. 2017.
- ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-fim. **Geographia Alagoana ou Descrição physica, politica e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Typographia do Liberal, 1871.
- FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. Maceió, 1820-1841: Planta cadastral e Plano urbanístico, uma nova modalidade de configuração do tecido espacial. *In*: VIII Seminário de História da Cidade. **Anais [...]**. Niterói, 2004.
- FAUST, Fernanda Cordeiro de Almeida. **“Em benefício comum de meus vassallos”**: A magistratura e a administração das florestas na capitania de Pernambuco (1755-1822). Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, 2015.
- FERRÃO, José Eduardo Mendes. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI. Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. **Revista de Ciências Agrárias**, n 36, p. 250-269, 2013.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **Adornos arquitetônicos de antigas fábricas de cerâmicas portuguesas da cidade do Porto em edificações neocoloniais de Maceió:** pesquisa para subsídio ao inventário e restauro. Projeto de pesquisa do Programa “Bolsas Ibero-Americanas”/Professores Pesquisadores Santander Universidades. Ufal – Alagoas, Brasil/Universidade do Porto, Portugal. FAU/ Ufal, 2014.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **A cidade Marechal Deodoro:** do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”. Maceió: Iphan; Edufal, 2014.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **Dossiê de tombamento federal da sede urbana de Marechal Deodoro.** Maceió: Secretaria de Cultura - Prefeitura de Marechal Deodoro, 2002a.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **Dossiê de referências culturais de Marechal Deodoro.** Maceió/Marechal Deodoro, 2002c. (Material fotocopiado).

FERRARE, Josemary Omena Passos. **O excelente sobrado da Avenida da Paz.** Justificativa do projeto de Restauro do Museu Theo Brandão. FAU – Ufal, 1999.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **Marechal Deodoro:** um itinerário de referência culturais. Maceió: Catavento, 2002b.

FERRARE, Josemary Omena Passos; DUARTE, Adriana Guimarães. **Museu Theo Brandão.** Prédio e projeto: partes de uma história “restaurada”. Maceió: Edufal, 2017.

FERRARE, Josemary Omena Passos *et al.* **Inventário do patrimônio arquitetônico no município de Viçosa – Alagoas.** Maceió, 2011.

FONSECA, Hálysson Gomes da. A indústria naval baiana: a contribuição da comarca de Ilhéus na última década do século XVIII. Ilhéus. *In:* XX Ciclo de Estudos Históricos. **Anais** [...]. Ilhéus, 2009.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Maceió nos itinerários de Pedro Nolasco Maciel. *In:* ALMEIDA, Luís Sávio de (Org.). **Traços e troças:** literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: Edufal, 2011b.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Para além do guia dos navegantes:** o Farol de Maceió (1827-1951). Dissertação (Mestrado). FAU-DEHA - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011a.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. **Um porto atlântico colonial da América portuguesa:** a participação de Jaraguá na formação do território alagoano e na gênese da cidade de Maceió. Tese (Doutorado) - FAU-DEHA - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

FORTES, Manoel de Azevedo. **O engenheiro português:** dividido em dous Tratados. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, p. 1.728-1.729. Tomo primeiro.

FORZZA, Rafaela Campostrini *et al.* (Org.). **Catálogo de plantas e fungos do Brasil.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2010a, v. 1.

- FORZZA, Rafaela Campostrini *et al.* (Org). **Catálogo de plantas e fungos do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2010b, v. 2.
- FREYRE, Gilberto (1933). **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. São Paulo: Global, 1937.
- FREYRE, Gilberto (1948). Prefácio. In: DIEGUES JUNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2012.
- FREYRE, Gilberto (1936). **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.
- GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872**. Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa., 1872. Tomo III, Tomo IV.
- GAMA, Agostinho Luiz da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859**, pelo excellentissimo Presidente da provincia, o doutor Agostinho Luiz da Gama. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1859.
- GANDAVO, Pero de Magalhães (1576). **Tratado da terra do Brasil: história da provincia Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- GASPAR, Claudia Braga; BARATA, Carlos Eduardo. **De engenho a Jardim: memórias históricas do Jardim Botânico**. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- GOMES, Geraldo. **Engenho e arquitetura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.
- GRAHAM, Maria. **Journal of a Voyage to Brazil and residence there, during part the years 1821, 1822, 1823**. London: 1824.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 5, 2009.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 10 set 2018.
- HOLTHE, Jan Maurício Oliveira van. **Quintais urbanos de Salvador: realidades, usos e vivências no século XIX**. Dissertação (Mestrado). UFBA, Salvador, 2002.
- HORA, Laura Patrícia Lopes da. **“A praça é do povo como o céu é do condor”**: arborização no Recife no século XIX (1840-1880). Dissertação (Mestrado) CFCH - UFPE, Recife, 2015.
- IHGAL. (1869). **Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Junior à Província das Alagoas**. Maceió: Grafmarques, 2010.

- IVO, Lêdo. **A resposta** (s/d). Disponível em: [http://www.releituras.com/ledoivo\\_resposta.asp](http://www.releituras.com/ledoivo_resposta.asp). Acesso em: 18 jun. 2018.
- JUNQUEIRA, Eulalia. Quando o ferro virou arte. **Revista de História**, 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/quando-o-ferro-virou-arte>. Acesso em: 9 fev. 2017.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Unicamp, 2008.
- LEÃO, Tharcila Maria Soares. **A história da paisagem da Praça Dom Pedro II em Maceió-AL**. Dissertação (Mestrado) - MDU - UFPE, Recife, 2010.
- LEÃO, Tharcila Maria Soares; CAVALCANTI, Veronica Robalinho; FERRARE, Josemary Omena Passos. Urbanizar la naturaleza: la vegetación y los espacios ajardinados em el ideario de los agentes constructores de la ciudad de Maceió (1816-1930). *In: I Congreso Internacional de Doctorados em Arquitectura. Anais [...]*. Sevilla-ES, 2017.
- LEÃO, Tharcila Maria Soares; FERRARE, Josemary Omena Passos. Ideários da modernização, salubridade e embelezamento e a transformação da paisagem de Maceió através dos jardins públicos (1868-1871). *In: 4º Colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Anais [...]*. Belo Horizonte, 2016a.
- LEÃO, Tharcila Maria Soares; FERRARE, Josemary Omena Passos. “Jardim público do Jaraguá”, porta de entrada de Maceió no século XIX e XX. *In: 3º Colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Anais [...]*. Belo Horizonte, 2014.
- LEÃO, Tharcila Maria Soares; FERRARE, Josemary Omena Passos. As praças como símbolos da modernidade e os projetos de Rosalvo Ribeiro durante a Era Maltina (1900-1912) em Maceió – AL. **INSITU**, v. 2, p. 133-153, 2016b.
- LEMOES, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridos no arquitetura brasileiro do século XIX. **Anais do Museu Paulista Nova Série**, n. 1, 1993.
- LESSA, Fábio Lins. **O coração de Maceió: a Praça dos Martírios em fotos históricas e fantásticas**. Disponível em: <https://culturaeviajem.wordpress.com/2015/06/09/o-coracao-de-maceio-a-praca-dos-martirios-em-fotos-historicas-e-fantasticas/>. Acesso em: 13 out. 2018.
- LISBOA, Baltazar da Silva. **Ensaio da física vegetal dos bosques de Ilhéus (1801 – 1803)**.
- LIMA, Ana Paula dos Santos. Baltazar da Silva Lisboa: O Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797-1818). **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 4, 2011.
- LIMA, Bianor Monteiro. **Áreas de proteção permanente - APPs em Maceió**. Do ideário conservacionista aos usos sócio-ambientais das Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2009.
- LIMA, Ivan Fernandes (1961). **Maceió, a cidade restinga: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano**. (Ed. Fac-Símile). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2010.

LIMA, Pedro. A questão sanitária e o disciplinamento de Natal: 1850 – 1935. *In: V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo – SHCU. Anais [...].* Campinas, 1990b.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Cemitérios de Maceió.** Maceió, s/d.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de outrora.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976. v. 1.

LIMA JÚNIOR, Félix. **O Planalto do Jacutinga.** Maceió: 1974. (exemplar datilografado).

LIMA JÚNIOR, Félix. **Recordações da velha Maceió.** Maceió: Secretaria do Estado dos Negócios, da Educação e Cultura. Arquivo Público de Alagoas, 1966.

LIMA JÚNIOR, Félix. Velhas árvores. **Revista Feira Literária**, Maceió, ano I, n. 8, p. 10-12, fev. 1962.

LOPES, André Luis. “**Sanear, prever e embelezar**”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História - PUCRS, 2013.

LOPES, Imyra Perrelli. **As ruínas do Engenho Buenos Aires:** reconhecimento e proposição. (Trabalho Final de Graduação). FAU – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

LOUREIRO, Juliana Coelho. **Pelas entranhas de Olinda** - um estudo sobre a formação dos quintais. Dissertação (Mestrado). FAU-DEHA- Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

LOUREIRO, Juliana Coelho. Quintais de Olinda: uma leitura indiciária sobre sua gênese. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, 2012, p. 231–281.

MACEDO, Sílvio Soares de. **Quadro do paisagismo no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1999.

MACEIÓ em 1938. Contêm avenidas, ruas, praças da cidade [...] Com a planta litografada. Organizado pelo desenhista BEFF. Maceió: Empresa Graphica Alagoana, s/d (Disponível no APA).

MACEIÓ. Código de Posturas da comarca de Maceió -1845. *In: Compilação das leis provinciais das Alagoas (1835-1874).* Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa, 1874. Tomo II.

MACHADO, Roseline Vanessa Oliveira; ALMEIDA, Luisa Estanislau Soares de. Alagoas dos mapas militares: uma revisão do acervo cartográfico digital do Arquivo Histórico do Exército. *In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Anais [...].* Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

MACIEL, Pedro Nolasco (1899). Traços e Troças. *In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel.* Maceió: Edufal, 2011.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do trabalho, apóstolos do Socialismo:** os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895-1905). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Pós-Graduação em História, Recife, 2004.

- MAGALHÃES, Ana Carolina; ZANCHETI, Silvio Mendes; MAGALHÃES, André Matos. Importância da significância cultural para a conservação de centros históricos. *In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). Anais [...].* São Paulo, 2014.
- MAGALHÃES, Cristiane Maria. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015.
- MAIA, Doralice Sátyro. Ordem, higiene e embelezamento na Cidade Alta e na Cidade Baixa: A modernização da cidade da Parahyba-Brasil. **Revista Convergência Crítica.** Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social - NEPETS. Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade v.1, n. 1, p. 1-4, 2011/2012.
- MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sobre mediações entre casas e ruas. **Cadernos CERU.** n. 8, 1997. (Série 2).
- MARROQUIM, Adalberto. **Terra das Alagoas.** Roma: Maglioni & Strini. Succ. E. Loescher, 1922.
- MARX, Roberto Burle. O Jardim da Casa Forte. **Diário da Manhã.** Pernambuco: Recife, anno IX, n. 2.430, p. 1-12, 22 maio 1935.
- MELLO, Evaldo Cabral. À sombra dos coqueirais. **Folha On Line- Brasil 500,** 1999.
- MELO, Josemar Henrique. **A ideia de arquivo: a Secretaria do Governo da capitania de Pernambuco (1687-1809).** Dissertação (Doutoramento). Faculdade de Letras - Universidade do Porto - Portugal, 2006.
- MENESES, Catarina Agudo. **Alagoas além do açúcar: diversidade econômica e formação do território no século XVIII.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2017.
- MILLER, Shaw William. **Fruitless Trees.** Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber. Stanford, California: Stanford University, 2000.
- MOREIRA, José Mendonça de Matos (1796). As matas das Alagoas. Providências acerca dellas e sua descrição. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil,** Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859. Tomo XXII.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX.** João Pessoa: UFPB, 2000.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde *et al.* A imprensa e os registros de arquitetura e urbanismo em João Pessoa - 1850 a 1936. *In: Seminário Latino-Americano Arquitetura e Documentação,* 2008. **Anais [...].** Belo Horizonte, 2008.
- MULLER, Gláucia Regina Ramos. **A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

- NASCIMENTO, Bárbara Thomaz Lins do. **A imagem do lugar e seus reflexos: um estudo do bairro da Levada.** Dissertação (Mestrado) - FAU-DEHA - Ufal, Maceió, 2008.
- NONATO, Raimundo. **História dos monumentos e das praças de Maceió.** Natal, 1954.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. ; CURY, Claudia Engler. Lazer e Leitura nas Imagens de Debret: o cotidiano do Brasil Oitocentista pelo Olhar de um Neoclássico. **Portuguese Studies Review**, v. 18, p. 151-177, 2011.
- OLIVEIRA, M. A. Vital de. **Roteiro da Costa do Brasil, do rio Mossoró ao rio de S. Francisco do Norte.** Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1864.
- PAIVA, Eduardo França. **História & imagens.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea.** São Paulo: Senac, 2013.
- PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba. De Ouvidor-Geral a Conservador das Matas: estratégias políticas e econômicas de José de Mendonça de Matos Moreira (comarca das Alagoas, 1779-1798). In: CAETANO, Antonio Felipe Pereira (Org.). **“Alagoas Colonial”**: construindo estratégias, tecendo redes de poder e fundando administrações (Séculos XVII - XVIII). Recife: UFPE, 2012.
- PELEGRINI, Sandra C. A; TUTUI, Mariane Pimentel. Limões de cheiro e indumentárias: a representação do Dia D’Entrudo na aquarela de Jean-Baptiste Debret. In: XVIII Seminário de História VI. Fórum de Pós-graduação em História. I Fórum de Licenciatura em História. O perfil profissional do Historiador: impasses e desafios. **Anais [...].** 7 a 9 de novembro de 2012.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. **O império botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808).** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, 2013.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. O papel dos “ilustrados” da comarca de Ilhéus na regulamentação dos reais cortes de madeira: 1784-1799. In: III Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade. **Anais [...].** 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio de Janeiro e Salvador).** 2. ed. Salvador: Edufba, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2014.
- PINTO, Estevão. **Muxarabis & Balcões e outros ensaios.** São Paulo: Companhia Nacional, 1958.
- PISO, Willem; MARCGRAVE, Georg. **Historia Naturalis Brasiliae: in qua non tantum plantæ et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur.** Amsterdam: Elzevier. Editado e anotado por Johannes de Laet, 1648

(edição fac-símile). Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/biblio:marcgrave-1648-historia>.

PUC-RJ. **Uma cidade em questão**: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC; Funarte; Departamento de Artes; Fundação Roberto Marinho, 1979, v. 1.

RAMOS, Graciliano (1936). **Angústia**. 37. ed. São Paulo: Record, 1990.

REGO, Alfredo. Higiene. *In*: COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Org.). **Indicador geral do estado de Alagoas (1902)**. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). **Quadro da arquitetura no Brasil**. 12. ed.. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, Ana Rita Sá Carneiro; SILVA, Aline Figueirôa da; SILVA, Joelmir Marques da. **Jardins de Burle Max no Nordeste do Brasil**. Recife: UFPE, 2013.

RIBEIRO, Ana Rita Sá carneiro; SILVA, Joelmir Marques da. **Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife**. Recife: UFPE, 2017.

RIZZI, Carlos Alberto. Investigações sobre a construção do fitônimo CAPOEIRA: aspectos do campo léxico-semântico e geolinguístico indígenas. **TradTerm**, São Paulo, v. 19, p. 214-247, nov. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/47353/51090>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ROBBA, Fabio. **Praças brasileiras**. São Paulo: USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SÁ, Magali Romero. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira (Warren Dean). **Manguinhos**, 1996, v. III.

SANT`ANA, Moacir Medeiros de (1970). **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2011.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; LIMA, Priscila Rubiana de; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. A natureza do Brasil holandês: Piso, Marcgrave e uma história natural do Brasil ilustrada. *In*: SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. **História das idéias**: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade. Maringá: Eduem, 2010.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; LIMA, Priscila Rubiana de; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. **História das idéias**: viajantes, naturalistas e ciências na modernidade. Maringá: Eduem, p. 31-56, 2010.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. “Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866) **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan-abr 2005.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. *In*: COSTA, Antonio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia**: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARMENTO, Maria Emília de Gusmão Couto. **A imagem do lugar: da veiculação à experimentação dos *fronts* turísticos de Maceió – Alagoas.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE. Recife, 2002.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996.

SEPLANDE. **Alagoas em mapas** (material cartográfico). 2. ed. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e o Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE, 2014.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2008.

SILVA, Aline de Figueiroa. **Entre a implantação e a aclimação: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX.** Tese (Doutorado) USP, São Paulo, 2016.

SILVA, Aline de Figueiroa. **Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CAC-MDU, Recife, 2007.

SILVA, Aline de Figueiroa. **Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937).** Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Antonio de Moares. **Dicionário da língua portuguesa** - recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

SILVA, Denise Lages Vieira da. **Do arquivo técnico aos álbuns de família: o morar no bairro do Farol na Maceió dos anos 1940 e 1950.** Dissertação (Mestrado) - FAU-DEHA - UFAL, Maceió, 2016.

SILVA, Maria Angélica da. Acolhendo a diversidade: o jardim seiscentista de Maurício de Nassau e a paisagem americana. *In:* CARNEIRO, Ana Rita Sá.; BERTRUY, Ramona Perez (Orgs.) **Jardins históricos brasileiros e mexicanos.** Recife: UFPE, 2009.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura do ferro no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1986.

SILVA, Maria Angélica da. Franciscanismo, cotidiano, espaços e estéticas. *In:* MAGALHÃES, Ana Cláudia; FERRARE, Josemary Omena Passos; SILVA, Maria Angélica da (Orgs.) . **O convento franciscano de Marechal Deodoro - Santa Maria Madalena.** Iphan, 2012.

SILVA, Maria Angélica da. Um jardim plantado nos trópicos: Maurício de Nassau, 400 anos e uma experiência paisagística pioneira na América. *In:* VII ENEPEA. **Anais [...].** Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Maria Angélica da. A ponte no papel: atravessando a história de Recife nos mapas dos séculos XVII e XVIII. *In:* I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Passado presente nos velhos mapas: conhecimento e poder. **Anais [...].** 2011.

SILVA, Maria Angélica da; ALCIDES, Melissa Mota. Taming the wilderness: the need of

food and the early town garden in the 17th century in Brazil. *In: AISU: Food and the City. Anais [...]*. Pádua, 2015.

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas – RS.** Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Cenários da modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no início da República. *In: Encontro Nacional da ANPUR, Anais [...]*. p. 1-16, 2007.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Hedra, 1587.

TAUNAY, Dr. Affonso d'Escragolle. A Missão Artística de 1816. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1911. Tomo LXXIV Parte I

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana.** Natal: EDUFRN, 2009.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes da cidade no Brasil colonial. Considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 2, n. 3, 2003.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias.** Curitiba: HD Livros, 1997.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Cármem Lúcia. **Redescobrimo o passado: Cartofilia Alagoana.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2008.

TERRA, Carlos Gomes. Influências externas para a arborização no Brasil. *In: TERRA, Carlos Gomes et al. (Org.) . Arborização: ensaios historiográficos.* Rio de Janeiro: EBA; UFRJ, 2004.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** 2010. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

TICIANELLI, Edberto. Gogó da Ema. O coqueiro-símbolo de Maceió. **Jornal Extra**, ed. 836, 2 set. 2015. Disponível em: <https://novoextra.com.br/outras-edicoes/2015/836/18707/gogo-da-ema-o-coqueiro-simbolo-de-maceio>. Acesso em: 8 maio 2018.

TRIZOTTI, Patrícia Trindade. Teias que se tecem: o caso do Almanaque d'O Estado de S. Paulo para 1896. *In: XIV Encontro Regional da ANPUH- RIO. Memória e patrimônio. Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2010.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de; ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de; RAMOS, Silvana Pirillo. A turistificação de Maceió-Alagoas-Brasil: uma perspectiva histórico-espacial. *In: 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - Pluris. Anais [...]*. Maceio: Viva, p. 1-12, 2016, v. 01.

VERAS FILHO, Luis. O gogó da Ema. *In*: LESSA, Fábio Lins (Org.). **Maceió-História e Costumes**. Maceió: Fundação Teatro Deodoro, 2015.

VIDE, Sebastião Monteiro da (1707). **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia** / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, 2007.

VIEIRA, Maria Elena Merege. **O jardim e a paisagem**: espaço, arte, lugar. São Paulo: Annablume, 2007.

VIEIRA, Agérico; BARBOSA, Pedro Lopes (Orgs.). **Maceió no bolso**. Indicador da cidade. s/d.



## 1. FALLAS E RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE ALAGOAS:

AGUIAR, Antonio Nunes de. **Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinaria da setima legislatura, pelo excellentissimo Presidente da mesma provincia, o coronel Antonio Nunes de Aguiar, no dia 18 de março de 1849.** Pernambuco: Typ. de Santos & Companhia, 1849.

ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de Sá e. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1856, pelo excellentissimo Presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque.** Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1856.

ALENCASTRE, Pereira de. **Alagoas (Provincia) Presidente (Pereira de Alencastre) Relatório.** 10 jun. 1867. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1922/000001.html>. Acesso em: 5 jun. 2018.

AMARAL, Angelo Thomaz do. **Falla dirigida á Assembleia Legislativa das Alagoas pelo Presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral, na abertura da 1.a sessão ordinaria da 12ª legislatura em o 1º de março de 1858.** Maceió: Typ. Commercial de Moraes & Costa, 1858.

ANDRADE, Manoel Candido Rocha de. Relatório enviado pelo engenheiro fiscal sobre as obras executadas e em andamento. *In:* **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial das Alagoas na primeira sessão ordinaria da vigesima quarta legislatura no dia 16 de abril de 1882 pelo Exm. Snr. Presidente, Dr. José Barbosa Torres.** Maceió: Typ. do Diario da Manhan, 1882.

ARAÚJO, Joaquim José de. **Mensagem que ao Conselho Municipal dirige o Intendente da capital Dr. Joaquim José de Araújo em 1903.** Maceió: Typographia da empreza Gutenberg, 1904.

ARAÚJO, Silvério Fernandes de. **Relatório com que ao Exm. Snr. Dr. José Bento da Silva Figueiredo Júnior, Presidente da província das Alagoas, entregou a administração da mesma província o Dr. Silverio Fernandes de Araújo Jorge 1º vice Presidente.** Maceió, Typographia Commercial, 1868.

BARROS, Antonio Moreira de. **Relatorio com que ao Exm. Snr. Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel entregou a administração da província das Alagoas no dia 22 de maio de 1868 o Exm. Snr. Dr. Antonio Moreira de Barros.** Maceió, Typographia do Jornal Alagoano, 1868.

BASTO, Ernandi Teixeira. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo prefeito Ernandi Teixeira Basto, em 16 de janeiro de 1930.** Maceió: Imprensa Official, 1930.

CUNHA, Silvino Elvidio Carneiro da. **Relatorio lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 7 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da mesma, o Exm. Snr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1872.

DIRECTORIA das obras publicas em Maceió 31 de dezembro de 1858. Dr. Joao Luiz de Araujo Oliveira Lobo, Major dos engenheiros. Relatório sobre o movimento das obras provinciais (Anexo S5). *In:* GAMA, Agostinho Luiz da. **Falla dirigida á Assembléa**

**Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentissimo Presidente da provincia, o doutor Agostinho Luiz da Gama.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1859.

**FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da primeira sessão ordinaria da oitava legislatura, pelo Exm. Presidente da mesma provincia, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, em cinco de maio de 1850.** Maceió: Typ. de J. S. da S. Maia, 1850.

**FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da segunda sessão da VIII legislatura, pelo Exm. Presidente da mesma provincia, o Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, em vinte cinco de abril de 1851.** Maceió: Typ. de J. S. da S. Maia, 1851.

**FIGUEIREDO, José Bento da Cunha e. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinaria da nona legislatura, pelo Exm. Presidente da mesma provincia, o Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo em 26 de abril de 1852.** Maceió: Typ. Constitucional, 1852.

**FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Silva. Relatório com que ao Exm. Senhor Dr. José Bento da Silva Figueiredo Junior, Presidente da provincia das Alagoas, entregou a administração da mesma provincia o Dr. Silverio Fernandes de Araújo Jorge 1º vice Presidente.** Maceió: Typographia Commercial, 1868a.

**FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Silva. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 31 de outubro de 1868b pelo Presidente da mesma, o Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1868b.

**FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Silva. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1869 pelo Presidente da mesma, o Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1869.

**FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Silva. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 16 de março de 1870 pelo Presidente da mesma, o Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870.

**FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Silva. Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua installação em 3 de maio de 1871, pelo Presidente da mesma, o Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1871.

**FONSECA, Coronel Clodoaldo da. Mensagem enviada ao Congresso do Estado em 15 de abril de 1915 pelo Coronel Clodoaldo da Fonseca Governador do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão da 13ª legislatura.** Maceió: Typ. do “O dia”, Maceió, 1915.

**GRAÇA, José da. Relatório dirigido ao Exm. Presidente da provincia das Alagoas Dr. Agostinho Luiz da Gama pelo inspector da Thesouraria Provincial da mesma Guilherme Jospe da Graça no anno de 1859.**

JORGE, Silvério Fernandes de Araújo. **Relatório com que ao Exm. Senhor Dr. José Bento da Silva Figueiredo Júnior, Presidente da província das Alagoas, entregou a administração da mesma província o Dr. Silverio Fernandes de Araújo Jorge 1º vice Presidente.** Maceió: Typographia Commercial, 1868.

LIMA, José Moreira da Silva. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Maceió em sessão de 16 de janeiro de 1926 pelo Prefeito Dr. José Moreira da Silva Lima (1926).** Triênio de 1925 a 1928. Maceió: Arquivo Público de Alagoas.

MARQUES, Manoel Sampaio. **Mensagem que ao Conselho Municipal apresentou o Intendente Dr. Manoel Sampaio Marques em 1906.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1906.

MARQUES, Manoel Sampaio. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal em sessão de posse do novo Intendente pelo Intendente Dr. Manoel Sampaio Marques em 1907 (1907).** Maceió: Arquivo Público de Alagoas.

MELLO, Antonio Manoel de Campos. **Falla com que abrio a primeira sessão ordinaria da sexta legislatura da Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas o Exm. Presidente da mesma provincia, Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1846.** Maceió: Typ. de Menezes & C.a, 1846.

MORENO, Luiz Romulo Peres. **Relatorio com que o Illm. e Exm. Snr. Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno, Presidente da provincia das Alagoas, installou a 1.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de março de 1874.** Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1874.

MURITIBA, Manoel Antonio Lopes da Silva. Anexo K. Cemitério Público de Maceió, 21 de fevereiro de 1874. In: MORENO, Luiz Romulo Peres. **Relatorio com que o Illm. e Exm. Snr. Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno, Presidente da provincia das Alagoas, installou a 1.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de março de 1874.** Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1874.

NOGUEIRA, Antonio Guedes. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal da capital na sessão de 7 de janeiro de 1909 pelo Intendente Antonio Guedes Nogueira.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1909.

PESSOA, Caetano Estellita Cavalcanti. **Relatorio com que ao Exm. Snr. Dr. Pedro Antonio da Costa Moreira 1º vice-Presidente passou a administração da Provincia das Alagoas o Exm. desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa no dia 26 de dezembro de 1876.** Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1877.

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. **Relatorio com que o Exm. Snr. Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, Presidente da provincia das Alagoas, entregou a administração da mesma provincia no dia 19 de abril de 1866 ao 1º vice-Presidente, dr. Galdino Augusto da Natividade e Silva.** Maceió: Typ. do Bacharel Felix da Costa Moraes, 1866.

PINHO, Joze Sesinando Avelino. Apontamentos para a topographia physica e medica da cidade de Maceió, pelo Dr. Joze Sesinando Avelino Pinho, membro do Congresso Geral de Hygiene Publica da Belgica. Maceió - 1855. Ao Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque; Presidente da provincia das Alagoas, Promotor dos

melhoramentos sanitários da mesma província e membro da Assembléa Geral Legislativa. *In:* ALBUQUERQUE, Antonio Coêlho de Sá e. **Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria em o 1º de março de 1855, pelo Exm. Presidente da mesma provincia, o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque.** Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1855.

PINTO, Manoel Sobral. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da 2.a sessão ordinaria da 9.a Legislatura,** pelo ex.mo vice-Presidente da mesma provincia, dr. Manoel Sobral Pinto, em 3 de maio de 1853. Recife: Typ. de Santos e Companhia, 1853.

REPARTIÇÃO de Obras Públicas em Maceió. Anexo M. *In:* MORENO, Luiz Romulo Peres. **Relatorio com que o Illm. e Exm. Snr. Dr. Luiz Romulo Peres de Moreno, Presidente da provincia das Alagoas, installou a 1.a sessão da 20.a legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de março de 1874.** Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1874.

SARAIVA, José Antonio. **Fallas dirigidas á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão extraordinaria em 20 de fevereiro 1854,** e da ordinaria em 8 de março do dito anno, pelo excellentissimo Presidente da mesma provincia, o dr. José Antonio Saraiva. Recife: Typ. de Santos & Companhia, 1854.

TERMO DE CONTRACTO que em virtude da autorização do Art. 5º da Resolução Nº 393 de 16 de novembro de 1863, celebra o Exm. Sr. Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga com o engenheiro civil Joaquim Pires Carneiro Monteiro para o encanamento do Riacho Bebedouro para a cidade de Maceió. *In:* MELLO, Roberto Calheiros de. **Relatorio com que o Exm. Senhor Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga, entregou no dia 16 de março ao 1º vice Presidente Exm. Dr. Roberto Calheiros de Mello a presidência desta província.** Maceió: Typographia Progressista, 1864.

TERMO DE CONTRACTO – cópia - celebrado entre o Exm. Snr. Presidente da província Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior e o engenheiro civil Hugh Wilson por seu procurador Frederico Mery, para a construção da Praça de Nossa Senhora Mãe do Povo em Jaraguá. *In:* FIGUEIREDO JÚNIOR, José Bento da Cunha. **Relatorio lido perante a Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo Presidente da mesma o Exm. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1870.

VASCONCELLOS, Firmino de Aquino. **Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Maceió em sessão de 7 de janeiro de 1915 pelo Pharmaceutico Firmino de Aquino Vasconcellos Intendente do Município de Maceió.** Biennio de 1913 a 1915 (1915). Maceió: Arquivo Público de Alagoas.

## 2. DOCUMENTOS MANUSCRITOS CONSULTADOS:

- **ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO DE LISBOA (AHU):**

### DOC. 1

OFÍCIO do [Governador da capitania de Pernambuco], Luís José Correia de Sá, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, sobre a a averiguação feita na baía da Traição, em parceria com o piloto da barra do Recife e patrão-mor, Antônio

de Oliveira, e com o Capitão da Paquete, João de Oliveira, 1755. Cota: AHU\_CU\_015, Cx. 78, D. 6526.

#### **DOC. 2**

REQUERIMENTO do contratador do pau-brasil, Geraldo Devisme, à rainha [D. Maria I]. pedindo providências relativas a conservação das matas de pau-brasil e a regulamentação do corte da mesma madeira, post. 1787. Cota: AHU\_CU\_015, Cx. 160, D. 11531.

#### **DOC. 3**

OFÍCIO (1ª via) do [Governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo mapa e amostras das plantas e raízes medicinais utilizadas na comarca das Alagoas, 1788. Cota: AHU\_CU\_015, Cx. 162, D. 11625.

#### **DOC. 4**

OFÍCIO do Governador de Alagoas Sebastião Francisco de Melo e Póvoas ao Conde dos Arcos [D. Marcos de Noronha e Brito] sobre a construção da corveta de guerra que denominou de Rainha Carlota, e de que foi encarregado o mestre de Obras Públicas de Alagoas, Ângelo Dias Gomes, do qual envia requerimento em que pede promoção ao posto de Segundo Tenente da Armada Real, com o soldo da patente.

#### **DOC. 5**

OFÍCIO (1ª via do [Governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as providências relativas ao corte irregular de madeiras, praticado por Antonio Manoel Prata, e acerca do interesse de sesmeiros nas terras com matas, 1789. Cota: AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 169, D. 11927.

#### **DOC. 6**

OFÍCIO do [intendente da Marinha da capitania de Pernambuco], Pedro Sheverim ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando pela galera Elisa a planta da baía de Jaraguá, as sementes do pau de angelim, informando acerca do corte de madeiras nas Alagoas e, pedindo o pagamento de seu ordenado, 1789. Cota: AHU\_CU\_015, Cx. 205, D. 13991.

#### **DOC. 7**

OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de Atalaia ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] sobre a necessidade e vantagens de se estabelecer um Ministro Superintendente, o Ouvidor-Geral de Alagoas José de Mendonça de Matos Moreira, para acautelar a conservação das matas, denominadas dos Palmares e as dos campos de Inhaum, de madeiras para a construção naval na Bahia, Pernambuco e Arsenal de Lisboa, fazendo a inspeção e demarcação delas para o serviço real e para a agricultura e subsistência dos povos da comarca, 1796. Cota: AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, D. 248.

#### **DOC. 8**

OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de Porto Calvo ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] sobre a necessidade e vantagens de se estabelecer um Ministro Superintendente, o Ouvidor-Geral de Alagoas José de Mendonça de Matos Moreira, para acautelar a conservação das matas da comarca da vila de Alagoas, de madeiras, principalmente a sucupira, paus amarelos e pau brasil, para a

construção naval na Bahia, Pernambuco e Arsenal de Lisboa, fazendo a inspeção e demarcação delas para o serviço real e para a agricultura e subsistência dos povos da comarca, 1796. Cota: AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, D. 249.

**DOC. 9**

OFÍCIO dos oficiais da Câmara da vila de Alagoas do Sul ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] sobre a necessidade e vantagens de se estabelecer um Ministro Superintendente, o Ouvidor-Geral de Alagoas José de Mendonça de Matos Moreira, para acautelar a conservação das matas da comarca da vila de Alagoas, de madeiras para a construção naval na Bahia, Pernambuco e Arsenal de Lisboa, fazendo a inspeção e demarcação delas para o serviço real e para a agricultura e subsistência dos povos da comarca, 1796. Cota: AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, D. 250.

**DOC. 10**

OFÍCIO do Ouvidor-Geral de Alagoas José de Mendonça de Matos Moreira ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] sobre a necessidade e vantagens de se estabelecer um Ministro Superintendente para acautelar a conservação das matas, da comarca da vila de Alagoas, de madeiras para a construção naval na Bahia, Pernambuco e Arsenal de Lisboa, fazendo a inspeção e demarcação delas para o serviço real e para a agricultura e subsistência dos povos da comarca, propondo a sua nomeação para o dito lugar sem ordenado ou emolumentos, apenas com a graduação de desembargador da Casa da Suplicação, 1796. Cota: AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 3, D. 253.

**DOC. 11**

CARTA (3ª via) do [Governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, à rainha [D. Maria I], sobre a ordem recebida para fazer conservar as matas da capitania e administrar os cortes regulares de madeiras em benefício da Fazenda Real, 1797. Cota: AHU\_CU\_015, Cx. 197, D. 13573.

**DOC. 12**

CARTA RÉGIA (cópia) ao Governador-geral da Bahia, D. Fernando José de Portugal, ordenando a proteção das matas reais na capitania da Bahia, 1797. Cota: AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 205, D. 14681.

**DOC. 13**

OFÍCIO Nº 21 do Governador de Alagoas Sebastião Francisco de Melo e Póvoas ao Conde dos Arcos [D. Marcos de Noronha e Brito] sobre a construção da corveta de guerra que denominou de Rainha Carlota, e de que foi encarregado o mestre de Obras Públicas de Alagoas, Ângelo Dias Gomes, do qual envia requerimento em que pede promoção ao posto de Segundo Tenente da Armada Real, com o soldo da patente. Vila de Maceió, 23 de janeiro de 1821. Obs.: ofício nº 21. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>. Acesso em: 4 maio 2017.

• **ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS (APA):**

**DOC. 14**

PROJECTO de Regulamento para a Conservação das Mattas e Florestas da Província das Alagoas. Maceió 20 jun. 1849. (APA - M 07E04. Caixa 1596).

**DOC. 15**

COUTO, Christiano Azevedo. Ofício enviado aos membros do Conselho de Obras Públicas da capital por Christiano Azevedo Couto. Arquivo Público de Alagoas, 1853 (Caixa 0848).

**DOC. 16**

OFÍCIO enviado pela Directoria das Obras Publicas em Maceió ao Presidente da província, Roberto Calheiros de Mello, em 4 de julho de 1855. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0848).

**DOC. 17**

OFÍCIO. Ofício enviado por Rodrigo Antonio Brasileiro [ilegível] e Antonio da Silva Lisbôa ao Presidente da província Roberto Calheiros de Mello, em 26 de julho de 1856 (Caixa 0848).

**DOC. 18**

SOLICITAÇÃO de contratação de jardineiro para o jardim do cemitério, enviada por Rodrigo Antonio Brasileiro, Antônio da Silva Lisbôa e Manoel da Costa ao vice-Presidente da província, Dr. Roberto Calheiros de Mello, em 26 de julho de 1856. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0848).

**DOC. 19**

OFÍCIO. Ofício enviado pelo engenheiro civil J<sup>e</sup> de Azv<sup>do</sup>. Schrambach ao Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral, em 7 de junho de 1858. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0816).

**DOC. 20**

OFÍCIO N<sup>o</sup> 80. Ofício enviado pela Directoria das Obras Publicas em Maceió ao Presidente da província Angelo Thomaz do Amaral, em 11 de junho de 1858. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0816).

**DOC. 21**

COMMISSÃO encarregada do Nivellamento das ruas da capital. Ofício que ao Illmo. e Exmo. Snr. Dr. Jacinto Paes de Mendonça, Presidente da província, dirigiu a Comissão Encarregada do Nivellamento das ruas da capital, no dia 27 de setembro de 1859. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0816).

**DOC. 22**

DESCRIÇÃO do estado do Cemitério público de Maceió, para avaliar-se os consertos que necessita, elaborada por Carlos de Mornay. Maceió, 28 de maio de 1869. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 2474).

**DOC. 23**

INFORME enviado pelo engenheiro Carlos de Mornay, assinado por Hugh Wilson, destinado ao Illmo. e Exmo. Snr. Dr. presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Junior para aprovação de dezenho de chafariz em ferro para o Largo do Palácio, em 24 de agosto de 1869. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 2474).

**DOC. 24**

OFÍCIO enviado pelo engenheiro Frederico Mery ao Secretário do Governo Joaquim do Rego Barros, em 21 de dezembro de 1869. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 2474).

**DOC. 25**

INFORME enviado pelos engenheiros Hugh Wilson e Frederico Mery ao Presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, em 25 de janeiro de 1870. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1870 (Caixa 1365).

**DOC. 26**

OFÍCIO enviado pelos engenheiros Hugh Wilson e Frederico Mery ao residente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, em 4 de fevereiro de 1870. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1365).

**DOC. 27**

OFÍCIO enviado pelo engenheiro João Luiz Pires Lopes ao Presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo J<sup>or</sup>, em 18 de fevereiro de 1870. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0164).

**DOC. 28**

INFORME dos Senrs. Engenheiros Hugh Wilson e Frederico Mery ao Ilmo. e Exmo. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior sobre o remetimento de dois esboços de chafarizes, em 27 de junho de 1870. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1365).

**DOC. 29**

INFORME enviado pelos engenheiros da província, Hugh Wilson e Frederico Mery, sobre o atraso das obras, em virtude do atraso do recebimento de materiais vindos da Europa, em 27 de junho de 1870. Arquivo Público de Alagoas, 1870 (Caixa 0258).

**DOC. 30**

BRAGA, M. de Souza. Ofício sobre esboços dos chafarizes para a Praça de N. S. Mão do Povo e Palacete da Assembleia Provincial. Repartição das Obras Publicas 7 de julho de 1870. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1365).

**DOC. 31**

INFORME enviado pelo contador provincial, Ildefonso de Paulo Mesquita Cerqueira, em 21 de julho de 1870 Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1365).

**DOC. 32**

INFORME enviado pela Repartição de Obras Públicas ao Presidente da província, José Bento da Cunha Figueirêdo Júnior, em resposta ao Ofício nº 301, em 7 de outubro de 1870. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 33**

INFORME enviado por Vicente Ferreira de Andrade da Costa, jardineiro dos jardins públicos, ao Presidente da província, em 24 de novembro de 1870. Arquivo Público de Alagoas, 1870 (Caixa 2474).

**DOC. 34**

RELATÓRIO enviado pela Repartição de Obras Públicas em Maceió, assinado pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá, ao Presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, em 17 de março de 1871. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 35**

OFÍCIO N° 118. Ofício enviado pela Repartição de Obras Públicas pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá ao Presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Repartição de Obras Públicas, 15 de maio de 1871. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 36**

OFÍCIO N° 145. Ofício enviado pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá ao Presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Maceió, Repartição de Obras Públicas, 30 de junho de 1871. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 37**

JARAGUÁ, Jacintho de. Quadro demonstrativo das diversas obras públicas e reparos em construções com informação do estado em que se achão. Repartição de obras públicas, 15 de julho de 1871. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 38**

OFÍCIO enviado pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá sobre a conservação das plantas e fortificação do terreno do jardim do cemitério. Repartição de Obras Públicas, em Maceió 17 de julho de 1871. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 39**

OFÍCIO N° 231. Ofício enviado pelo engenheiro Jacintho de Jaraguá sobre o amanho do terreno e aquisição de plantas e árvores para o jardim do Jaraguá. Repartição de Obras Públicas, em Maceió 30 de novembro de 1871. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 0258).

**DOC. 40**

CONTRACTO que assigna Salvador Leite Vidigal, arrematante do rendimento do chafariz do Jaraguá, em 27 de janeiro de 1872. Arquivo Público de Alagoas, 1872 (Caixa 5713).

**DOC. 41**

CONTRACTO que assigna Manuel Antonio, arrematante do rendimento dos chafarizes da Rua do Commercio e Praça do Mercado, em 12 de março de 1872. Arquivo Público de Alagoas, 1872 (Caixa 5713).

**DOC. 42**

SOLICITAÇÃO enviada pelo jardineiro, Geroncio Gomes, ao engenheiro fiscal Manuel Candido da Rocha, em 20 de maio de 1876. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 2474).

**DOC. 43**

OFÍCIO N° 138 enviado à Presidência da província em 10 de novembro de 1876. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 5451).

**DOC. 44**

SOLICITAÇÃO enviada pelo jardineiro ao engenheiro fiscal Manuel Candido da Rocha, em 26 de janeiro de 1877. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 2474).

**DOC. 45**

OFÍCIO enviado pelo engenheiro fiscal Manoel Candido Rocha Andrade ao Presidente da província, Antonio dos Passos Miranda, em 10 de agosto de 1877. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 2474).

**DOC. 46**

COMUNICADO enviado pelo Engenheiro Fiscal interino da Província sobre concessão de licença para instalação de machina de fabricar sorvete no jardim da Praça da Matriz em Jaraguá. Maceió, 13 de Janeiro de 1882. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 5451).

**DOC. 47**

OFÍCIO Nº 52 enviado pelo engenheiro fiscal M<sup>el.</sup> Cand<sup>o.</sup> R<sup>a.</sup> d' Andrade ao Presidente da província José Barbosa Barros, sobre a necessidade de aterro e nivelamento da Rua Augusta e outras desta cidade, em 11 de abril de 1882.

**DOC. 48**

OFÍCIO enviado pelo engenheiro fiscal da província, Cândido R. de Andrade, ao encarregado pelos jardins públicos da capital, o Tenente honorário do Exército Manoel da Cunha Mesquita, em 25 de julho de 1882. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1446).

**DOC. 49**

ORÇAMENTO enviado pelo engenheiro fiscal M<sup>el.</sup> Cand<sup>o.</sup> R<sup>a.</sup> d' Andrade ao Presidente da província Domingos Antonio Raiol, em 17 de agosto de 1882. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1446).

**DOC. 50**

OFÍCIO Nº 135. Ofício enviado pelo engenheiro fiscal da província, Manuel Cândido Rocha de Andrade, ao Presidente da província, Domingos Antonio Raiol, em 27 de setembro de 1882. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1446).

**DOC. 51**

OFÍCIO Nº 198 enviado pelo engenheiro fiscal da província, Cândido R. de Andrade, ao Presidente da província, Domingos Antonio Raiol, em que determina que os jardins públicos do Paço da Assembleia Provincial e Praça da Matriz de Jaraguá estão a cargo do Tenente honorário do Exército Manuel da Cunha Mesquita, em Maceió, 12 de outubro de 1882. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1446).

**DOC. 52**

OFÍCIO Nº 549 enviado pelo engenheiro fiscal, Manuel Candido R. de Andrade, ao Presidente da província, Henrique de Magalhães Sales em 20 de agosto de 1884. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 1446).

**DOC. 53**

OFÍCIO Nº 14 enviado pelo engenheiro fiscal, Manuel Candido R. de Andrade, ao Presidente da província, Antonio Caio da Silva Prado, sobre o estado do jardim de Jaraguá e sua demolição, em 14 de fevereiro de 1888. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 5451).

**DOC. 54**

OFÍCIO Nº 16 enviado pelo Escriptorio do Engenheiro Fiscal da província das Alagoas, M<sup>el.</sup> C<sup>ando</sup> R<sup>a.</sup> d' Andrade, ao Presidente da província, Antonio Caio da Silva Prado, em 14 de fevereiro de 188 (Caixa 5451).

**DOC. 55**

OFÍCIO enviado pelo engenheiro fiscal, Manuel Candido R. de Andrade, ao Presidente da província, Antonio Caio da Silva Prado, em resposta ao ofício nº 30 sobre o fornecimento de 12 litros de formicida para o jardim do Thesouro Provincial, em 27 de março de 1888. Maceió: Arquivo Público de Alagoas (Caixa 5451).

**3. LEIS, RESOLUÇÕES E CÓDIGOS CONSULTADOS:**

LEI Nº 308 de 31 de março de 1857. *In:* GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872.** Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa., 1872. Tomo IV.

LEI Nº 380 de 26 de julho de 1861. *In:* GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872.** Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa., 1872. Tomo IV.

MACEIÓ. Código de Posturas da Camara de Maceió, 1845. *In:* GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872.** Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa., 1872. Tomo IV.

MACEIÓ. **Código de Posturas da Camara Municipal de Maceió, 1878.** Maceió: Typographia do Jornal das Alagoas, 1878.

MACEIÓ. **Código de Posturas Municipais de Maceió, 1911.** Maceió: Publicação Oficial, 1911.

RESOLUÇÃO Nº 262 de 8 de maio 1854. *In:* GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872.** Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa., 1872. Tomo IV.

RESOLUÇÃO Nº 386 de 8 de agosto de 1861. *In:* GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872.** Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa., 1872. Tomo IV.

RESOLUÇÃO Nº 526 de 4 de maio de 1870. *In:* GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxelas; ARAUJO, Tiburcio Valeriano de. **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872.** Maceió: Typographia Commercial de A. J. da Costa, 1872. Tomo IV.